

**Elza Maria Gonçalves Rodrigues de Carvalho**

**BASTO (St<sup>a</sup> TECLA)**  
**Uma Leitura Geográfica**  
(do século XVI à contemporaneidade)



**neps**

**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais  
Guimarães

Elza Maria Gonçalves Rodrigues de Carvalho

# BASTO (St<sup>a</sup> TECLA)

Uma Leitura Geográfica

(do século XVI à contemporaneidade)

Dissertação de Mestrado em História das  
Populações apresentada ao Instituto das Ciências  
Sociais da Universidade do Minho, Outubro /97.

GUIMARÃES

1999

**Ficha técnica:**

*Título:* BASTO (St.ª TECLA), Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)

*Autor:* Elza Maria Gonçalves Rodrigues de Carvalho

*Colecção:* Monografias

*Edição:* NEPS - Instituto de Ciências Sociais - U. M.

*N.º Edição:* 7

*Impressão:* 1000 ex.

*Fotografia da capa:* Vale de St.ª Tecla

*Dep. Legal:* 146319/2000

**EDEN GRÁFICO, S.A.** - Rua dos Casimiros, 21  
*Montagem, Gravuras e Impressão*  
Telefs. 232 425 032 / 232 425 048 — Fax 232 422 617  
Apartado 2047 — 3501-061 VISEU Codex

Publicado no âmbito do Projecto PRAXIS XXI, *Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das Populações.*

**APRESENTAÇÃO**

Este trabalho sobre "Basto (St.ª Tecla), Uma leitura geográfica" oferece-nos uma análise detalhada e fundamentada das virtualidades e complexidades de um típico espaço rural das Terras de Basto. A autora conseguiu obter, para o intervalo de tempo de 1573 a 1991, um completo ficheiro demográfico da freguesia e a conseqüente identificação de todas as famílias "vinculadas" a Santa Tecla com as respectivas linhas genealógicas. Por outro lado, com base em leituras dos Autos das Sentenças de Emprazamento, efectuados pelos senhorios de Sta Tecla (Real Coroa, convento de Arnoia, Comenda de Veade, convento de Santa Clara - Amarante e Igreja) conseguiu, para o período de 1606 a 1824, não só o levantamento das Famílias Enfitêuticas, mas também a evolução do Domínio Útil. Com um preciso e minucioso trabalho de campo foi possível questionar a evolução da distribuição e dimensão dos prédios rústicos desde o século XVII à actualidade.

Com base na investigação desenvolvida realizou uma cartografia inédita no âmbito da dimensão e fragmentação do Domínio Útil no séc. XVIII e da propriedade agrícola no séc. XX.

Pela qualidade da informação, pelo inédito da cartografia e pelo equilíbrio que revela, a obra que se publica será certamente reconhecida como referência obrigatória na bibliografia geográfica sobre os espaços rurais do norte de Portugal.

Maio de 1999  
Rosa Fernanda Moreira da Silva

## NOTA PRÉVIA

Este trabalho traduz o interesse que desde os tempos da vida académica manifestámos pelo estudo da Geografia Rural e a importância que a escala de observação poderá assumir em qualquer investigação de índole geográfica.

A frequência da parte curricular do Mestrado em História das Populações proporcionou-nos, para um período de quatro séculos, não só questionar o "modus vivendi" das populações em espaços onde a ruralidade sempre esteve presente, como conhecer metodologias que nos permitem a sua identificação e a determinação de indicadores de análise demográfica através da "montagem" do Ficheiro Demográfico.

Ora, se no conjunto do território nacional o desequilíbrio entre Litoral e Interior é marcante, provavelmente com tendência a acentuar-se, St<sup>a</sup> Tecla, freguesia inserida nas Terras de Basto a uma distância média de 70 Km da cidade do Porto, surge com um território rural esvaziado das suas gentes e com uma geometria que reflecte a evolução da organização que as populações, desde há muitos séculos, nele foram efectuando. São nestes contextos, o espacial e o temporal, que se desenvolve este trabalho, isto é, pretende-se entender o(s) processo(s) como o território de St<sup>a</sup> Tecla foi estruturado e organizado num período próximo dos quatro séculos o que nos facultará, pensámos nós, a formulação de um modelo de desenvolvimento para este território periférico.

Assim, para atingirmos os nossos objectivos, em relação a um intervalo de tempo longínquo e escasso em informações, como são os séculos XVII e XVIII, limitámo-nos, nesta fase preliminar do trabalho, a salientar "as linhas condutoras" da investigação, para a época em causa.

Por um lado, com base nos *Registos Paroquiais (de Nascimentos, Casamentos e Óbitos)* elaborámos, para o intervalo de tempo de 1573 a 1991, o Ficheiro Demográfico da freguesia que nos possibilitou a identificação de todas as famílias “vinculadas” a St<sup>a</sup> Tecla com as respectivas linhas genealógicas. Por outro, com base na leitura dos *Autos das Sentenças de Emprazamento*, efectuados pelos Senhorios de St<sup>a</sup> Tecla (Real Coroa, Convento de Arnoia, Comenda de Veade, Convento de St<sup>a</sup> Clara - Amarante e Igreja), conseguimos, para o intervalo de tempo de 1606 a 1824 e em momentos distintos, não só o levantamento das Famílias Enfitêuticas como a evolução de Domínio Útil. Se os *Autos de Sentenças de Emprazamento* nos dão múltiplas e preciosas informações de índole geográfica, elementares informações de carácter demográfico escasseiam em muitos contratos (a identificação clara dos Enfiteutas e respectivos ascendentes falecidos e ou vendedores), o que nos dificultou a compreensão dos processos de transmissão da terra. Conseguimos colmatar estas lacunas com as informações fornecidas pelo Ficheiro Demográfico, que nos permitiu não só a confirmação como a reconstrução da genealogia da Família Enfitêutica.

Com a identificação precisa dos herdeiros e ou compradores, por um lado, e, por outro, com os prédios rústicos devidamente reconhecidos e localizados através do trabalho de campo, foi-nos possível questionar, através da representação cartográfica, forma inédita de síntese para os sécs. XVII e XVIII:

1 - a evolução da dimensão e transmissão do prédio rústico para o Domínio Útil de dois Senhorios (Comenda de Veade e Convento de Arnoia), em momentos distintos e para um período cerca de cem anos;

2 - a imagem da dimensão e distribuição dos prédios rústicos na paisagem, para todos os Senhorios de St<sup>a</sup> Tecla e para os finais do séc. XVIII.

Se a leitura geográfica e comparativa do território de St<sup>a</sup> Tecla, organizado no intervalo de tempo de três séculos, segundo estruturas agrárias bem distintas, as estruturas implícitas na *Enfiteuse* e as estruturas decorrentes da aplicação do *primeiro Código Civil de 1867*, foi o objectivo

principal deste trabalho, preocupámo-nos também, com a avaliação do quadro cultural que caracterizou as épocas em estudo. Salientámos a importância do Ficheiro Demográfico na identificação dos escreventes/leitores do séc. VXIII, detectados através da classificação das assinaturas dos padrinhos e testemunhas da Baptismo e Casamento exaradas nos respectivos *Registos Paroquiais*.

Ainda esclarecemos que o quadro demográfico de St<sup>a</sup> Tecla, neste trabalho traduz-se, para além da caracterização do grau de instrução da população, na determinação de indicadores de análise demográfica nas variáveis Nupcialidade, Fecundidade e Mortalidade, para o intervalo de tempo em estudo, permitindo-nos assim, pensamos nós, construir a imagem do modelo de humanização deste território nos períodos sécs. XVII-XVIII e a Actualidade.

Para este estudo, fruto de alguns anos de investigação e reflexão, muito contribuíram os ensinamentos que nos foram ministrados na parte curricular do *Mestrado em História das Populações*, pelo que desde já, manifestamos o nosso reconhecimento aos Exmos Docentes do Mestrado e, muito particularmente, à Professora Doutora Maria Norberta Amorim.

Contudo, os resultados obtidos, perante os objectivos que nos propusemos atingir, só se tornaram possíveis devido à orientação que, durante quase três anos, nos foi concedida pela Professora Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva. Pelo que nos ensinou, pelo seu rigoroso espírito crítico e enriquecedoras sugestões, pelos seus incentivos no prosseguimento de tarefa tão árdua e também pela disponibilidade que sempre nos dispensou, a nossa profunda gratidão.

Reconhecidos estamos também ao Professor Doutor Justino Magalhães, quer pelos ensinamentos e sugestões que nos concedeu, quer pelas palavras de ânimo que sempre nos dirigiu.

Muito presente, temos ainda a gente tão generosa de St<sup>a</sup> Tecla, que com a sua simplicidade e espontaneidade, mas com uma grande sabedoria, resultado de uma herança cultural transmitida de geração em geração, nos deu um contributo valioso e insubstituível no trabalho de campo. Para a boa gente de St<sup>a</sup> Tecla o nosso bem haja. Não podemos deixar de salientar um

reconhecimento singular ao Senhor Presidente da Junta da Freguesia, Sr. Manuel Teixeira, pelo empenhamento e pela contribuição inestimáveis no trabalho de campo que connosco desenvolveu. O nosso agradecimento vai também para o Pároco da freguesia, Senhor Padre Mesquita, pela abertura e disponibilidade que sempre nos dispensou no acesso à documentação existente no Cartório Paroquial.

Para os resultados deste trabalho contribuíram Instituições através dos apoios que nos concederam.

Ao Instituto de Geografia da Faculdade de Letras do Porto expressamos o nosso maior reconhecimento por ter possibilitado a feitura de todo o material cartográfico que documenta este trabalho e também ao Dr. Miguel Nogueira que procedeu à sua execução.

Para a Câmara Municipal de Celorico de Basto que nos facilitou não só o acesso a numerosa documentação de Arquivo como nos forneceu todo o material cartográfico disponível, também o nosso reconhecimento.

Para o Registo Civil e para a Repartição de Finanças de Celorico de Basto, Instituições onde também sempre encontramos disponibilidade e abertura sinceras, o nosso muito obrigado.

Todo o nosso reconhecimento é extensivo à Direcção Regional da Agricultura de Entre Douro e Minho, particularmente na Zona Agrária de Basto ao Engenheiro Guia, pelos esforços desenvolvidos na aquisição de indicadores que, por serem muito recentes, ainda se encontravam no Ficheiro Informático dos Serviços.

Cumpre-nos ainda agradecer a simpatia e boa vontade com que sempre fomos recebidos nos diversos Arquivos que tivemos de percorrer. Contudo, entendemos evidenciar o Arquivo Distrital de Braga, não só pelo número incontável de horas nele vividas, mas também pela ajuda que amavelmente o Senhor Araújo e a Sr<sup>a</sup> D. Maria nos concederam, principalmente nas primeiras leituras que efectuámos sobre documentação relativa aos séculos XVI e XVII. Para ambos um agradecimento sincero e jamais esquecido.

Finalmente lembro o meu Pai pela compreensão e tolerância que me dispensou ao longo destes anos.

## INTRODUÇÃO

O nosso estudo sobre o espaço rural de St<sup>a</sup> Tecla (Terras de Basto), palco de uma comunidade viva que sempre lutou, de modo árduo, na busca da sobrevivência, tem como objectivo principal entender e analisar a estrutura fundiária e restantes parâmetros desta comunidade nos séculos XVII-XVIII, a fim de se obter o suporte fundamental para a interpretação das realidades actuais e, conseqüentemente, ser possível equacionar modelos sobre o seu futuro.

A amplitude do tema exigiu o abordar não só de estudos diacrónicos mas também, tendo em consideração os contrastantes períodos temporais em análise, as possíveis relações de causalidade entre o modo como este território foi organizado nos séculos XVII e XVIII e a sua diversificada e complexa organização actual.

Assim, tivemos que inicialmente obter o quadro demográfico de St<sup>a</sup> Tecla, para o intervalo de tempo de 1573 a 1991, pois, só deste modo, é possível, segundo nossa opinião, construir-se a imagem do modelo de humanização deste território nos períodos sécs. XVII - XVIII e a Actualidade.

Para se atingir tal panóplia de informação recorremos ao tratamento do ficheiro biográfico de todos os residentes da freguesia e respectivo encadeamento genealógico, ao que se associou o cruzamento desses dados com Fontes como os *Livros de Sentenças de Emprazamento*, os *Livros da Décima Rústica*, os *Recenseamentos Gerais da População*.

Na metodologia adoptada e, segundo nossa opinião, a mais adequada, atribuímos primordial importância, à leitura minuciosa dos *Livros de Sentenças de Emprazamento* e, a conseqüente análise e tratamento estatístico da informação obtida, sem nunca ignorar a correlação com a

realidade actual, através de moroso e imprescindível trabalho de campo.

Este último só foi possível com a preciosa colaboração dos seus naturais que, pela suas vivências, integram o autêntico património cultural e local.

Em síntese, neste nosso trabalho preocupámo-nos em, de forma clara e objectiva, demonstrar como evoluiu a organização do espaço de St<sup>a</sup> Tecla, num espaço temporal de três séculos, em que prevaleceram, em períodos distintos, duas formas de propriedade, a Enfiteuse e a Propriedade Privada.

Não é possível ignorar que o espaço rural em estudo se enquadra na actual política de “áreas periféricas” e que este trabalho teve sempre como finalidade ajudar-nos a compreender todas as problemáticas inerentes à actual organização do território e perspectivar sobre o seu futuro.

## A - FONTES

Utilizámos uma diversidade de Fontes que se distinguem não só pelos conteúdos e respectivos Arquivos a que pertencem mas, ainda, pelos conjuntos temporais a que se referem.

### 1 - Documentos Manuscritos (Século XVI ao Século XX)

#### 1. 1 - *Livros Paroquiais de Registo dos Actos Vitais de St<sup>a</sup> Tecla*

*Livros de Registo de Baptismos, Casamentos e Óbitos*, são documentos que abrangem toda a população, independentemente do estatuto económico-social, não só na perspectiva diacrónica como na perspectiva sincrónica.

Para uma melhor apreensão da complexidade das Fontes passemos a dar pequenas notas.

Assim, o primeiro registo de baptismo encontrado, por nós, data de 1-10-1573. Trata-se de um registo muito simples onde se menciona a data do baptizado, o nome do neófito, dos pais, dos padrinhos e respectiva localidade de residência. No séc. XVIII, mais concretamente,

de 1700 a 1779, o documento passa a conter a assinatura dos padrinhos do baptizando. A “prática” de os padrinhos assinarem o registo de baptismo foi interrompida em 1780 para só voltar a ser retomada em 1860.

Parece-nos oportuno lembrar as dificuldades ligadas à leitura destes manuscritos. Por exemplo, nos séc. XVI e XVII, o pároco recorria, com frequência, à abreviatura. Ainda, no séc. XVI e primeira metade do séc. XVII, esporadicamente, outros problemas relacionados com a identificação da filiação do neófito surgem. Se os filhos eram apenas identificados pelo nome próprio, os pais além do nome próprio eram identificados com um apelido que poderia ser diferente, segundo o registo de baptismo de cada filho, pois nessa época, era também normal o indivíduo, independentemente de ser masculino ou feminino, usar, indistintamente, o apelido materno ou paterno.

A dificuldade na identificação da filiação foi, praticamente uma constante, nos filhos das mães solteiras. Ora, interrogámo-nos como identificar neófitos quando a maioria são filhos de “Maria solteira”? Questão ultrapassada a partir do séc. XVII pois é possível a identificação dos respectivos avós maternos.

O primeiro registo de casamento, que conhecemos, data de 5-1-1576. Este tipo de documento menciona sempre e, minuciosamente, a identificação e a naturalidade dos noivos.

Sublinhe-se que era costume os casamentos realizarem-se, preferencialmente, na paróquia onde residia a noiva. Ora, problemas surgem quando o noivo é natural de St<sup>a</sup> Tecla e a noiva é oriunda de outra freguesia. Duas situações podem acontecer. O recém casal decide viver na freguesia da noiva e “perdemos” a história de vida da jovem família, ou decide viver em St<sup>a</sup> Tecla e ficamos a desconhecer a data de casamento, assim como a identificação da noiva. Contudo, ultrapassámos, em parte, este obstáculo ao recorrermos ao primeiro registo de baptismo efectuado, em St<sup>a</sup> Tecla, para um dos filhos do casal, em que o pároco declara a identificação dos pais do baptizando.

A partir de 1700 o registo de casamento é “enriquecido” com a assinatura dos padrinhos e testemunhas do acto nupcial.

O primeiro registo de óbito que possuímos data de 24-4-1571. Há que sublinhar que novas dificuldades são uma realidade, até finais do séc. XVII. Com uma certa frequência, na identificação do óbito quando se trata de solteiro(a) e não é referida a filiação, mencionando-se apenas o nome próprio e o lugar da residência. O mesmo problema tivemos em relação às viúvas que, quase sempre, só eram identificadas pelo nome próprio e o respectivo lugar de residência. A partir de 1710 as dificuldades traduzidas nas lacunas de informação desapareceram.

Felizmente, a partir de 1840, temos, do ponto de vista demográfico, informação sistemática sobre os indivíduos mortos com idade inferior a sete anos e, logicamente, conseguimos a partir dessa data, determinar os índices de mortalidade infantil. Tratava-se de uma grave lacuna neste tipo de documentos, pois impede-nos de obter indicadores que muito contribuiriam no esboço da imagem, para a época anterior a 1840, sobre as condições de vida das camadas infantis.

#### 1. 2 - *Livros de Sentenças de Emprazamento de Stª Tecla*

As Fontes consultadas e existentes nos Arquivos Distritais de Braga e do Porto e Municipais de Celorico de Basto e Alfredo Pimenta em Guimarães, demonstram que a Forma de propriedade dominante em Stª Tecla, nos séculos XVII e XVIII, era a Enfiteuse.

Para uma melhor apreensão do complexo fenómeno pareceu-nos útil relembrar que na *História do Direito Português* as expressões Enfiteuse, Emprazamento, Aforamento, Prazo ou Foro designam o mesmo Instituto jurídico. *O Código Civil de 1967 no Artº 1653º*, define Enfiteuse como “...o Contrato de Emprazamento, Aforamento ou Enfiteuse quando o proprietário de qualquer prédio transfere o seu domínio útil para outra pessoa obrigando a esta a pagar-lhe anualmente certa pensão determinada a que se chama foro ou cânon ...”.

O modo como a Enfiteuse foi posta em prática em Stª Tecla revela que a propriedade plena ou o complexo dos diferentes direitos que a constituem decompôs-se, por assim dizer, no Domínio Directo e no Domínio Útil. Aquele, Domínio Directo, ficava no Antigo Senhor, o Senhor Directo ou Senhorio, que tinha os direitos de pedir o cânon ou foro e pensão, a lutuosa<sup>1</sup>, o laudémio<sup>2</sup> e outros. Este, o Domínio Útil ficava no Senhor Útil, o Enfiteuta, Foreiro ou Caseiro que tinha o direito de cultivar a terra, utilizar a área construída anexa a essa mesma terra a par de utilizar “... as águas de regar e limar, caminhos de serventia novos e antigos e o direito de carrar, roçar, pastar e plantar árvores nos montes e testadas dos seus limites tudo de monte em parte roto e por romper assim como está de posse por si e seus antepassados...”<sup>3</sup>.

O Enfiteuta, além dos pagamentos do foro, da lutuosa e do laudémio, tinha outros deveres como se pode constatar “... não pode doar, dotar, trocar, vender nem escambar, ou outro algum partido fazer de todo ou parte deste prazo sem expressa licença deste mosteiro... ”<sup>4</sup>. Também pagaria uma multa, variável, segundo o Senhorio, caso não pagasse o foro na data estipulada no contrato. Forneceria, ainda, ao Senhorio as madeiras que precisasse para as suas obras.

Os resultados da nossa investigação levam-nos a afirmar que, em Stª Tecla, existiam Aforamentos perpétuos e temporários. Aqueles, Prazos perpétuos, como o contrato tinha duração perpétua, o foro mantinha-se através das gerações. Nestes, Prazos de três vidas, tal como acontece no regime das Ordenações, desde as Afonsinas, o Contrato de Aforamento caducava com a morte e falecimento da terceira vida como passamos a exemplificar “... acabadas as ditas três vidas deste contrato de

<sup>1</sup> - “...prestação extraordinária de vidas nos prazos de vida por ocasião da morte de cada uma das vidas...”. Brandão, Maria de Fátima, *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal. O caso do Mosteiro no séc. XIX*, Ed. Afrontamento, Porto, 1994, p.119.

<sup>2</sup> - Tal como o configuravam as Ordenações, o Laudémio é a prestação devida em contrapartida da transferência onerosa do prédio aforado.

<sup>3</sup> - AMB, Convento de Arnoia, *Prazos*, vol. 8, FOLS 64-72.

<sup>4</sup> - *Ibid*, FOLS 64-72.



emprazamento este prazo ficará livre e desempedido ao Mosteiro com todas as suas benfeitorias, para o Mosteiro dar a emprazar a quem quiser como coisa sua que é . . .<sup>5</sup>. Contudo, no mesmo contrato pode ler-se “ . . . por eles Domingos Francisco e Maria Pinta foi dito que estando de posse de certas propriedades do Casal de Toutaim as quais eram de natureza de prazo de vidas e foreiras ao Mosteiro de Arnoia agora vago por falecimento de seus pais e sogros (. . .) lhes pedia mercê que lhes fizesse novo prazo para receberem com as mais condições do prazo velho. . . .”<sup>6</sup>.

Interrogámo-nos quem eram as vidas? Ora, no mesmo Contrato de Emprazamento pode ler-se “. . . a saber emprazaráo ele Domingos Francisco e sua mulher Maria Pinta em primeira e segundas vidas e para um filho ou filha de entre ambos ou que deles mais viver nomear querer em vida ou à hora da morte e não tendo filho nem filha nomearem em terceira vida a uma pessoa de linha e geração dando a este prazo contrato que não seja de maior condição e qualidade que eles caseiros emprazantes com a declaração que da primeira e segunda vidas o que primeiro falecer será a primeira vida e o que mais durar será a segunda. . . .”<sup>7</sup>.

Todavia o Contrato de Emprazamento também caducava com compras ou trocas de propriedades, como se passa a demonstrar. “. . . Se vender em todo ou em parte serão os compradores terceira vida naquela parte que comprar e não filho ou filha dos emprazantes. . . .”<sup>8</sup>.

Um Contrato de Emprazamento ou, simplesmente, Prazo, constava de um processo complexo de *Autos de Sentenças de Emprazamento*, dos quais destacámos, os Autos de Reconhecimento e Identificação do contrato anterior com o respectivo foro e dos Enfiteutas envolvidos, os Autos de Vedoria e Apegação das propriedades construídas e rústicas e os Autos de Sentença dos Direitos Senhoriais renovados e atualizados, com particular evidência para o foro, a lutuosa e o laudémio.

<sup>5</sup> - AMB. Convento de Arnoia, *Prazos*, Vol.3.c. FOLS 645-653.

<sup>6</sup> - Ibid, FOLS 645-653.

<sup>7</sup> - Ibid, FOLS 645-653.

<sup>8</sup> - Ibid, FOLS 645-653.

O período da realização de um Contrato de Emprazamento foi sempre muito variável e dependia do Senhorio. Caracterizado, sempre, por um processamento muito faseado e com redacções muito pormenorizadas, um Prazo nunca se concluía num período inferior a um ano, podendo atingir cinco, seis e, por vezes mais anos, como acontecia, frequentemente, com o Convento de Arnoia.

Os Contratos de Emprazamento ficaram registados em livros de pergaminho que, genericamente, são designados por *Livros de Sentenças de Emprazamento*.

Quanto aos *Livros de Sentenças de Emprazamento* traduzem-se nos *Livros de Tombos* e nos *Livros de Prazos*.

Os *Livros de Tombos* registam, para momentos distintos, todo o processo de Tombação, Reconhecimento, Vedoria e Apegação das propriedades pertencentes ao mesmo Senhorio. O processo é desencadeado pelo Senhorio, através do respectivo Juíz e Procuradores e, no qual, também intervêm os Enfiteutas ou Caseiros com a apresentação da documentação comprovativa do último contrato. Caso não a possuíssem o Senhorio passava-lhe nova documentação. Este processo desenrolava-se no local onde se encontravam as propriedades. Para exemplificar passaremos a transcrever “. . . no lugar da Quintã da freguesia de St<sup>a</sup> Tecla (. . .) o procurador (. . .) trazia citado a Jerónima e Maria e Marcos Francisco e sua mulher Margarida Gonçalves (. . .) todos moradores nos lugares de S. Martinho e Quintã e Paço e Lavandeira (. . .) fazer a vedoria deste tombo de todas as terras que têm e possuem e são pertencentes a esta Comenda de Veade e por elas lhes mostrarem os títulos (. . .) para carregarem em tombo (. . .) Jorge Domingos apresentou um prazo que tem feito e assinado aos vinte e um de Abril de mil siecentos e setenta e quatro em prazo de três vidas (. . .) a saber nele Jorge Domingos viúvo de Luzia Martins em primeira vida . . .”<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> - AMB. Comenda de Veade, *Tombos*, Livro 102,1680-1681, FOLS 459-463 v.

Os *Livros de Prazos* registam todo o processo de Reconhecimento, Vedoria e Apegação pedido pelo Enfiteuta que, requeria novo Prazo, quando o antigo caducava por morte e falecimento da última vida à qual sucedia<sup>10</sup>.

Os *Autos de Sentenças de Emprazamento*, num *Livro de Prazos*, sucedem-se por ordem cronológica, para todo o Domínio Directo, independentemente da freguesia onde se realizaram, enquanto que, num *Livro de Tombos*, os *Autos das Sentenças de Emprazamento* se agrupam por freguesia.

Sublinhe-se, desde já, que numa Sentença de Emprazamento, tanto nos *Livros de Tombos* como nos *Livros de Prazos*, os *Autos de Vedoria e Apegação* traduzem um processo muito pormenorizado de descrição de todos os prédios. Para cada prédio, rústico ou construído, é sempre mencionado o nome, as confrontações através das linhas de água, caminhos e outros prédios com os quais confina, o comprimento e largura do prédio, em varas. Nos prédios rústicos, há sempre alusão à sementeira provável caso seja ocupado por cereal, trigo ou centeio, à produção provável de vinho, azeite, castanhas ou bolotas, caso o prédio seja ocupado por vinha, oliveiras, castanheiros e ou carvalhos. Mais se acrescenta que, nesses riquíssimos documentos, frequentemente, estão quantificados os castanheiros, carvalhos, salgueiros, uveiras/videiras e outras fruteiras. Como exemplo evidenciamos o seguinte: " . . . Item o Campo da Figueira e do Codeçal cercado sobre si por paredes e ribadas que parte do nascente com o caminho e das mais partes com o Mosteiro tem de comprimento de nascente a poente de alto a baixo até ao fundo cento e doze varas e de largo pelo norte a sul oitenta varas (. . .) levava de sementeira cinco alqueires de centeio tem uveiras que darão de vinho dez almudes e castanheiros que darão doze alqueires de castanhas (. . .) tem à parte do norte um carvalho grande que dará de landes trinta alqueires. . . " <sup>11</sup>.

<sup>10</sup> - Ler extracto do Prazo feito pelo Convento de Arnoia a Domingos Francisco e mulher.

<sup>11</sup> - AMB. Convento de Arnoia, *Prazos*, vol. 2 FOLS 453-461v.

Também, para a maioria dos casos, é referida a água necessária para a rega assim como a respectiva proveniência e respectivos dias da semana. No domínio da rega parece-nos curioso recordar. " . . . Item o campo chamado da Pedrosa todo de terra lavradia (. . .) tem água de rega da poça do Boco e da poça da Água Levada um ano outro não desde o dia de S. João até oito de Setembro aos domingos, segunda e terça feiras. . . " <sup>12</sup>.

Ora, estamos perante uma valiosa e rara fonte documental que permite reconstituir, a localização da exploração, a sua dimensão e fragmentação predial, a diferente ocupação do solo e, conseqüente imagem retrospectiva da paisagem e organização deste espaço rural.

Não menos importantes, surgem, na vedoria, os dados para o prédio construído. A vedoria, além de indicar a função da construção, refere as divisões, as confrontações, os materiais utilizados no piso e na cobertura. Vejamos um exemplo. " . . . Item uma casa cozinha terreira e colmaça parte de todas as partes com o Mosteiro tem de comprido oito varas e de largo cinco tem anteportas e parede. Pegado para a parte do norte uma corte com anteporta tem oito varas de comprido e três e meia de largo tem à parte do sul além da cozinha do lado do caminho uma casa celeiro e uma corte em corrueme . . . " <sup>13</sup>.

O valor dos *Livros de Sentenças de Emprazamento*, do ponto de vista geográfico, é inesgotável. Uma observação atenta e cuidada, deste tipo de fonte, relacionada com o encadeamento genealógico dos Enfiteutas envolvidos, conseguido através dos Registos dos Actos Vitais, são fundamentais na construção da cartografia indispensável para a leitura geográfica dos territórios rurais, nos séculos XVII e XVIII.

Atendendo aos objectivos que pretendemos, com este trabalho atingir, a nossa atenção incidiu, no âmbito dos *Autos de Sentenças de Emprazamento*, essencialmente, na identificação das vidas acabadas e nos

<sup>12</sup> - AMB. Convento de Arnoia, *Prazos*, vol. 8 FOLS 74-86v.

<sup>13</sup> - AMB. Convento de Arnoia, *Prazos*, vol. 2 FOLS 453-461v.

Enfiteutas envolvidos no Aforamento, na detecção do(s) motivo(s) que justificaram o novo contrato e nos Autos de Vedoria e Apegação.

Demos especial evidência a este tipo de informações que, considerámos imprescindíveis, para que a análise geográfica do território em estudo e respectiva cartografia fossem correctas e recorremos à prática de metodologia inédita.

A limitação do tempo para a elaboração desta nossa tese de mestrado, obrigou-nos a estabelecer limites. Daí não estudarmos os foros e pensões, os domínios, os laudémios e as ltuosas, embora reconheçamos que são temas aliciantes para o entendimento da Enfiteuse mas que não afectam o objectivo deste trabalho, razão principal pela qual não considerámos o seu enquadramento.

Os *Livros de Sentenças de Emprazamento* distribuíam-se, em St<sup>a</sup> Tecla, nos séculos XVII e XVIII, pelos Senhorios: a Real Coroa, Direitos Reais de Guimarães e Direitos Reais de Celorico de Basto; o Convento de Arnoia, Celorico de Basto; a Comenda de Santa Maria de Veade, vulgarmente designada por Comenda de Veade; o Convento de St<sup>a</sup> Clara, Amarante; e Igreja .

A Real Colegiada da vila de Guimarães também possuía o Casal de Toutaim “ . . . que foi de Amador Pinto e Amador Annes. Pelos luzos de Recebimento desde o ano de 1619 até 1664 não aver prazo nem noticias delle pelo que se collige ser sunto serrado. . . ”<sup>14</sup>. Não encontrámos os Autos de Vedoria deste Prazo mas tivemos notícia de terras foreiras à Senhora da Oliveira de Guimarães através das confrontações de prédios pertencentes aos Convento de Arnoia e de St<sup>a</sup> Clara.

De sublinhar que cada Domínio Directo repartia-se por Casais e, curiosamente, as diferentes designações dos Casais correspondiam ao do lugar onde se localizavam a maior parte dos prédios que constituíam o respectivo Casal. Cada Casal estava distribuído por vários Enfiteutas com Aforamentos próprios.

<sup>14</sup> - AMAP. Real Collegiada da Vila de Guimarães, *Livro 14 FOLS 26-27*.

Debrucemo-nos agora e, concretamente, sobre os *Livros de Tombos* por nós investigados.

À excepção do Convento de St<sup>a</sup> Clara, para os restantes Senhorios de St<sup>a</sup> Tecla existem *Livros de Tombos*.

Nos *Tombos Reguengos de Guimarães*, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, em Guimarães, o *Tombo 18* contém Sentenças de Emprazamento, relativas a prédios pertencentes ao Casal de Aveia, que datam de 1662.

Para as terras foreiras aos Direitos Reais de Celorico de Basto, no Arquivo Municipal de Celorico de Basto, existe o *Tombo V*, *Tombo das freguesias de Infesta e St<sup>a</sup> Tecla*, com os Autos de Tombação, Reconhecimento, Vedoria e Apegação efectuados no período de 1787 a 1796. Foi possível, através de referências esporádicas nele contidas, ficarmos a saber que, a última tombação das terras foreiras aos Direitos Reais de Celorico de Basto, tinha sido feita em 1571. É a única Fonte que, a nossa cuidada e morosa investigação, nos permitiu encontrar para as terras foreiras aos Direitos Reais de Celorico de Basto. É de fácil leitura mas é algo complexa a interpretação. São inúmeros os indicadores, pois para qualquer processo de Tombação, Reconhecimento, Vedoria e Apegação são os da identificação do Casal ao qual os prédios pertencem assim como a identificação dos emprazantes, o cabeça de casal e, caso existam, os respectivos consortes; as referências ao Tombo Velho: a indicação dos prédios a tombar, a natureza do Prazo, perpétuo ou de três vidas<sup>15</sup> ; a forma de aquisição do prédio: por herança, compra ou troca; os Direitos Senhoriais em vigor desde o Tombo Velho: foro ou pensão, pago em géneros e em dinheiro e, raros casos, só em dinheiro. Para exemplo recorde-se “. . .Pagarão de foro cinco alqueires de trigo e onze alqueires de pão meado<sup>16</sup> e três almudes de vinho e uma galinha e quatrocentos e quarenta réis em dinheiro (...) será pago o foro limpo seco e de receber (...) posto dentro dos celeiros dos Direitos Reais desta vila até dia de Natal (. . .) pelo cabeça após ter reunido as rendas dos consortes...”<sup>17</sup>; nos

<sup>15</sup> - Único Senhorio, em St<sup>a</sup> Tecla, com Prazos perpétuos.

<sup>16</sup> - Mistura de milho alvo e centelo.

<sup>17</sup> - AMCB. Tombos, *Tombo V FOLS 352 a 364*.

Autos de Tombação, também, está sempre mencionado o valor da lutuosa que, pode corresponder ou a um valor fixo em dinheiro ou ao valor de uma renda de um ano ou ao móvel mais valioso que o Enfiteuta tiver como, por exemplo uma jóia; o valor do laudémio, a quarentena, que se traduz na quadragésima parte do foro ou pensão (*Código Civil de 1967, artº 1 693º*); a vedoria e apegação pormenorizadas de todos os prédios, rústicos e construídos, distribuídos pelo cabeça do casal e respectivos consortes, quando os há; os direitos do(s) Enfiteuta(s) “. . . Item os possuidores seus montados, logradouros, entradas e saídas das quais estão de posse e lhes pertence . . . “<sup>18</sup>; a nomeação dos Direitos Senhoriais “. . . não poderem vender nem em nenhuma maneira alienar sem licença do Senhorio Directo aquem pagarão de Laudémio a quarentena em caso de venda, troca ou por mutação e havendo os consortes de vender serão o cabeça e querendo o cabeça vender será a algum dos consortes afim de se unir e juntar mais o dito Casal e se não dividir. . . “<sup>19</sup>; termina com os Direitos Senhoriais, lutuosa, laudémio, foro ou pensão actualizados, à excepção deste, quando se trata de Prazo perpétuo. Assinam, entre outros, o juiz e Enfiteutas, caso saibam assinar.

Para as terras foreiras ao Convento de Arnoia há, no Arquivo Distrital de Braga, um *Livro de Tombos* transcrito, no período de 1771 a 1782 e, por nós analisado, dos Autos de Tombação efectuados em 1672 e 1673. Cada Processo de Emprazamento, riquíssimo em variáveis, sempre são mencionados os Enfiteutas, o cabeça de casal e consortes, caso existam, assim como o contrato anterior e respectivos Enfiteutas, a natureza do Prazo (sempre de três vidas), o tipo de posse (por títulos de herança e ou dote, por títulos de compra ou troca), o valor dos Direitos Senhoriais e respectiva actualização, o foro, (pago em géneros e em dinheiro posto no dia de S. Miguel à porta do Convento por mão do cabeça de casal), a

<sup>18</sup> - AMCB. *Tombos, Tombo V FOLS 241 - 253 v.*

<sup>19</sup> - *Ibid.*, *FOLS 241 - 253 v.*

lutuosa (outro tanto como a renda de um ano), o laudémio (a quinta parte de toda e qualquer venda ainda que seja troca ou doação) e outros Direitos Senhoriais como a obrigatoriedade de fornecer as madeiras que o Convento precisar; a vedoria e apegação de todos os prédios, rústicos e construídos; e, finalmente, a discriminação das novas vidas.

Para as Terras foreiras à Comenda de Veade, encontram-se no Arquivo Distrital de Braga, quatro *Livros de Tombos* para quatro momentos temporais ou seja, 1680, 1710, 1741 e 1771 - 72.

Desde já, merece especial relevo salientar que, as estruturas dos Processos de Tombação quer de 1680 quer de 1710 são muito semelhantes. Todos começavam pelos Autos de Reconhecimento, por Enfiteuta (com a respectiva identificação assim como o lugar de residência), a identificação e actualização dos contratos, a natureza do Prazo (sempre de três vidas), os Direitos Senhoriais (como o foro, renda ou pensão, sempre pago em géneros e em dinheiro, entregue, em cada ano, às portas da Comenda, pelo Natal), a lutuosa (outro tanto como a renda de um ano), o domínio (a décima parte da pena de quatrocentos réis ou uma quantia em dinheiro que, geralmente varia entre vinte a quatrocentos réis).

Concluídos os Autos de Identificação e Reconhecimento, iniciavam-se os Autos de Vedoria e Apegação, dos prédios construídos e rústicos que, cada Enfiteuta possuía.

Nos Processos de Emprazamento dos Livros de Tombos de 1741 e 1771-1772, embora com o mesmo conteúdo, a estrutura está modificada, pois, para cada Enfiteuta, os diferentes Autos, ou seja, a Tombação, o Reconhecimento, a Vedoria e Apegação, processam-se de modo sequencial.

A documentação da Igreja sobre os bens fundiários é reduzida, uma vez que, esses mesmos bens ocupam a posição mais modesta, no tecido Senhorial em Basto (St<sup>º</sup> Tecla).

Assim, os *Autos de Tombação de 1606*, aos quais tivemos acesso através de uma transcrição existente no Arquivo Municipal de Braga, fazem a descrição pormenorizada do edifício da Igreja e de todos os bens móveis

que lhe andam associados e, traçam os limites da freguesia. Em comparação com os actuais, registou-se uma quase total semelhança, fenómeno que facilitou o nosso trabalho.

Em relação aos bens imóveis, há a distinguir os prédios rústicos que formavam as chamadas Terras do Assento e os prédios rústicos emprazados, distribuídos por dois Casais.

As Terras do Assento foram pormenorizadamente descritas e mediadas nos Autos de Vedoria e Apegação.

As terras emprazadas foram alvo de *Sentenças de Emprazamento* nos quais se distinguem os Autos de Identificação e Reconhecimento, com a identificação do contrato anterior, dos Enfiteutas envolvidos, o tipo de Prazo (sempre de três vidas), os Direitos Senhoriais que, só menciona o foro, a renda ou a pensão (em géneros e em dinheiro), pago, pelo Casal de S. Martinho, em S. Miguel de Setembro e, pelo Casal do Feixe, no Natal. Seguem-se os Autos de Vedoria e Apegação com a descrição pormenorizada de todos os prédios construídos e rústicos .

Os *Autos de Tombação*, independentemente do Senhorio e, no momento temporal da realização, permitem, para o Domínio Directo, determinar a área e fragmentação da propriedade; para o Domínio Útil, hierarquizar as áreas e respectivos foros pagos pelos diferentes Enfiteutas, determinar a área e o número de prédios rústicos por exploração agrícola, determinar a área construída e tipos de construção em relação à função por ela desempenhada e materiais de construção. Caso existam *Autos de Tombação* que ocorram com uma certa sistematicidade, podemos, ainda, apercebermo-nos da problemática da transmissão da propriedade, por herança, por compra/venda ou troca.

Passemos a uma referência breve sobre os *Livros de Prazos* que conseguimos detectar.

À excepção da Real Coroa encontramos *Livros de Prazos* para todos os Senhorios.

Assim, no respeitante à Comenda de Veade detectámos sete Emprazamentos distribuídos por cinco *Livros de Prazos*.

Para o Convento de Arnoia, registámos trinta e três Contratos de Emprazamento distribuídos por trinta e nove *Volumes de Prazos*. Alguns de leitura difícil, quer pelo tipo de letra, quer pelo tipo de tinta utilizado. Apesar da interpretação ser complexa, conseguimos recolher a informação fundamental para o nosso trabalho.

No âmbito da Igreja, encontramos um *Prazo* feito em 1779 para o Casal de S. Martinho. Os candidatos a Enfiteutas requerem novo Prazo mas desconhecem o contrato anterior pelo que o pároco recorreu aos *Autos de Tombação de 1606*. O Prazo possuía a mesma estrutura da Sentença de Emprazamento anterior mas, contrariamente aos outros Senhorios, não se procedia à actualização da renda ou foro e pensão. Ainda salientamos que em nenhuma Sentença de Emprazamento encontramos referência à lutuosa e ao laudémio.

Finalmente para o Convento de St<sup>a</sup> Clara em Amarante, há, no Arquivo Municipal do Porto, um *Livro de Prazos* que, por se tratar de um original foi de difícil leitura. Sublinhe-se que existem outros dois Livros, também designados de Prazos, que são um, o extracto do livro original, outro, o extracto do extracto do livro original. Como se detectasse que o conteúdo dos dois livros extractos eram uma transcrição fiel do livro original, decidimos basear a nossa informação no livro de Prazos que corresponde ao segundo extracto, por uma questão de facilidade e rapidez de leitura.

Também o Convento de Amarante inicia a redacção do Contrato de Emprazamento, com a identificação do requerente, a especificação da natureza do Prazo (de três vidas), a identificação da última vida; seguem-se os Autos de Vedoria e Apegação; continua-se com a actualização dos Direitos Senhoriais, o foro, renda ou pensão (em géneros e em dinheiro), pago no dia de S. Miguel no Convento, em Amarante, a lutuosa (por cada vida falecida um carneiro bom ou duzentos e cinquenta réis), o laudémio (um quinto do valor da compra ou troca) e, pagariam, por dia, à pessoa que recebesse o laudémio, duzentos réis, se andasse a pé, quatrocentos réis, se andasse a cavalo, não obstante as leis do Reino.

Para um período próximo dos cem anos e uma sequência de Sentenças de Emprazamento registadas, quer nos *Livros de Tombos* quer nos *Livros de Prazos*, foi-nos possível conhecer e analisar as formas de transmissão dos prédios rústicos, a dimensão/fragmentação provável do domínio útil agrícola, as culturas dominantes, as manchas de construção e a função das unidades construídas.

Um outro aspecto a salientar, é o facto de não termos encontrado, além das reduzidas Terras do Assento da Igreja, prédios, rústicos ou construídos, independentemente das dimensões, a confrontar com prédios integrados noutra forma de propriedade além da Enfiteuse, a propriedade alodial, a arrendada. . . . Desde já lançamos a dúvida, será que só a Enfiteuse existiu em Stª Tecla nos séculos XVII - XVIII ?

### 1. 3 - *Os Livros da Décima Rústica de Stª Tecla*

Após a reformulação levada a cabo pelo Marquês de Pombal, o primeiro registo de lançamento de décima rústica, por nós encontrado, para Stª Tecla, data de 1765 <sup>20</sup>.

*Os Livros de Décima Rústica* de Stª Tecla fazem a seriação, por lugar, dos habitantes que, segundo o rendimento colectável pagavam a contribuição, o que corresponde à décima parte do rendimento colectável.

Se, por um lado, a décima rústica abrange todos os prédios numa comunidade rural, por outro, os Livros de Décima de Stª Tecla levam-nos à formulação de algumas questões como sejam: Sobre que bens recaía o imposto? Propriedade alodial, enfiteutica ou arrendada? Como se processou a avaliação dos rendimentos colectáveis? Segundo a área da exploração agrícola? Segundo a produção em medidas? Segundo as produções como a cerealífera, como a vinícola ou a criação de gado?

Outro conjunto de dúvidas se nos levantam, como por exemplo, sobre o modo do cálculo do rendimento líquido: saber se os valores da décima

<sup>20</sup> - Em 1762, a contribuição da décima rústica foi reformulada pelo Marquês de Pombal.

correspondem a valores reais ou a proporções de rendimentos auferidos pelos possuidores de bens de raiz.

Em relação à freguesia de Stª Tecla, se a legislação em vigor fosse cumprida, em toda a sua exaustão, teríamos respostas para todas estas questões.

Apesar de todas as dúvidas e, após o nosso trabalho sobre a Enfiteuse, parece-nos que, para a grande maioria dos Enfiteutas, o imposto por eles pago, corresponderia à posição económica que, de facto, a exploração agrícola lhes conferia.

### 1. 4 - *O Livro Paroquial de Testamentos Transcritos de Stª Tecla*

A nossa investigação reduz-se a um único *Livro de Testamentos Transcritos*. Esta fonte começa com a transcrição, em 29-01-1722, de um testamento redigido em 26-07-1714 e termina, com um testamento transcrito em 14-12-1799, cuja redacção data de 8-12-1799. Os testamentos estão escritos de forma clara mas a interpretação é, segundo nossa opinião, complexa, pois, identificam o testador e o respectivo estado civil mas, nunca fazem referência à sua situação profissional. Conseguimos, mesmo assim, identificar alguns deles como possuidores de Domínio Útil. Contudo, interrogamo-nos sobre a situação económica, de facto, do testador. Se o testamento não nos permite traçar a quadro económico-social do testador, certamente que, pontualmente, ajuda o investigador a complementar a informação fornecida, pelos *Autos de Sentenças de Emprazamento*.

## 2 - Recenseamentos Gerais da População (1864 a 1991)

Este tipo de documentação estatística, oficial e publicada, permite-nos calcular, para o período de 1864 a 1991, os ritmos de crescimento da população de Stª Tecla, para além da estrutura etária, em 1991, segundo os sexos. Como geógrafa, devemos salientar que esta fonte, infelizmente, não apresenta uma estrutura que facilite o estudo de fenómenos, entendidos a um nível de análise com um certo pormenor, que interajam na dinâmica de territórios como, por exemplo, as freguesias.

Se os *Recenseamentos* têm lacunas, também permitem, para certos indicadores, como por exemplo a Alfabetização, realizar um estudo comparativo, à escala de Basto (Stª Tecla), entre os resultados dos censos de 1880 a 1920 e os dados por nós obtidos.

### 3 - Plano Director Municipal de Celorico de Basto (1993)

Instrumento básico para o conhecimento actual do concelho e entendimento das dinâmicas do seu desenvolvimento, que se quer equilibrado e sustentável. Este documento foi precioso para a nossa avaliação dos recursos naturais e humanos que possui Stª Tecla e a sua interacção com a dinâmica própria do concelho, a fim de responder aos desafios do próximo século.

### 4 - Livros da Matriz Predial de Stª Tecla (1994)

Todos os prédios encontram-se seriados segundo um número, o matricial. Continuamos a ter, para cada prédio rústico, a localização geográfica e respectivas confrontações, a área, o tipo de ocupação (cultivo, inculco ou urbano).

A determinação da *actual Matriz Rústica* de Stª Tecla efectuou-se após a 2ª Guerra Mundial e com a participação dos habitantes da freguesia.

### 5 - Cobertura Aérea (1983 e 1994)

A leitura da organização territorial exigia que, às Fontes anteriormente estudadas, se associasse a leitura da *fotografia aérea* (na escala aproximada de 1/3 200) e um moroso *trabalho de campo*. Assim, para as duas épocas em estudo, conseguimos individualizar os seguintes elementos a cartografar: as parcelas de cultura, os caminhos principais, as linhas de água mais importantes e as manchas florestais mais significativas.

Do recurso a esta fonte pode compreender-se que a modernização recente da estrutura viária foi a principal causa das transformações mais significativas desde a década de oitenta e estabelecer-se o respectivo paralelismo com os séculos anteriores.

Certamente que o recurso a *duas coberturas aéreas*, voo de 1983 e 1994, permitiu-nos detectar de forma mais precisa e fundamentada as mutações da paisagem.

## B - FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

A complexidade do tema em análise exigiu o recurso a metodologias diferenciadas e consideradas as mais adequadas. Assim, no âmbito demográfico, para se conseguir a reconstituição demográfica da freguesia tivemos que elaborar os ficheiros, familiar e individual de todos os residentes da freguesia. Desta forma foi-nos possível calcular indicadores de índole estritamente demográfica, indicadores relativos à problemática da Alfabetização, confirmar e completar a linha genealógica dos herdeiros directos e colaterais das propriedades aforadas.

Conhecido o cenário demográfico havia que o relacionar com o seu território. Ora, trata-se de um espaço rural logo exigia-se a análise das estruturas agrárias. Neste domínio houve que relacionar, a organização de um espaço rural, com profundas raízes ligadas à Enfiteuse, nos séculos XVII, XVIII e XIX e a estrutura fundiária pós publicação do Código Civil à Actualidade, sem ignorar os reflexos da integração na União Europeia.

Os indicadores demográficos que foram seleccionados, de acordo com o objectivo principal do nosso trabalho, implicaram a reconstituição demográfica da freguesia (1573 a 1991) que, foi feita, segundo a metodologia de Maria Norberta Amorim<sup>21</sup>.

No respeitante ao conceito de Alfabetização no Antigo Regime e toda a problemática que o envolve, seguimos a metodologia de Justino Magalhães<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> - Amorim, Maria Norberta, *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Braga, Universidade do Minho, 1991.

<sup>22</sup> - Magalhães, Justino, *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime. Um Contributo para a História da Alfabetização e da Escolarização em Portugal*, Braga, Universidade do Minho/Instituto da Educação, 1994.

Como geógrafa e tendo como objectivo a interpretação da organização espacial, demos especial evidência, entre outros indicadores, à reconstrução da estrutura fundiária de St<sup>a</sup> Tecla, para os séculos XVII e XVIII, o que constitui um trabalho difícil e inédito. Todavia para atingirmos tal objectivo estabelecemos várias etapas de acordo com o diversificado leque de informações oriundas das diferentes fontes consultadas.

Sem a preocupação de elaborar listagens bibliográficas, sentimos a necessidade, neste capítulo introdutório, de equacionar as diferentes origens das nossas fontes.

Assim, começámos por investigar os *Autos de Sentenças de Emprazamento* efectuados pela Igreja que nos forneceram, não só a descrição pormenorizada dos prédios rústicos a Ela pertencente, como a indicação de outros Senhorios de St<sup>a</sup> Tecla, através das confrontações dos prédios limítrofes. Recorde-se que a Real Coroa, o Convento de Arnoia, a Comenda de Veade eram, também, Senhorios em St<sup>a</sup> Tecla.

Num trabalho moroso e extenso passámos à leitura dos Processos de Sentenças de Emprazamentos efectuados pelo Convento de Arnoia. Confirmámos os Senhorios já detectados e descobrimos o Convento de St<sup>a</sup> Clara em Amarante como um outro Senhorio em St<sup>a</sup> Tecla e, ainda a existência de terras foreiras à Senhora da Oliveira em Guimarães.

Com a informação recolhida sobre o Convento de Arnoia conseguimos saber, para 1672-1673, a extensão do Domínio Directo do Convento, os Casais que o constituem e respectivos Enfiteutas; para um período, médio dos cem anos, de 1672 a 1801, conseguimos conhecer a forma de transmissão dos prédios rústicos, por herança e ou por compra.

Com a grande maioria dos Enfiteutas identificados na base demográfica e os prédios rústicos reconhecidos em vários Aforamentos, passamos a possuir a informação necessária e suficiente para, segundo a nossa opinião, obter a evolução e tipos de transmissão da terra foreira ao Convento de Arnoia.

Idêntico processamento tivemos em relação à Comenda de Veade. Confirmámos, através das confrontações dos prédios rústicos, os Senhorios, Real Coroa, Convento de Arnoia e Convento de St<sup>a</sup> Clara.

As quatro Tombações realizadas, em períodos regulares, além dos Prazos pontuais encontrados, dão-nos informações seguras e úteis sobre a extensão do Domínio Directo, a dimensão e fragmentação da exploração agrícola, a forma de transmissão da propriedade enfiteutica.

A informação recolhida sobre os Direitos Reais, quer de Guimarães quer de Celorico de Basto, além de nos confirmar os Senhorios de St<sup>a</sup> Tecla, constitui informação sólida mas, somente, para dois momentos, 1662 e de 1776 a 1793, respectivamente, da extensão do Domínio Real e da dimensão e fragmentação das explorações agrícolas.

A informação obtida sobre as terras foreiras ao Convento de Amarante, confirma-nos também os Senhorios de St<sup>a</sup> Tecla e permite-nos saber, para um dado momento, 1778, a área do domínio do Convento, assim como conhecer os respectivos Enfiteutas.

No respeitante à organização da informação, várias fases coordenaram o nosso trabalho. Assim, concluída a pesquisa nos Arquivos, tentámos cartografar os prédios rústicos encontrados nos Autos de Vedoria, segundo o Senhorio e respectivos Enfiteutas. Marcámos o comprimento e a largura, em varas, unidade de medida utilizada na época, assim como as respectivas confrontações. Este trabalho foi feito para todos os Autos de Vedoria e Apegação, seriados cronologicamente e referentes ao mesmo prédio.

Ainda nesta fase da investigação, procedemos à conversão das unidades de medida. Atribuímos à vara o comprimento de um metro e dez centímetros<sup>23</sup>. Ao fazermos a conversão das unidades de medida determinámos a área provável de cada prédio, rústico e construído.

Este trabalho foi realizado tendo por base o trabalho de campo. Na posse de uma fotografia aérea à escala aproximada de 1/3 200, de 1983, fomos para o terreno com a colaboração dos residentes, que vivem em

23 - Frequentemente encontrámos nos Autos de Vedoria, à margem, a indicação de que uma vara correspondia a cinco palmos.



Stª Tecla há mais de sessenta anos e começámos por identificar os lugares, os caminhos, as linhas de água, os limites da freguesia. Após um trabalho de campo pormenorizado, só possível pela boa vontade dos nossos acompanhantes, pelas informações obtidas quer junto das pessoas mais antigas<sup>24</sup> quer junto das pessoas que íamos encontrando, que com toda a boa vontade se preocupavam em esclarecer os nossos problemas, conseguimos localizar as linhas de água, a rede de caminhos, a grande maioria dos prédios rústicos que os Autos de Vedoria descrevem.

Vieram ao nosso encontro, em nosso entender, um conjunto de factores favoráveis por permanecerem ao longo dos séculos, como o traçado dos principais caminhos, além das linhas de água, a toponímia dos lugares, onde os prédios se localizam. Não podemos deixar de referir o quanto nos foi agradável, confirmar que as informações, espontaneamente obtidas no campo, como as casas que ainda hoje são conhecidas pela profissão dos artesãos que "há muitos, muitos anos, ali tinham vivido", o ferreiro, o tamanqueiro, os locais onde outrora existira a fonte do respectivo lugar, vinham coroar de êxito a nossa recolha nos Autos de Vedoria.

Passemos à representação cartográfica com base neste trabalho. A sua concretização equacionou-se pelas seguintes fases:

1 - a informação dos *Autos de Vedoria*, permitiu-nos construir o mapa mental da freguesia, para o séc. XVIII e, desse modo, traçar um esboço, para esse mesmo período, das redes viária e hidrográfica, sistema de rega e estrutura fundiária;

2 - a informação do *Livro da Matriz Predial*, 1994, proporcionou-nos o conhecimento da paisagem agrária e a elaboração de um esboço das redes viária e hidrográfica, do sistema de rega, da estrutura fundiária, na Actualidade.

Salientamos, desde já, uma gama de dificuldades que se nos depararam, muito particularmente, para o séc. XVIII. O possível rigor nas medições que as vedorias indicam, a reconversão das unidades de medida,

<sup>24</sup> - As pessoas na casa dos oitenta anos, património cultural vivo, não se deslocavam em virtude das dificuldades das caminhadas.

a transformação de escalas, a par das derrocadas, arroteamentos que se tenham verificado, ao longo do tempo, condicionam, um pouco, o esboço cartográfico, mas, não lhe retiram, a sua veracidade e perfil de inédito. Outra condicionante que não podemos deixar de referir é a questão da localização exacta dos prédios. Quando as confrontações do prédio são dadas através das linhas de água e caminhos, poderemos assegurar com precisão a sua localização; quando as confrontações são feitas através de outros prédios ou de Enfiteutas confinantes, admitimos que poderemos estar a proceder a uma localização relativa, no conjunto dos prédios, que têm o mesmo nome, o nome do lugar onde se localizam.

3 - Conscientes de todas as dificuldades que envolvem a elaboração do esboço cartográfico, para qualquer um dos períodos em estudo e que nos são impossíveis de resolver, optámos por delinear os prédios rústicos a tracejado.

4 - Conseguida a representação cartográfica do espaço agrário, para finais do séc. XVIII, outro objectivo, por nós definido, diz respeito à representação cartográfica da evolução do espaço agro-florestal, segundo as formas de transmissão, por herança e ou por compra/venda, para um intervalo de tempo médio de cem anos, tomando como exemplos, as terras foreiras à Comenda de Veade e ao Convento de Arnoia.

Foi interessante, embora, por vezes, difícil, esboçar, cartograficamente, prédios rústicos cuja área sofreu alterações no intervalo de tempo que mediou duas vedorias sucessivas. Interessante também, embora o grau de dificuldade não diminuisse, foi cartografar o mesmo prédio rústico mas que "mudara" de linha genealógica ou porque foi vendido ou porque foi sub-aforado.

Como numa sùmula, diríamos que nos propusemos estudar o território que o homem de Stª Tecla organiza, desde há três séculos e, cuja expressão máxima se traduz:

1 - nas linhas de água humildes, mas que correm com muita força, entre meandros apertados e vertentes vigorosas, divididas pelas levadas, indispensáveis no crescimento das culturas;

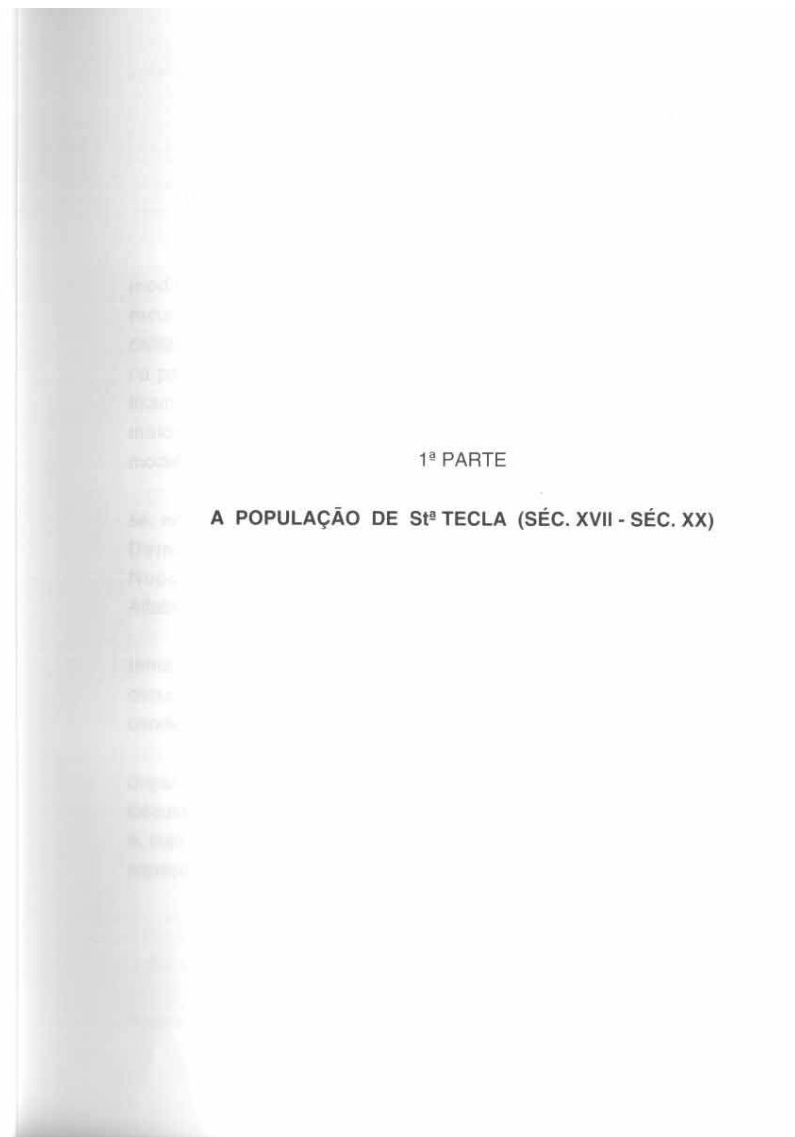
2 - nos caminhos que serpenteiam, caprichosamente, entre os campos cultivados;

3 - nos contornos, quase sempre sinuosos, que delimitam os diferentes prédios rústicos;

4 - nos terrenos, desprezados pelas culturas, onde as árvores e arbustos se dispõem em tufos, mas sempre com contornos em linha quebrada;

5 - na distribuição irregular da habitação;

e, sintetizar esta geometria do espaço rural de St<sup>ª</sup> Tecla, no esboço cartográfico, forma inédita de síntese, para os séculos XVII e XVIII.



## INTRODUÇÃO

O Homem, entendido como grupo humano, é um factor decisivo na modificação dos lugares. Os lugares possuidores de potencialidades, recursos, “oferece-os” ao grupo que, de acordo com as tecnologias e a civilização em que se insere, os aproveita e constrói obras que implementa na paisagem. As obras são as marcas indicadoras dos modos de vida que fixam o grupo à terra. Elas serão tanto mais frequentes e vincadas quanto maior e diversificada for a população envolvida no aproveitamento e modelação da paisagem.

Estudar a população de St<sup>a</sup> Tecla no período de 1573 a 1991 traduz-se, no nosso trabalho, na abordagem de temas como: “O Comportamento Demográfico”, nas variáveis que as Fontes nos permitem tratar, Nupcialidade, Fecundidade e Mortalidade; “A Problemática da Alfabetização”, com particular incidência no Século XVIII e na Actualidade.

Ao estudar a população em St<sup>a</sup> Tecla, preocupámo-nos com temáticas cuja evolução se, por um lado, depende de um conjunto de circunstâncias naturais, históricas, económicas e demográficas, por outro, condiciona as maneiras de viver e a qualidade de vida das populações.

Pretendemos, com estes tipos de abordagens, compreender a organização espacial da freguesia, principalmente, para as épocas Séculos XVII-XVIII e Actualidade, períodos preferenciais no nosso trabalho e, cujo conhecimento nos permite, pensamos nós, questionar o futuro de um espaço rural como é o de St<sup>a</sup> Tecla.

## CAPÍTULO I - O COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO

### INTRODUÇÃO

Conhecer o Comportamento Demográfico de St<sup>a</sup> Tecla para o intervalo de tempo de 1573 a 1991 implica utilizarmos Fontes distintas, os *Registos Paroquiais* e os *Censos da População*. As informações fornecidas pelos *Registos Paroquiais* permitem a construção de indicadores, com características muito peculiares, para quatro séculos, correspondentes às eras da pré-estatística e da estatística moderna, iniciada em 1864, com a realização do *primeiro Recenseamento Geral*.

Privilegiaremos os indicadores obtidos através dos *Registos Paroquiais* sem nunca descurarmos, a partir de 1864, os resultados dos *Recenseamentos Populacionais*, tão preciosos na colmatação de lacunas que os *Registos Paroquiais*, pela sua própria estrutura, não podem preencher.

Começaremos por caracterizar a evolução da população de St<sup>a</sup> Tecla segundo os resultados dos *Recenseamentos Populacionais de 1864 a 1991*.

Fundamentados nos valores do *Recenseamento Geral de 1991*, traçaremos o perfil da estrutura etária da população da freguesia, segundo grupos de idade de 5 anos.

Após a elaboração de um quadro, muito sumário, com os indicadores que nos parecerem mais significativos na caracterização global da população de St<sup>a</sup> Tecla, em plena era censitária, determinaremos indicadores referentes à Nupcialidade, Fecundidade e Mortalidade, para os quatro séculos, baseados no tratamento das informações dos *Registos Paroquiais*.

Como um dos objectivos principais deste trabalho é o estudo das estruturas que envolveram a Enfiteuse e as consequências que delas advieram na organização do território, abordaremos, através dos indicadores que nos for possível calcular, a dinâmica da população

enfiteutica em paralelismo com a dinâmica da população, na globalidade, nos sécs. XVII e XVIII.

Um dos problemas que se nos deparou, traduziu-se na selecção das Famílias Enfiteuticas, objecto do estudo demográfico, uma vez que não nos foi possível a individualização da população enfiteutica, na totalidade, para um período próximo dos cem anos. Optámos pelas famílias herdeiras directas da terra emprazada e, pertencentes aos Casais que constituem os Casos Amostra: Casais de S. Martinho e da Quintã, foreiras à Comenda de Veade e Casais de Toutaim, Cabaço e Além, foreiras ao Convento de Arnoia.

Um outro problema que não nos foi fácil de resolver, por se tratar de um intervalo de tempo muito longo, foi o da periodização.

Por que nos parece, que o conhecimento dos ritmos de mudança de uma população e respectiva comparação, dentro da freguesia, é facilitado através da abordagem dos diferentes indicadores usados, para os mesmos períodos, optámos em sub-dividir este longo intervalo de tempo de 1573 a 1991 em quatro sub-períodos: de 1623 a 1799; de 1800 a 1919; de 1920 a 1959 e de 1960 a 1991<sup>25</sup>. Com a adopção deste critério, pusemos de parte a análise comparativa e o recurso ao corpo teórico de que a Demografia Histórica dispõe.

Se, nestes sub-períodos se verificaram, por ventura, tendências díspares nos indicadores em análise, a existência de acontecimentos comuns foram determinantes na nossa opção.

No sub-período de 1623 a 1799, intervalo de tempo de quase dois séculos, incide o estudo da organização do espaço agrário resultante da implementação da Enfiteuse; o sub-período de 1800 a 1919, longo intervalo de 119 anos, apresenta em nosso entender, momentos fulcrais: a implementação da República e o êxodo para o Brasil de 1900 a 1912, a participação portuguesa na I Guerra Mundial de 1914 a 1918 e o surto epidémico da gripe pneumónica; o sub-período de 1920 a 1959, intervalo de 30 anos, é caracterizado pela ocupação total do solo agrícola, pela policultura intensiva e

25 - A decisão de iniciarmos a periodização em 1623, cinquenta anos após o registo do primeiro nascimento, relaciona-se com o problema do estabelecimento do início do estudo da Nupcialidade. Como não existem, para essa época, indicação da idade ao casamento nos assentos respectivos, só passados cinquenta anos, idade convencionada para o celibato definitivo, se poderá observar todos os indivíduos nascidos dentro da observação em risco de contrair matrimónio.

pelas explorações por conta de outrém como forma de exploração agrícola dominante; o sub-período de 1960 a 1991, intervalo de 30 anos, é caracterizado pelo abandono de extensas áreas de solo agrícola, motivado pela fuga da mão-de-obra para os centros urbanos e estrangeiro e pela inexistência de projectos de reestruturação equilibrada e sustentável, capazes de fixar a mão-de-obra ainda existente, para além de atrair aquela que partiu à procura de uma qualidade de vida melhor.

### 1 - A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (1864-1991)

Em 1864, viviam em St<sup>a</sup> Tecla, 625 pessoas e em 1991, 296 são os seus habitantes. Evolução caracterizada por uma variação acentuada a que corresponde um ritmo de crescimento geométrico médio negativo fixado em 0,05% ao ano (Quadro 1).

Quadro Nº 1 - Ritmo médio de crescimento geométrico da população (1864 - 1991)

Anos	População residente	Taxas médias de crescimento geométrico (%)	Densidade (hab./Km2)
1864	625	.....	204
1878	605	-0,23	198
1890	600	-0,069	196
1900	604	0,066	197
1911	584	-0,305	191
1920	674	1,655	220
1930	664	-0,193	217
1940	682	0,267	223
1950	666	-0,237	218
1960	635	-0,475	208
1970	520	-1,978	170
1981	446	-1,385	146
1991	296	-4,016	97

Fonte : I<sup>o</sup> a XIII<sup>o</sup> Recenseamentos Gerais da População , INE, Lisboa.

A variação dos efectivos traduz-se na variação da densidade populacional, com valores na ordem dos 204 habitantes/Km2 em 1864 e 97 habitantes/Km2 em 1991.

Freguesia com forte pressão demográfica, salientamos as décadas de 1920 a 1960, cinco décadas caracterizadas pela densidade populacional ser sempre superior a 200 hab./Km2, embora com oscilações, entre o valor máximo, 220 hab./Km2 em 1920 e o valor mais baixo, 208 hab./Km2 em 1960.

O decréscimo populacional é contínuo a partir de 1940 mas é em 1991 que a taxa média de crescimento geométrico atinge o valor mais baixo: - 4% .

O decréscimo populacional, reiniciado em 1940, teve influências na evolução do número de famílias assim como do número de fogos (Quadro 2). Em 1940, residiam, em St<sup>a</sup> Tecla, 170 famílias enquanto, em 1991, viviam 82.

Quadro Nº 2 - Fogos e Famílias nas Últimas Décadas (1940 - 1941)

Anos	Famílias ( nº )	Fogos ( nº )	Prédios / Edifícios ( nº )
1940	170	205	289
1950	174	...	...
1960	154	181	286
1981	95	86	151
1991	82	70	146

Fonte : VIII e X a XIII Recenseamentos Gerais da população ,INE, Lisboa.

O número de fogos, no período de 1940 a 1991, teve uma variação negativa de 65,9% enquanto os edifícios baixaram, no mesmo período, 49,5%.

Um conjunto vasto e complexo de factores estarão na base da explicação do ritmo do crescimento efectivo verificado em St<sup>a</sup> Tecla nos últimos 127 anos.

Limitámo-nos, para as últimas cinco décadas, a assinalar, fenómenos como o êxodo rural e a emigração que, de um modo decisivo, influenciaram os respectivos volumes populacionais<sup>26</sup>.

Baseados no trabalho de licenciatura, traçámos, para as década de 1950 a 1970, o quadro do comportamento dinâmico da população de Stª Tecla (Quadro 3).

Quadro Nº 3 - A Dinâmica da População de Stª Tecla (1950 a 1970)

Décadas	S. F.	S. M.	E/SF	F. Emigratória	Repulsão	F. Migratória
1950 - 1960	145	-3	2,02	0,46	-176	-24,9
1960 - 1970	88	-36	40,9	5,7	-203	-30,9

Fontes: Registo Civil de Celorico de Basto, *Livros de Registos de Nascimentos e Óbitos (1950 a 1970)*; Câmara Municipal de Celorico de Basto, *Livro de Registo de Passaportes (1950 - 1970)*; INE, Lisboa, IX, X e XI *Recenseamentos Gerais da População*; Inquérito Directo, 1971.

O Crescimento Natural baixou 39,3% e o Saldo Migratório, embora negativo, cresceu, em valores absolutos, 1 100%, da primeira para a segunda década em estudo. A emigração<sup>27</sup> absorveu, na década 1950 a 1960, 2% do Saldo Fisiológico enquanto, na década de 1960 a 1970, cerca de 41%. Se, na década de 1950 a 1960, em cem habitantes não emigrou, em média, meio residente, na década de 1960-70 emigraram, em média, 5,7 pessoas.

Sabíamos que o êxodo para os centros urbanos, principalmente Porto e Lisboa, era forte, mas não nos era possível, em inquérito directo<sup>28</sup>, o

<sup>26</sup> - Carvalho, E.M., *O Fenómeno Emigratório nos Concelhos de Celorico de Basto e Mondim de Basto, 1950 - 1970*, Instituto de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1973, pp. 10-26. (Trabalho de Licenciatura em Geografia).

<sup>27</sup> - Nos valores referentes à emigração estão incluídos os emigrantes clandestinos que detectámos, através de inquérito directo, efectuado na época.

<sup>28</sup> - Trabalhávamos em trinta freguesias, vinte e duas do concelho de Celorico de Basto e oito do concelho de Mondim de Basto.

cômputo exaustivo do fenómeno. Recorremos ao "artifício" de calcularmos a População Efectiva, para cada uma das décadas e, compararmos os resultados obtidos com os resultados fornecidos pelos Recenseamentos. Para as duas décadas, registámos uma diferença negativa entre os valores fornecidos pelos Recenseamentos e os valores obtidos por nós. A essa diferença atribuímos o valor do êxodo para as grandes cidades que, adicionado ao Saldo Emigratório, nos dará uma indicação aproximada da repulsão exercida pela freguesia sobre os seus habitantes. A repulsão foi maior na década 1960 a 1970 mas, a atracção exercida pelo Porto e Lisboa, em relação ao estrangeiro, na década 1950 a 1960 foi preponderante, nas gentes de Stª Tecla.

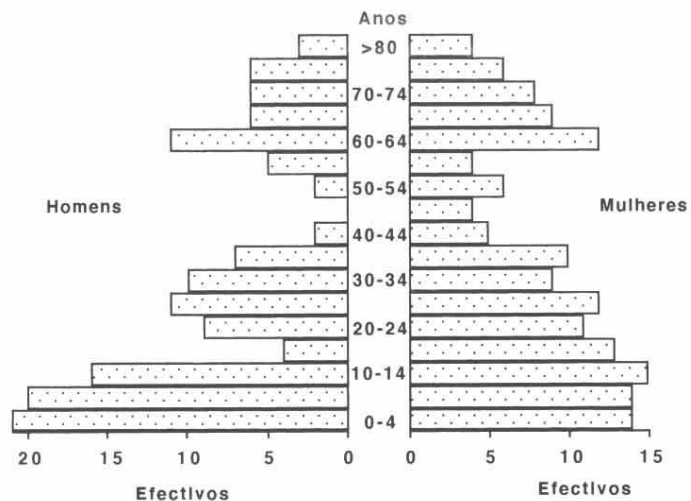
Dos países receptores da mão-de-obra de Stª Tecla surgiu, em primeiro lugar, a França, seguida a grande distância, pela então República Federal Alemã. Enquanto a França acolhia fundamentalmente mão-de-obra clandestina, para a ex-República Federal Alemã predominavam os emigrantes legais.

A partir dos anos oitenta, a emigração pela primeira vez, e para a França, passou a ser sazonal, de acordo com os trabalhos agrícolas, e sempre legalizada. Este tipo de movimento só atrai os jovens que não são capazes de se fixarem nas áreas metropolitanas nacionais.

Na década actual, uma emigração, também temporária mas peculiar, se está a verificar para a Alemanha. Envolve operários da construção civil, cujas empresas nas quais trabalham, ao contratarem sub-empregadas a empresas alemãs, deslocam-nos, para esse país, com condições de pagamento mais aliciadoras, em relação às remunerações nacionais. É um tipo de deslocação de mão-de-obra que não afecta as dinâmicas demográfica e espacial de Stª Tecla, pois trata-se de um fluxo de trabalhadores para o estrangeiro, com saída a partir do local de trabalho, as Áreas Metropolitanas.

O fenómeno emigratório dos anos sessenta e setenta está bem explícito na pirâmide etária de 1991 (Fig.1). A redução dos indivíduos, de ambos os sexos, particularmente do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 40 e 59 anos, corresponde ao grupo de indivíduos

Fig. nº 1 - Pirâmide Etária de Stª Tecla (1991)



te: XIII<sup>o</sup> Recenseamento Geral da População, Ficheiro Síntese, INE, Lisboa, 1991 (publicado 1995).

juvencos que, nessas duas décadas, foram movidos pelas condições de vida muito difíceis que o torrão natal lhes oferecia e se tornaram protagonistas na reconstrução de uma Europa vitoriosa da II Guerra .

A observação da pirâmide etária permite-nos, também, distinguir a classe oca correspondente aos rapazes com idades entre os 15 e os 19 anos e questionar se de 1976 a 1981 nasceram poucos rapazes, em relação ao sub-período anterior ou, esses mesmos rapazes foram, particularmente, atingidos pelo êxodo rural<sup>29</sup>. Pela observação da mesma pirâmide etária,

<sup>29</sup> - Actualmente, é frequente muitos dos rapazes, após a escolaridade obrigatória, irem, como serventes, para centros urbanos da Área Metropolitana do Porto. Será a causa principal na explicação da classe oca?

verificámos que a esperança de vida é maior para as mulheres do que para os homens, além de constatarmos que a natalidade, nos últimos anos, ainda foi forte, e terem nascido mais rapazes do que raparigas.

## 2 - A SITUAÇÃO À NASCENÇA (1623-1991)

Uma questão que de imediato se nos colocou, pela observação da pirâmide etária de 1991, foi sabermos se o facto de terem nascido mais rapazes do que raparigas entre 1987 e 1991, corresponde a um caso esporádico ou a um fenómeno que se vem registando nos três últimos séculos.

Conhecer este indicador revela-se-nos com interesse, pois a proporcionalidade entre os sexos ao nascimento terá as suas repercussões no contexto geral da população de Stª Tecla em fenómenos como os fluxos populacionais, os nascimentos fora do casamento, a nupcialidade e, inevitavelmente, se farão sentir na dinâmica do aproveitamento espacial.

Utilizando como Fontes os *Registos de Baptismo*, elaborámos um quadro sobre a proporção de indivíduos dos dois sexos no acto de nascer (Quadro 4),

Quadro Nº 4 - Índice de Masculinidade ao Nascimento (1623 - 1991)

Períodos	Nascimentos		Índice de Masculinidade
	H	M	
1623 - 1799	1 370	1 292	106,0
1800 - 1919	1 325	1 209	109,6
1920 - 1959	540	525	102,9
1960 - 1991	226	205	110,2
<b>Enfiteutas</b>			
Sécs. XVII e XVIII	227	209	108,6

Fonte: *Livros de Registo de Nascimentos* de Stª Tecla (1623-1991). Figs. III a XV e XIX a XXVIII Anexo I.

através da determinação do índice de masculinidade ao nascimento<sup>30</sup>.

Para qualquer um dos quatro sub-períodos considerados o número de rapazes nascidos é sempre superior ao número de raparigas. Existiu uma tendência positiva na evolução do número de rapazes nascidos por cem raparigas, com excepção para o sub-período de 1920 a 1959, caracterizado por um índice de masculinidade igual a 102,9.

Constatámos que, na população enfitêutica, por cem raparigas nasciam, em média, 108,6 rapazes. O índice de masculinidade, nos herdeiros da terra emprazada, era maior, em valores médios, 2,6 rapazes em relação à população em geral, nos séculos XVII e XVIII.

Não desprezamos, apesar de confiarmos nas fontes consultadas, a existência de sub-registo de crianças, sobretudo daquelas que nasceram e morreram sem terem sido baptizadas. Todavia, pensamos, pelo volume de observações efectuadas, que os casos de sub-registo não iriam alterar o significado desses valores.

### 3 - A NUPCIALIDADE

Se o acto de casar, por parte dos seus intervenientes, deverá corresponder a uma opção natural dos mesmos, está muitas vezes dependente de factores sociológicos, económicos e culturais. Daí que o seu estudo nos pareça relevante, ao pretendermos conhecer os modos de vida que condicionaram a organização do território em St<sup>o</sup> Tecla.

Privilegiaremos o tratamento, meramente descritivo<sup>31</sup>, de indicadores como a Idade Média ao Primeiro Casamento, o Celibato Definitivo e a Naturalidade dos Nubentes.

Do ponto de vista geográfico estamos, particularmente, motivados na distribuição espacial da naturalidade dos noivos. É-nos importante conhecer,

30 - Índice de Masculinidade ao nascimento, número de rapazes nascidos por cem raparigas, também nascidas, no mesmo intervalo de tempo.

31 - Um estudo interpretativo dos valores encontrados, para indicadores sobre Nupcialidade, como a Idade Média ao Primeiro Casamento e o Celibato Definitivo, lançar-nos-ia em modelos variados e distintos que, os próprios historiadores, actualmente, ainda questionam.

a interacção da freguesia em relação às envolventes, ainda que avaliada, apenas, pelo fluxo dos nubentes em direcção a St<sup>o</sup> Tecla.

### 3.1 - A Idade Média ao Primeiro Casamento

A nossa observação incidiu nos indivíduos, de ambos os sexos, que casaram pela primeira vez, com idades compreendidas entre os treze e quarenta e nove anos inclusiv<sup>32</sup> (Quadro 5).

Quadro N<sup>o</sup> 5 - Idade Média ao Primeiro Casamento (1623 - 1991)

Períodos	Homens		Mulheres	
	Observações ( n <sup>o</sup> )	Idade Média ( Anos )	Observações ( n <sup>o</sup> )	Idade Média ( Anos )
1623 - 1799	168	27,2	288	26,3
1800 - 1919	240	27,9	370	25,4
1920 - 1959	207	28,2	231	24,6
1960 - 1991	265	25,5	249	23,4
<b>Enfiteutas</b>				
Séc.s XVII e XVIII	32	29,15	42	26,19

Fonte: Livros de Registo de Baptismos e Casamentos de St<sup>o</sup> Tecla (1573 - 1991)

Figs. III a XV e XIX a XXVIII Anexo I.

No longo período em observação, de 1623 a 1991, registou-se uma tendência gradual na descida da idade média ao primeiro casamento no sexo feminino. A tendência iniciada no sub-período de 1623 a 1799, com as mulheres a casarem com idade média de 26,3 anos, foi prolongada e

32 - Consideramos idade ao primeiro casamento a idade dos indivíduos que casaram com idades superiores a 12 anos e inferiores a 50 anos, pois estamos a pensar no significado da Nupcialidade na análise de outros comportamentos demográficos como a Fecundidade, independentemente das correlações que possam existir entre a Nupcialidade e as condições sócio-económicas e culturais da comunidade.



continuada até ao sub-período de 1960 a 1991 com as mulheres a casarem com idade média de 23,4 anos.

Em Stª Tecla, as mulheres casaram, em média, mais jovens do que os homens, no intervalo de tempo de 1623 a 1991. Essa diferença atingiu, o valor mais baixo, no sub-período de 1623 a 1799, que foi de onze meses e vinte e três dias e, o valor máximo no sub-período de 1920 a 1959, que foi de três anos, sete meses e dezanove dias, em média.

A tendência, no comportamento dos indivíduos do sexo masculino, é diferente. De 1623 a 1959 os homens tendem a casar, pela primeira vez, cada vez mais tarde. Se, no sub-período de 1623 a 1799 casavam com a idade média de 27,2 anos, no sub-período de 1920 a 1959, fazem-no com a idade média de 28,2 anos. No último sub-período em observação houve uma nítida quebra na idade média dos homens ao primeiro casamento, de 28,2 para 25,5 anos.

Ao debruçarmo-nos sobre o comportamento nupcial dos jovens Enfiteutas e herdeiros da terra emprazada, confirmar-se-á a tendência de os homens realizarem o casamento mais tarde do que as mulheres. O herdeiro da Enfiteuse casava mais velho que o noivo da freguesia, em média, dois anos. A jovem, em contrapartida, casaria sensivelmente com a idade média da noiva da freguesia.

A tendência seria a de uma maior diferença nas idades ao primeiro casamento, entre os nubentes e herdeiros da terra emprazada, em média cerca de três anos, do que a diferença de idades entre os nubentes no total da freguesia, aproximadamente de um ano.

Uma gama vasta e complexa de factores justificarão as diferenças entre as idades médias ao primeiro casamento entre os sexos, de acordo com os vários sub-períodos e, relacionar-se-ão, sem sombra de dúvidas, com a situação económico-social e cultural dos nubentes e com as estratégias que influenciaram a possibilidade e o ritmo de formação de novos agregados familiares.

Uma explicação, para a idade mais tardia dos nubentes Enfiteutas, fundamentar-se-á no sistema de sucessão e herança praticado na Enfiteuse.

O sistema de transmissão dos bens imóveis caracterizava-se, na Enfiteuse, pela instituição de um herdeiro único, o filho varão mais velho ou, não existindo filhos varões, a filha mais velha. O filho herdeiro era nomeado ou através de uma escritura de dote feita antes do casamento ou, casos mais raros, à morte do primeiro ou último progenitor, através de um

testamento. Desta nomeação resultavam encargos para o herdeiro, pois contemplaria os irmãos com "tornas", cujo valor, pressupor-se-ia, corresponder à quota a que teriam direito na herança. Estas situações permitem-nos questionar se o herdeiro teria de aguardar a oportunidade de um enlace vantajoso com uma filha de um outro Enfiteuta, não necessariamente da freguesia, mas de acordo "com a sua qualidade" materializada através do dote, ou se teria simplesmente de aguardar pela morte do progenitor para a sucessão dos bens.

Um outro fenómeno que também questionámos, para toda a população e para todos os sub-períodos, embora não tenhamos elementos de referência significativos, é a "influência" da emigração na idade de casar. Na ausência de *Registos de Passaportes*, para o século XIX, não podemos deixar de referir a alusão feita, em três testamentos do século XVIII, numa amostra de setenta e três, a ligações com o Brasil<sup>33</sup>.

Independentemente do fenómeno migratório, se as estratégias de transmissão de bens, através da herança, terão condicionado, em larga medida, as idades dos nubentes ao primeiro casamento no período da Enfiteuse, a entrada em vigor do *Código Civil de 1867*, ao mandar partilhar a terra de igual modo por todos os herdeiros directos, não parece ter-se repercutido nas idades do primeiro matrimónio. As tendências registadas no aumento da idade do noivo ao casar, verificam-se desde 1623 a 1959.

Outros fenómenos com grau de complexidade diferenciada e, provavelmente, a actuar de forma complementar, explicarão o comportamento nupcial dos noivos de Stª Tecla.

O sub-período de 1960 a 1991, caracterizou-se por uma saída maciça dos jovens, de ambos os sexos, distribuídos por uma variedade de actividades, sobretudo na indústria e serviços, possibilitando aos jovens casais, condições económicas e sociais de maior estabilidade. Explicar-se-á

33 - No testamento de Gonçalo Pinto, feito em 1741, menciona-se a probabilidade da chegada de dinheiro do Brasil, através de uma procuração; nos testamentos de Luís Machado Freire e Joana Machado, escritos em 1736 e 1746, respectivamente, faz-se alusões a um familiar, sobrinho e irmão, a residir no Brasil; Mariana Cunha, em testamento datado de 1724, deixa 15\$000 réis a um neto "indo ele para o Brasil".

AMB. Livro de Testamentos Transcritos de Stª Tecla, FOLS 40-41 v, 26-29 v e 46v-49, 19-22 v.

deste modo e, provavelmente, a descida acentuada na idade ao casamento, em ambos os sexos.

Neste sub-período a grande maioria dos casamentos, realizaram-se com noivos radicados no estrangeiro ou nas grandes cidades e, sempre no mês de Agosto, a “aproveitar” o mês de férias, para o casamento “faustoso”. Casar na aldeia, correspondia e corresponde a um acto de exteriorização da nova posição sócio-económica dos intervenientes.

### 3. 2 - O Celibato Definitivo

Fazer a abordagem do celibato definitivo significa saber, segundo o sexo e o estado civil, a idade do indivíduo no momento da morte<sup>34</sup>.

Como só a partir de 1680 se verifica uma maior sistematicidade nos registos de óbitos, iniciámos a nossa observação a partir dessa data. Exceptuando o primeiro período, mantivemos a periodização que temos vindo a adoptar (Quadro 6).

Quadro Nº 6 - Celibato Definitivo (1680 - 1991)

Períodos	Homens			Mulheres		
	Totais	Solteiros	%	Totais	Solteiras	%
1680 - 1799	90	2	2,2	137	21	15,3
1800 - 1919	204	9	4,4	275	64	23,3
1920 - 1959	80	9	11,3	86	11	12,8
1960 - 1991	107	12	11,2	111	5	4,5
<b>Enfiteutas</b>						
Sécs. XVII e XVIII		0			3	

Fonte : *Livros de Registo de Baptismos, Casamentos e Óbitos* de Stª Tecla (1623-1991).  
Figs III a XV e XIX a XXVIII, Anexo I.

<sup>34</sup> - Considera-se celibatário definitivo o indivíduo que morre solteiro com idade superior a 50 anos.

Distinguimos dois momentos distintos no celibato definitivo em Stª Tecla. Um grande intervalo de tempo, de 1680 a 1919, em que o celibato definitivo atingiu principalmente o sexo feminino; um segundo intervalo, de 1920 a 1991 em que o celibato masculino aumentou e a percentagem de mulheres que morrem solteiras, com idade superior a cinquenta anos, diminuiu substancialmente, atingindo valores percentuais inferiores ao dos homens no sub-período de 1960 a 1991.

Ficar solteiro, nos sécs. XVII e XVIII em Stª Tecla, não teria atingido, significativamente, os descendentes directos dos Enfiteutas, embora, necessitássemos de um efectivo maior, para que os resultados, por nós obtidos, fossem mais valorizados. De qualquer modo, o celibato atingiria mais os indivíduos do sexo feminino que os indivíduos do sexo masculino, como aconteceu na globalidade da população.

Ficar solteiro com mais de 50 anos resultava, em grande medida, da interligação complexa de factores que envolviam o acto de casar: a situação económica, a estrutura demográfica e a natureza cultural da comunidade.

Numa comunidade rural que vivia da produção agrícola “arrancada” à terra, após um trabalho árduo e tenaz, a permanência das filhas solteiras no agregado familiar seria sinónimo de mais braços para trabalhar e, conseqüentemente, a possibilidade de maiores áreas a serem cultivadas.

Para lá desta hipótese, uma situação concreta foi detectada na maioria dos testamentos a que tivemos acesso. Com a instituição do herdeiro único, este ficava com a obrigação de dar, aos irmãos “por conta da legítima”, o quantitativo que se pressuporia ser equivalente ao valor da quota a que teriam direito na herança. Em relação às irmãs solteiras a “torna” só seria paga se a(s) irmã(s) se “apartasse(m)” ou, então, “não cabendo elas com ele” ou “chegando ela a tempo de tomar estado de casamento”<sup>35</sup>. É nossa opinião que todo um conjunto de circunstâncias se combinariam e fomentariam para que o herdeiro universal não viesse a

<sup>35</sup> - AMB. *Livro de Testamentos Transcritos de Stª Tecla, FOLS 10v-12v, 31-33, 66-66v, 70-71 v.*

disponibilizar as quantias a que ficara obrigado se determinadas condições se viessem a concretizar, contribuindo-se, deste modo, para um alargado celibato feminino.

Muitos dos testadores, preocuparam-se em declarar o valor do dote em dinheiro que a mulher trouxera, quando do casamento e a aplicação deste<sup>36</sup>. A detecção destes factos leva-nos a interrogar se a mulher ficava solteira porque os pais não tinham dote compatível com os bens do possível noivo ou porque era necessário que o irmão, herdeiro universal, mantivesse “forte” a herança ou porque o património do herdeiro universal era suficientemente frágil para poder satisfazer as obrigações testamentárias.

Além dos problemas relacionados com o património familiar, quando lemos as referências testamentárias em relação ao Brasil, embora esporádicas, pensamos que a saída definitiva da aldeia e muito particularmente para o Brasil, atingiria preferencialmente os homens, nos séculos XVII e XVIII e continuar-se-ia até meados do séc. XX, constituindo também uma das causas a considerar, no déficite do mercado matrimonial para o sexo feminino.

Nos últimos quarenta anos, com a saída intensa de rapazes e raparigas para o estrangeiro e para os centros urbanos, a procurarem trabalho, na indústria e nos serviços, novas condições económico-sociais e culturais surgiram em St<sup>a</sup> Tecla, contribuindo para a modificação dos hábitos comportamentais das pessoas e, nomeadamente, na diminuição do celibato feminino.

### 3.3 - A Proveniência dos Nubentes

Incidimos a nossa observação nas famílias que se estabeleceram em St<sup>a</sup> Tecla, porque nela tiveram filhos ou por que nela um dos cônjuges, pelo menos, faleceu.

<sup>36</sup> - Ibid, FOLS 67-68.

Quisemos saber o significado deste grupo de famílias, as estáveis, que constituem a nossa amostra, no conjunto das famílias que viveram e registaram actos vitais em St<sup>a</sup> Tecla (Quadro 7).

**Quadro Nº 7 - Significado das Famílias Estáveis (1623 - 1991)**

Nubentes	Famílias		
	Estáveis	Totais	%
H	760	1 713	44,4
M	824	1 786	46,1
HM	1584	3 499	45,3

Fonte: Livros de Registo de Baptismos, Casamentos e Óbitos, St<sup>a</sup> Tecla (1573-1991).

As famílias estáveis para o período de 1573 a 1991, correspondem a cerca de 45% das famílias cujas histórias de vida estão ligadas a St<sup>a</sup> Tecla.

Após conhecermos o grau de fiabilidade da amostra quisemos saber a representação dos nubentes naturais de St<sup>a</sup> Tecla (Quadro 8).

**Quadro Nº 8 - Os Nubentes Naturais de St<sup>a</sup> Tecla nas Famílias Estáveis (1623 - 1991)**

	Nubentes		
	De St <sup>a</sup> Tecla	Totais	%
H	389	741	52,5
M	424	806	52,6
HM	813	1547	52,6

Fonte: Livros de Registo de Baptizados, Casamentos e Óbitos, St<sup>a</sup> Tecla (1573 - 1991).

Mais de 50% dos nubentes das famílias estáveis são naturais de St<sup>a</sup> Tecla. É interessante registar o valor percentual “equilibrado” para ambos os sexos. Poderemos dizer, segundo este indicador,

que a mobilidade em St<sup>a</sup> Tecla seria um fenómeno que sempre se fez sentir na vida das populações<sup>37</sup>.

Interrogámo-nos sobre a naturalidade dos cônjuges a residirem em St<sup>a</sup> Tecla. Deparámo-nos de imediato e para muitos deles, com o problema da identificação da freguesia que os viu nascer. Considerámos estes nubentes como nubentes com proveniência desconhecida. Os cônjuges com a naturalidade desconhecida atingiram um valor significativo, principalmente no sub-período de 1623 a 1799, 38,9% (100) dos noivos e 37,4% (110) das noivas (Quadro I, Anexo II). Compreendemos estes valores pelas lacunas de informação existentes nos Registos de Casamento, lacunas que vão desaparecendo à medida que o registo é sistematicamente elaborado com maior grau de pormenor.

Distinguímos ainda os cônjuges que nasceram em freguesias identificadas, mas pertencentes a outros concelhos (Quadro I, Anexo II). A atracção exercida pelas localidades conhecidas e situadas fora do concelho,<sup>38</sup> na “procura” dos nubentes, foi reduzida. No período de 1623 a 1991, correspondeu, em valores médios, a 2,5% (19) e 2,1% (17) dos noivos e das noivas, respectivamente.

Os nubentes que nasceram no Concelho classificámo-los de acordo com a freguesia de origem. (Quadro I, Anexo II).

Quisemos traduzir, de forma clara e sintética, a dinâmica espacial dos nubentes que casaram em St<sup>a</sup> Tecla, oriundos do concelho e para os quatro sub-períodos em estudo (Fig. 2).

As freguesias limítrofes de Carvalho, Infesta e Arnoia foram as freguesias do concelho, para qualquer um dos sub-períodos, que estabeleceram uma interacção mais intensa com St<sup>a</sup> Tecla, no âmbito das ligações matrimoniais (Fig. 2).

Interessou-nos também, e muito particularmente a naturalidade dos cônjuges herdeiros da terra emprazada.

---

<sup>37</sup> - Só nos foi possível determinar o fluxo de entrada dos noivos oriundos de outras freguesias, embora, estejamos cientes que, muitos noivos naturais de St<sup>a</sup> Tecla, casaram e foram residir noutras freguesias.

<sup>38</sup> - A título de curiosidade destacámos, no séc. XVIII, a naturalidade de dois noivos. Um, oriundo da Galiza, outro, dos Açores, sem especificação da Ilha.

Fig. 2 - STA. TECLA  
 A proveniência dos Nubentes naturais do Concelho de Celorico de Basto (1623 - 1991)  
 Famílias eslávicas em Sta. Tecla

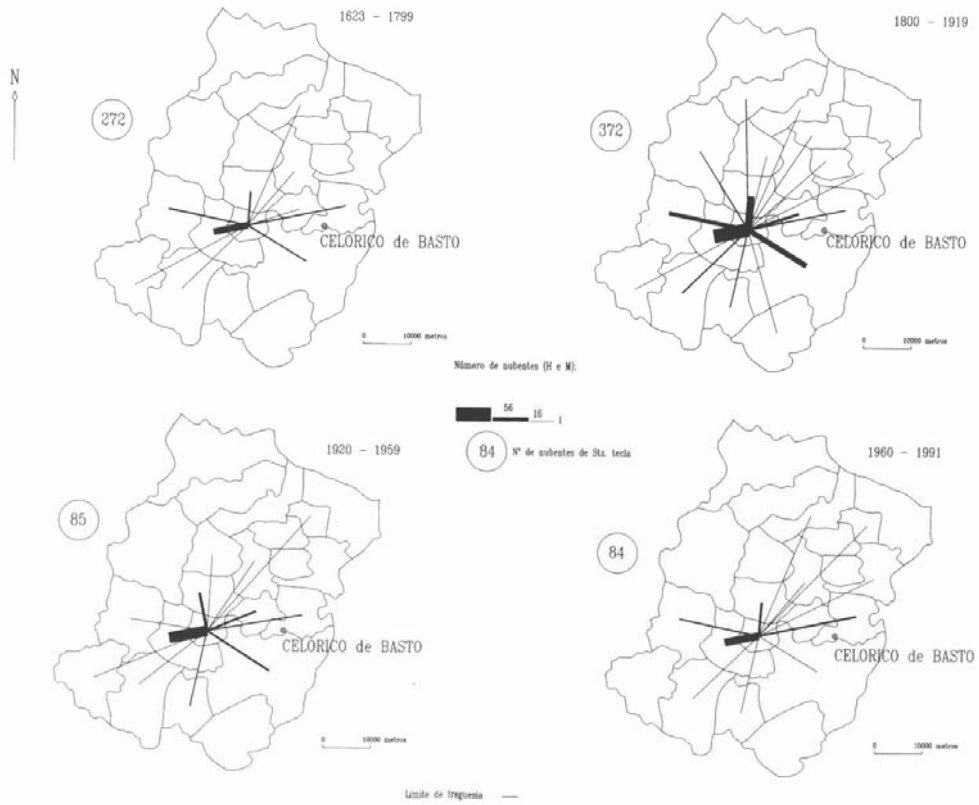
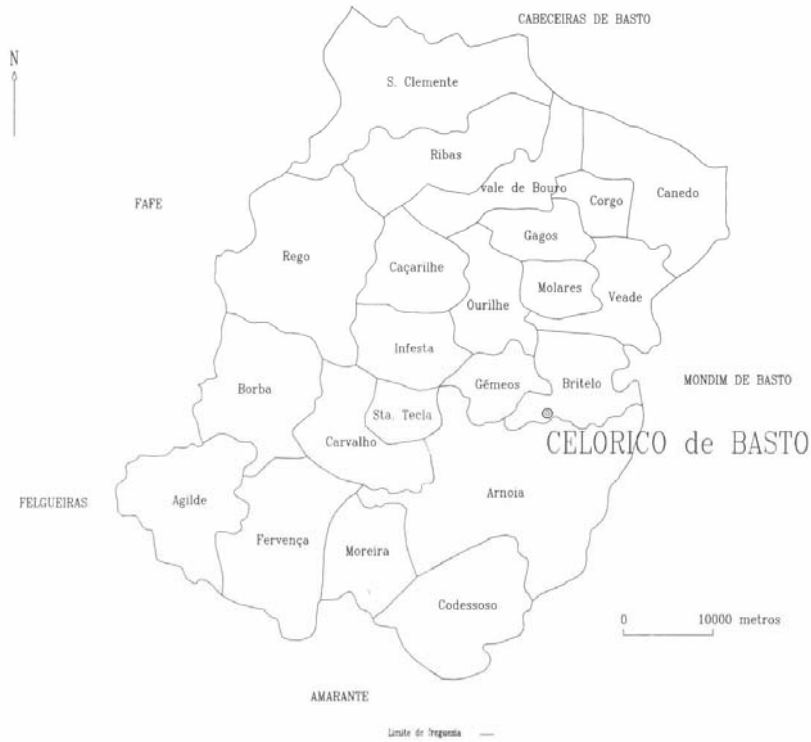
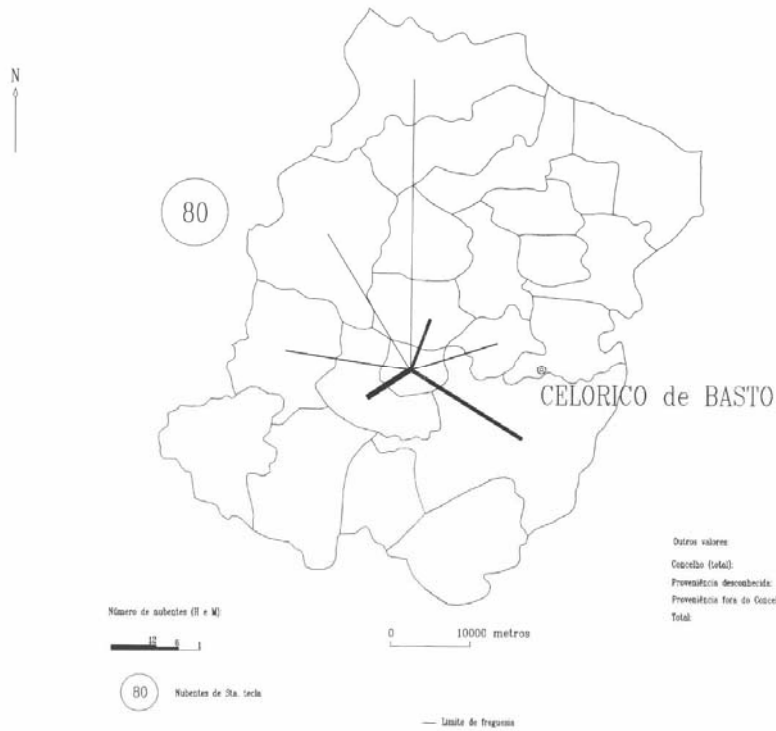


Fig. 2.1 - STA. TECLA - 1995  
 Divisão Administrativa do Concelho de Celorico de Basto



Fonte: Carta Administrativa de Portugal, folha Norte, escala 1:25000

Fig. 3 - STA. TECLA  
 A proveniência dos nubeses dos herdeiros directos da terra emprazada e oriundos do Concelho (+- 1623 a 1799)  
 Comenda de Veade e Convento de Arnoia



Outros valores:	
Concelho (total):	113
Proveniência desconhecida:	6
Proveniência fora do Concelho:	1
Total:	120

Fonte: Livro de Registo de Doações, Casamentos e Óbitos de Sta. Tecla (1623 - 1800)

Os herdeiros da Enfiteuse optariam, essencialmente, por noivos conterrâneos; 70,6% (41) e 62,9% (39) dos noivos e das noivas, respectivamente, são naturais de St<sup>a</sup> Tecla (Quadro II, Anexo II).

Foram as freguesias situadas no concelho que exerceram a atracção mais significativa, com a “oferta” de 88,2% (15) e 81,8% (18), respectivamente, dos noivos e das noivas oriundas de outras freguesias (Quadro II, Anexo II).

Curiosamente, desconhecemos a naturalidade de 3,4% (2) e 6,4%(4) dos noivos e das noivas que casaram com Enfiteutas de St<sup>a</sup> Tecla. Valor notoriamente contrastante em relação aos índices encontrados para o universo dos noivos, com naturalidade desconhecida, no mesmo sub-período.

Ao elaborarmos o fluxo dos Noivos Enfiteutas, no espaço correspondente ao concelho e em relação a St<sup>a</sup> Tecla, detectamos que foram, as freguesias de Carvalho, Infesta e Arnoia, as preferidas por aqueles que optaram, pelo respectivo “par”, fora da freguesia (Fig. 3).

A atracção exercida pelas freguesias limítrofes no âmbito matrimonial foi notório, quer para os noivos da Enfiteuse, quer para os noivos na sua totalidade.

Parece-nos poder dizer que a acessibilidade ao mercado matrimonial, em St<sup>a</sup> Tecla, nos últimos séculos, se explicará, em certo grau, pela distância tempo que separa as freguesias, ao fazer-se o percurso a pé.

Como que em síntese e, tomando por base, o indicador, a naturalidade do cônjuge em St<sup>a</sup> Tecla, diremos que a freguesia, no intervalo de tempo em observação, é caracterizada por uma certa abertura ao exterior, exterior entendido como o concelho onde se encontra inserida, e com uma dinâmica forte com as freguesias limítrofes de Carvalho, Infesta e Arnoia.

#### **4 - A FECUNDIDADE**

##### **4.1 - A Fecundidade no Casamento**

“Quem reconstitui famílias familiariza-se com um ritmo de nascimentos para o período do Antigo Regime que não pode deixar, intuitivamente, de classificar de natural”<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> - Amorim, Maria Norberta, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico, 1680-1980*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1991, p. 113.

Quando estudamos o comportamento reprodutivo de uma população, durante os últimos quatrocentos anos, é a fase de transição entre uma fecundidade próxima da natural e uma fecundidade controlada que desperta mais a atenção.

Estudaremos, com certo pormenor, os indicadores relativos à Fecundidade que maior influência terão tido na dinâmica que a comunidade rural de Stª Tecla imprimiu na organização do território que ocupa, desde há longos séculos.

Antes de iniciarmos o seu estudo, referiremos que o volume de observações sobre o qual incide o cálculo dos indicadores da Fecundidade no Casamento é sempre reduzido, pois foi necessário classificar cada família que, constitui uma ficha do ficheiro familiar, em famílias Tipo 1, Tipo 2, Tipo 3, Tipo 4, Tipo 5, Tipo 6, Tipo 7<sup>40</sup>, para só utilizarmos as famílias que permitem extrair, com rigor, a informação pretendida.

<sup>40</sup> - Amorim, Maria Norberta, *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, pp 30-31.

**FAMÍLIAS TIPO 1** - Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

**FAMÍLIAS TIPO 2** - Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de nascimento da mulher.

**FAMÍLIAS TIPO 3** - Famílias das quais conhecemos o registo de baptismo de todos os filhos, a data de casamento e a data de nascimento da mulher e desconhecemos a data de óbito do primeiro cônjuge a falecer.

**FAMÍLIAS TIPO 4** - Famílias das quais conhecemos o data de casamento e desconhecemos a data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

**FAMÍLIAS TIPO 5** - Famílias das quais conhecemos o nascimento dos filhos, a data de nascimento da mulher, a data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de nascimento de casamento.

**FAMÍLIAS TIPO 6** - Famílias das quais conhecemos o nascimento de filhos, a data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de casamento e a data de nascimento da mulher.

**FAMÍLIAS TIPO 7** - Todas as famílias que não se enquadram nas classes anteriores e todas aquelas nas quais se detecte sub-registo de baptizado de filhos.

#### 4. 1. 1 - Taxas de Fecundidade no Casamento por Grupos de Idade e Descendência Teórica

Escolhemos uma amostra que inclui os três tipos de famílias, famílias Tipos 1, 3 e 5, no intuito de aumentar o respectivo volume, embora saibamos que estamos apenas a considerar as observações referentes a grupos de idade completos da mulher.

Ao escolhermos Famílias Tipos 1, 3 e 5 além de aumentarmos o efectivo da Amostra também, "o efeito redutor do intervalo protogenésico ver-se-á atenuado assim como o efeito de rupturas precoces na união conjugal"<sup>41</sup>.

Na determinação da Taxa de Fecundidade no Casamento, por Grupos de Idade da Mulher, para Grupos de Idade Completos, considerámos as mulheres com idades compreendidas entre os 15 e 44 anos.

No cálculo da Descendência Teórica, ou seja, o número médio de filhos por mulher, tivemos em consideração as condições de fecundidade encontradas e a convivência conjugal se estender dos 20 aos 49 anos da mulher.

Em ambos os casos, foram consideradas as famílias que viveram em convivência conjugal cinco ou mais anos (Quadro 9).

**Quadro Nº 9 - Taxas de Fecundidade no Casamento por Grupos de Idade (15-44 anos da mulher)  
Descendência Teórica (20-49 anos da mulher)  
Em permilagem (1623 - 1991)**

Períodos	Observações (nº)	Grupos de Idade						Descendência Teórica (20-49 anos)
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	
1623 - 1799	229	286	361	358	334	291	172	7,7
1800 - 1919	271	273	440	380	318	288	156	8,1
1920 - 1959	119	258	395	379	326	275	148	7,7
1960 - 1991	68	.....	324	240	294	180	.....	5,6

Fonte : *Livros de Registo de Baptismos, Casamentos e Óbitos* de Stª Tecla ( 1573 - 1991 )

<sup>41</sup> - Amorim, Maria Norberta, "Reconstituição de Paróquias e Análise Demográfica. Estudo Comparativo de Gerações Nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal entre 1680 e 1850", vol. 1, *Actas do III Congresso da A.D.E.H.*, Ed. Afrontamento, 1995, p.49.



Os valores da Taxa de Fecundidade no Casamento, por Grupos de Idade, foram baixos, para qualquer sub-período considerado. Contudo, os valores mais elevados correspondem às mulheres com idades compreendidas entre os 20 e 39 anos, para qualquer um dos sub-períodos, em comparação com os grupos etários dos 15 a 19 anos ou dos 40 a 44 anos de idade.

Se compararmos os valores obtidos para os quatro sub-períodos, verificámos que foi no sub-período de 1800 a 1919 que os valores da Taxa de Fecundidade no Casamento foram mais elevados, para as mulheres com idades compreendidas entre os 20 e 29 anos; para o mesmo sub-período, as mulheres com idades compreendidas entre os 30 e 34 anos, tiveram uma Taxa de Fecundidade mais baixa em relação aos dois sub-períodos que lhe são adjacentes.

Ao questionarmos os valores relativamente baixos, para a época, das Taxas de Fecundidade detectadas no sub-período de 1623 a 1799, sub-período do domínio da Enfiteuse, admitimos que, nas comunidades do "Antigo Regime", existiriam mecanismos de regulação da fecundidade, actuando de uma forma consciente ou não na população, que regulamentariam a prática da "fecundidade natural"<sup>42</sup>.

Era normal, na época, uma amamentação prolongada pela mãe ao filho recém-nascido. O período prolongado de aleitamento poderá ser uma possível causa a ter em consideração, não só pelo facto de, biologicamente, a mãe a amamentar ter menores probabilidades de conceber, como também, pela dieta alimentar ser muito parca em variedade e mesmo em quantidade. Colocamos a hipótese da raridade de alimentos compatíveis com o organismo das crianças de poucos meses de idade, o que se traduziria na necessidade da mãe amamentar o filho durante um período mais dilatado.

<sup>42</sup> - Bideau, Alain, "Mecanismos Auto-Reguladores de Populações Tradicionais". Universidade Lyon, in: Marçílio, Maria Luísa, *População e Sociedade - evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, 1984.

As carências alimentares, combinadas com o trabalho árduo no campo, contribuiriam para que as condições físicas da mulher fossem débeis o que dificultava também a concepção.

Não nos podemos esquecer que, em pleno período da Enfiteuse, a população detentora do Domínio Útil contabilizava em alqueires/ano as bolotas produzidas pelos carvalhos; numerava a meia pereira, o meio salgueiro, a uveira ou as duas uveiras que com "as suas sessegas" se desenvolviam no "quinhão de terra" do vizinho.

Além destas hipóteses, poderemos avançar, com outra hipótese académica, na tentativa da compreensão dos valores baixos das Taxas de Fecundidade, por nós encontrados. A possível existência, de valores, também baixos, da Mortalidade Infantil, na época.

Como em síntese, diremos que é difícil construir um quadro explicativo das razões sub-adjacentes às baixas Taxas de Fecundidade no Casamento, em pleno período da Enfiteuse. Todavia, condições fisiológicas e factores sócio-culturais, como o aleitamento prolongado, a duração da abstinência pós-parto, poderão ter sido determinantes no comportamento desta comunidade rural.

Salientámos ainda o último sub-período, de 1960 a 1991. Para qualquer grupo de idades, mil mulheres tiveram, em média, o menor número de filhos em relação aos sub-períodos anteriores. Estamos em pleno período de controlo de natalidade por parte dos casais.

Este facto é confirmado pela observação dos valores da Descendência Teórica para os quatro sub-períodos. Se no final da vida reprodutiva, cada mulher com idade entre os 20 a 49 anos, teria o mesmo número médio de filhos 7,7, para os sub-períodos, de 1623 a 1799 e também de 1920 a 1959, no último sub-período em observação, de 1960-1991, o valor médio de filhos baixa para 5,6.

No entanto, ao pensarmos que o sub-período de 1960 a 1991, corresponde a uma época declarada de controlo dos nascimentos pelos casais, St<sup>ª</sup> Tecla apresenta valores ainda elevados.

A leitura da Pirâmide Etária de 1991 (Fig.1), confirma também, em nossa opinião, que a natalidade era ainda alta, na transição dos anos oitenta para os anos noventa.

Pela observação destes indicadores, parece-nos poder inferir que em Stª Tecla a fecundidade seria "próxima da natural" até aos anos vinte e, a partir desta década, os casais começariam "muito timidamente" a pensar em controlar a descendência, fazendo-o, de um modo mais decidido, a partir dos anos sessenta.

#### 4. 1. 2 - Idade Média da Mãe ao Nascimento do Último Filho

A observação da evolução da Idade Média da Mãe ao Nascimento do Último Filho, vem de encontro à leitura que estamos a fazer (Quadro 10).

**Quadro Nº 10 - Idade Média da Mãe ao Nascimento do Último Filho (1623 - 1991)**

Períodos	Observações	Idade Média
	( nº )	( Anos )
1623 - 1799	104	41.6
1800 - 1919	147	40.5
1920 - 1959	81	39.5
1960 - 1991	8	33.0

Fonte: Livros de Registo de Baptismos, Casamentos e Óbitos, Stª Tecla (1573 - 1991).

A Idade Média da Mãe ao Nascimento do Último Filho ultrapassou, definitivamente, a "barreira" dos 40 anos a partir de 1920.

Foi no sub-período de 1960 a 1991 que a Idade Média da Mãe ao Nascimento do Último Filho teve uma acentuada descida. No sub-período de 1920 a 1959, a mãe assistia ao nascimento do último filho com a idade média de trinta e nove anos e meio, enquanto no sub-período de 1960 a 1991, a mãe passou a ter o último filho com a idade média de trinta e três anos.

Se interligarmos as idades médias da mulher, ao primeiro casamento (Quadro 5) e ao nascimento do último filho (Quadro 10), em relação aos três sub-períodos, preferenciais no nosso trabalho: de 1623 a 1799, de 1920 a 1959 e de 1960 a 1991, várias dilações tiraremos.

No primeiro sub-período em observação, de 1623 a 1799, a mulher casou com a idade média de vinte e seis anos e três meses e teve o último filho com a idade média de quarenta e um anos, sete meses e sete dias, contando-se em média pouco mais de quinze anos de convivência conjugal.

No sub-período de 1920 a 1959, a mulher ao casar com a idade média de vinte e quatro anos e meio, casou mais jovem um ano e meio e teve o último filho catorze anos e dez meses após o casamento ou seja, em valores médios, com trinta e nove anos e meio de idade .

No sub-período de 1960 a 1991, a mulher em Stª Tecla, ao casar com vinte e três anos, quatro meses e vinte oito dias de idade, casava em relação a qualquer outro sub-período, mais jovem mas, também em relação a qualquer outro sub-período, teve o último filho, mais jovem. O último filho nasceu, em valores médios, nove anos, dezassete meses e vinte e um dias após o casamento.

Se compararmos os dois sub-períodos, de 1623 a 1799 e de 1960 a 1991, verificamos que houve uma redução média de cinco anos, no período que mediou entre a data do casamento da mulher e o ano de nascimento do último filho.

O autocontrolo da fecundidade no casamento tornou-se evidente, embora de modo não muito "drástico", em Stª Tecla, a partir dos anos sessenta.

#### 4. 1. 3 - As Famílias Segundo o Número de Filhos

Determinámos o número de filhos que cada família teve durante toda a convivência conjugal, isto é, as famílias<sup>43</sup> das quais conhecemos o início e o fim da união, independentemente da idade da mulher ao casamento (Quadro 11).

43 - Famílias Tipo 1 e Tipo 2.

Quadro Nº 11 - As Famílias Segundo o Número de Filhos (1623 - 1991)

Filhos ( n <sup>o</sup> )	Períodos							
	1623 - 1799		1800 - 1919		1920 - 1959		1960 - 1991	
	Famílias ( n <sup>o</sup> )	%	Famílias ( n <sup>o</sup> )	%	Famílias ( n <sup>o</sup> )	%	Famílias ( n <sup>o</sup> )	%
0	29	12,1	56	20,5	13	12,3	1	11,1
1	17	7,1	30	11	5	4,8	2	22,2
2	23	9,6	17	6,2	9	8,6	2	22,2
3	21	8,8	19	7	6	5,7	0	0
4	26	10,8	32	11,7	11	10,4	1	11,1
5	19	7,9	14	5,1	9	8,6	2	22,2
6	28	11,7	22	8,1	9	8,6	0	0
7	29	12,1	8	2,9	9	8,6	0	0
8	21	8,8	10	3,7	6	5,7	0	0
9	10	4,1	3	1,1	7	6,7	1	11,1
10	9	3,8	2	0,7	6	5,7	0	0
11	3	1,2	3	1,1	2	1,9	0	0
12	2	0,8	2	0,7	0	0	0	0
13	1	0,4	3	1,1	0	0	0	0
14	1	0,4	1	0,4	0	0	0	0
15	1	0,4	0	0	0	0	0	0
16	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>240</b>		<b>273</b>		<b>105</b>		<b>9</b>	
<b>% de famílias sem filhos , por período</b>								
		12,1		20,5		12,3		11,1
<b>Média de filhos por família e período</b>								
		4,7		4,1		4,3		3,2
<b>Média de filhos por família fecunda e período</b>								
		5,4		5,2		4,9		3,6

Fonte : Livros de Registo de Baptismos , Casamentos e Óbitos de Stª Tecla (1573 - 1991).

É interessante detectar, nas famílias com filhos, o tipo de família que esteve "na moda", consoante os sub-períodos em observação. Assim, no sub-período de 1623 a 1799 a família com maior frequência absoluta foi a família com sete filhos; no sub-período de 1800 a 1919 a família "em moda" foi a família com seis filhos; no sub-período de 1920 a 1959 detectámos uma situação "plurimodal", mais concretamente, as famílias com cinco, seis e sete filhos, respectivamente; no sub-período de 1960 a 1991 a situação "plurimodal" repete-se mas, recai nas famílias com um, dois e cinco filhos, respectivamente.

Curiosamente, neste sub-período, de 1960 a 1991, a família com cinco filhos equipara, quantitativamente, as famílias com um e dois filhos. Será, em nossa opinião, mais um indício revelador que as famílias de Stª Tecla, ainda se nortearão por princípios culturais e sociais algo distintos, na regulação dos filhos que vierem a ter .

Foi significativo o peso das famílias que não tiveram filhos, nos três primeiros sub-períodos. A respectiva percentagem oscilou significativamente. Salientámos o sub-período de 1800 a 1919, em que 20,5% das famílias observadas não tiveram filhos.

A média de filhos por família teve diferenças importantes. Evidenciámos os sub-períodos de 1623 a 1799 e de 1960 a 1991, como sendo os sub-períodos que registaram os valores médios de filhos, por família, extremos na nossa observação, 4,7 e 3, 2, respectivamente.

Nas famílias com filhos, detectámos também, que foi nos dois sub-períodos, de 1623 a 1799 e de 1960 a 1991 que se verificaram os valores extremos, 5,4 e 3,6 filhos por família, respectivamente.

Curiosamente, as famílias herdeiras directas da terra emprazada tiveram um comportamento, ligeiramente diferente, em relação ao total das famílias da época (Quadro 12).

Nas Famílias Enfitêuticas predominaram as famílias com cinco filhos, imediatamente seguidas pelas famílias com seis e quatro filhos. Os casais sem filhos corresponderam a 6,1% das famílias.

**Quadro Nº 12 - Famílias Enfitêuticas e o Número de Filhos (Sécs. XVII e XVIII)**

Filhos	Famílias	
	nº	%
0	3	6,1
1	1	2
2	6	12,2
3	4	8,2
4	6	12,2
5	8	16,3
6	7	14,3
7	5	10,2
8	3	6,1
9	2	4,1
10	1	2
11	0	0
12	2	4,1
13	1	2
14	0	0
	<b>49</b>	
<b>% de famílias sem filhos</b>		
6,1		
<b>Média de filhos por família</b>		
5,2		
<b>Média de filhos por família fecunda</b>		
5,5		

Fontes: *Livros de Registo de Baptismos, Casamentos e Óbitos* de Stª Tecla, Sécs. XVII e XVIII . Figs III a XV e XIX a XXVIII, Anexo I.

Apesar do volume reduzido da Amostra não nos permitir tirar dilações muito conclusivas, permite-nos, pensámos nós, questionar que a Família Enfitêutica seria caracterizada por possuir, em média, uma prole ligeiramente superior ao total das famílias, quer incluindo as famílias sem filhos, 5,2 filhos por família em comparação com os 4,7 filhos das famílias totais, quer considerando, apenas, as famílias com filhos, 5,5 filhos por família, em comparação com os 5,4 filhos das famílias que constituíam a população.

A Família Enfitêutica seria a família que, no mínimo, teria sempre, “a casa terreira e colmaça” e o “pedaço de terra que era horta” a garantir-lhe a sobrevivência, embora no limiar da pobreza.

#### 4. 1. 4 - A Duração do Casamento

A nossa observação incidiu nas famílias Tipo 1 e 2, isto é, nas famílias das quais conhecemos as datas de início e fim do matrimónio, quer tivessem ou não filhos e, independentemente da idade da mãe ao casamento. Não considerámos o último sub-período, de 1960 a 1991, sub-período caracterizado pela existência de famílias com ambos os cônjuges sobreviventes, facto que altera as possíveis comparações dos resultados.

**Quadro Nº13 - Duração dos Casamentos (1623 - 1959)**

Duração ( Anos )	Períodos					
	1623 - 1799		1800 - 1919		1920 - 1959	
	nº	%	nº	%	nº	%
De 0 a 4	14	5,8	23	8,4	3	2,9
De 5 a 9	17	7,1	20	7,3	5	4,6
De 10 a 14	21	8,7	26	9,5	8	7,6
De 15 a 19	26	10,8	23	8,4	7	6,7
De 20 a 24	30	12,5	30	11	3	2,9
De 25 a 29	24	10	24	8,8	4	3,8
>= 30	108	45	127	46,5	75	71,4
	<b>240</b>		<b>273</b>		<b>105</b>	
<b>Duração média ( Anos )</b>	27,9		27,5		36,2	

Fonte : *Livros de Registo de Baptismos , Casamentos e Óbitos* de Stª Tecla (1573 - 1991) .

Como se verifica pela observação do Quadro 13, são os casamentos com uma duração superior a trinta anos os que predominaram em cada sub-

período. O sub-período de 1920 a 1959 surge como o sub-período com a maior duração média do casamento, 36,2 anos, e com a maior percentagem de casamentos com duração superior a trinta anos, 71, 4%. O sub-período de 1623 a 1799 aparece como o sub-período com a menor percentagem de casamentos, 45%, com duração igual ou superior a trinta anos e com uma duração média no casamento de 27,9 anos.

Para o mesmo sub-período, tivemos curiosidade em saber o comportamento das Famílias Enfitêuticas. (Quadro 14).

**Quadro Nº 14 - Duração dos Casamentos das Famílias Enfitêuticas (Sécs. XVII e XVIII)**

Duração (Anos)	Nº	%
De 0 a 4	1	2,6
De 5 a 9	1	2,6
De 10 a 14	1	2,6
De 15 a 19	0	0
De 20 a 24	3	7,9
De 25 a 29	4	10,5
>=30	28	73,7

Fontes : *Registo de Casamentos e Óbitos* de Stª Tecla (Sécs. XVII E XVIII). Figs. III a XV e XIX a XXVIII Anexo I.

Mais de 70% dos casamentos das Famílias Enfitêuticas têm uma duração igual ou superior a trinta anos.

Cientes de que necessitaríamos de um volume maior de valores, para que o nosso raciocínio fosse mais conclusivo, não será estranho argumentar que condições de sobrevivência mais favoráveis explicarão o período médio de vida dos casais Enfitêuticas, implicando o enfraquecimento das taxas de mortalidade adulta em idades baixas e aumentando a esperança de vida.

Se este raciocínio é válido para a População Enfitêutica, também a dimensão média dos valores da duração do casamento, embora menor,

para a globalidade da população e para o mesmo sub-período, nos permite levantar a hipótese de uma esperança média de vida assinalável, para a comunidade adulta de Stª Tecla.

#### 4. 1. 5 - As Concepções Pré-Nupciais

Estudar os intervalos intergenésicos inferiores a oito meses permite-nos, além do estudo reprodutivo de uma comunidade, tentar levantar hipóteses, com um certo grau de coerência, sobre o papel individual dos noivos, sobre a convivência interna entre eles e, de certa forma, sobre os constrangimentos sociais a que estavam sujeitos <sup>44</sup> (Quadro 15).

**Quadro Nº 15 - As Concepções Pré - Nupciais (1623 - 1991)**

Períodos	Intervalos protogenésicos		
	Totais	< 8 Meses	%
1623 - 1799	263	41	15,6
1800 - 1819	277	38	13,7
1920 - 1959	114	37	32,4
1960 - 1991	79	13	16,4

Fonte : *Livros de Registo de Baptismos e Casamentos* , Stª Tecla (1573 - 1991).

Foi no sub-período de 1920 a 1959, que as concepções pré-nupciais atingiram o maior valor, 32,4%. Foi no sub-período de 1800 a 1919 que atingiram o valor mais baixo, 13,7%. Em plena época de controlo da fecundidade, de 1960 a 1991, os valores percentuais foram na ordem dos 16,4%.

A observação dos valores deste indicador, permite-nos questionar a importância do papel da Igreja, na evolução do comportamento dos noivos,

<sup>44</sup> - Amorim, Maria Norberta, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico, 1680-1980*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1992, pp 157-166.

ao doutrinar sobre o pecado que eles recorreriam se consumassem a sua união antes do acto religioso<sup>45</sup>.

#### 4. 2 - A Fecundidade Fora do Casamento

A percentagem de filhos nascidos fora do casamento foi, de um modo geral, alta (Quadro 16).

Quadro Nº 16 - Os Nascimentos Fora do Casamento (1623 - 1991)

Períodos	Nascimentos		
	Totais	Fora do casamento	%
1623 - 1799	2662	497	18,6
1800 - 1919	2534	484	19,1
1920 - 1959	1065	122	11,4
1960 - 1991	431	14	3,2
<b>Enfiteutas</b>			
Sécs XVII e XVIII	436	28	6,4

Fonte : *Livros de Registo de Baptismo* de Stª Tecla (1573-1991)  
Figs. III a XV e XIX a XXVIII Anexo I.

Nos dois primeiros sub-períodos, de 1623 a 1799 e de 1800 a 1919, os valores de nascimentos fora do casamento foram mais volumosos, 18,6% e 19,1%, respectivamente.

Curiosamente, no sub-período de 1623 a 1799, o índice de nascimentos fora do casamento, cujas mães são as filhas dos herdeiros

<sup>45</sup> - Segundo as Constituições do Arcebispado de Braga de 1639, no Título Nonο, Constituição X: "Da idade que se requer para desposorios, e da pena que ocorrem os desposados, que tem copula antes de casar". Amorim, Maria Norberta, *Guimarães 1580-1919, Estudo Demográfico*, Inic, 1987, pp 227-229.

directos da terra emprazada e alvo da nossa Amostra, corresponderá sensivelmente a uma terça parte (6,4) em comparação com os valores globais (18,6) atingidos pela população alvo da nossa observação.

Apesar do volume reduzido da Amostra ela permite que nos interroguemos sobre o factor determinante nos valores atingidos pelo fenómeno em pleno período da Enfiteuse, muito provavelmente, a posição sócio-económica da mãe que vê nascer o seu filho fora da instituição matrimonial.

Evidenciámos ainda os dois primeiros sub-períodos, sub-períodos em que o celibato definitivo feminino atingiu os maiores valores (Quadro 6). Questionámo-nos se poderemos interrelacionar os indicadores, filhos nascidos fora do casamento e celibato definitivo, uma vez que, são as mães solteiras que predominam na nossa observação (Quadro 17).

Quadro Nº 17 - Estado Civil das Mães dos Filhos Nascidos Fora do Casamento (1623 - 1991)

Períodos	Estado Civil da Mãe			% solteira
	solteira	casada	viuva	
1623 - 1799	327	4	2	98,1
1800 - 1919	235	5	7	94,8
1920 - 1959	53	1	2	94,7
1960 - 1991	11	0	0	100
<b>Enfiteutas</b>				
Séc.s XVII e XVIII	14	0	1	93,3

Fonte : *Livros de Registo de Baptismos* de Stª Tecla (1573 - 1991)  
Figs. III a XV e XIX a XXVIII Anexo I.

Para qualquer sub-período em observação a mãe solteira ultrapassava sempre os 94%, no total das mães com filhos fora do casamento.

São as mães solteiras que também predominam no caso das filhas dos herdeiros directos dos Prazos alvo da Amostra em estudo. Evidenciámos ainda quatro mães solteiras e filhas de Enfiteutas que, posteriormente, vieram a casar.

Também parece-nos poder inferir, através da leitura do Quadro 18, que a idade média da mãe solteira ao nascimento do primeiro filho conhecido, e para qualquer um dos períodos em estudo, era sempre superior a 22 anos.

**Quadro Nº 18 - Idade Média da Mãe Solteira ao Nascimento do Primeiro Filho Conhecido (1623 - 1991)**

Períodos	Observações	Idade Média
	(nº)	( Anos )
1623 - 1799	59	25,9
1800 - 1919	98	22,6
1920 - 1959	19	22,6
1960 - 1991	4	24
<b>Enfiteutas</b>		
Séc.s XVII e XVIII	11	26,7

Fonte : *Livros de Registos de Baptismos* de Stª Tecla (1573 - 1991)  
Figs. III a XV e XIX a XXVIII Anexo I.

Salientamos, no sub-período de 1623 a 1799, domínio da Enfiteuse, a idade média da mãe solteira ao nascimento do primeiro filho conhecido, ultrapassar os vinte e cinco anos, idade a partir da qual o indivíduo era considerado maior, no Antigo Regime. Apesar do volume reduzido da Amostra avançamos com a hipótese da mãe solteira, filha do Enfiteuta herdeiro directo, ter o seu primeiro filho conhecido um ano mais tarde do que a mãe solteira na freguesia.

Ainda foi neste sub-período que os nascimentos fora do casamento atingiram uma percentagem próxima dos 19%, além das mães solteiras

corresponderem a 98% das mães com filhos fora do casamento. As mães também solteiras, mas filhas dos Enfiteutas herdeiros directos dos Prazos e alvo da Amostra em estudo, corresponderiam a um efectivo de 14 (94%) num total de 15.

Ao relacionarmos os três indicadores e cientes de que o sistema de transmissão de bens, através da herança, privilegiava o herdeiro único, questionámo-nos se as estratégias desenvolvidas pela "manutenção" das irmãs solteiras no agregado familiar, a fim de evitar o recebimento da quota a que tinham direito, não "favoreceu" os nascimentos fora do casamento.

Além das mães solteiras ligadas às Famílias Enfiteúicas, lembramos aquelas, com certeza a maioria, que pelas dificuldades económicas seriam objecto das relações extra-matrimoniais<sup>46</sup>.

Torna-se problemático interpretar as oscilações da fecundidade fora do casamento num intervalo de tempo de quatro séculos. O índice de celibato definitivo feminino, o trabalho agrícola, a proporcionar às jovens períodos prolongados fora de casa, a estratégia para conseguir marido ou, então, a estratégia que visasse a garantia e protecção no futuro, quando a idade se fizesse sentir, numa sociedade que dava primazia à família nuclear e os irmãos casados não são obrigados a olhar pelas irmãs solteiras, serão, entre outros, factores a considerar na tentativa de entendimento da problemática <sup>47</sup>.

## 5 - A MORTALIDADE

Uma das dificuldades na análise da Mortalidade explica-se pelas lacunas que frequentemente se verificam nas respectivas Fontes.

Apesar do primeiro óbito registado datar de 24/4/1571, optámos por iniciar o nosso estudo em 1680, pois de 1574 a 1679, encontrámos grandes lacunas nos registos de óbitos.

<sup>46</sup> - Não esqueceremos, aquando do levantamento dos nascimentos, através dos registos de baptizados, que encontrámos, para várias famílias, três gerações de mães solteiras.

<sup>47</sup> - Bertrell, Caroline B., *Homens que partem, Mulheres que Esperam - consequências da emigração numa freguesia minhota*, Pub. Dom Quichote, Lisboa, 1991, pp 264-266.

Outro problema se nos levantou, também relacionado com as Fontes. Esporadicamente encontrámos registo de óbitos para menores de um ano mas, só a partir de 1840, o respectivo registo se fez com regularidade. Curiosamente, com muita frequência e ao lado do registo de baptismo surgia as expressões "morreu logo" ou "morreu ao nascer".

Por estes motivos, na variável demográfica Mortalidade, fizemos dois tipos de observações. Uma, a Mortalidade Infantil, a partir de 1840. Outra, uma aproximação à mortalidade, de um certo tipo de adultos, os adultos casados, que morreram com mais de vinte e cinco anos.

### 5. 1 - A Mortalidade Infantil

A observação incide nos filhos das famílias estáveis, famílias que viveram toda ou parte da vida em St<sup>a</sup> Tecla e um dos cônjuges faleceu na freguesia<sup>48</sup>. Estamos cientes que, ao escolher a Amostra segundo estes critérios, reduzimos a população em risco de morrer antes de ter atingido um ano de vida. Eliminámos, para um período de forte mobilidade<sup>49</sup>, a população que "transitou" por St<sup>a</sup> Tecla e que, normalmente, detinha condições económicas muito precárias; também excluimos os filhos fora do casamento. Não poderemos esquecer, contudo, que a Amostra incide, principalmente, nos descendentes das famílias que teriam estado no cerne da organização económico/social e espacial da freguesia, as famílias detentoras da propriedade rústica.

Considerámos três períodos. O primeiro iniciado em 1840 e os restantes a corresponder à periodização que temos vindo a adoptar (Quadro 19).

<sup>48</sup> - Estudámos a Mortalidade Infantil nas Famílias Tipo 1, 2, 5 e 6.

<sup>49</sup> - Se a Mobilidade é das variáveis demográficas, cujo conhecimento maior interesse teria neste trabalho, não temos Fontes, como Registos de Passaportes, quer internos quer para o estrangeiro, Róis de Confessados ... que nos permitam fazer o seu estudo.

Quadro N<sup>o</sup>19 - Mortalidade Infantil ( 1840 - 1991 )

Períodos	Nascimentos			Óbitos < 1 Ano			Mortalidade ( % )		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
1840 - 1919	517	462	979	42	29	71	81,23	62,77	72,52
1920 - 1959	339	303	642	27	16	43	79,64	52,8	66,97
1960 - 1991	95	78	173	6	1	7	63,15	12,82	40,46

Fonte : Livros de Registo de Baptismos e Óbitos de St<sup>a</sup> Tecla ( 1573 - 1991 ).

Os valores de Mortalidade Infantil, embora os possamos considerar suaves e amenos, no intervalo de tempo em observação, são diferenciais em relação ao sexo. Em qualquer dos sub-períodos, os rapazes foram mais atingidos pela morte do que as raparigas. Interrogámo-nos se a distribuição dos nascimentos segundo o sexo, poderá ser uma das principais explicações do fenómeno. Não nos esquecemos que por cem raparigas nascidas o número de rapazes, também nascidos, foi sempre superior (Quadro 4).

É nosso entender e, independentemente do sexo, que os cocientes de mortalidade infantil foram baixos em St<sup>a</sup> Tecla, no intervalo de tempo por nós estudado. Não podemos esquecer que correspondem à mortalidade infantil que atingiu as famílias não só com maior estabilidade geográfica como também e, provavelmente, com maior estabilidade económica.

Ao longo dos três períodos em observação, os valores do cociente de mortalidade infantil diminuíram, justificados pela melhoria das condições profilático/sanitárias que se têm vindo a verificar, principalmente nas últimas décadas.

### 5. 2 - Níveis de Mortalidade Adulta

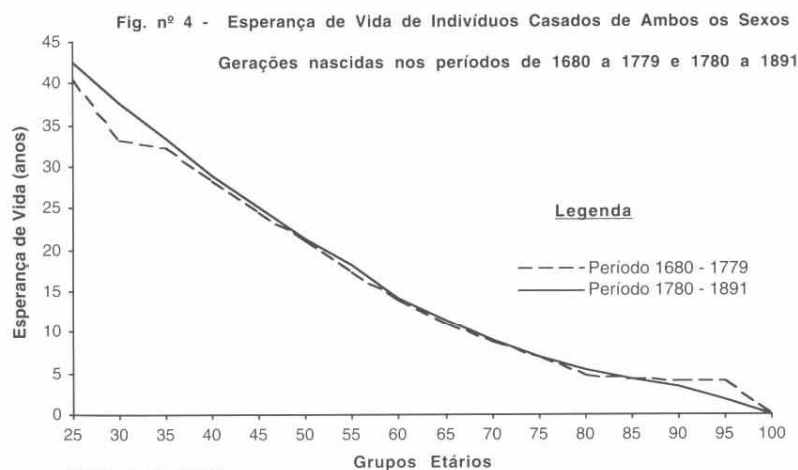
A observação incidiu nos indivíduos casados em St<sup>a</sup> Tecla ou não, mas que nasceram e morreram na freguesia com idade superior a 25



anos, distribuídos por duas gerações: a de 1680 a 1779 e a de 1780 a 1891<sup>50</sup>.

Após termos calculado os óbitos e os sobreviventes, para cada idade, calculámos a esperança média de vida respectiva. Com base nos valores encontrados, construímos um quadro abreviado com a esperança de vida segundo grupos etários de cinco anos, para as duas gerações em estudo (Fig. 4 e Quadro 20).

Ao compararmos as duas gerações, como seria de esperar, a esperança média de vida é, em termos médios, maior para a geração nascida em 1780-1891.



<sup>50</sup> - Estabelecemos como data limite o ano 1891, para a geração de 1780 a 1891, para evitarmos a exclusão de indivíduos eventualmente sobreviventes.

**Quadro Nº 20 - Esperança de Vida de Indivíduos Casados de Ambos os Sexos**  
Gerações Nascidas nos Períodos de 1680 a 1779 e 1780 a 1891

Grupos Etários	Períodos					
	1680-1779			1780-1891		
	Óbitos ( nº )	Sobreviventes ( nº )	Esperança de vida ( anos )	Óbitos ( nº )	Sobreviventes ( nº )	Esperança de vida ( anos )
25	7	376	40,48	7	464	42,5
30	11	369	33,2	9	457	37,64
35	11	358	32,22	8	448	33,36
40	16	347	28,17	17	440	28,93
45	22	331	24,41	24	423	25,02
50	22	309	20,95	33	399	21,34
55	29	287	17,35	24	366	18,04
60	36	258	13,8	58	342	14,13
65	54	222	10,9	60	284	11,49
70	58	168	8,64	71	224	8,86
75	44	110	6,95	68	153	6,92
80	42	66	4,8	46	85	5,46
85	16	24	4,25	25	39	4,17
90	6	8	4	11	14	3,43
95	2	2	4	3	3	1,83
100	0	0	0	0	0	0

Fonte : *Livros de Registo de Baptismos , Casamentos e Óbitos* de Stª Tecla ( 1573 - 1991 ).

A título de exemplo, os indivíduos do grupo etário dos 25 aos 29 anos e pertencentes à geração 1780-1891, com uma esperança de vida média, na ordem dos 42,5 anos, viveriam mais dois anos e dois meses do que os indivíduos do mesmo grupo de idade mas, pertencente à geração anterior, que teriam vivido 40,5 anos.

A diferença maior verificou-se no grupo etário dos trinta aos trinta e quatro anos, em que a geração de 1780 a 1891, com uma esperança média de vida igual a 37,6 anos, viveria mais quatro anos e cinco meses, do que a geração de 1680 a 1779, com a esperança média de vida de 33,2 anos.

Indicadores, em consonância com os valores de sobrevivência da comunidade de St<sup>a</sup> Tecla, para finais do século XVII a finais do século XIX, encontrámo-los na Idade Média ao Primeiro Casamento e na Duração Média do Casamento (Quadros 5 e 13). Os nubentes casaram com idades relativamente altas, os noivos com mais de 27 anos e as noivas com cerca de 26 anos; para todos os sub-períodos, a duração média do matrimónio ultrapassou os vinte e sete anos. Salientamos os sub-períodos de 1623 a 1799 e de 1800 a 1919, com 45% e 46,5% dos casais a coabitarem mais de trinta anos.

Estamos ainda a pensar nos valores, relativamente baixos, das Taxas de Fecundidade e da Descendência Teórica no Casamento (Quadro 9) que poderão, em parte, ser compreendidos pelos valores suaves da Mortalidade Infantil. Sabemos que a Mortalidade Infantil corresponde a sub-períodos posteriores a 1840 e relativos às famílias com maior estabilidade geográfica e, provavelmente, económica. Contudo, parece-nos poder admitir que, também estes resultados (Taxas de Fecundidade, Descendência Teórica e Mortalidade Infantil) vão ao encontro dos valores, por nós encontrados, para a sobrevivência das gerações.

Se a combinação dos valores, deste conjunto de indicadores, nos permitem questionar sobre uma relativa longevidade da população de St<sup>a</sup> Tecla, para os séculos XVII ao XIX, interrogámo-nos que tipos de ambientes favoreceriam a robustez necessária, para resistirem ao trabalho árduo da terra, à produção agrícola, quase sempre míngua, à dureza do pagamento de obrigações como, entre outras, o dizimo, os bens d'alma e as permícias, o foro, a lutuosa e o laudémio, a décima rústica e o o subsídio literário.....

## CAPÍTULO II - A ALFABETIZAÇÃO

### INTRODUÇÃO

Ao estudar a problemática da Alfabetização em St<sup>a</sup> Tecla, de acordo com os objectivos deste trabalho, pretendemos conseguir, tomando por indicador o grau de instrução da comunidade, a caracterização do ambiente cultural que envolveu a organização do território, nos últimos três séculos.

Para o intervalo de tempo de três séculos, distinguimos três sub-períodos, não só de acordo com as Fontes utilizadas mas também com as estruturas que favoreceram a Alfabetização<sup>51</sup>, que foram diferentes no período de tempo por nós considerado <sup>52</sup>.

Privilegiámos a Alfabetização no século XVIII pois, atendendo à especificidade da temática, dar-nos-á perspectivas novas sobre o ambiente que envolveu St<sup>a</sup> Tecla em pleno período do domínio da Enfiteuse.

Um outro sub-período estudado correspondeu à transição do século XIX para o século XX (1879 - 1916) e que já considerámos de Escolarização. Para esta época colocámos, em paralelo, os resultados obtidos através das Fontes que utilizámos para o século XVIII, os *Livros de Registo de Baptismos e Casamentos e os Recenseamentos Gerais da População de 1880, 1890, 1911 e 1920*.

<sup>51</sup> - O desenvolvimento da problemática baseia-se no trabalho por nós desenvolvido, *A Alfabetização em (Basto) St<sup>a</sup> Tecla, séc.XVIII - séc. XX*, Instituto Superior de Ciências de Educação, Odivelas, 1993.

<sup>52</sup> - Por questões de ordem metodológica organizámos o texto relativo a este capítulo em Alfabetização, Instrução e Grau de Instrução na Actualidade.

São problemáticas que se desenvolveram em ambientes específicos e assentes, também, em estruturas distintas. Contudo não nos foi fácil, para não dizer impossível, marcar limites de transição. Transição que foi feita de modo muito lento, com avaliações assentes em reformas educativas que emanaram dos poderes políticos empenhados, pelo menos teoricamente, na divulgação generalizada da instrução nas populações.

Finalmente, fizemos uma avaliação sobre o grau de instrução da população de St<sup>ª</sup> Tecla, na Actualidade, com base nos indicadores fornecidos pelos *Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991*.

## 1 - A ALFABETIZAÇÃO NO SÉCULO XVIII (1700-1779)

### Nota Prévia

Para obtermos o conceito de alfabetizado, para o sub-período de 1700 a 1779, adoptámos a escala de classificação de assinaturas, segundo a metodologia de Justino Magalhães, uma escala que se divide em cinco níveis, do nível 1 ao nível 5. Baseia-se no exame da assinatura e nos sinais deixados pelos padrinhos e testemunhas nos *Registos de Baptismo e Casamento*<sup>53</sup>.

A escala utilizada, a caligráfica de cinco níveis e, dentro de cada nível, procura-se seriar a assinatura de acordo com a perfeição do traço, permite-nos formular um conjunto de questões/comentários.

Um indivíduo que assinava, utilizando um símbolo como uma cruz, era um indivíduo que não era capaz de ler e escrever? Por outro lado, também nos questionámos se será correcto e legítimo poder dizer-se que quem assinava de cruz sabia escrever e ler.

<sup>53</sup> - Escala de classificação do tipo de escrita

**Nível 1** - Assinatura através de um sinal em cruz ou outro símbolo. O "sinal" mais comum é a cruz, de dimensões variadas, desenhada de forma mais ou menos perfeita.

**Nível 2** - É uma assinatura que facilmente se detecta que o assinante amestrou um traçado de assinatura.

**Nível 3** - Assinatura sem erros, com carecteres firmes que revelam uma certa destreza no manusear da caneta.

**Nível 4** - É uma assinatura aperfeiçoada, caligráfica, estilizada.

**Nível 5** - Assinatura personalizada, firme, legível, perfeita e desenvolta.

Em relação ao indivíduo que traçava uma assinatura nível dois, ficamos a dúvida se de facto, ele lia e escrevia. É suficiente um indivíduo traçar uma assinatura nível dois, para se afirmar que sabia escrever e ler?

Os indivíduos com uma assinatura, cuja qualidade do traço classificámos com o nível três, foram, com certeza, indivíduos que sabiam ler e escrever "sem problemas".

O assinante com uma assinatura nível quatro seria um escrevente com capacidade de redacção de textos para além da fluidez da leitura.

O assinante com uma assinatura nível cinco seria o escritor, o leitor, o "matemático" para quem a arte de ler, escrever e contar eram destrezas que o distinguiam no universo dos homens cultos da época.

Independentemente do nível da assinatura, outras questões e problemas se nos depararam.

1 - Em 1780 os padrinhos de baptismo deixaram de assinar o respectivo registo, motivo que empobreceu a Amostra e "obrigou" a nossa observação terminar em 1779.

2 - Na observação das assinaturas excluímos os padrinhos e testemunhas que, ao tempo, não residiam na freguesia, a par dos párocos e clérigos, mesmo os naturais da freguesia; preocupámo-nos também em considerar por uma só vez os participantes que repetiam a sua presença activa nos actos vitais da freguesia.

3 - Como no séc. XVIII encontrámos apenas dois indivíduos do sexo feminino a assinar<sup>54</sup>, parece-nos oportuno e pertinente formular as seguintes questões:

Ler e escrever constituiu no século XVIII uma destreza destinada aos indivíduos do sexo masculino?

Saber ler e escrever são indicadores de um poder social exclusivo deste mesmo sexo?

O facto das mulheres não assinarem em público, correspondia a um comportamento cultural da época?

<sup>54</sup> - As outras madrinhas não assinavam mas havia sempre um indivíduo do sexo masculino, normalmente um familiar ou o pároco que assinavam a rogo.

4 - No universo dos assinantes, exclusivamente masculinos, depararam-se nos dois grandes grupos. O grupo dos participantes/assinantes com data de nascimento conhecida, os autóctones e formado pelos indivíduos que conseguimos identificar através da data de nascimento; o grupo constituído pelos participantes/assinantes sem data de nascimento conhecida.

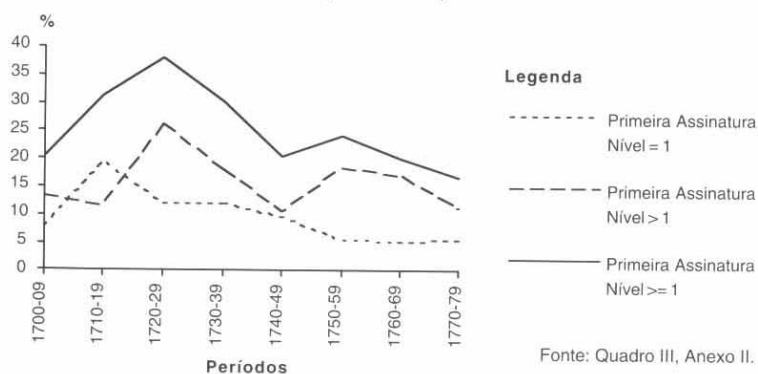
5 - Ainda informamos que o cálculo dos índices de Alfabetização foi feito na base da determinação do total de nascimentos segundo o sexo<sup>55</sup> e por décadas.

Abordámos, os diferentes índices, sempre que nos foi possível, a título comparativo, não só entre si como entre os participantes com data de nascimento conhecida e os participantes sem data de nascimento conhecida.

### 1. 1 - A Evolução dos Índices de Alfabetização

Tomámos por base a data da primeira assinatura e quisemos saber a relação existente entre o número de participantes e o número de nascimentos segundo o sexo.

Fig. nº 5 - Relação Entre o Número de Participantes e o Número de Nascimentos (1700 - 1779)



Fonte: Quadro III, Anexo II.

<sup>55</sup> - Como só encontramos dois assinantes do sexo feminino todo o trabalho é elaborado em função dos assinantes e participantes masculinos.

Pela observação da Fig. 5, consideramos que há uma correlação positiva entre o número de participantes/assinantes, independentemente do nível de assinatura exibido e o número de nascimentos.

Se nos debruçarmos no caso específico dos assinantes, ou seja, aqueles cujo nível de assinatura é maior que o nível um, dizemos que atingiram os 26, 3% na década de 1720 a 1729; nas décadas de 1730 a 1739 e de 1750 a 1759 os valores corresponderam, respectivamente, a 18, 2% e 18, 3%. Foi na década de 1740 a 1749, que encontramos o valor percentual mais baixo, de 10, 6%.

Pela leitura dos valores relativos aos níveis de assinatura maior que um, pensamos que o saber assinar não se encontrava, no século XVIII, concentrado num reduzido número de pessoas.

Este facto permite-nos levantar um conjunto de questões:

1 - Estaremos perante estruturas, um tanto ou quanto organizadas, na divulgação da aprendizagem do saber ler e escrever?

2 - Uma freguesia onde a Enfiteuse dominava, eram os Enfiteutas que ensinavam, em conjunto, os próprios filhos, os dos vizinhos e os dos amigos?

3 - Uma freguesia que sempre teve na época um Abade e um Cura, eram os Clérigos que ensinavam a ler e a escrever no(s) grupo(s) de Catequese<sup>56</sup>? Eram o barbeiro, o cirurgião, o músico, o alfaiate, que, possivelmente, sabiam ler e escrever que ensinavam os amigos e clientes?

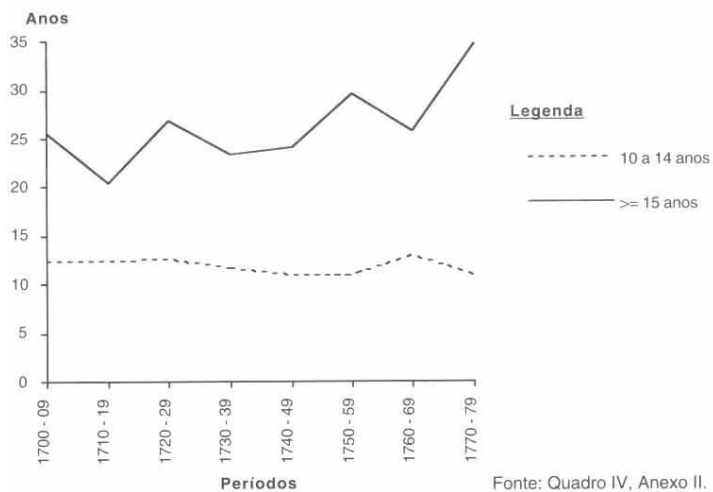
4 - Em que idade aprendia o habitante de Stª Tecla a ler e a escrever?

### 1. 2 - A Idade da Primeira Assinatura

Uma aproximação à possível idade de aprendizagem da leitura e da escrita consegui-la-emos através da determinação da idade média do assinante que, pela primeira vez, participou nos actos vitais da freguesia.

<sup>56</sup> - Lê-se no Registo de Óbito do Reverendo António Pires da Fonseca "... faleceu em 26 de Agosto de 1686...no lugar da Lavandeira...o Reverendo Mestre Escola de Valença do Minho...". AMB, Livro Misto 3.

Fig. nº 6 - A Idade Média da Primeira Assinatura (1700 - 1779)



Fonte: Quadro IV, Anexo II.

No cálculo deste indicador considerámos dois grupos etários. O grupo que engloba as idades dos 10 aos 14 anos inclusivé e o grupo que engloba as idades iguais ou superiores a 15 anos.

Foi curioso detectar, no período de 1740 a 1779, dois participantes com idade de onze anos, por sinal padrinhos de irmãos, quando a lei proibia que o padrinho não podia ter idade inferior a 14 anos (Fig. 6).

Ainda pela observação da Fig. 6 se verifica que de 1700 a 1769, para os indivíduos com uma idade superior a 15 anos, a idade média da primeira assinatura era bastante inferior a 30 anos.

A leitura deste indicador permite-nos levantar a hipótese que a aprendizagem da escrita, nesta freguesia e para este sub-período, se iniciava com os jovens e, quando muito, com jovens/adultos, muito provavelmente adolescentes. Exemplifiquemos com a década de 1700 a 1709. Nesta década

a idade média da primeira assinatura situava-se nos assinantes com idades ligeiramente superiores a 20 anos. Se um indivíduo assinava com idade próxima dos 20 anos, desenvolveu a sua aprendizagem numa fase adolescente, quando muito adolescente a jovem e, muito provavelmente, nos grupos de catequese. A credibilidade para esta hipótese encontrámo-la nos padrinhos que assinavam com idade inferior a 15 anos.

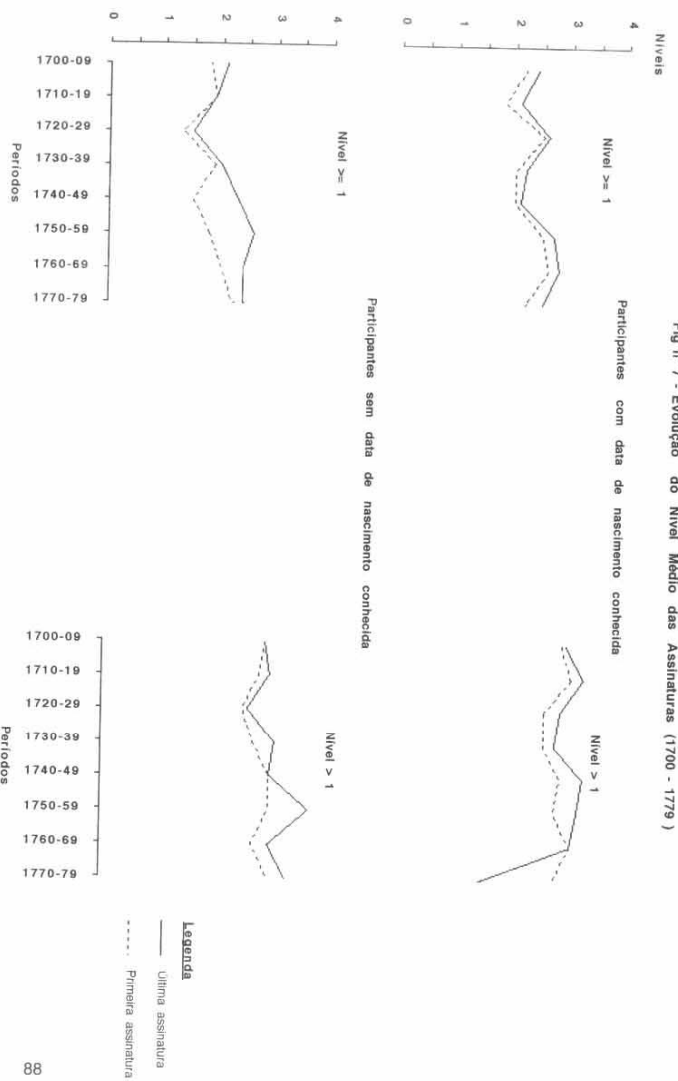
Após admitirmos como provável esta hipótese pretendemos conhecer a evolução da leitura e da escrita ao longo da vida do assinante.

### 1.3 - A Evolução do Nível Médio da Assinatura

Para caracterizar a evolução da prática da escrita, na vida dos assinantes de Stª Tecla, distinguimos os participantes dos quais conhecemos a data de nascimento dos participantes dos quais desconhecemos a respectiva data do nascimento (Fig.7). Nos dois grupos de assinantes distinguimos ainda a evolução do nível médio de todas as assinaturas (assinaturas com nível igual e maior que 1) e a evolução do nível médio das assinaturas, de facto, traçadas (assinaturas com nível maior que 1).

Em relação ao grupo de participantes com data de nascimento conhecida, ao compararmos a evolução do nível médio da primeira assinatura com a evolução do nível médio da última assinatura (Fig 7) diremos que de 1700 a 1769, se verificou uma evolução positiva na qualidade do traço, o que nos leva a deduzir que o participante desenvolveu ao longo da vida a destreza da escrita e, por princípio, a da leitura.

Na década de 1770 a 1779, o nível médio da última assinatura, nível 1, 5, foi bastante inferior ao nível médio da primeira assinatura, nível 2,8. Identificámos como padrinhos, para esta década, três avós de idade avançada e, com uma assinatura que classificámos com um nível inferior em relação a outras por eles efectuadas, em actos anteriores. Quando pensámos na evolução fisiológica da pessoa, questionámo-nos se este facto constituirá uma hipótese provável para a explicação da tendência



Fonte : Quadro V, Anexo II

negativa, na evolução da qualidade detectada. Se até uma certa idade é "normal" uma melhoria no traço firmado, também é "normal" que ao envelhecimento das capacidades motoras esteja associada incapacidade autográfica.

Ainda baseados na leitura da mesma figura (Fig. 7) e ao compararmos a evolução do nível médio da assinatura para aqueles participantes sem data de nascimento conhecida, diremos que houve um aperfeiçoamento da escrita e da leitura ao longo da vida das pessoas. O nível médio da primeira assinatura tende a ser mais baixo que o nível médio da última assinatura, o que revela, em nosso entender, uma representação e uma valorização positivas da leitura e da escrita no quotidiano destas populações.

Preocupámo-nos ainda em conhecer a evolução do nível médio da assinatura para os participantes que se iniciaram com idades inferiores a 20 anos, pois entendemos que este grupo representa, com maior propriedade, a capacidade autográfica da população em geral (Fig. nº 8).

Esta observação revela:

- 1 - todos os jovens valorizaram a sua qualidade autográfica ao longo da vida;
- 2 - a respectiva melhoria foi proporcional ao nível demonstrado no início da sua prática da escrita.

#### 1. 4 - O Volume dos Assinantes com Data de Nascimento Conhecida

Detectar o valor relativo dos participantes que nasceram na freguesia, no total dos participantes nos actos vitais, permite-nos uma aproximação ao "peso" dos Alfabetizados oriundos da população.

A observação da Fig. 9, permite-nos a leitura de que os participantes com data de nascimento conhecida, os autóctones, superaram, em todas as décadas, os 50% do total dos padrinhos e testemunhas de casamento e de baptismo.

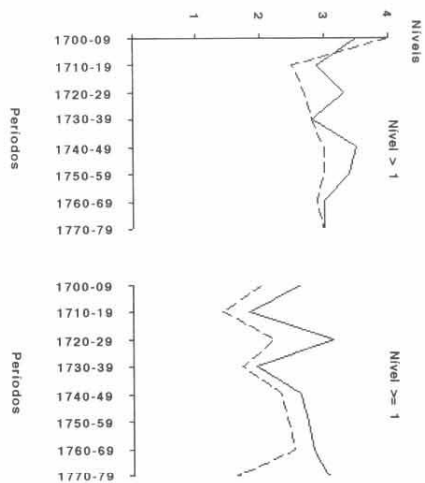
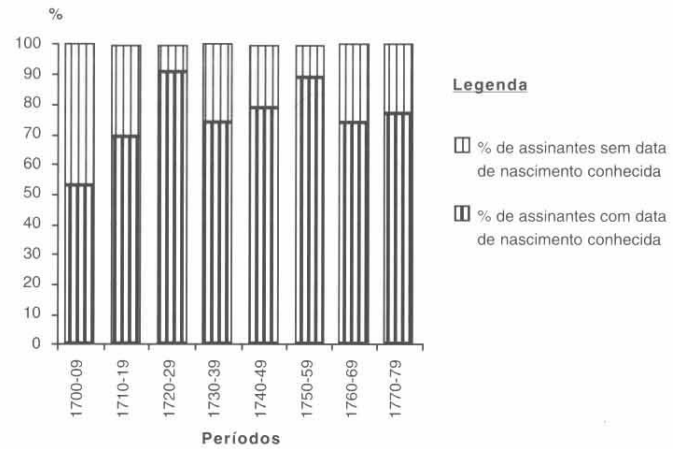


Fig. nº 8 - Evolução do Nível Médio da Assinatura  
Participantes com Idades compreendidas entre 10 e 20 anos

**Legenda**  
 - - - - - Primeira Assinatura  
 ————— Última Assinatura

Fonte: Quadro VI, Anexo II

Fig. nº 9 - Significado dos Assinantes com Data de Nascimento Conhecida



Fonte: Quadro VII, Anexo II.

Esta constatação permite-nos as seguintes inferições:

1 - A escolha dos padrinhos e testemunhas incidiria, preferencialmente, na esfera familiar, o que nos remete para a existência de redes de parentesco e, possivelmente, também de vizinhança, no universo das testemunhas e padrinhos de casamento e de batizado;

2 - A regularidade com que o grupo dos autóctones se destaca no universo dos assinantes explicar-se-á pela existência de estruturas relativamente organizadas de iniciação à leitura e à escrita para além da existência, por parte da população, da procura regular dessa mesma aprendizagem;

3 - Cada geração estaria "preparada", com os seus autóctones leitores e escreventes, para responder às necessidades básicas resultantes da utilização da leitura e da escrita.

## Conclusão

No estudo das assinaturas dos registos de baptismo e casamento questionámos a problemática da Alfabetização na freguesia e para o séc. XVIII.

As questões por nós levantadas e, para as quais não encontramos respostas suficientemente objectivas, em virtude da inexistência de fontes, pois implicam conhecer não só as estruturas que apoiaram e incentivaram a divulgação da aprendizagem do saber escrever e, por certo, ler e contar como as motivações da população em querer saber ler e escrever.

Apesar de todas as dificuldades, a investigação desenvolvida permite formular, pensamos nós, um conjunto de inferências que caracterizariam o ambiente cultural de St<sup>a</sup> Tecla, tomando-se como base a instrução da população no século XVIII:

1 - Existia uma estrutura com determinada organização que dinamizava e incentivava a divulgação da aprendizagem da leitura, escrita e contagem;

2 - A grande maioria dos assinantes, por certo, a par da escrita, liam e contavam, pois predominava a assinatura de nível igual ou superior a três;

3 - Saber ler e talvez escrever e contar, iniciava-se na fase jovem ou quando muito, na adolescência;

4 - Os assinantes aperfeiçoavam a destreza da escrita e, por certo, a da leitura e a da contagem, ao longo da vida;

5 - Havia uma certa sistematicidade e frequência na prática da escrita, através da participação nos actos vitais da freguesia;

6 - A relação entre os detentores do Domínio Útil da propriedade rústica e a aprendizagem da escrita, leitura e contagem seria muito forte, pois a grande maioria dos Enfiteutas firmavam uma assinatura de nível igual ou superior a 3.

7 - Ler, escrever e contar seria prática vulgarizada nos habitantes, independentemente do "status" adquirido, quer pelo rendimento, quer pela popularidade, quer pelo espírito de entreajuda, quer pelas relações de vizinhança.

## 2 - A ESCOLARIZAÇÃO, FINAIS DO SÉC. XIX-INÍCIOS DO SÉC. XX

### Introdução

Foi no século XIX prolongado pelo século XX que mais se fizeram sentir as repercussões das reformas educativas, muitas das quais não se chegaram a implementar, ficando exaradas em Decretos-Lei dos diversos governos ou em publicações de autores interessados e preocupados com a situação da Instrução em Portugal.

Questionámo-nos sobre o modo como se teriam repercutido, em St<sup>a</sup> Tecla, reformas educativas como a *Reforma Pombalina* publicada em *alvará de 28 de Junho de 1755*; a *Reforma publicada por Decreto-Lei de 16 de Agosto de 1779* com a qual o ensino elementar, até a essa data, na mão dos mestres e professores não eclesiásticos regressa, em boa parte, à mão dos religiosos; a *Reforma publicada em Decreto-Lei de 7 de Setembro de 1835*, assinada por Rodrigo da Fonseca onde se lê: "...a instrução primária seria administrada gratuitamente a todos os cidadãos em Escolas Públicas e o método seria o do Ensino Mútuo ou o de Lencastre..."; as consequências da *Reforma de Costa Cabral em 1844*; ainda uma outra, com grande impacto nacional, a *Reforma Descentralizadora de Rodrigo Sampaio de 1876*.

Apenas sabemos que a Escola Oficial iniciou o seu funcionamento, em St<sup>a</sup> Tecla, em 1904.

### A População Alfabetizada Segundo o Sexo (1879 - 1916)

Para o sub-período de 1879 a 1916 a nossa observação incidiu em dois tipos de documentos distintos, os *Registos de Baptismo e Casamento* e os *Recenseamentos Gerais da População*.

Baseados, ainda, nas assinaturas dos padrinhos de baptismo e casamento e testemunhas de casamento utilizámos uma escala dicotómica de classificação do tipo de escrita (1/1/1879 a 19/4/1911 e 23/4/1914 a 31/12/1916):

- Sabe escrever;
- Não sabe escrever.



Utilizámos este escala dicotómica de classificação do tipo de escrita, pois encontramos perante assinaturas bastante "uniformizadas"; as estruturas que apoiavam a Alfabetização eram diferentes daquelas que foram o suporte da Alfabetização no século XVIII; existem outras Fontes, para este período, os *Recenseamentos Gerais da População*, com critérios, também diferentes, para o conceito de Alfabetização mas que nos permitiram uma certa comparação de resultados.

Outras escalas de classificação do conceito de Alfabeto foram adoptadas nos *Recenseamentos Populacionais de 1880, 1890, 1911 e 1920* e assentes nos indicadores:

- Não sabe ler nem escrever;
- Sabe ler e escrever;
- Sabe ler.

A leitura do Quadro 21, permite-nos fazer a seguinte leitura:

1 - Os valores absolutos referentes ao sexo feminino, obtidos pela contagem que incidiu nos *Registos Paroquiais* não diferem substancialmente dos valores encontrados no *Recenseamento da População de 1911*.

No espaço de tempo de 1879 a Abril de 1911, contámos 68 indivíduos do sexo feminino que sabem escrever e 239 que não sabem escrever. O Recenseamento de 1911 menciona 61 indivíduos do sexo feminino que sabem ler e escrever e 240 que não sabem ler nem escrever.

A diferença torna-se mais acentuada para os indivíduos do sexo masculino. 117 homens sabem ler e escrever, menciona o Censo de 1911; 185 homens sabem escrever, segundo a contagem resultante da nossa observação.

Perante estes resultados interrogámo-nos se, com o funcionamento das escolas oficiais a nível nacional, só era considerado Alfabetizado quem tivesse frequentado a Escola<sup>57</sup> e foi posta de lado a contagem daqueles que, embora não tenham frequentado a escola oficial, sabiam ler e escrever.

<sup>57</sup> - Como já informámos, a escola oficial, em Stª Tecla, inicia o funcionamento no ano de 1904, após a criação de uma Escola Mista no Diário do Governo nº 86 de 21/4/1903.

Quadro Nº 21 - Comparação da População Alfabetizada Segundo os :  
Recenseamentos da População Portuguesa (1880 a 1920)  
Livros de Registo de Baptismos e Casamentos (1879 - 1916)

Períodos	Sabe ler e escrever				Não sabe ler nem escrever				Sabe escrever		Não sabe escrever		Sabe ler		População	
	H		M		H		M		H		M		H		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	H	M	H	M	H	M	H	M
1880 a)	73	26,9	9	2,7	199	73,1	320	97,3	.....	.....	.....	.....	.....	.....	272	329
1890 a)	101	36,7	27	8,3	173	63,3	295	91,7	.....	.....	.....	.....	.....	3	275	325
1911 a)	117	41,3	61	20,2	166	58,7	240	79,8	.....	.....	.....	.....	.....	.....	283	301
01/01/1879 - 19/04/1911 b)	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....
24/04/1911 - 31/12/1916 b)	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....
1920 a)	163	46,3	48	14,9	189	53,7	274	85,1	.....	.....	.....	.....	.....	.....	355	322

Fontes: a) II, III, V e VI Recenseamentos Populacionais, INE, Lisboa.  
b) Livros de Registo de Nascimento e Casamentos de Stª Tecla (1573 - 1991).

2 - A evolução do número de alfabetizados é positiva, para ambos os sexos, no sub-período de 1880 a 1911, independentemente das Fontes utilizadas.

3 - O *Recenseamento da População de 1920*, indica-nos uma inversão do fenómeno, em valores absolutos. Verificou-se um aumento dos indivíduos, e para ambos os sexos, que são analfabetos. Na nossa observação, para o período de Abril/1911 a Dezembro/1916, também registámos uma inversão na tendência do volume de alfabetizados, pois os indivíduos, de ambos os sexos, que sabem escrever foram em menor número.

Como que em síntese, diremos que os valores, por nós obtidos, colocam Stª Tecla no sub-período de 1879 a 1916, freguesia com fraca acessibilidade aos grandes centros urbanos, com índices de Alfabetização próximos e, por vezes, superiores aos verificados a nível concelhio, distrital e do Continente, conforme os *Recenseamentos Populacionais de 1880 e o de 1911*<sup>58</sup>.

Estes índices de tendência elevada corroborarão, de certo modo, os índices de Alfabetização detectados no século XVIII.

### 3 - O GRAU DE INSTRUÇÃO NA ACTUALIDADE

Stª Tecla, freguesia com índices de Alfabetização animadores, quer para o século XVIII quer para a transição dos sécs. XIX e XX, tem o seu primeiro *Recenseamento Escolar* datado de 28/8/1904. Se o *Recenseamento Escolar* faz, de facto, a cobertura das crianças em idade de frequentar a Escola, estávamos ainda muito longe da implementação da escolaridade obrigatória e universal<sup>59</sup>.

<sup>58</sup> - Em 1880, em Stª Tecla, 26,6% dos homens e 2,7% das mulheres sabiam ler e escrever.

Em 1911 sabiam ler, em Stª Tecla, 41,3% dos homens e 20,2% das mulheres; no Concelho, 32% dos homens e 12,5% das mulheres; no Distrito, 34,2% dos homens e 14,4% das mulheres; no Continente, 31,6% dos homens e 18,8% das mulheres.

<sup>59</sup> - Obrigatoriamente, os alunos eram recenseados, mas só um pequeno grupo se matriculava e frequentava a escola oficial.

Encontrámos, com sistematicidade, documentação a partir do ano lectivo de 1964/1965, os *Livros de Matrículas* dos alunos, que nos permitiram, a partir dessa data, obter indicadores válidos sobre a eficácia interna do subsistema educativo, a Escola em Stª Tecla.

Como esta problemática ultrapassa os objectivos deste trabalho, debruçamo-nos, apenas, nos indicadores fornecidos pelos *Recenseamentos da População de 1981 e 1991* e referentes ao grau de instrução dos habitantes de Stª Tecla (Quadro 22).

Quadro Nº 22 - O Grau de Instrução em Stª Tecla (1981 e 1991)

Anos	População	Sem Instrução Primária	Sem saber ler nem escrever	Instrução Primária Completa	Ensino Preparatório Completo	Ensino Secundário Completo	Curso Superior Completo
1981	446	283	...	145	11	5	...
1991	296	...	97	116	5	2	1

A frequentar o 1º Ano	A frequentar o Ensino Primário	A frequentar o Ensino Preparatório	A frequentar o Ensino Secundário	A frequentar o Ensino Superior	A frequentar outro tipo de ensino
...	56	10	5	0	1
33	...	15	3	...	...

Fonte : XIIº e XIIIº *Recenseamentos Gerais da População*, Ficheiro Síntese, INE, Lisboa, 1981 e 1991.

Após uma leitura dos indicadores fornecidos pelos últimos *Recenseamentos* diremos:

1 - Possuíam a instrução primária completa, em 1981, 32,5% dos habitantes (283) e, em 1991, 39,2% (97) desses mesmos habitantes;

2 - Tinham o Ensino Preparatório Completo 24,7% (11) e 1,7% (5) da população, respectivamente, em 1981 e 1991.

3 - Eram detentores do Ensino Secundário Completo 5 e 2 habitantes, respectivamente, em 1981 e 1991;

4 - Frequentavam o Ensino Preparatório, em 1981 e 1991, 2,2% (5) e 1,0% (3), respectivamente, dos moradores em St<sup>a</sup> Tecla;

4 - Em 1991, 32,8% (97) da população não sabia ler nem escrever<sup>60</sup>.

Em plena época de escolarização massiva, os indivíduos com habilitações académicas correspondentes ao 2<sup>o</sup> Ciclo do Ensino Básico e ao Ensino Secundário diminuíram, significativamente, em St<sup>a</sup> Tecla, de 1981 para 1991. Tratar-se-á de um indicador que demonstra a incapacidade do tecido de actividades de que dispõe, não só St<sup>a</sup> Tecla como o concelho, em dar resposta às necessidades de emprego da mão-de-obra que a própria Escola Básica e Secundária prepara. Possuidores de um diploma, os jovens deslocam-se, por princípio, para a Área Metropolitana do Porto, único conjunto urbano, mais próximo e capaz, de lhes proporcionar as oportunidades de trabalho adequadas à formação recebida.

Na Actualidade, existem ainda uma proporção considerável de residentes que não sabem ler nem escrever. Correspondem à população com idade mais avançada mas já contemporânea da Escola Oficial.

Na sua globalidade, a população actual evidencia um baixo índice de instrução. Todavia a análise desenvolvida para os últimos três séculos, revela que, em St<sup>a</sup> Tecla, houve sempre um núcleo significativo de Alfabetizados que fizeram um uso regular das suas capacidades autográficas.

Esta conclusão é tanto mais surpreendente quanto nos confronta a seguinte situação:

1 - Houve um impacto positivo na procura da Alfabetização no período do Antigo Regime;

2 - Este impacto tendeu a diminuir no séc. XIX e o projecto escolar (implementado a partir de 1904) não conseguiu inverter uma relativa secundarização da cultura escrita no quotidiano e no desenvolvimento da

---

<sup>60</sup> - O Recenseamento de 1981 refere 63,4% dos habitantes (283) sem instrução primária, que, segundo nossa opinião, não é sinónimo do volume de habitantes que não sabem ler nem escrever.

vida local, pois os maiores beneficiários da escolarização massiva partiram e partem para o exterior da comunidade.

Perante semelhante cenário cultural, com profundas implicações sociais, interrogamo-nos sobre o futuro de uma comunidade caracterizada por:

1 - uma população residente predominantemente analfabeta e de idade avançada ou, então, com baixo índice de instrução, acrescida dos jovens em idade escolar que vivem na expectativa da partida para os centros urbanos das áreas metropolitanas;

2 - um esvaziamento populacional que não pára de crescer;

3 - uma descapitalização, em termos humanos e materiais, com raízes profundas;

será que a actual política "das áreas periféricas" permitir-lhe-á, o "fôlego" indispensável para uma revitalização, fomentadora de outros estilos de vida que, forçosamente, condicionarão uma forma diferente no aproveitamento do seu espaço rural?

2ª PARTE

**O TERRITÓRIO DE Stª TECLA, LEITURA GEOGRÁFICA**

## INTRODUÇÃO

“Entre as províncias tradicionais do Minho e Trás-os-Montes estende-se uma ampla depressão alinhada seguida pelo Tâmega. Alvéolo tectónico ou simplesmente alargamento erosivo? O estado das vertentes e a ausência de fontes termais não permite decidir. No entanto, essa área baixa entre montanhas encontra-se bem individualizada com um “nom de pays,” que serve de complemento às vilas sedes dos seus três concelhos: Refojos ou Cabeceiras de Basto (...), Mondim de Basto e Celorico de Basto “ “ 61.

A raridade de estudos geomorfológicos sobre o Noroeste Português e, concretamente sobre a bacia do médio e baixo Tâmega, dificulta-nos o traçado de um quadro morfotectónico para St<sup>a</sup> Tecla.

Indicadores morfotectónicos que caracterizam a bacia média do Tâmega são os vários níveis de aplanamento embutidos, as chamadas superfícies de aplanamento degradadas, e a existência de falhas prováveis<sup>62</sup>.

Inserida na bacia média do Tâmega, St<sup>a</sup> Tecla é caracterizada, morfologicamente e em linhas gerais, (Fig.10) por um vale principal com vertentes declivosas e sulcadas por veios de água que correm através de

---

61 - Ribeiro, Orlando, *Opúsculos Geográficos, VI Volume*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 263.

62 - Brum Ferreira, Denise, *Carte Geomorphologique du Portugal*, Lisboa, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, Nº 6, 1981.

Ribeiro, Orlando; Lautensach, Hermann; Daveau, Suzanne, *Geografia de Portugal, Volume I*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1987, p. 252.

gargantas apertadas para a ribeira principal, “o rio” de St<sup>a</sup> Tecla, o que confere ao relevo, com altitudes a variar entre valores próximos dos 600 e 250 metros, um movimento relativamente acidentado.

Geologicamente é constituída por granitos calco-alcalinos de idade hercínica<sup>63</sup>.

Para uma identificação precisa do clima, necessitaríamos de estudos efectuados a nível regional que incluíssem observações sinópticas efectuadas em St<sup>a</sup> Tecla.

Os estudos climáticos a nível regional e mais precisamente a nível local rareiam no nosso País.

“O conhecimento dos climas locais está ainda pouco adiantado em Portugal, a despeito do seu enorme interesse prático. Uma das razões é, sem dúvida, o custo elevado deste tipo de investigação, que costuma só ser realizado em resposta a encomendas específicas de utilizadores potenciais, ou em relação a lugares de particular interesse teórico, susceptíveis de fornecer regras, que permitem prever o comportamento climático de formas análogas de relevo.”<sup>64</sup>

St<sup>a</sup> Tecla enquadra-se numa área de transição climática, limítrofe do litoral, com predominância atlântica e das regiões interiores, já atingidas pelo efeito continentalidade. As vertentes, soalheiras e sombrias, constituem para além das variações de altitude, factores preponderantes nas características locais do clima.

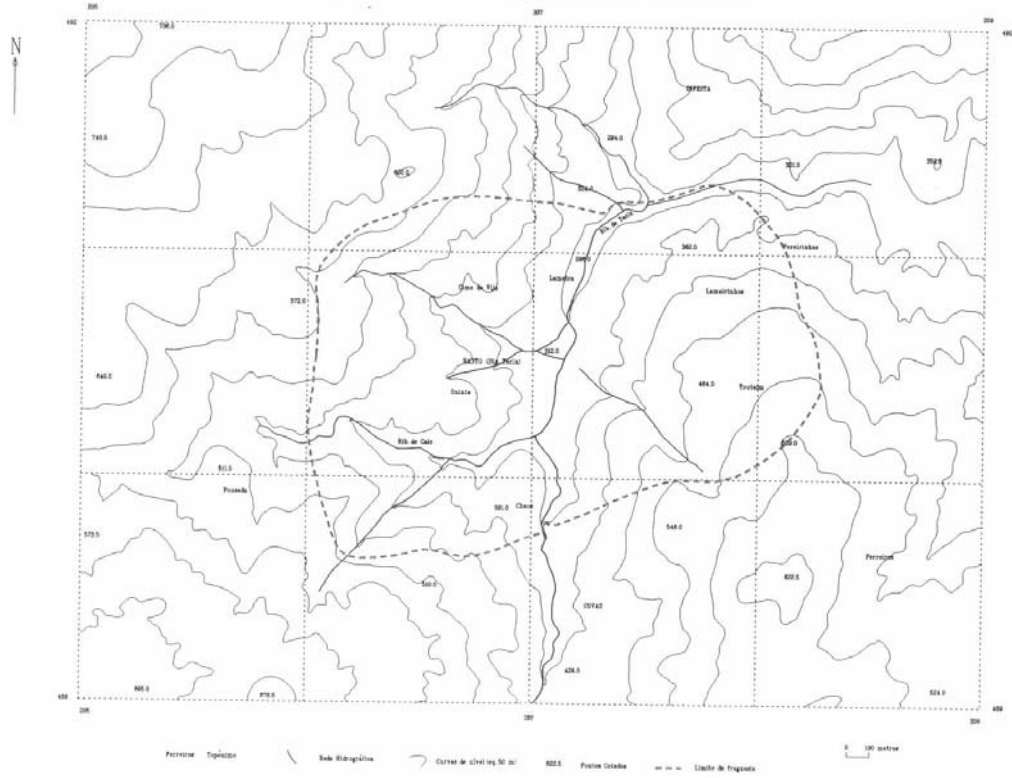
No Inverno e em função do ritmo das chuvas, o nível médio das águas das ribeiras sobe, podendo atingir “a fase” de cheias quando o Noroeste Português se encontra debaixo da influência das depressões barométricas que circulam ao norte da Península Ibérica e se fazem sentir com chuvas muito violentas, durante um ou vários dias. A acção geomorfológica das cheias é muito forte. A força viva das águas multiplica-se em função do aumento das cargas, sólida e líquida,

---

63 - Brum Ferreira, Denise, *Carte Geomorphologique du Portugal*.

64 - Ribeiro, Orlando; Lautensach, Hermann; Daveau, Suzanne, *Geografia de Portugal, volume II*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1988, p. 461.

Fig. 10 - ST. TECLA - Alguns indicadores geográficos



Fontes: Inquérito Directo, Ortofotomapa 1:10000, folhas 205/490 e 205/485, Instituto Geográfico e Cadastral

originando nos vales um desgaste intenso. As águas transportam com muita intensidade os materiais, contribuindo assim, para as inundações que, em casos esporádicos, impossibilitam a transposição das margens da ribeira principal.

Nas vertentes, de acentuado pendor, para além do trabalho, resultante da erosão normal e da meteorização, assistiu-se a um trabalho de moldura humana com os típicos socalcos que são verdadeiras nesgas de terreno, as chamadas "leiras", caracterizadas por solos finos e pobres em húmus.

No fundo do vale, em pleno plaino aluvial, existem campos de maiores dimensões, com solos mais espessos e resultantes do transporte, pelas águas pluviais e pelas ribeiras, dos detritos das vertentes, entre estes, as argilas.

O granito, a rocha-mãe, encontra-se frequentemente alterado até grande profundidade, embora se mantenha coeso<sup>65</sup>. A água, resultante das chuvadas, ao circular entre as partículas, predominantemente areias siliciosas e argilas resultantes da alteração, empapam a rocha modificada.

Neste território, a qualquer visitante não passam despercebidas as nascentes, em torno das quais as "poças" armazenam a água, que é conduzida através dos "regos" aos lameiros no Inverno e aos campos de milho, no Estio. As reservas de água, contidas nos lençóis subterrâneos, associadas a uma estação seca de curta duração, explicam as levadas e os ribeiros com caudal permanente, embora com volume variável, de acordo com o regime pluviométrico.

As condições de solo e de clima, além da acção, de há muitos séculos, do homem, reflectem-se nas características do manto vegetal de Stª Tecla.

Como associação florestal, mencionamos as árvores de folha caduca, o carvalho alvarinho e o castanheiro, e nos últimos cem anos, o surgimento das resinosas, mais concretamente, o pinheiro bravo, que ocupou rapidamente grandes manchas, revertendo as folhosas para pequenos

---

65 - É "normal" um homem com sachola e picareta abrir um poço até profundidades cerca dos 12 a 15 metros.



núcleos residuais. Os eucaliptos matizam, por vezes, os pinhais e, por vezes também, ocupam área restritas sem significado na paisagem.

No respeitante às espécies do sub-bosque dominam as giestas e os fetos, em associação com o tojo. As silvas nas bordas dos caminhos fazem sebes e as heras revestem os muros e as árvores de fruto, já velhas e abandonadas, nas orlas dos campos.

A flora espontânea alimentou e “deu abrigo” à fauna autóctone, elemento enriquecedor dos costumes e tradições locais, para além da atracção que exerceu nos caçadores, muitos deles oriundos de centros urbanos como o Porto.

A fauna que povoava “os montes”, o coelho bravo, a perdiz, a lebre, a raposa e, muito esporadicamente o lobo, correm graves riscos em desaparecer, não propriamente pela caça desordenada, mas como consequência directa dos incêndios que, dolorosamente, flagelaram a floresta nos últimos vinte verões.

A destruição da floresta e respectiva fauna pelos incêndios, para além de desequilibrar a economia de subsistência das populações, acarreta graves perigos no desequilíbrio e degradação ambientais, não só no âmbito da fauna e da flora, como na erosão acelerada dos solos e ravinamento mais ou menos acentuado das vertentes.

Questionámo-nos sobre o futuro e uma política florestal, integrada no desenvolvimento das Terras de Basto, que voltasse a dar lugar às espécies arbóreas de folha caduca, de crescimento lento, mas que reporiam o equilíbrio ecológico, tão drasticamente posto em perigo, nos últimos vinte anos.

## CAPÍTULO I - A ESTRUTURA FUNDIÁRIA (SÉC. XVII - SÉC. XVIII)

### 1 - FONTES

Como detectámos no trabalho de campo, e por nós já foi referido, existe uma coincidência para a maioria dos prédios rústicos entre a descrição feita nos diferentes *Autos de Vedoria* e a respectiva configuração actual. O problema da identificação dos prédios levantou-se-nos, com uma maior frequência, na demarcação das devesas, dos soutos e dos roços.

A título de exemplo, transcrevemos as descrições de dois prédios rústicos que consideramos como características, respectivamente, das descrições que facilmente nos permitiram a identificação e demarcação do prédio no campo, e das descrições que nos suscitaram dúvidas na delimitação do prédio em causa.

“... Item o Campo dos Alvarinhos que parte de Nascente a Norte com o Campo do Pilreiro de João Mota da Reigada do poente com a estrada pública que vai do Feixe para a Igreja de Tecla do Sul com o Campo Redondo do dito João da Mota tudo destes Direitos Reais. Levava de sementeira um alqueire de centeio. Tem uveiras que darão de vinho quatro almudes (...). Tem trinta e sete varas de Norte para Sul e trinta e quatro de Nascente para Poente medido pelo mais largo...”<sup>66</sup>.

“ ... Item a Deveza da Portela demarcada por marcos a qual medida de Nascente a Poente tem de comprido cento e trinta e cinco varas e de largo de Norte a Sul cento e dez varas. Parte de Nascente por ribadas com os mesmos caseiros e António Cunha e de poente por marcos com monte baldio e de Norte por marcos com Manuel Ribeiro e de Sul por paredes e

<sup>66</sup> - AMCB. *Tombos, Livro V, FLS 279 - 287 v.*

marcos com António Cunha e Miguel Pinto tudo terras do Mosteiro. Tem por toda ela muitos carvalhos e castanheiros e mato (...). Levara de sementeira oito alqueires de centeio..."<sup>67</sup>.

O tipo de redacção que os louvados utilizaram para algumas das descrições feitas nos *Autos de Vedoria* reflectem, também, as dificuldades que sentiram, provavelmente, ou pela irregularidade da morfologia, ou pelas dimensões, por vezes muito reduzidas dos prédios, ou pelo facto de um prédio se encontrar "imbricado" noutro e pertencerem a Enfiteutas ou a Senhorios diferentes<sup>68</sup>. Nestes casos e noutros, como por exemplo, uma leira ou campo estarem divididos entre Enfiteutas ou Senhorios, as demarcações faziam-se, sempre, por marcos.

As observações minuciosas no campo permitiram-nos, para as demarcações mais difíceis, assegurar uma localização relativa, pois os prédios sempre tinham e têm em comum o nome que correspondia e corresponde ao nome do lugar e ou do lugarejo onde se localizavam e continuam a localizar.

Como já referimos, não encontrámos para as famílias de St<sup>a</sup> Tecla, nas confrontações dos prédios emprazados, referência a outra forma de propriedade, como por exemplo a alodial, a arrendada ....

## 2 - METODOLOGIA

Os *Autos de Vedoria e Apegação* que abrangem toda a Terra Foreira de St<sup>a</sup> Tecla datam dos finais do séc. XVIII. A Terra Foreira distribuía-se por vários Senhorios e cada Domínio Senhorial, dividia-se em Casais que, por sua vez, se dividiam por Enfiteutas, cada um dos quais com contrato próprio de Aforamento. Transcrevemos como exemplo, "...Medição do que possui Tecla Dias e seu marido Lourenço Francisco que é parte do Casal da Quintã (...). Medição do que possui

<sup>67</sup> - AMB, Convento de Arnoia, *Prazos, Livro 8, 1747 - 1752 FOLS 74 - 86 v.*

<sup>68</sup> - Também encontramos prédios "imbricados" e pertencentes ao mesmo Enfiteuta mas, a Senhorios diferentes.

estes caseiros por compra do título de Gonçalo Dias (...) Medição do que possui mais estes caseiros por compra do título de Lourenço Fernandes hoje filho Domingos Fernandes ....."<sup>69</sup>.

" ... Prazo de certas propriedades pertencentes ao Casal do Cabaço sito no lugar de Toutaim que o dito Mosteiro fez a Manuel da Mota e mulher Mariana Martins do mesmo lugar de Toutaim o qual se achou nota que é escrivão Manuel Ferreira Leite ..." <sup>70</sup>.

Por uma questão de metodologia, designamos por Fracção, o conjunto de prédios alvo do mesmo Contrato de Emprazamento. Segundo o critério por nós adoptado, um Casal pode ser formado por várias Fracções.

Em cada Casal um só número identifica o mesmo prédio, com excepção para os Casais que constituem os Casos Amostra<sup>71</sup>. Para estes, numerámos os prédios em função do conjunto que constitui a Fracção.

Assim, numa primeira fase de laboração, a informação recolhida nos *Autos das Sentenças de Emprazamento* e de acordo com os objectivos que pretendemos atingir, encontra-se sintetizada nos Quadros VIII a XLVI (Anexo II).

Cada quadro contém seis colunas. Se fizermos uma leitura da esquerda para a direita, a primeira refere o ano em que se realizou o contrato; a segunda, o nome do(s) Enfiteuta(s) envolvido(s) no memo contrato; a terceira, a área total, isto é, as áreas, construída e agro-florestal, que constituem a Fracção; a quarta coluna discrimina os prédios rústicos e respectivas áreas, para além dos totais, tanto dos prédios rústicos como da área agro-florestal; a quinta coluna diz respeito à área construída e suas funções, como habitação, anexos agrícolas e respectivas áreas. Finalmente a sétima coluna dedicámo-la a observações, notas esclarecedoras da história do prédio.

<sup>69</sup> - AMB, Comenda de Veade, *Tombos, Livro 102 FOLS 287 - 294*.

<sup>70</sup> - AMB, Convento de Arnoia, *Prazos, vol. 103 1755 - 1773 FOL 373*.

<sup>71</sup> - Casais da Quintã e S. Martinho de Travassos, foreiros à Comenda de Veade; Casais d'Além, de Toutaim e Cabaço, foreiros ao Convento de Arnoia.

## 2. 1 - A Cartografia dos Prédios Rústicos

Por razões metodológicas e de representação cartográfica decidimos ignorar a grande maioria dos prédios rústicos com área inferior a 1 000 m<sup>2</sup>, pois trabalhámos na escala aproximada 1/3 200. Exceptuámos, contudo, os prédios que, embora com dimensões reduzidas, pela descrição objectiva dos *Autos de Vedoria* nos foi possível, ainda hoje, localizar.

Excluimos também, no esboço, os prédios que, embora de dimensões razoáveis, eram “monte e mato” e se estendiam para além dos limites da freguesia, além das terras cultivadas integradas em Casais pertencentes às freguesias limítrofes<sup>72</sup>.

Incluimos no esboço terras cultivadas e localizadas nas freguesias limítrofes mas que eram parte integrante de Casais e ou Quintas de St<sup>a</sup> Tecla<sup>73</sup>.

Cientes das dificuldades na localização e delimitação dos prédios rústicos, optámos por esboçar, a tracejado, os respectivos contornos (Fig.11). Quando as confrontações dos mesmos prédios rústicos nos são descritas, nos *Autos de Vedoria*, através dos caminhos e linhas de água, utilizámos estes elementos no contorno dos respectivos prédios (Fig.11).

## 2. 2 - As Redes: hidrográfica e viária

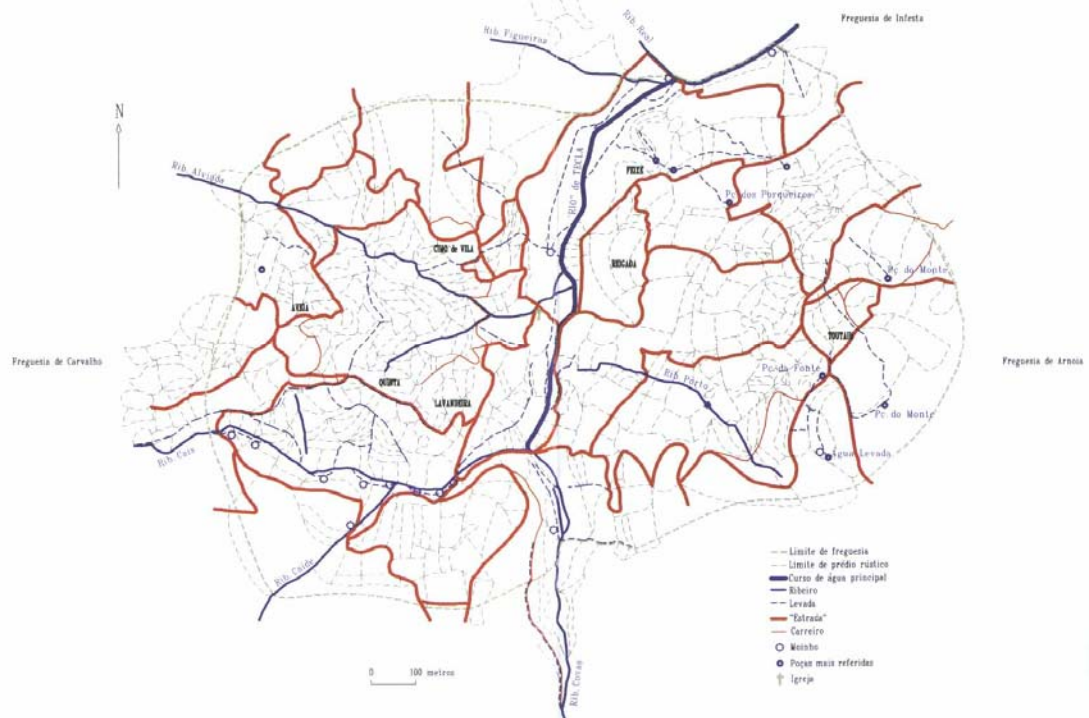
O relevo de St<sup>a</sup> Tecla dificulta as vias de comunicação. Enquanto o “rio” principal meandrizava no plano aluvial na direcção sensivelmente sul-norte, dividindo o relevo da freguesia em duas vertentes principais, os vales que sulcam as margens de forte declive deixam sinais de forte encaixe, contribuindo para o acentuar da inclinação e o alcantilar do relevo. O traçado dos caminhos, longe de ser favorecido pelo modelado ou pelo traçado das linhas de água, reflecte bem a influência, nele exercida, por estes dois elementos naturais.

---

<sup>72</sup> - Exemplo, as Terras de Covas, foreiras aos Diretos Reais de Celorico de Basto e incluídas num Casal da freguesia de Carvalho ( Fig. 33).

<sup>73</sup> - Exemplo : Terras cultivadas pertencentes ao Casal da Aveia, foreiro aos Diretos Reais de Celorico de Basto (Fig.33 ) e sitas na freguesia de Carvalho.

Fig. 11 - STA. TECLA - FINAIS DO SÉCULO XVIII  
 Estrutura fundiária, rede de caminhos, rede hidrográfica e esboço do sistema de rega



Fontes: Sentença de Empretamento referidos nos Anexos, Fotografias Aéreas (IBR) e 1994) e Inquérito Direto

Longe de constituírem elementos de união, as redes, hidrográfica e viária de St<sup>a</sup> Tecla, dividem e retalham a paisagem, em espaços com contornos muito irregulares, contribuindo para o xadrez em que se traduz essa mesma paisagem.

A Fig. 11 representa o traçado das ribeiras e das levadas e a lógica localização dos moinhos de água destinados a moer cereal. Com a designação de levada, incluímos os braços de água que saíam e saíam directamente das ribeiras através de açudes e que a toponímia local também designava e designa por levadas; também incluímos na designação de levada as condutas de água em terra, que partiam e partem das poças, alimentadas pela água explorada através das minas, e que localmente se designavam e designam por “regos”.

Para algumas poças não esboçámos os respectivos regos. Por razão de simplificação cartográfica, limitámo-nos ao traçado inicial de alguns regos. Por exemplo: “ A poça no alto do barranco, ligado quase sempre a uma nascente ou a um mina, e a série de levadas dispostas nas encostas quase segundo as curvas de nível, parecem constituir o processo mais antigo, usado já no Noroeste em tempos pré-romanos onde, a água de rega permaneceria, desde então, em regime de propriedade comunitária” .<sup>74</sup>

Referimos ainda que a partir das levadas há sempre saída de “braços” que regam os prédios colaterais. Paralelo a uma levada havia e há sempre uma via, carreiro ou caminho mais largo, público ou de servidão ao prédio a regar. A complexidade da sua rede levou-nos a estabelecer critérios selectivos por uma questão de clareza da figura.

Alimentados pelas linhas de água eram significativos os moinhos, destinados à moagem de milho miúdo, centeio e trigo, que fabricavam as farinhas, com as quais se combinava o pão meado e terçado<sup>75</sup>. Os moinhos

---

<sup>74</sup> - Ribeiro, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 6<sup>a</sup> Edição, 1991, p. 75.

<sup>75</sup> - Era o pão meado e terçado os tipos de pão vulgarmente mencionados nos foros a pagar ao Senhorio.

concentravam-se ao longo da Ribeira de Cais e na linha de água, resultante da confluência desta com a Ribeira de Calde (Fig. 11).

No acesso aos moinhos foram imprescindíveis os caminhos, de traçado irregular, classificados em públicos e particulares.

Mais uma vez as regras de uma cartografia correcta e clara levou-nos a optar, para o séc. XVIII (Fig. 11) pela rede viária pública. Era formada por "estradas", os caminhos por onde passavam os carros de bois e davam acesso, muitas delas, à Igreja e ou às freguesias limítrofes; também vias públicas eram certos carreiros, caminhos estreitos por onde só circulavam pessoas e ou animais singulares.

Ao observarmos o esboço das redes, hidrográfica e viária, no séc. XVIII, questionámo-nos sobre o grau de dificuldade sentido pela população, na deslocação dos animais, dos produtos e dela própria, pois as necessidades de deslocação seriam grandes, se pensarmos na localização da Igreja, dos moinhos e na dispersão dos prédios que formavam uma exploração, para além da adversidade das condições climáticas que se fariam sentir, principalmente no Inverno.

### 3 - O ESPAÇO AGRÁRIO

A Natureza não foi pródiga para o Homem de Stª Tecla. O relevo acidentado, o predomínio de um solo ácido, onde dominam os elementos provenientes da arenização do granito; o clima com um período de maior calor, a coincidir também com o de maior secura, dificulta a alteração química dos feldspatos e das micas. Em contrapartida, a desagregação mecânica dos granitos é muito activa. As chuvas, por vezes concentradas, e as enxurradas "lavam" as encostas, acelerando a erosão característica das zonas de fortes pendores. O solo arável é mais espesso nos plainos aluviais. Os cimos aparecem, momento a momento, mais rochosos. A observação cuidada da paisagem evidencia a rocha a aflorar por toda a parte: nos cimos, nas encostas abruptas e nos vales, onde as torrentes continuam a sua obra

de desgaste. As vertentes, fruto de uma autêntica arquitectura humana, com as leiras compridas e estreitas, desenhadas segundo as curvas de nível e suportadas por muros altos e vigorosos, as ribadas, actualmente designadas por bordas, dispõem-se como que em anfiteatro direccionado para a ribeira principal e imprimem à paisagem aspecto vigoroso e multiforme.

Partindo das possibilidades escassas que o meio lhe conferiu, o homem de Stª Tecla só à custa de muito esforço e trabalho duro conseguiu construir o seu solo de cultura e, logicamente, um território onde os socalcos eram e ainda são a tônica dominante.

#### 3.1 - A Ocupação do Solo Agrícola

Em Stª Tecla praticava-se a policultura promíscua com evidência para as culturas arvenses, o centeio e o trigo, para a vinha e para as folhosas, os carvalhos e os castanheiros.

Vulgarmente designava-se, como actualmente ainda se designa, por devesa o conjunto de carvalhos, e por souto, o conjunto de castanheiros. As expressões bouça e roço, encontradas frequentemente nos *Autos de Vedoria*, referiam-se a prédios rústicos com mantos vegetais a variar entre as devesas, os soutos ou associações mistas, matizados pela cultura cerealífera e, frequentemente, pela vinha.

Exemplifiquemos com a transcrição de uma descrição de um prédio rústico designado por bouça:

"...As bouças do Embaladouro (...) levava de sementeira três alqueires de centeio. Tem devesa de carvalhos e souto de castanheiros (...) são duas leiras divididas por ribadas (...) tem uveiras que darão treze almudes (...). Item a tapada de Outeiro Mendo, terra lavradia, souto, roço, com alguma parte quarta de olival novo (...) levava de sementeira seis alqueires de centeio (...) tem uveiras que darão vinte almudes ..." 76.

76 - AMCB. *Tombos, Tombo V FOLS 292 - 296.*

Foi difícil entendermos o modo da distribuição das culturas que povoavam as bouças. As bouças eram prédios rústicos que se estendiam sempre em altitude, constituídas por leiras estreitas e compridas, dispostas segundo as curvas de nível e separadas por “ribadas”.

Pela leitura da Fonte, praticar-se-ia, nas leiras de menor altitude, a cultura cerealífera associada à vinha, disposta nas orlas, e ou o olival e, à medida que a altitude aumentava, surgiriam então os castanheiros e carvalhos, simples e ou associados.

Foi-nos difícil também distinguir com nitidez, em várias descrições de coberturas culturais, a espécie dominante no prédio, em virtude, não só da existência das mais variadas formas de associação cultural, como do modo como essa descrição está efectuada.

“...item na devesa da Cachada três carvalhos e metade de outro com suas sessegas..”<sup>77</sup> .

“...item um castanheiro na terra de Manuel Pinto ...”<sup>78</sup>.

Na elaboração do esboço cartográfico sobre a ocupação do solo agrícola, optámos por considerar sete classes de formas de associação de culturas e espécies vegetativas (Fig. 12).

Como exemplo, a primeira classe da legenda da Fig. 12 engloba os prédios rústicos que, ou eram ocupados por centeio, ou por centeio e vinha, ou por centeio e devesa, ou por centeio e soute.

A observação da Fig. 12, coloca em evidência o centeio, como a cultura cerealífera a ocupar a maior mancha de solo cultivado em St<sup>a</sup> Tecla e no séc. XVIII. O centeio, frequentemente, associava-se à cultura da vinha, cultura referida, nas diferentes vedorias, pela existência das “uveiras”.

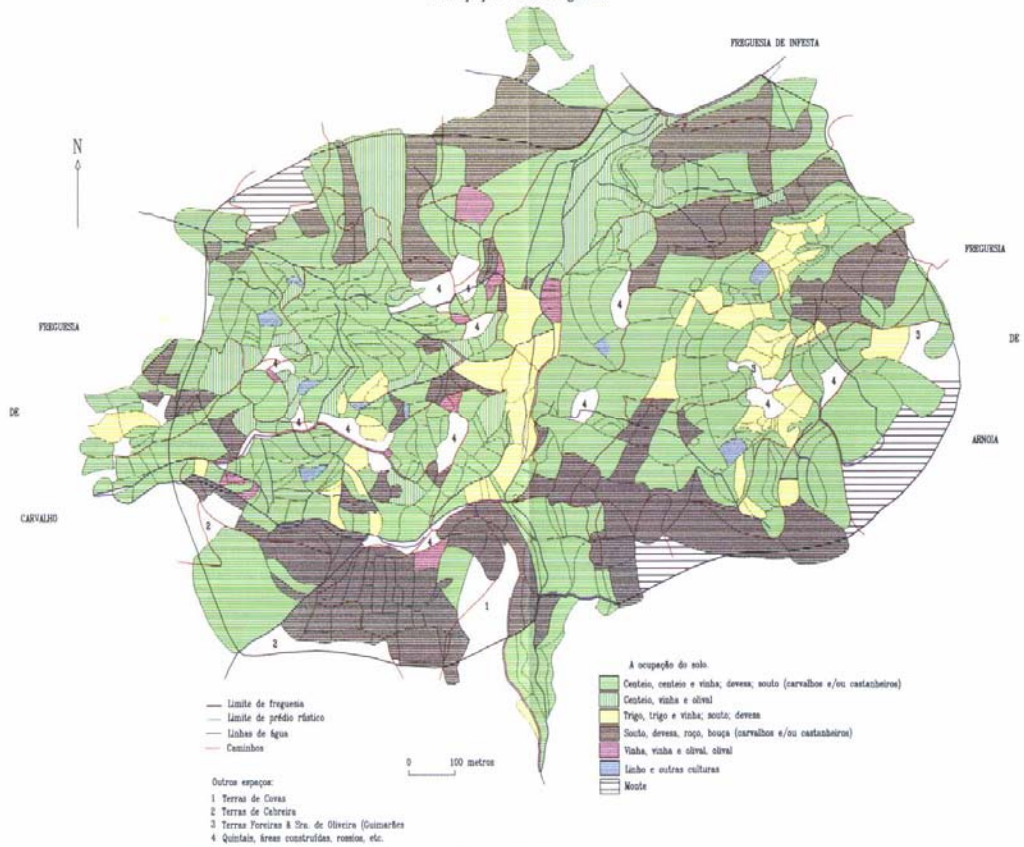
À expressão “uveiras” aplicámos o conceito desenvolvido por Orlando Ribeiro:

---

<sup>77</sup> - AMB. Convento de Arnoia, *Prazos*, Vol. 8, FOLS 96-100 v.

<sup>78</sup> - AMB. Convento de Arnoia, *Prazos*, vol. 5.c. FOLS 367 - 373 v.

Fig. 12 - STA. TECLA - PINAIS DO SÉCULO XVIII  
A ocupação do solo agrícola



Foales: Seleções de Emprego referidas nos Anos, Fotografias Aéreas (1983 e 1994) e Inquérito Direto



“A vinha de enforcado, característica da região atlântica de entre Minho e Vouga, deixa a planta entregue ao seu desenvolvimento natural: e a vide, como um cipó, que é na sua forma espontânea, enrola-se nos troncos, enlaça os ramos e confunde as parras com a folhagem da árvore que lhe serve de suporte (uveira). Não é conhecida a origem desta prática, confinada hoje apenas à Toscana e a Portugal. A vide, assim disposta, não forma plantações e alinha-se na orla de campos e caminhos.”<sup>79</sup>.

Todavia o centeio associava-se, quer às devesas de carvalhos como aos soutos de castanheiros, quer às manchas mistas de carvalhos e castanheiros como ao olival. A distribuição geográfica do centeio fazia-se de um modo disseminado pela freguesia, independentemente da qualidade dos solos e da exposição geográfica das parcelas.

O trigo aparecia associado, predominantemente, à vinha e ou ao olival, podendo também, matizar tanto as devesas como os soutos (Fig. 12). O trigo, como a cultura de solos exigentes, desenvolvia-se no fundo do vale e em manchas dispersas em pleno domínio do centeio. Saliámos as manchas de trigo na vertente oriental da freguesia, a altitudes médias dos 400 a 500 metros e em solos delgados. A localização dessas manchas de trigo faz-nos pressupor um grande esforço desenvolvido pelo homem na reconstituição do solo, a fim de o tornar minimamente rentável <sup>80</sup>.

As manchas de soutos (Fig. 12) eram significativas na paisagem, mas as devesas e as associações mistas de carvalhos e castanheiros também eram frequentes, quer formando manchas singulares, quer associadas à cultura cerealífera<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> - Ribeiro, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. p. 73.

<sup>80</sup> - A constatação de mais este facto, sobre a vida difícil do homem de St<sup>a</sup> Tecla, permite-nos questionar, se o modo de aproveitamento do solo seria mais condicionado pelo regime senhorial, através da exigência dos géneros (neste caso o trigo) a incluir no foro, do que pelas condições naturais.

<sup>81</sup> - É frequente nos soutos e devesas haver referências à natureza pedregosa dos solos, motivo pelo que só se lavrava de dez em dez anos, ou então, a referência "terra lavradia".

As principais áreas ocupadas, predominantemente por folhosas, desenvolviam-se nas orlas periféricas, norte e sul da freguesia. Manchas mais restritas de folhosas disseminavam-se pela freguesia.

Parcelas de cultivo, com o predomínio da vinha e olival ou simplesmente olival, sempre de extensão reduzida, ocorriam em terrenos da freguesia com boa exposição geográfica e mais abrigados aos ventos do Norte (Fig. 12).

Neste xadrez cultural de Stª Tecla também apareciam algumas parcelas culturais de linho associado à vinha e ou ao olival (Fig. 12).

O monte, extensão de matos, urzes e giestas, ocupava superfícies reduzidas (Fig. 12). O monte localizado na vertente oriental era "monte baldio". Numa descrição de confrontações de dois prédios foreiros ao Convento de Arnoia lê-se que esses dois prédios confrontavam "com o monte que é baldio". Interrogámo-nos se o monte, localizado na vertente ocidental, seria também "monte baldio".

Pelas confrontações de alguns prédios rústicos, ficamos a conhecer que em Stª Tecla existiam prédios emprazados em freguesias limítrofes, principalmente, em Carvalho. Eram designados como "Terras de Covas" ou "Terras de Cabreira", toponímia do prazo a que pertenciam. Limitámo-nos a referi-los por um código numérico (Fig. 12).

Manchas de solo construído e ou cultivado em pequenas hortas, ou simplesmente formadas por rocios<sup>82</sup>, limitámo-nos também a localizá-las por um código numérico.

Assinalámos ainda na Fig. 12 a localização de prédios foreiros à Srª da Oliveira, conseguida pelas confrontações efectuadas por outros Senhoriais.

O puzzle em que se traduzia a forma de ocupação do solo em Stª Tecla, no séc. XVIII, era um símbolo de uma terra pobre e de uma economia

<sup>82</sup> - "Rocios" eram pequenos espaços abertos junto às áreas construídas de servidão e utilização comum aos detentores das construções. Podiam ter árvores de fruto, um ameixoeiro, uma macieira, uma laranjeira, uma uveira..., pertencentes a um ou a vários vizinhos, assim como um carvalho, salgueiro ou castanheiro...

cerealífera imperfeita, onde apesar de uma natureza desfavorável, o homem semeava o cereal, centeio ou trigo, com uma esperança tenaz de uma boa produção. E quando os anos eram maus, lá estava a árvore, com os seus múltiplos recursos, o fruto, a castanha e ou a bolota, a madeira, a lenha....a constituem rendimento, por ventura mais certo e mais apreciável.

### 3.2 - A Propriedade e a Exploração

Questionar a evolução e dimensão da propriedade, nos sécs. XVII e XVIII, em Stª Tecla, implica termos presente o conceito de Propriedade Enfitéutica, uma forma de propriedade como que "desdobrada" no Domínio Senhorial ou Directo e no Domínio Útil.

#### 3.2.1 - Os Casos Amostra

Propomo-nos questionar a evolução da exploração agrícola para um período médio de cem anos, tomando como exemplos, as terras foreiras à Comenda de Veade e ao Convento de Arnoia<sup>83</sup>.

Começaremos por reflectir sobre a evolução das terras foreiras à Comenda de Veade, mais concretamente, o Domínio Senhorial que abrangeu os Casais de S. Martinho e da Quintã.

A observação do esboço da distribuição espacial dos prédios rústicos que constituíram o Casal de S. Martinho e o Casal da Quintã (Fig. 13) permite-nos constatar:

Na vertente esquerda da ribeira do Cais localizavam-se parte dos prédios (26 do Casal da Quintã e 1 do Casal de S. Martinho) que formavam, "a grosso modo", duas manchas contínuas afastadas entre si. São leiras estreitas e compridas, dispostas segundo as curvas de nível, com altitudes

<sup>83</sup> - Recordamos que para a Comenda de Veade existem *Autos de Sentenças de Emprazamento* efectuados com intervalos de tempo cerca de trinta anos enquanto, para o Convento de Arnoia, os *Autos de Sentença de Emprazamento*, que existem, foram feitos com intervalos muito irregulares.

entre os 300 e 450 metros, assentes em socalcos vigorosos, “as ribadas”, com exposição geral a sul e oeste, o que lhes conferia e confere condições microclimáticas distintas, da parte restante da freguesia.

Uma outra mancha com cinco prédios (3 do Casal da Quintã e 2 do Casal de S. Martinho), três dos quais, mais extensos, de solos espessos, com pequenos socalcos de pedra a sustê-los, continuavam-se pelos dois prédios do Casal da Quintã, formados por leiras compridas e em socalcos mais vigorosos e limitadas, a sul, por uma pequena ribeira que nasce na Quintã e desagua na ribeira do Alviada.

Mais afastados, dois prédios do Casal da Quintã, que correspondiam morfologicamente a uma única parcela, “eram um campo” na margem esquerda de uma levada que é alimentada pela ribeira do Alviada. Mais a norte e na banda leste do Casal, estendia-se um outro prédio, também do Casal da Quintã, que os *Autos de Vedoria de 1741 e 1772* deixaram de mencionar.

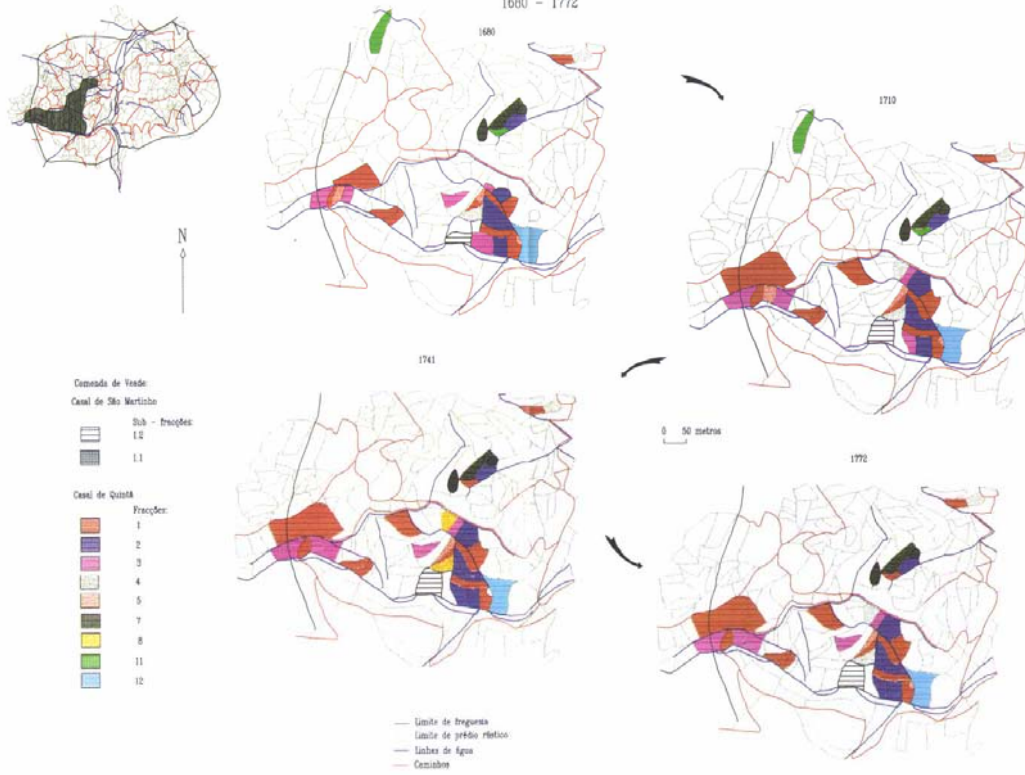
Os dois Casais localizavam-se na área mais fértil da freguesia, se excluirmos a do plaino aluvial.

Ao pensarmos na dimensão e dispersão dos prédios, constatamos que além da fragmentação ser notória, também uma certa dispersão caracterizava o Domínio Directo dos dois Casais.

Destacámos três prédios, do total dos quatro que formavam o Casal de S. Martinho, que confrontavam sempre e, em parte, com prédios do Casal da Quintã. Dos três prédios, dois sobranceiros à Ribeira da Quintã estavam próximos entre si e o prédio mais extenso encontrava-se bem distante, na vertente esquerda da Ribeira do Cais, ribeira que lhe inundava as parcelas de menor altitude, aquando das cheias.

Os valores das áreas agro-florestais para os dois Casais, não se mantiveram no período em observação, em virtude da alteração das superfícies dos respectivos prédios, justificada nos *Autos de Vedoria*, ou pelos arroteamentos feitos entre duas vedorias sucessivas, ou simplesmente porque “o tombo velho dá outras medidas”. Para os prédios com superfícies diferentes, em vedorias diferentes, e para as quais não encontramos justificação, admitimos a utilização de critérios diferentes nas

Fig. 13 - STA. TECLA  
 Terras Foreiras à Comenda de Veade - Casais da Quinta e São Martinho  
 Evolução da área agro-florestal  
 1680 - 1772



Fontes: Soterizações de Regimeamento referidas nos Arsen. Palagradas Almas (1863 e 1894) e Inquérito Direto

respectivas medições efectuadas, ou simplesmente porque, inadvertidamente, os marcos tinham sido alterados.

As alterações no Domínio Directo dos dois Casais, atendendo à duração do período em observação, foram pouco significativas, não só nas dimensões dos prédios rústicos, como na variação quantitativa desses mesmos prédios.

Uma outra questão que pretendemos abordar relaciona-se com a evolução do Domínio Útil para o mesmo período.

O Casal de S. Martinho detinha uma área cultivada próxima dos 6 600 m<sup>2</sup>, distribuída por 4 prédios rústicos, tendo cada prédio uma superfície média de 1 635 m<sup>2</sup> (Fig. 13; Quadro VIII, Anexo II). Foi Domínio Útil de uma só família até 1680. Emprazado nesta data a dois irmãos, com a descrição dos prédios pertencentes a cada um deles, manteve-se, no período de 1680 a 1824, um Prazo indivisível nos Autos de Reconhecimento, mas dividido nos Autos de Vedoria pelos respectivos herdeiros directos (Fig.s 14 e 15).

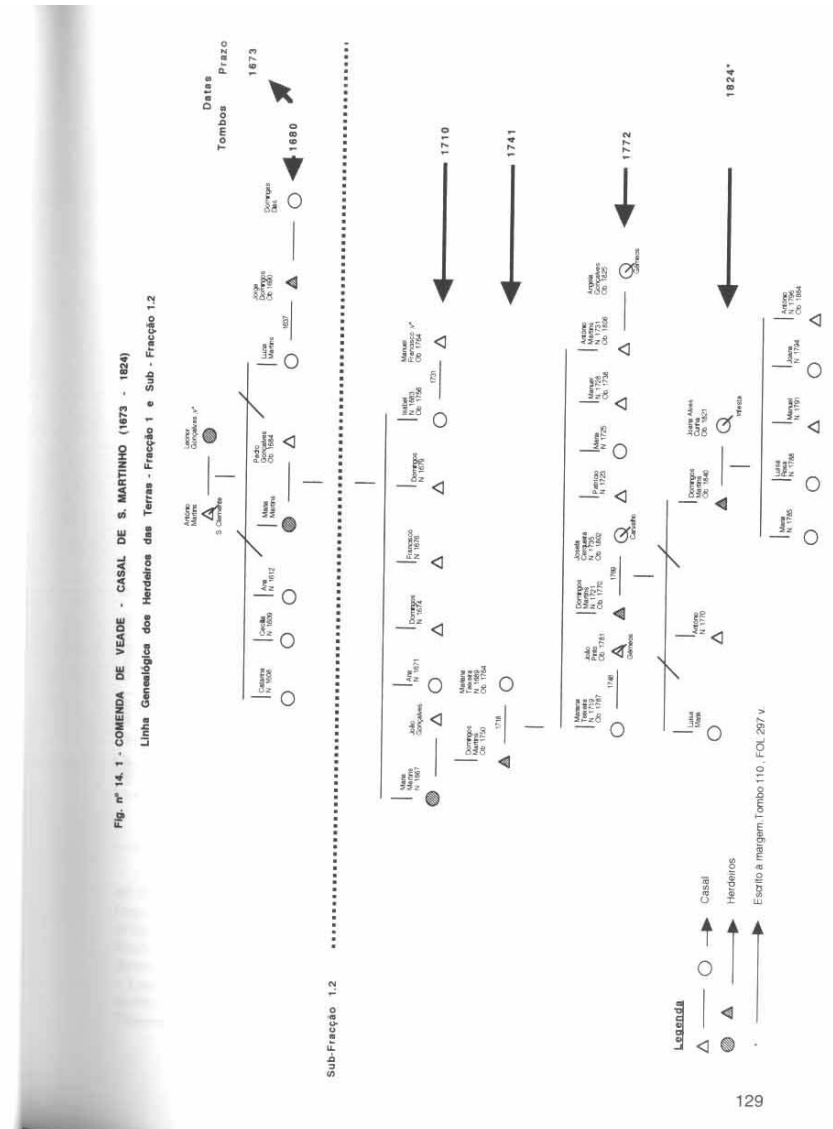
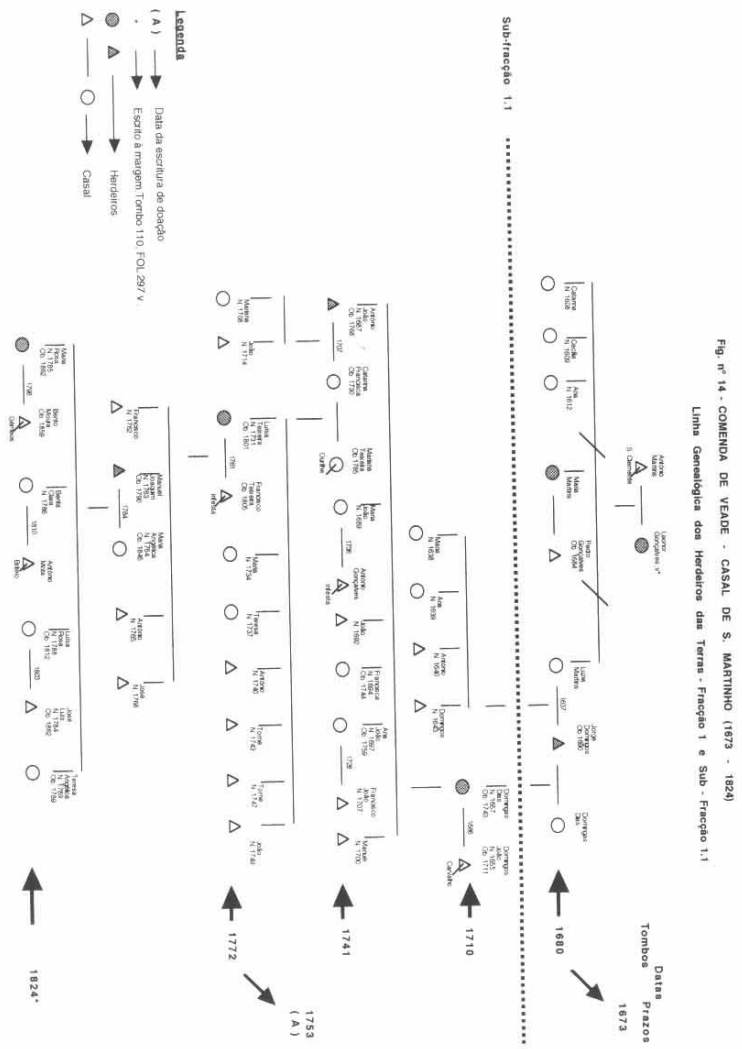
Considerámos o Casal de S. Martinho uma Fracção, subdividida em duas Sub-Fracções, cada uma delas com Domínio Útil próprio para cada irmão e respectivos herdeiros.

Não se registaram alterações significativas no espaço agro-florestal dividido por 4 prédios rústicos no período em observação (Figs 13 e 15). Salientámos, contudo, as alterações, em 1710 e 1741, na superfície do único prédio<sup>84</sup> da Sub-Fracção 1. 2, a detentora da maior área da Fracção, atingindo cerca de 4 800 m<sup>2</sup>. A Sub-Fracção 1. 1, era a mais fragmentada, com três prédios rústicos divididos por uma superfície com cerca de 1 800 m<sup>2</sup> (Fig. 13).

Mais fraccionado era o da Casal da Quintã. Domínio Útil de treze Enfiteutas e respectivas famílias, o Casal da Quintã detinha uma área

---

<sup>84</sup> - Nos *Autos de Vedoria* não encontramos qualquer justificação para o facto, pelo que levantámos a hipótese da utilização de critérios diferentes nas medições.



agro-florestal cerca de 5 ha, dividida por 76 prédios rústicos, com uma superfície média, cada um, de 643 m<sup>2</sup>. (Fig. 13; Quadros IX a XXI, Anexo II).

Das treze explorações agrícolas (Fig. I, Anexo I) evidenciamos três, as Fracções 1, 4 e 8 (Fig.16), como exemplos que nos pareceram característicos das explorações que formavam o Casal.

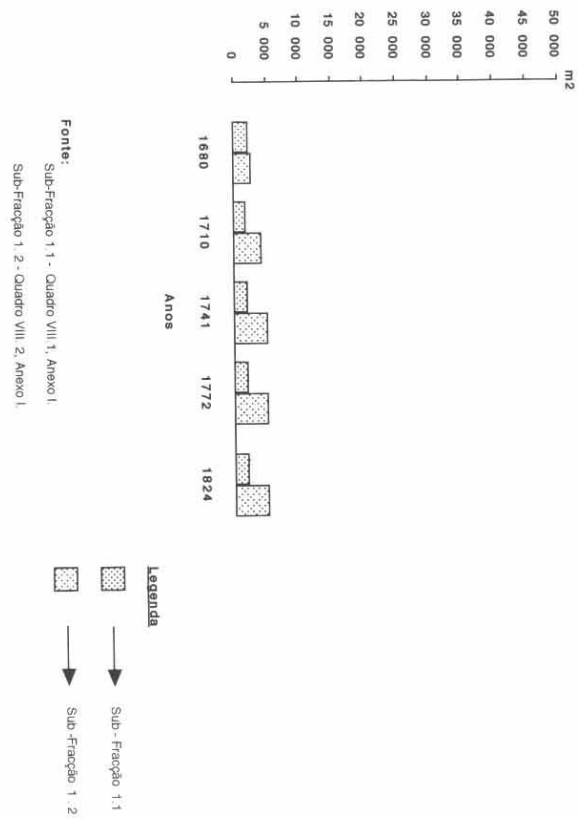
Num período próximo dos cem anos, enquanto o espaço agro-florestal da Fracção 1 quase triplicou, o espaço cultivado da Fracção 4, entre 1710 e 1753, teve forte oscilações e a Fracção 8 sempre formada por pequenas hortas, em 1741, atinge uma extensão cerca de 13 000 m<sup>2</sup> (Fig. 16).

O aumento da área agro-florestal da Fracção 1, sempre transmitida por herança, quer em linha directa, quer em linha colateral<sup>85</sup> (Fig. 17) explica-se pela inclusão de um prédio, na vedoria de 1710, sem que tenhamos encontrado a respectiva "origem"; verificámos ainda o "retorno", em 1741, de um outro prédio, sub-Aforado, até essa data, ao Enfiteuta da Fracção 11, Marcos Francisco (Fig.13). Existiram ainda prédios que aumentaram a respectiva extensão, ou porque se fizeram arroteamentos, ou porque "o prazo velho e tombo antecedentes dão outras medidas", ou porque, pensámos nós, teriam existido critérios diferentes nas medições efectuadas, em momentos distintos.

Para além da possibilidade da existência de critérios diferentes nas medições efectuadas em momentos distintos, as alterações dos espaços agro-florestais, nas Fracções 4 e 8 compreender-se-ão pela existência de prédios rústicos sub-aforados ( Figs.13 e 16).

<sup>85</sup> - Domingos Esteves e mulher Jerónima Machado fizeram uma escritura de doação ao filho, Miguel Machado Freire, quando casou com Fabiana Pinto Mesquita, natural da freguesia limítrofe de Arnoia. Como o Casal não teve filhos, fez um testamento de mão comum onde declarou que, caso fosse o Miguel Machado Freire o primeiro a falecer, como aconteceu, ficaria usufrutuária dos bens de raiz a mulher, Fabiana Mesquita, a Enfiteuta nos *Autos de Sentenças de Emprazamento de 1741*, ficando como herdeiros os sobrinhos a Joana, solteira e o Luis, Padre no Brasil. A Joana ficou detentora da "fazenda", por procuração do irmão, que continuava no Brasil e doou-a, em testamento, à irmã Mariana Machado casada com Francisco Teixeira Cunha, os Enfiteutas nos *Autos de Sentenças de Emprazamento de 1772*.

Fig. nº 15 - COMENDA DE VEADE - CASAL DE S. MARTINHO (1680 - 1824)  
Evolução da área agro-florestal



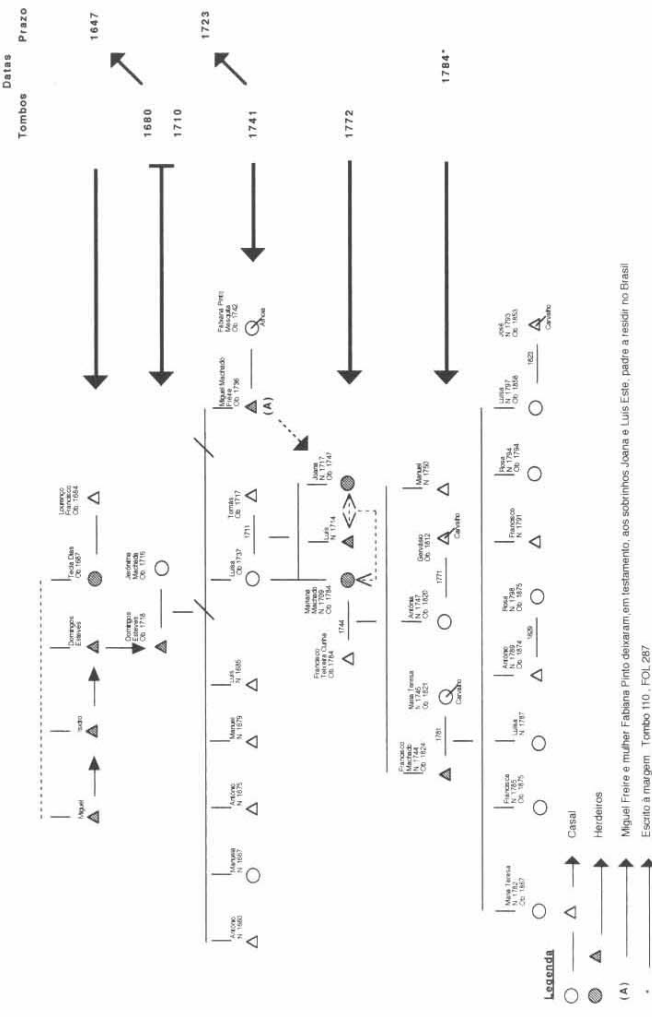
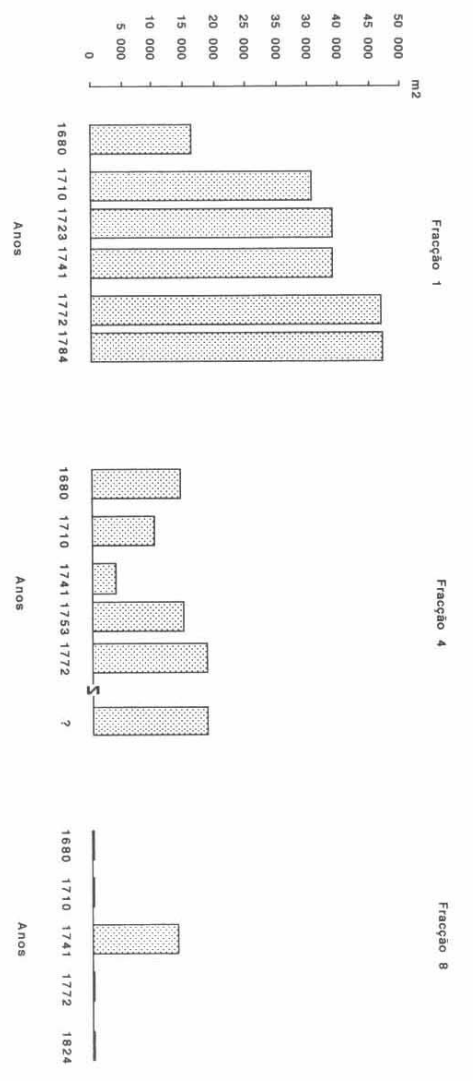


Fig. nº 16 - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1680 - 1824)  
Evolução da área agro-florestal - Frações 1, 4, 8



**Legenda**

- ? → Data Provável 1781 a 1824

**Fonte:**

- Fração 1 - Quadro IX, Anexo II
- Fração 4 - Quadro XII, Anexo II
- Fração 8 - Quadro XVI, Anexo II



A superfície total da Fração 4 diminuiu em 1710, apesar de incluir um prédio, sub-Aforado a duas irmãs, Leonor e Paula, em 1680. Também nessa vedoria, a superfície de um dos prédios, foi reduzida a metade, pois em 1680, a outra metade "possuía por compra" Domingos Esteves, Enfiteuta da Fração 1<sup>86</sup>. Como nos Autos de Vedoria posteriores o prédio voltou a ser descrito com medições próximas das de 1680 e com a indicação "melhorias que fez o caseiro", colocámos a hipótese de que a medição do prédio, mencionada em 1680 incluiria a área total, independentemente da titularidade do Enfiteuta Domingos Esteves.

Alteração mais significativa é a constatada em 1741, com o sub-aforamento de três prédios a Domingos Martins, Enfiteuta da Fração 8.

Em 1772 a Fração 8 contém novamente as pequenas hortas e a Fração 4 readquire, com ligeiro aumento, a mancha espacial de 1680 (Figs. 13 e 16).

Se, na compreensão da evolução do espaço agrícola (Fig. 16) nas três Frações o sub-Aforamento não é de negligenciar, as estratégias que a transmissão da herança pode envolver serão de realçar.

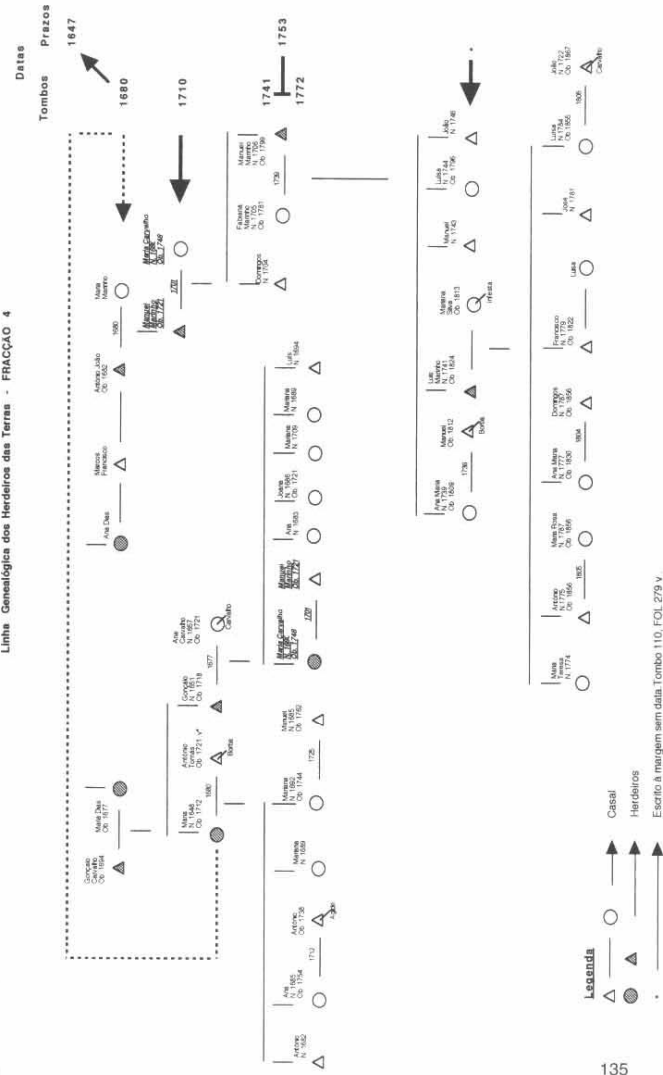
Estratégias para manutenção da exploração que corresponde à Fração 4 foram, com certeza, utilizadas pelos respectivos Enfiteutas<sup>87</sup>, que "culminariam" com o casamento, em 1701, dos Enfiteutas Manuel Marinho e Maria Carvalho (Fig. 18).

86 - Não encontramos indicações, nos *Autos de Vedoria* de Domingos Esteves, à aquisição do prédio, quer em parte quer no total.

87 - O Prazo de 1680 foi feito a Gonçalo Carvalho viúvo e a António João casado segunda vez com Maria Marinho. Aquele, tinha dotado, por permeio, os dois filhos Gonçalo casado com Ana Carvalho e Maria jurada com António Tomás. No Prazo de 1710 são Enfiteutas Manuel Marinho filho de António João e a mulher Maria Carvalho neta de Gonçalo Carvalho. Se admitirmos que o casamento de ambos se realizou pela conveniência da manutenção da exploração, uma questão principal se nos levanta: se Maria teve, por doação do pai em 1680 um quarto da exploração, que tipo de contrapartida auferiu, na cedência da sua parte ao irmão Gonçalo?

Ainda esclarecemos que nos *Autos de Vedoria* de 1680 não estão discriminados os possuidores dos diferentes prédios. Apesar do Contrato de Emprazamento ter sido feito entre os dois Enfiteutas e extensivos aos dois filhos de um deles, na realidade, a exploração manteve-se sempre unida?

Fig. nº 18 - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1647 - 1772)  
Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - FRACÇÃO 4



As pequenas hortas que formavam a Fração 8 foram sempre herdadas em linha directa ( Fig. 19).

Como que em sùmula, poderemos dizer que nos Casais de S. Martinho e da Quintã, para um período próximo dos cem anos:

1 - Das treze explorações agrícolas com uma área agro-florestal superior a 500 m<sup>2</sup> em 1680, existiam doze em 1772 (Quadros VIII a XXI, Anexo II).

2 - Na exploração agrícola a fragmentação e a dispersão dos prédios na paisagem era a tónica dominante <sup>88</sup>(Fig. 13).

3 - "As nuances" verificadas no matiz fundiário dos dois Casais entendem-se pela existência do sub-Aforamento e das compras e vendas (Fig. 16) .

4 - As formas de transmissão da herança atenuariam, apesar de tudo, o "xadrez fundiário", ao privilegiar-se a herança "da fazenda" ao filho varão mais velho e, na inexistência dele, à filha mais velha. (Fig. III a XV, Anexo I).

Uma observação sobre a evolução do Caso do Convento de Arnoia envolverá, certamente, ainda uma maior complexidade.

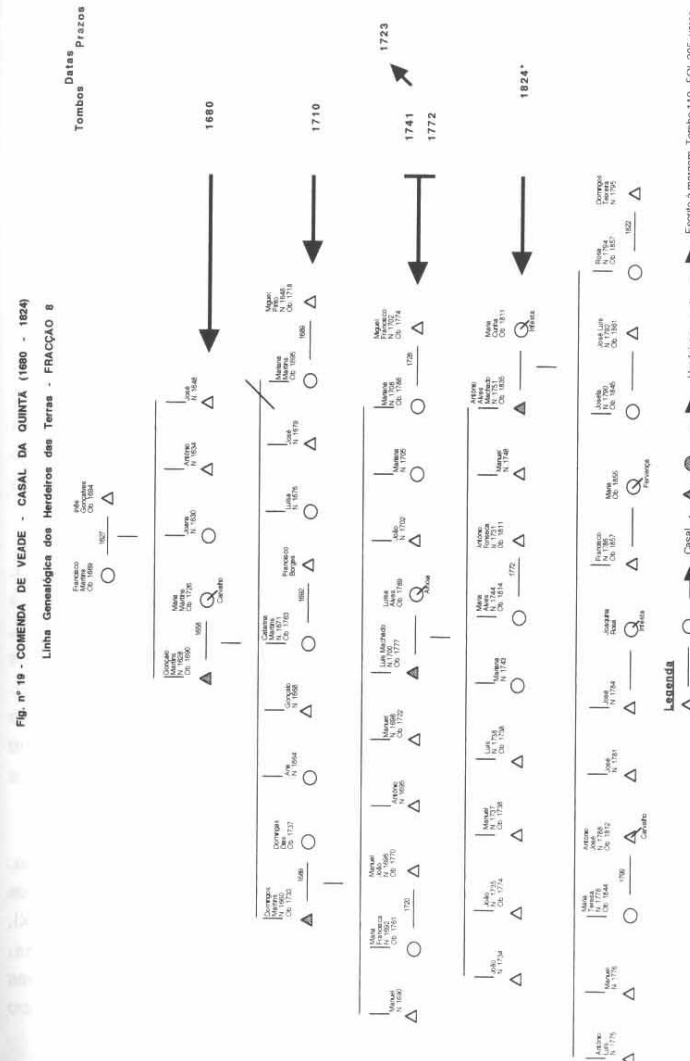
O Convento de Arnoia detinha um Domínio Senhorial próximo dos 40 ha, dividido por cerca de 184 prédios rústicos, tendo cada prédio, uma superfície média, cerca dos 2 152 m<sup>2</sup>, agrupados em três Casais: o de Toutaim, o do Cabaço<sup>89</sup> e o d'Além (Fig. 20 )<sup>90</sup>.

O Domínio Senhorial do Convento de Arnoia localizava-se num espaço sensivelmente contínuo na parte superior da margem direita do "rio" de St<sup>a</sup> Tecla, a altitudes entre os 400 e 500 metros, numa vertente de forte pendor, junto à montanha, vulgarmente designada por monte, com parcelas culturais estreitas e compridas a desenharem-se segundo as curvas de nível

<sup>88</sup> - A Fração 12, era formada por um único prédio, com uma área próxima dos 6 000 m<sup>2</sup>.

<sup>89</sup> - Também designado por Cabacco ou Cavaquo.

<sup>90</sup> - Os três Casais formam, juntamente com os Casais de S. Martinho e da Quintã, o efectivo da Amostra por nós escolhida.



e suportadas por socalcos vigorosos, “as ribadas”. Abrangia, predominantemente, solos delgados e por vezes pedregosos que apresentam actualmente boas aptidões para a cobertura florestal.

O traçado das parcelas, juntamente com o traçado dos caminhos e os sulcos por onde correm os veios de água, contribuem decisivamente para o xadrez irregular em que se traduzia a paisagem do Domínio do Convento de Arnoia (Fig. 20).

O Casal de Toutaim, com uma área cultivada próxima dos 4,5 ha, com 68 prédios rústicos, tendo cada um uma superfície média de 621 m<sup>2</sup>, dividia-se em quatro Fracções (Fig. 20; Quadros XXII a XXV, Anexo II). Dos três Casais do Convento de Arnoia, o Casal de Toutaim, além de ser o Casal com menores dimensões, era o mais fragmentado e disperso na paisagem. Os prédios intercalavam-se indistintamente nos Casais do Cabaço e d’Além e no dos Porqueiros, Casal foreiro ao Convento de Amarante (Fig. 20).

O Casal do Cabaço, com um espaço agro-florestal próximo dos 15 ha, com 67 prédios rústicos, tendo cada um uma superfície média próxima dos 2 176 m<sup>2</sup>, dividia-se por quatro Fracções (Fig.20; Quadros XXVI a XXIX, Anexo II). Com prédios contíguos e de dimensão média, em termos comparativos, para a freguesia e para a época, distribuía-se, na paisagem, em manchas irregulares, mas de certo modo contínuas, o que nos permite dizer que era um Casal que “atravessava” o lugar, genericamente, de Norte a Sul. Abrangia as parcelas que, actualmente, correspondem aos solos mais férteis do lugar (Fig.20).

O Casal d’Além, com um espaço agro-florestal próximo dos 21 ha, com cerca de 49 prédios rústicos, tendo cada um uma superfície média de 4 200 m<sup>2</sup>, dividia-se em duas Fracções (Fig. 20; Quadros XXX e XXXI, Anexo II). Além das duas manchas predominantes, localizadas, genericamente, uma a Norte e outra a Sul, existiam superfícies de menores dimensões das quais destacámos as localizadas, sensivelmente, no centro

Fig. 20 - STA. TECLA - FIMAS DO SÉCULO XVII (1673)  
Terras Foreiras ao Convento de Arnoia



Convento de Arnoia (Colorido de Base)

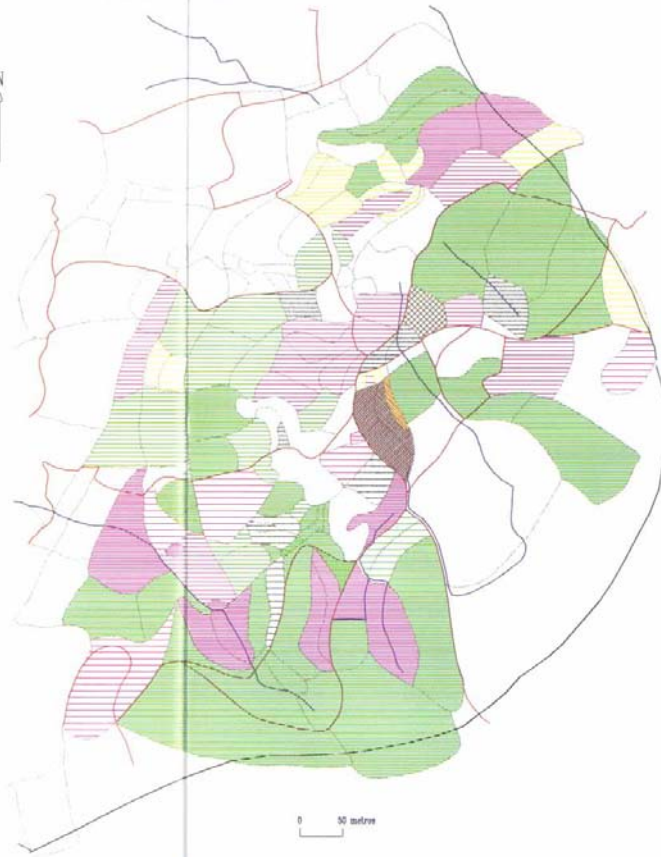
- Casal de Tostaim
- Casal do Cabeço
- Casal d'Além

Fração

- 1
- 2
- 3
- 4

Prédios comuns a dois exatistas

- limite de fração
- limite de prédio rústico
- linhas de água
- Contornos



0 50 metros

Fontes: Seleção de Esquemas referidos nos Anexos, Fotografias Aéreas (1983 e 1994) e Inquérito Direto

e a leste do lugar. A mancha, localizada para Sul, abrangia as parcelas que, actualmente, são caracterizadas pelo predomínio de solos pouco espessos e leves (Fig. 20).

Ao reflectirmos sobre o Domínio Senhorial do Convento de Arnoia torna-se imprescindível uma observação, breve que seja, sobre a complexidade do Domínio Útil. Propomo-nos questionar a evolução do Domínio Útil nos três Casais com base na informação que, para muitos casos, não tem sequência nem no espaço nem no tempo<sup>91</sup> (Figs.XVI a XVIII, Anexo I). Além destes problemas, frequentemente, nos aconteceu encontrar o mesmo prédio, em momentos diferentes, a pertencer a Casais diferentes, ou a Fracções diferentes, mas que se mantinham no mesmo Casal. Além destas situações também existiram, no Convento de Arnoia, explorações que se mantiveram na mesma família através da herança, no período por nós estudado (Figs. XIX a XXVIII, Anexo I).

As Fracções 1, dos Casais de Toutaim e d'Álém, e a Fracção 2 do Casal do Cabaço, correspondem a explorações que, através da herança em linha directa (Figs. 21, 22 e 23)<sup>92</sup>, sempre se mantiveram na mesma Família.

Para as três Fracções e no período em observação, constatámos um aumento das áreas agro-florestais explicada pelo aumento da dimensão dos prédios rústicos.

---

<sup>91</sup> - Lembramos que só encontrámos os *Autos de Tombação, Reconhecimento, Vedoria e Apegação para 1672-73*. Posteriormente a essa data, chegaram até nós Prazos, alguns esporádicos, feitos a requerimento dos Enfiteutas, o que nos dificulta, para algumas explorações, construir a sua evolução.

<sup>92</sup> - Salientamos o processo de transmissão da herança na família detentora da Fracção 1 do Casal de Toutaim.

No *Tombo de 1673* refere-se que os prédios foram distribuídos de igual modo às três irmãs, Catarina, Domingas e Ângela, por dote do pai, Clemente Ribeiro e, cada irmã fez o seu Prazo. O Prazo, também datado de 1673, foi feito, de igual modo, às três irmãs e os respectivos *Autos de Vedoria* também não discriminam os prédios segundo as Enfiteutas.

Num Prazo de 1782, os prédios medidos em 1673 pertencem a um bisneto da Ângela.

O Ficheiro Demográfico informa-nos que a irmã mais nova, a Ângela, casou sete anos após o Contrato de Emprazamento. Admitimos a probabilidade das duas irmãs, Catarina e Domingas, ficarem solteiras e, desse modo, a exploração permanecer unida em 1782.

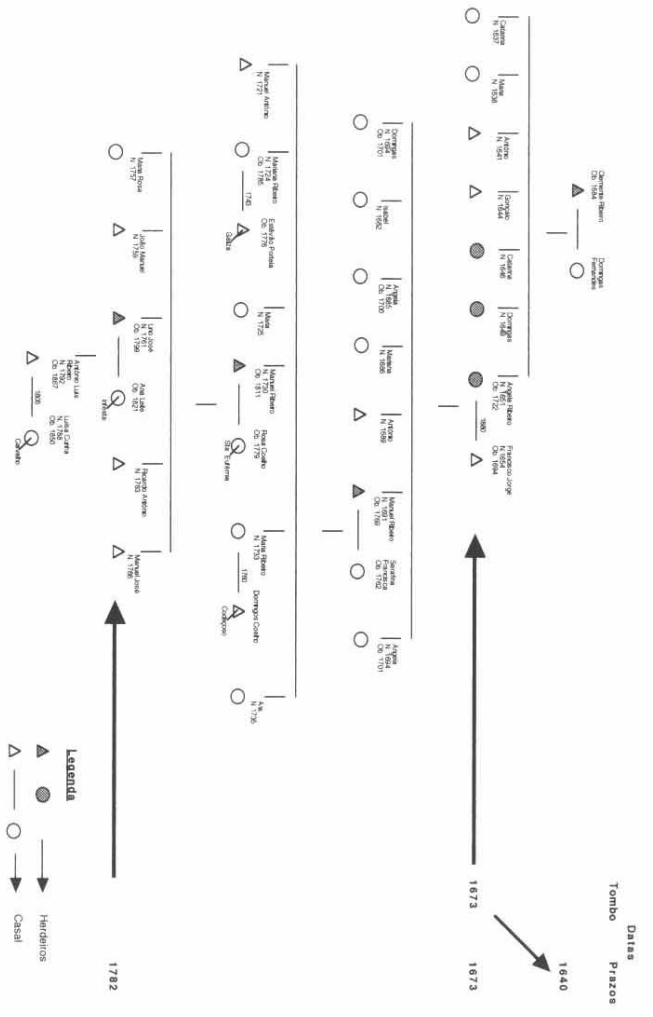


Fig. nº 21 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTHAM (1640 - 1782)

Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - FRACÇÃO 1

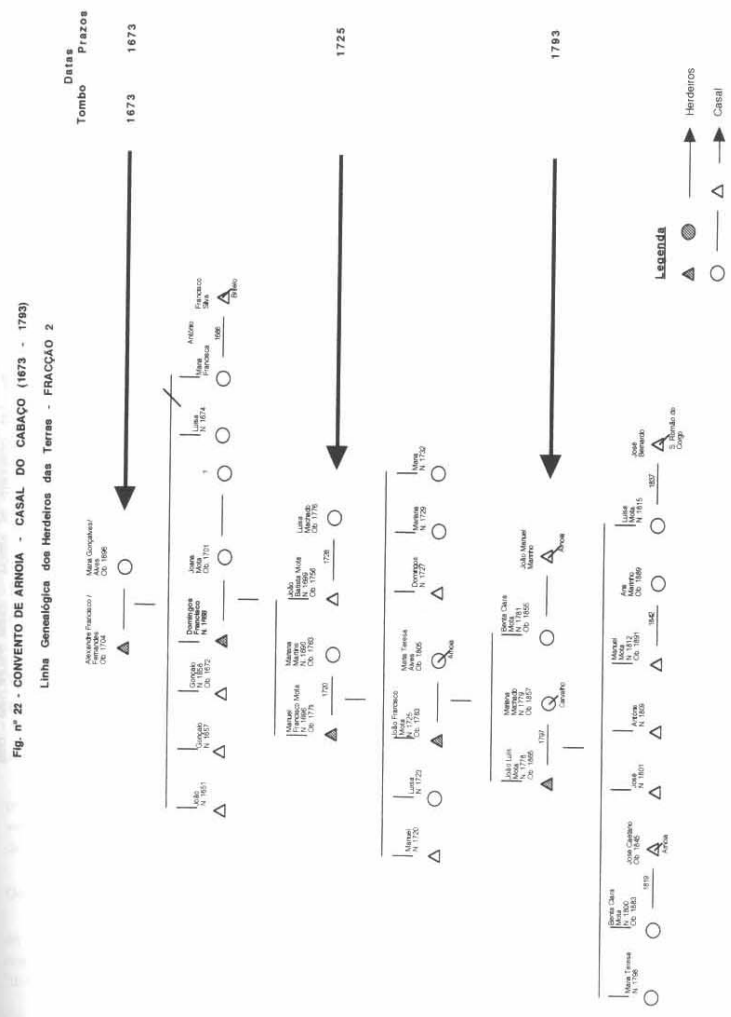
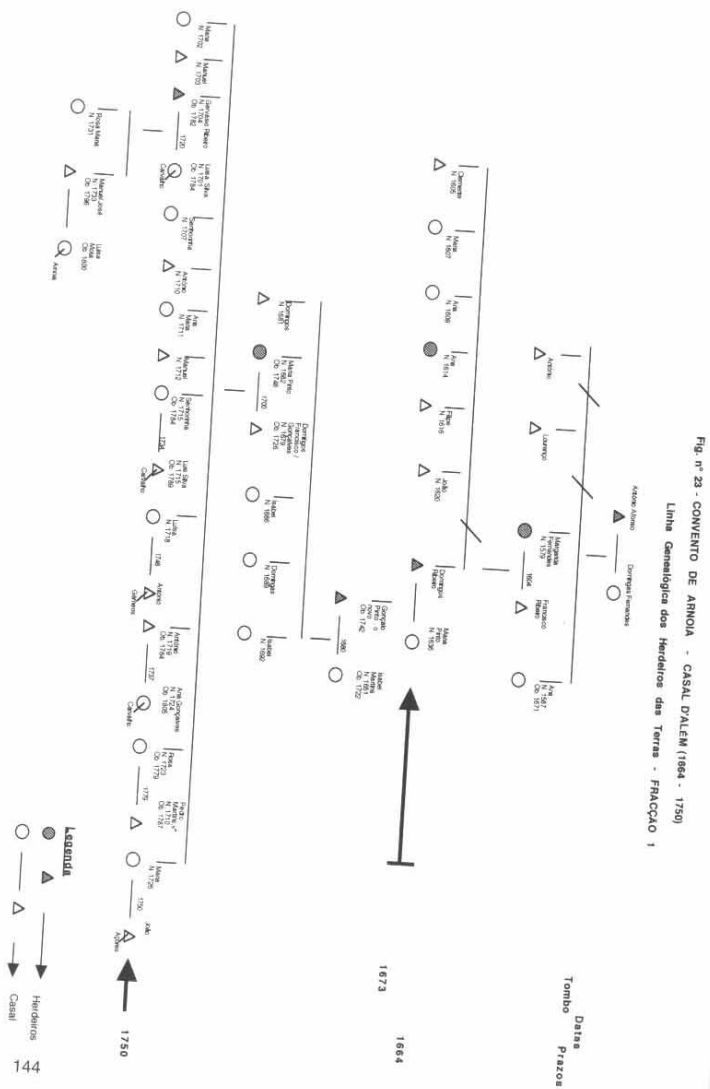


Fig. nº 22 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1673 - 1793)

Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - FRACÇÃO 2



A dimensão do espaço agro-florestal na exploração que forma a Fracção 1 do Casal de Toutaim triplicou em 1782 relativamente a 1673<sup>93</sup> (Figs. 24 e 25). Este aumento, como os próprios Autos de Vedoria e justificam, verificou-se pela inclusão de novas áreas, área construída e horta (2), e pela inclusão de área de mato (7).

A área agro-florestal que constitui a Fracção 2 do Casal do Cabaço, no período de 1673 a 1725, sensivelmente manteve-se, apesar do aumento em 1793 (Figs. 24 e 26), que foi justificado pelo facto do prédio (14) ter passado a abranger, para além da área cultivada, área construída e área inculta, como esclarecem os Autos de Vedoria.

O aumento significativo na área agro-florestal da exploração que forma a Fracção 1 do Casal d'Além (de 1673 para 1750) justifica-se, apesar da exclusão de dois prédios (10 e 13)<sup>94</sup>, pela inclusão da medição de um prédio (11) não efectuada em 1673, para além das alterações nas medições de outros prédios (Figs. 24 e 27), provavelmente motivadas pela utilização de critérios diferentes na vedoria.

Além da forma de transmissão por herança, a compra e venda também foi um processo de transmissão de bens imóveis, muito usual nas terras foreiras ao Convento de Arnoia, como passamos a exemplificar com a Fracção 1 do Casal do Cabaço<sup>95</sup>.

A área global da Fracção era, em 1673, próxima dos 6 ha e tinha dezoito prédios rústicos, com uma superfície média de 3 200 m<sup>2</sup>, aproximadamente, cada um (Figs 20 e 28).

93 - Os *Autos de Vedoria* descritos no *Livro de Tombos de 1673* mencionam quatro prédios. Os *Autos de Vedoria* descritos no *Livro de Prazos* e, para o mesmo ano, mencionam sete prédios e, para os quatro prédios comuns, as áreas são diferentes. Contudo, a área global da Fracção, para as duas vedorias são muito próximas.

94 - Prédios sub-Aforados, em 1673, ao Enfiteuta da Fracção 2 do mesmo Casal, Gonçalo Pinto e pai da Enfiteuta Maria Pinto casada com Domingos Ribeiro.

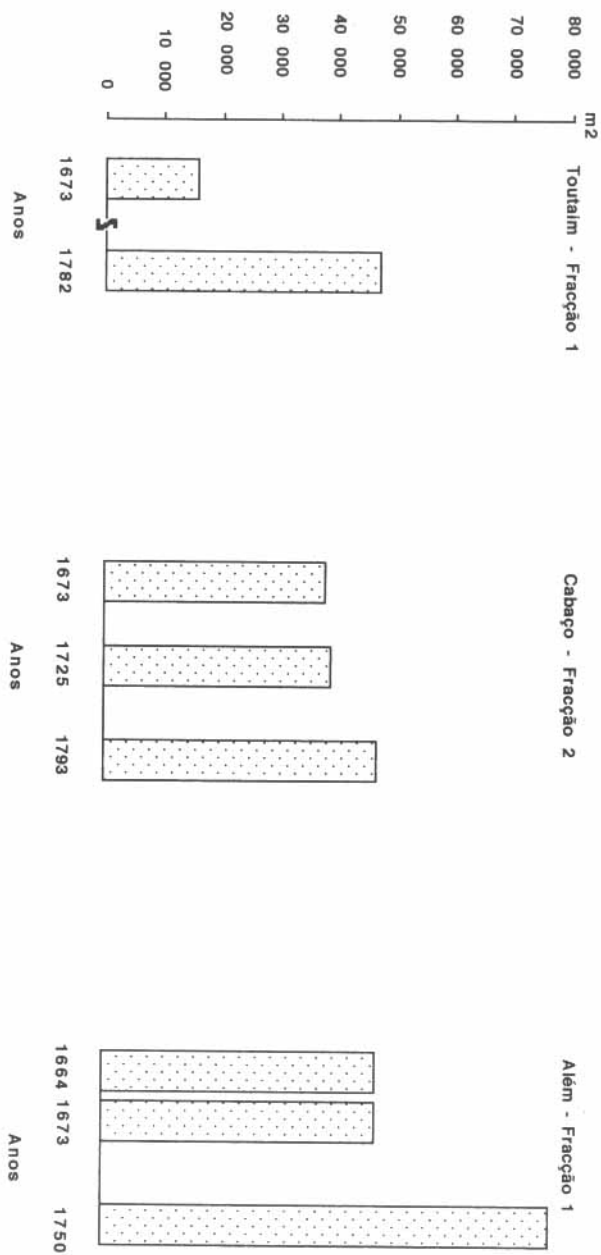
95 - Não fizemos o esboço cartográfico da evolução espacial da Fracção, atendendo, às lacunas de informação existentes. Sempre que nos pareça oportuno e possível, debruçámo-nos sobre o esboço cartográfico das terras foreiras ao Convento de Arnoia, apesar da "distância" da figura em relação ao texto.

Fig. nº 24 - CONVENTO DE ARNOIA - EVOLUÇÃO DA ÁREA AGRO - FLORESTAL

CASAIS: TOUTAIM - Fração 1

CABAÇO - Fração 2

ALÉM - Fração 1



Fonte:

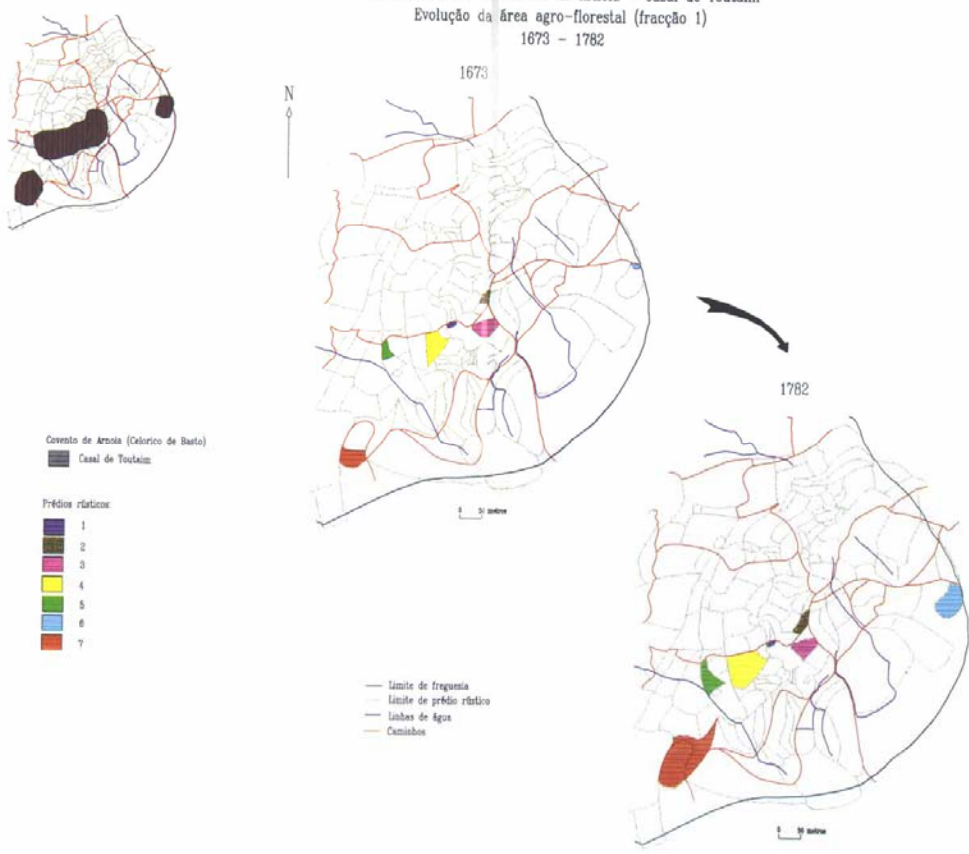
Toutaim, Fração 1 - Quadro XXII, Anexo II.

Cabaço, Fração 2 - Quadro XXVII, Anexo II.

Além, Fração 1 - Quadro XXX, Anexo II.

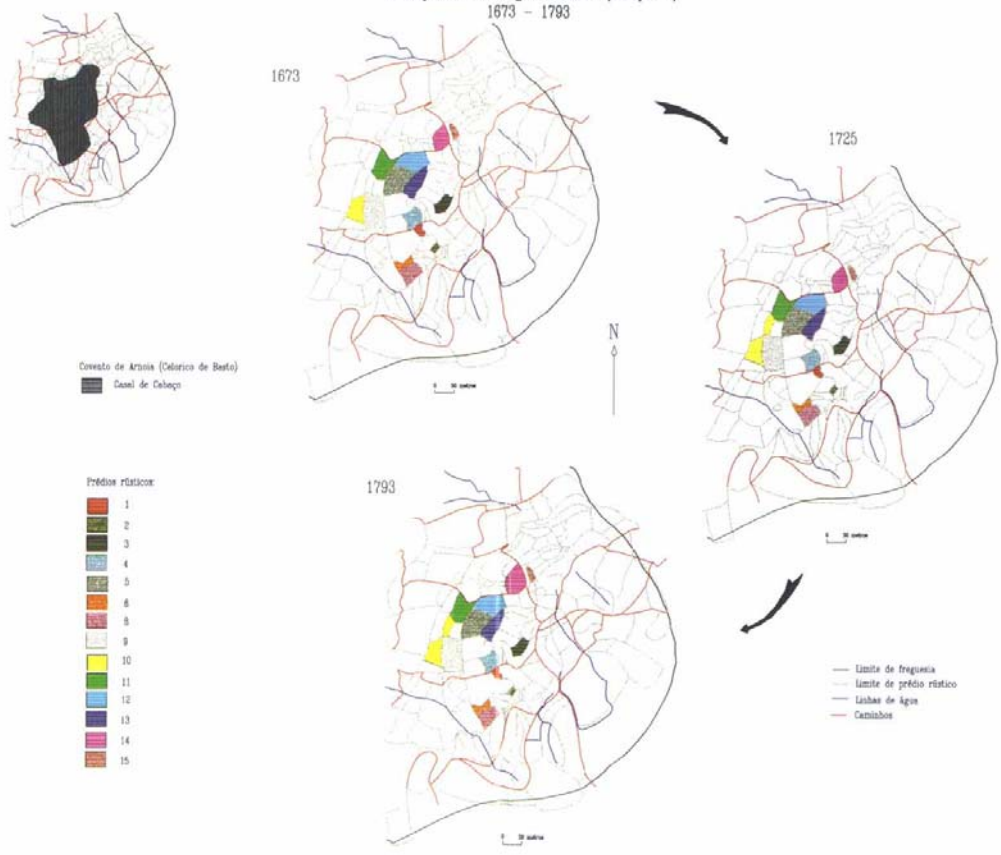


Fig. 25 - STA. TECLA  
 Terras Foreiras ao Convento de Arnoia - Casal de Toutaim  
 Evolução da área agro-florestal (fracção 1)  
 1673 - 1782



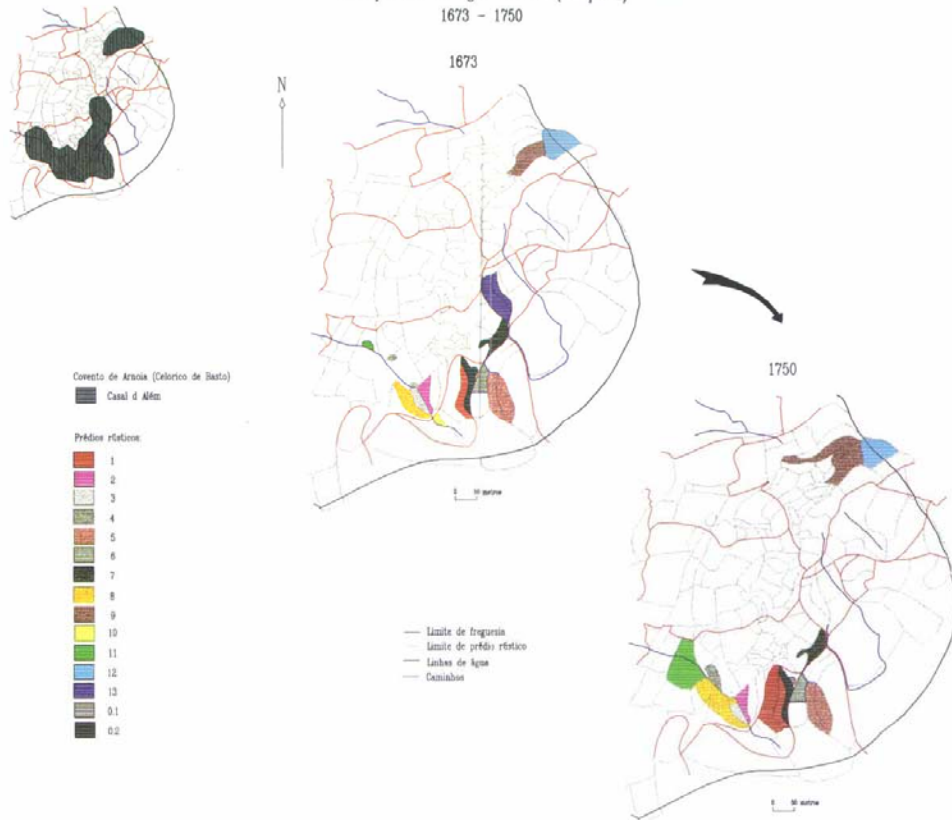
Fotoc. Detecção de Ruizamento referidos nos Anexos, Fotografias Aéreas (1963 e 1994) e Inquérito Direto

Fig. 26 - STA. TECLIA  
 Terras Foreiras ao Convento de Arnoia - Casal do Cabaço  
 Evolução da área agro-florestal (fracção 2)  
 1673 - 1793



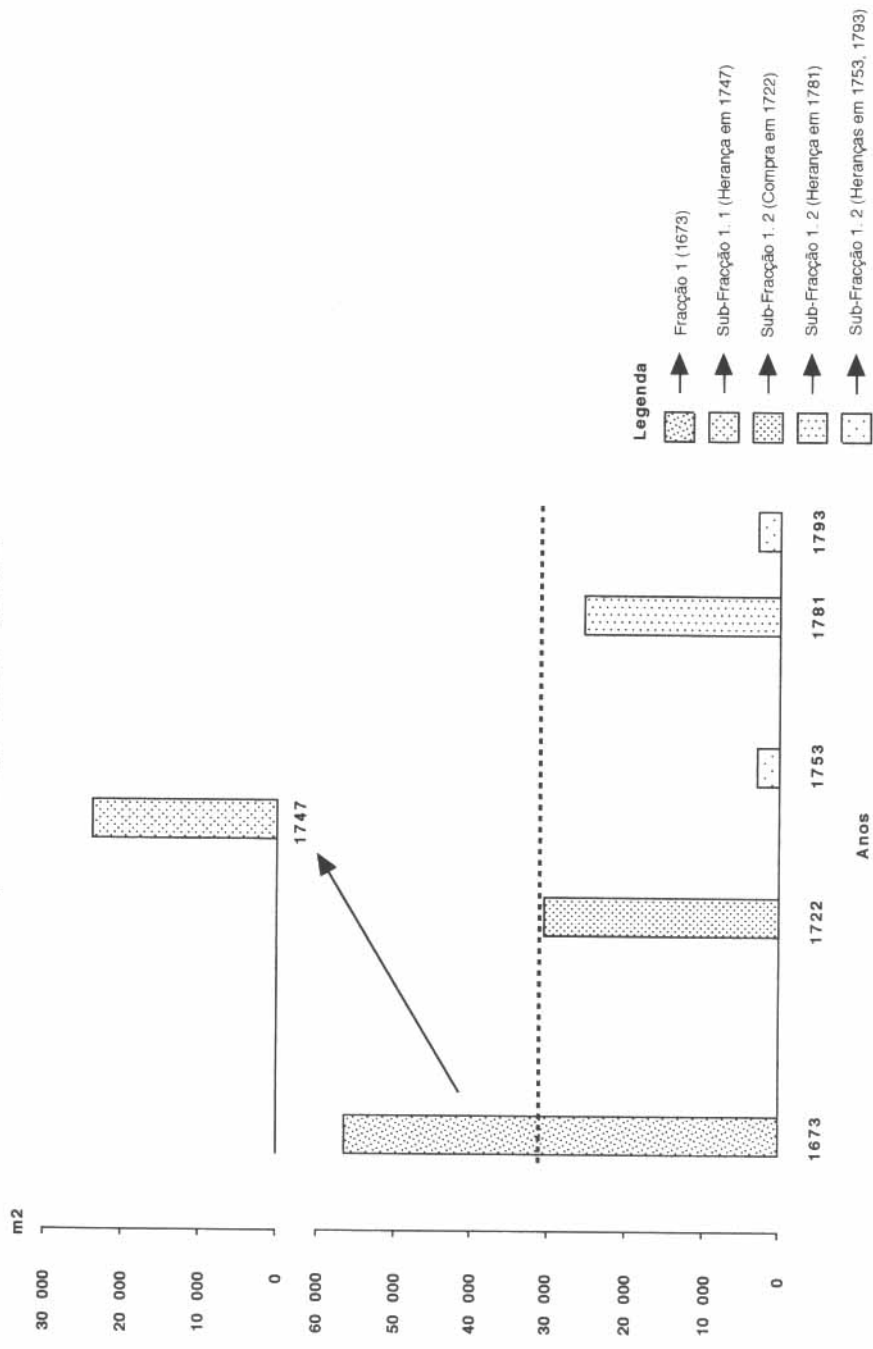
Fontes: Senteiras de Engrasamento referidas nos Anexos, Fotografias Aéreas (1983 e 1994) e Inquérito Direto

Fig. 27 - STA. TECLA  
 Terras Foreiras ao Convento de Arnoia - Casal d'Além  
 Evolução da área agro-florestal (fracção 1)  
 1673 - 1750



Fontes: Sincopes de Emprego referidas nos Anexos, Fotografias Aéreas (1983 e 1994) e Inquérito Directo

Fig. nº 28 - CONVENTO DE ARNOJA - CASAL DO CABAÇO  
Evolução da Área Agro Florestal - Fração 1



Fonte: Quadro XXVI, Anexo II.

As *Sentenças de Emprazamento* da “fazenda” de 1672 e 1673 foram feitas a dois irmãos casados, que a tinham recebido, “por permeio”, por uma escritura de doação dos pais (Fig. 29)<sup>96</sup>.

Dos cinco *Autos de Sentenças de Emprazamento* datados de 1722, 1747, 1751, 1781 e 1793, descobertos por nós, as respectivas vedorias descrevem áreas parciais da Fração (Fig. 28).

O Prazo datado de 1747, foi feito a um menor, Antônio, órfão, neto de um dos emprazantes em 1673<sup>97</sup> (Fig.29, Sub-Fração 1. 1).

Os Autos de Vedoria descrevem os prédios identificados nos Autos de 1673, mas com áreas menores para a maioria dos prédios (Fig. 28)<sup>98</sup>.

Desconhecemos, a partir de 1747, a transmissão destes espaços.

O Prazo de 1722 foi feito a um Enfiteuta, que foi comprador<sup>99</sup> e que não identificámos no Ficheiro Demográfico da freguesia .

Os respectivos Autos de Vedoria mencionam os prédios descritos em 1673, mas com uma área menor<sup>100</sup>(Fig. 28).

Após uma leitura cuidada dos *Autos de Emprazamento* efectuados em 1722 e 1747 e perante as informações que conseguimos recolher, somos levados a admitir:

96 - Os *Autos de Vedoria* são feitos em nome de um dos filhos, o Pedro Fernandes. Não temos indicação dos prédios que constituiriam Domínio Útil para cada um dos irmãos. Contudo, o foro ou pensão é descrito para os dois irmãos. Domingos Fernandes “...cento e dez réis em dinheiro, três alqueires de trigo doze arratéis e meio de castanhas e uma galinha...” Pedro Fernandes, o novo “... cem réis em dinheiro, dois alqueires de trigo, doze arratéis e meio de castanhas e uma galinha ...!”. AMB. Convento de Arnoia, vol.XXIII FOLS 431 - 436 v .

97 - O pai, João Fernandes, tinha sido a terceira vida no Prazo anterior.

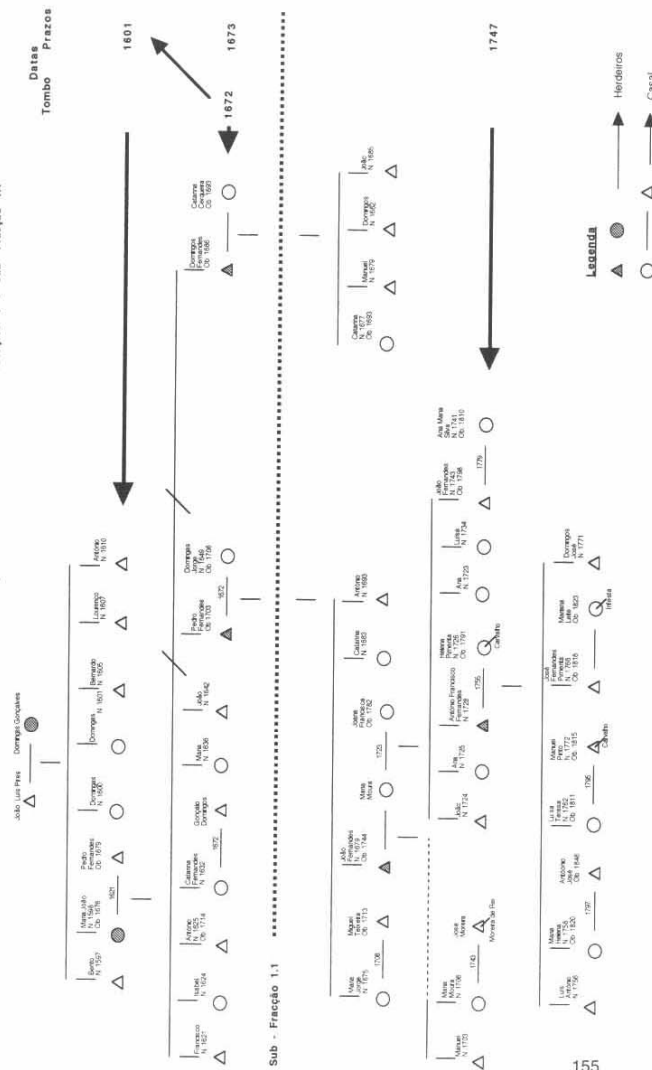
98 - As confrontações dos prédios são sempre, em parte, feitas com os Enfiteutas da Sub-Fração 1.2. Também o foro a pagar pelo jovem Antônio Órfão corresponde ao foro pago pelo Avô.

99 - As *Sentenças de Emprazamento* de 1722 não referem a identificação do Enfiteuta vendedor.

100 - As confrontações dos prédios são, em parte, com os descendentes de Pedro Fernandes. Ainda verificámos que, o foro a pagar pelo Enfiteuta comprador, corresponde ao foro pago por Domingos Fernandes.

Fig. nº 28 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABACO (1691 - 1783)

Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - FRAÇÃO 1 e Sub - Fração 1.1



- 1 - Os *Autos de Vedoria* efectuados em 1722 e 1747 referem parte do mesmo prédio rústico que, no seu conjunto, não teriam áreas muito inferiores às mencionadas em 1672 e 1673 <sup>101</sup>.
  - 2 - As áreas dos prédios, descritas nos *Autos de Vedoria de 1722 e 1747*, corresponderão às áreas atribuídas de facto a cada irmão, após os Emprazamentos de 1672 e 1673.
  - 3 - Os prédios rústicos comprados em 1722 por Manuel Cunha, corresponderão à herança, em 1672-1673 de Domingos Fernandes.
- A acreditar na última probabilidade, por nós sugerida, outras questões se nos levantam. Se Domingos Fernandes morreu em 1686, quem teria sido o seu "herdeiro" e ou quem teria sido o vendedor dos prédios que Manuel Cunha "morador em Toutaim", comprou, como dizem os *Autos de Sentenças de Emprazamento*?

Os espaços agro-florestais medidos em 1722, encontrámo-los descritos nos *Autos de Vedoria de 1751, 1781 e 1793* e foram herdados pelos descendentes de Manuel Cunha e mulher Joana Faria. (Fig. 29, Sub-Fracção 1.2)<sup>102</sup>.

Ao pretendermos fazer a linha genealógica dos herdeiros de Manuel Cunha outro conjunto de problemas se nos deparam, fundamentalmente, por duas ordens de razões.

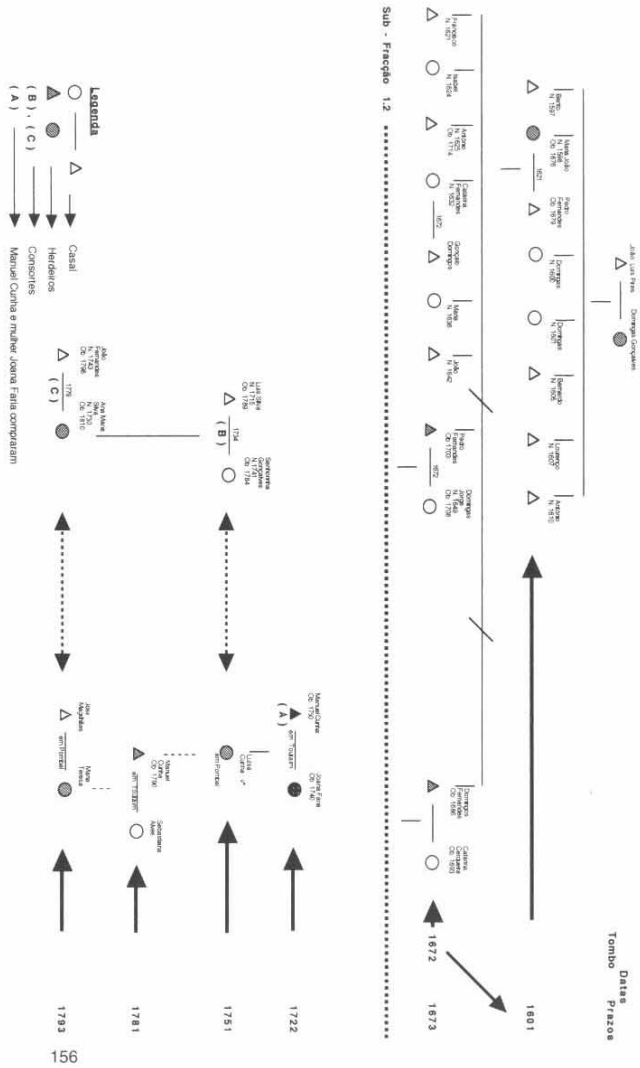
Os Enfiteutas são naturais da freguesia limítrofe de Arnoia, pelo que não constam no Ficheiro Demográfico da freguesia. Apenas, para dois deles, conhecemos a data de óbito. Por outro lado, as informações de carácter demográfico, que nos são fornecidas pelos Prazos, através dos Autos de Reconhecimento dos Enfiteutas envolvidos, são precárias para nos permitirem construir, fragmentos de histórias de vida.

<sup>101</sup> - Se somarmos as áreas de cada prédio referidas em 1722 e em 1747, obtemos um valor próximo da área, desse mesmo prédio, em 1672-1673.

Também, se somarmos, a área global do espaço agro-florestal quer de 1722 quer de 1747, obtemos um valor próximo da área agro-florestal da Fração em 1672-1673.

<sup>102</sup> - O pormenor, com que a descrição dos prédios era feita, permite-nos "reconhecê-los" em vedorias sucessivas, independentemente, da impossibilidade, da "construção" da genealogia dos Enfiteutas.

Fig. nº 28. 1 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1601 - 1793)  
Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - FRAÇÃO 1 e Sub-Fracção 1.2



Como identificámos os prédios, nos diferentes momentos das vedórias, limitámo-nos a indicar, para cada Prazo, 1722, 1751, 1781 e 1793, as áreas respeitantes ao total das áreas dos prédios medidos (Fig.28).

Se a transmissão do Domínio Útil através da compra e venda tendia a fragmentar a exploração, como aconteceu na Fracção 1 do Casal do Cabaço, era também muito frequente a pulverização "in extremis" da exploração e com repercursões evidentes no xadrez fundiário de St<sup>a</sup> Tecla<sup>103</sup>, como passamos a exemplificar com a Fracção 2 do Casal de Toutaim.

A Fracção 2 do Casal de Toutaim tinha uma superfície agro-florestal próxima dos 6 500 m<sup>2</sup>, dividida por dezoito prédios rústicos, com uma dimensão média de 357 m<sup>2</sup> cada um<sup>104</sup>.

Atendendo às superfícies reduzidas dos prédios, limitámo-nos a sistematizá-los, através de um quadro síntese (Quadros 23 a 26. 1). Mais importantes do que as pequenas hortas, seriam "as correntes de casas que serviam de habitação e de cortes" além dos anexos agrícolas.

Nos *Autos de Sentenças de Emprazamento de 1673*, o Prazo é feito a treze enfiteutas e os prédios, são discriminados nos Autos de Vedoria, segundo os respectivos titulares<sup>105</sup>. De acordo com os titulares das vedórias distinguimos quatro Sub-Fracções.

Para os prédios emprazados em 1673, a que corresponde a Sub-Fracção 2. 4 (Quadros 26 e 26. 1), não encontrámos *Autos de Sentença de Emprazamento* posteriores.

Para os prédios que formam as Sub-Fracções 2. 1, 2. 2 e 2. 3, chegam até nós posteriores vedórias, o que nos permitiu conhecer as

<sup>103</sup> - Não fizemos o esboço cartográfico da evolução espacial da Fracção, em virtude das dimensões reduzidas dos prédios que constituíram a Fracção 2 do Casal de Toutaim.

Sempre que nos pareça oportuno e possível, debruçar-nos-emos sobre o esboço cartográfico das terras foreiras ao Convento de Arnoia, apesar da "distância" da figura em relação ao texto.

<sup>104</sup> - O maior prédio tinha uma área próxima dos 2 200 m<sup>2</sup>.

<sup>105</sup> - Para cada titular encontra-se, também, discriminado o respectivo foro a pagar.

**Quadro Nº 23 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM ( 1673 - 1766 )**

Áreas, construída, de ocupação agrícola e mista - Fracção 2, Sub - Fracção 2.1

Ano	Área Agrícola / Mista e Construída Total (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Área Construída		Área (m <sup>2</sup> )	
		Área (m <sup>2</sup> )	Prédios		Habitação			Anexos Agrícolas
					Área (m <sup>2</sup> )	Prédios		
1673	207	57,5	1	57,5	149,5	57,5	72,6	
1673	207	57,5	1	57,5	149,5	72,6	19,4	
1705	285,6	96,8	1	96,8	188,8	72,6	96,8	
1766	191,2	96,8	1	96,8	94,4	58,1	14,5	
							96,8	
							19,4	
							36,3	
							26,6	
							4,9	

Fonte : Quadro XXIII, Anexo II.

Ano	Área Agrícola / Mistra e Construída Total (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola		Área Construída	
		Área (m <sup>2</sup> )	Prédios	Habituação	
				Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )
1673		189,4	2	2 329,30	
1673		2 159,90			
1673		189,4	2	2 329,30	
1715		2 159,90			

Fonte : Quadro Nº XXIII.2, Anexo II.

**Quadro Nº 24 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673-1715)**

Áreas, construída, de ocupação agrícola e mistra - Fração 2, Sub - Fração 2. 2

**Quadro Nº 25 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673-1715)**

Áreas, construída, de ocupação agrícola e mistra - Fração 2, Sub - Fração 2. 3

Ano	Área Agrícola / Mistra e Construída Total (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola		Área Construída	
		Área (m <sup>2</sup> )	Prédios	Habituação	
				Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )
1673	837,00	1 144,70	4	1 666,50	170,5
1673		399,3			
1673		40,8			
1673		81,7			
1673	1 691,60	1 144,70	4	1 666,50	125,1
1673		399,3			
1673		40,8			
1673		81,7			
1715	6 161	40,9	1	40,9	151
1715		399,3	2	181	
1715		81,7			

Fonte : Quadro Nº XXIII.3, Anexo II.



Fonte : Quadro Nº XXIII. 4, Anexo II.

Ano	Área Agrícola / Mista e Construída Total (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola				Total (m <sup>2</sup> )	Habituação		Total (m <sup>2</sup> )	Prédios Exploração Agrícola		Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	
		Área (m <sup>2</sup> )	Prédios	Total			Prédios	Área (m <sup>2</sup> )		Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )							Área (m <sup>2</sup> )
				Área (m <sup>2</sup> )	Prédios													
1673	233,6	188,8	1	188,8	44,8	casa terra e col-maçã	30	corde e corte	14,8	1	888,1	888,1	285,5	611,1	267,1	67,1		
	120,3	65,3	1	65,3	55	casa terra e col-maçã e colmaça	55			1	659	659	611,1	611,1				
	227,8	24,2 167,9	2	192,1	35,7	casa terra e col-maçã	21,2	corde	14,5	2	679,1	679,1	607	607				
	399	372,7	1	372,7	26,3	casa terra e col-maçã	26,3			1	2805	2805	914,9	914,9				
		511,8		511,8	279,5	casa terra e col-maçã	48,4	pardeiro velho e rocio rocio por cima do caminho	24,2 206,9	1	2805	2805	914,9	914,9				
		338,8	1	338,8														
		511,8		511,8														

Quadro Nº 26 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673)

Áreas construída, de ocupação mista e agrícola - Fração 2, Sub - Fração 2,4

Ano	Área Agrícola / Mista e Construída Total (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola				Total (m <sup>2</sup> )	Habituação		Total (m <sup>2</sup> )	Prédios Exploração Agrícola		Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	
		Área (m <sup>2</sup> )	Prédios	Total			Prédios	Área (m <sup>2</sup> )		Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )							Área (m <sup>2</sup> )
				Área (m <sup>2</sup> )	Prédios													
1673	233,6	188,8	1	188,8	44,8	casa terra e col-maçã	30	corde e corte	14,8	1	888,1	888,1	285,5	611,1	267,1	67,1		
	120,3	65,3	1	65,3	55	casa terra e col-maçã e colmaça	55			1	659	659	611,1	611,1				
	227,8	24,2 167,9	2	192,1	35,7	casa terra e col-maçã	21,2	corde	14,5	2	679,1	679,1	607	607				
	399	372,7	1	372,7	26,3	casa terra e col-maçã	26,3			1	2805	2805	914,9	914,9				
		511,8		511,8	279,5	casa terra e col-maçã	48,4	pardeiro velho e rocio rocio por cima do caminho	24,2 206,9	1	2805	2805	914,9	914,9				
		338,8	1	338,8														
		511,8		511,8														

Fonte : Quadro Nº XXIII. 4, Anexo II.

respectivas formas de transmissão, embora para períodos distintos (Figs. 30, 31 e 32).

Assim, em relação à Sub-Fracção 2. 1 e para um período próximo de cem anos, conhecemos a transmissão, por herança em linha directa, de uma pequena horta (13) associada a construções destinadas à habitação e anexos agrícolas (Fig. 30 e Quadro 23).

A Sub-Fracção 2. 2 era formada por dois prédios rústicos (10 e 11). O prédio maior (11), e também o maior prédio da Fracção, foi vendido ao Enfiteuta do Casal do Cabaço, Fracção 4, segundo Sentença de Emprazamento de 1715 (Fig. 31 e Quadro 24).

Dos quatro prédios rústicos que formavam a Sub-Fracção 2. 3, uma pequena horta (8), juntamente com a casa terreira e colmaça, foi herdada pela filha do Enfiteuta e dois pedaços de horta (7 e 9) são vendidos (Fig. 32 e Quadro 25). Desconhecemos a evolução do maior prédio (6) desta Sub-Fracção.

Com toda a complexidade que envolvem as estruturas agrárias, em breve sumário, diremos que, em relação ao Domínio Senhorial do Convento de Arnoia, em St<sup>a</sup> Tecla e no período de 1672 a 1801:

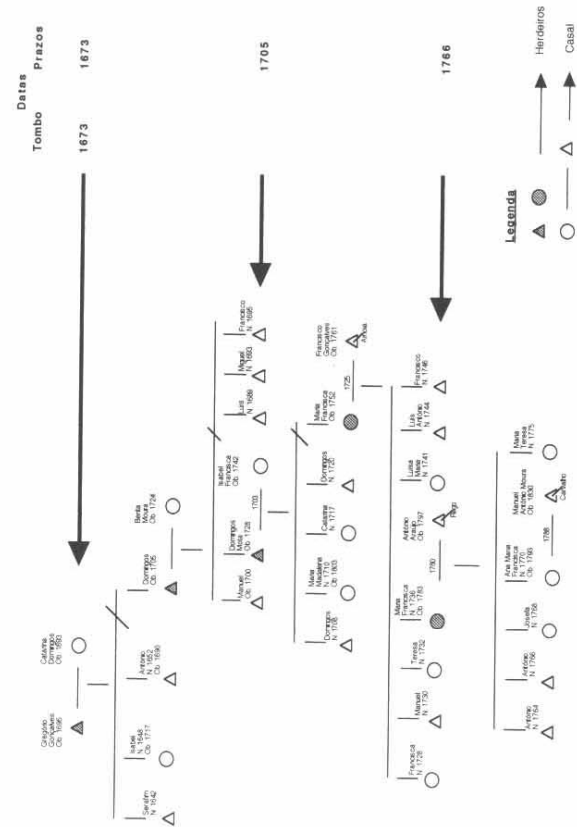
1 - O aumento da área da unidade de exploração, através do tempo e transmitida por herança, justifica-se mais pelo aumento da área cultivada do prédio do que pela inclusão de novos prédios.

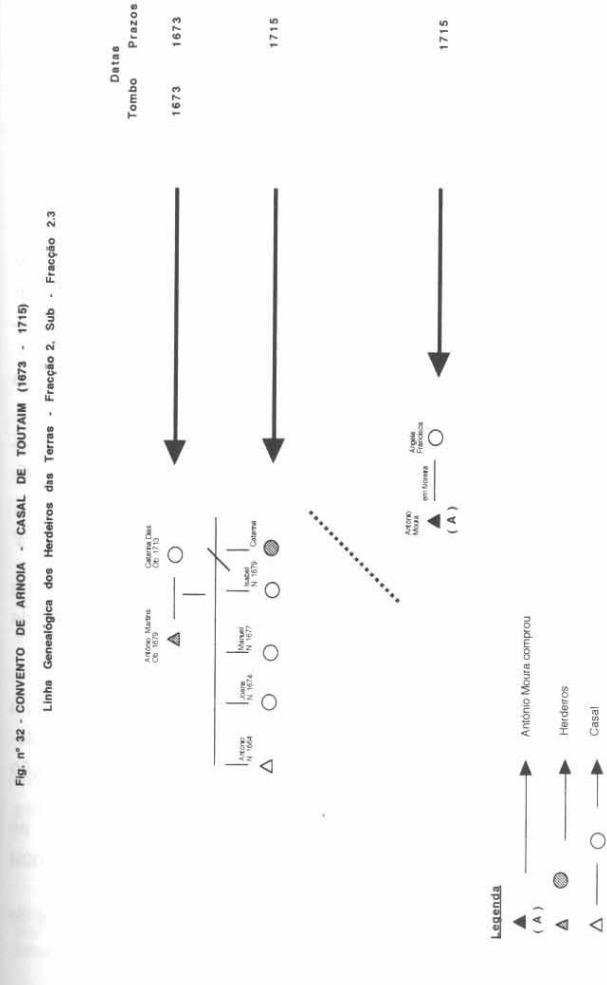
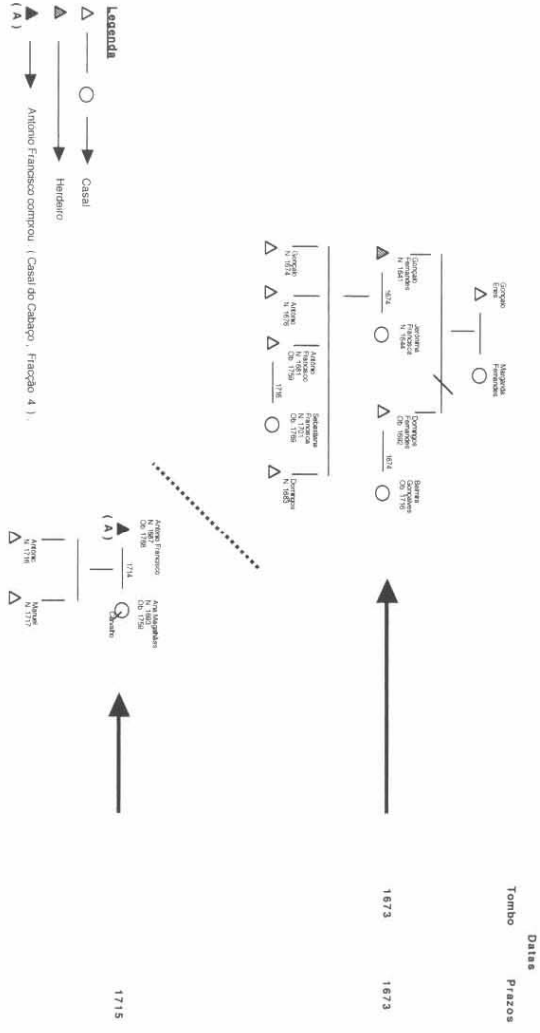
Das nove explorações com uma superfície superior a 5 000 m2, cinco foram transmitidas por herança em linha directa e quatro foram transaccionadas através da compra e venda (Quadros XXII a XXXI, Anexo II).

2 - A exploração era herdada, em bloco, pelo filho varão mais velho e, caso não existisse filho varão, a herança passava para a filha mais velha (Figs. XIX a XXVIII, Anexo I).

Houve, contudo, excepções na indivisibilidade da exploração. No Casal de Toutaim, Fracção 3, em 1673, a exploração foi dividida, "por permeio", pelos dois irmãos, com a indicação dos prédios pertencentes a

Fig. nº 30 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673 - 1766)  
Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - Fracção 2, Sub - Fracção 2.1





cada um deles (Figs. XXI. 1 e XXI. 2, Anexo I; Quadros XXIV. 1 e XXIV. 2, Anexo II). A divisão desta exploração manteve-se nos Contratos de Emprazamento posteriores.

Também um outro exemplo detectámos na exploração doada a dois irmãos, mas com os Autos de Vedoria a serem feitos em nome de um deles, como foi o caso no Casal do Cabaço, a Fracção 1.

3 - A forma de transmissão dos prédios, através da compra e venda, é uma tónica a assinalar. Se as explorações agrícolas são transacionadas, no seu todo ou em parte, a compra de pequenas hortas impõem-se pela sua frequência. Questionámo-nos sobre a tendência na evolução da fragmentação e divisão da exploração, atendendo à frequência na transacção dos prédios rústicos (Quadros XXII a XXXI, Anexo II).

Em 1673, das vinte e duas explorações, doze tinham uma área superior a 1 000 m<sup>2</sup> e, destas doze, oito, uma área superior a 5 000 m<sup>2</sup>.

Para o período posterior a 1747 existiam vinte e sete explorações; destas, dezasseis detinham uma área superior a 1000 m<sup>2</sup>; das dezasseis, nove explorações tinham uma área superior a 5 000 m<sup>2</sup>.

Com uma área superior a 1 ha existia o Casal d' Além, a Fracção 2, em 1673 e 1782.

4 - A fragmentação e a dispersão dos prédios rústicos numa exploração era uma constante e reflectia-se, inevitavelmente, no arranjo da paisagem.

A observação da propriedade fundiária da Comenda de Veade e do Convento de Arnoia, para um período a ultrapassar os cem anos, permite-nos formular um conjunto de questões sobre a evolução da exploração agrícola, em St<sup>a</sup> Tecla, nos séc. XVII e XVIII.

1 - A propriedade enfitéutica tende para a fragmentação e as explorações agrícolas formadas com prédios pouco extensos, têm tendência também, para se disseminarem na paisagem.

2 - O aumento da dimensão das explorações depende mais de arroteamentos e melhorias do que da compra de novos prédios rústicos.

3 - A conservação da área das explorações é conseguida através das formas de transmissão da herança, segundo a legislação da época, ao privilegiar-se o filho herdeiro com a doação da "fazenda" emprazada<sup>106</sup>. Há excepções, com a partilha da "fazenda" e, logicamente, a divisão fundiária a implementar-se no espaço.

4 - Contratos de sub-Aforamento faziam-se com uma certa frequência e contribuíam, de modo decisivo, nas alterações esporádicas da superfície da exploração.

5 - Explorações descritas por expressões como: "...item um pedaço de terra, que é rocio", acolá "...item um pedaço de terra que é horta", além "...item uma bouça que se semeia de dez ou quinze anos", mais "...item meio salgueiro com as suas sessegas no quinhão do vizinho", aqui "...item a devesa de carvalhos que darão oito alqueires de landes", ainda "...item as quatro uveiras com suas sessegas no terreno do vizinho que darão um litro de vinho" e ainda "...item o pedaço de terra que levava de sementeira meia malga de centeio", mais "...item o corrume de casas terreiras e colmaças em que uma serve de cozinha e outra de corte", mais ainda se pode ler "...item o quinteiro murado e com portas fronhas de serventia com os vizinhos", são trechos repetitivos das vedorias pormenorizadas, mas que evidenciam bem o parcelamento e a proliferação da pequena exploração que constroem o xadrez em que se transformou o espaço agrário de St<sup>a</sup> Tecla, nos sécs. XVII e XVIII.

### 3. 2. 2 - As Terras Foreiras nos Finais do Séc. XVIII

Ao preocuparmo-nos em conhecer a evolução da propriedade e da exploração agrícola, para o período que as Fontes nos fossem capaz de permitir, não descurámos também as Fontes que nos possibilitassem a

<sup>106</sup> - O herdeiro eleito, ou por doação ou por testamento, herdava, também, um conjunto de encargos mais ou menos onerosos, uma vez que os irmãos eram contemplados com "o legado por conta da legítima" que se pressupõe corresponder ao valor da quota a que teriam direito na herança.

construção de um esboço da propriedade agrícola, em St<sup>a</sup> Tecla, nos finais do séc. XVIII (Fig. 33; Quadros VIII a XLVI , Anexo II).

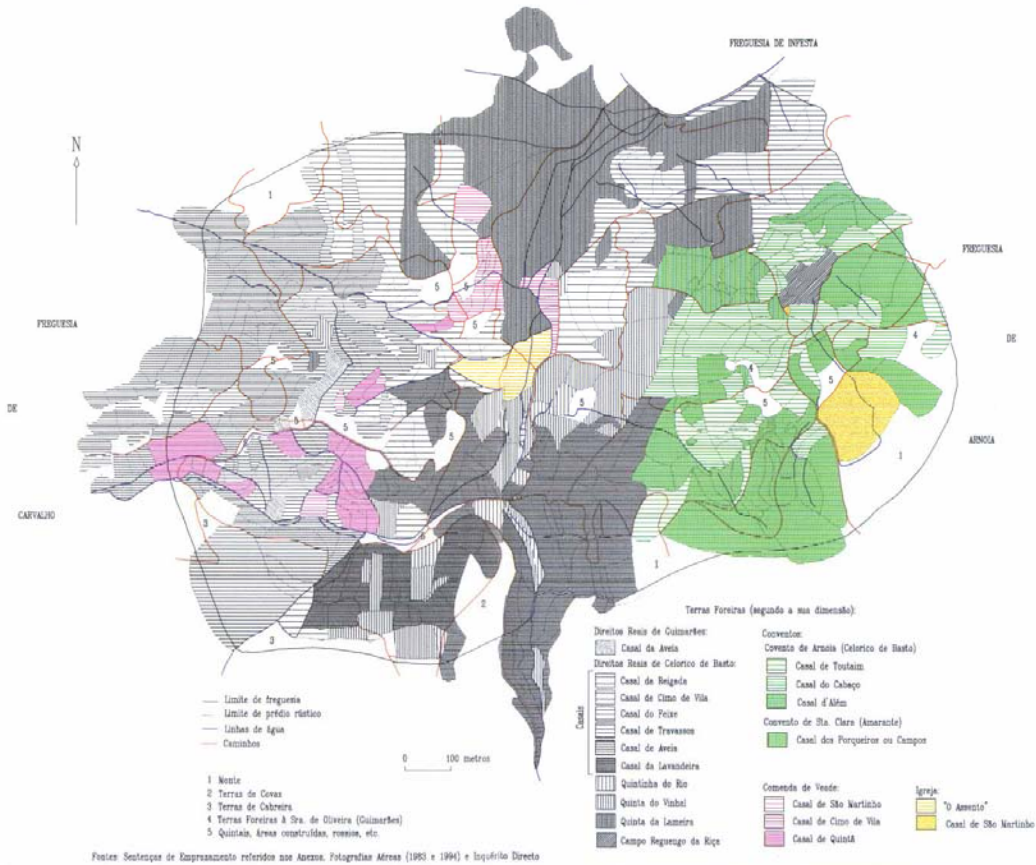
A Real Coroa, Direitos Reais de Celorico de Basto, era o Senhorio com o maior Domínio em St<sup>a</sup> Tecla. Com um Domínio Directo próximo dos 176 ha, dividido por seis Casais, com uma área cerca de 113 ha, três quintas que, englobavam uma área próxima dos 62,5 ha e um Campo com uma área próxima do 0,5 ha (Fig. 33; Quadros XXXII a XLI, Anexo II). A área, em valores médios para cada prédio rústico, era cerca dos 4 000 m<sup>2</sup>, mas variava entre o valor mais baixo, no Casal Reguengo de Cimo de Vila, próximo dos 286 m<sup>2</sup> e o valor mais alto, na Quinta da Lameira, cerca de 15 600 m<sup>2</sup>.

Como podemos analisar pela leitura da Fig. 33, o Domínio Senhorial da Coroa abrangia o fundo do vale, apenas interrompido por uma parte do Casal de Cimo de Vila, da Comenda de Veade e pelo Assento, terras da Igreja. Estendia-se pela vertente oriental da freguesia até à altitude média dos 350 a 400 metros e, com um pequeno espaço, implementado no domínio do Convento de Arnoia, à altitude próxima dos 400 metros. Ocupava toda a vertente ocidental até à altitude dos 500 a 550 metros, apenas interrompido pelo Domínio da Comenda de Veade e por uma pequena área do Domínio, também da Coroa, mas dos Direitos Reais de Guimarães.

As áreas não só com os solos mais férteis como as áreas mais soalheiras e, conseqüentemente, com melhor aptidão para a agricultura eram, na sua maioria, Domínio da Coroa.

As parcelas de cultura estendiam-se pelos campos “extensos”, de solos mais profundos e limitados por pequenos declives, ou a coincidir com a área do plaino aluvial, ou ainda localizados em pequenas rechãs. Quanto à morfologia da encosta pode dizer-se que dominavam as leiras estreitas e compridas suportadas por fortes socalcos, as “ribadas”; ou, esporadicamente, autênticas “nesgas” de terreno muito compridas, também sustentadas por socalcos, muito soalheiras e “cobertas” por um pomar promíscuo, matizado por macieiras, nogueiras, cerejeiras,

Fig. 33 - STA. TECLA - FINAIS DO SÉCULO XVIII  
Terras Foreiras



castanheiros, oliveiras e nunca faltando os renques das uveiras alinhada nas orlas<sup>107</sup>.

No âmbito da morfologia agrária há que evidenciar o peso territorial dos Casais Reguengos. Os prédios, embora de contorno irregular e com diferentes dimensões, constituíam “grandes” manchas salientando-se, desse modo, no espaço (Fig. 33; Quadros XXXII a XXXVII, Anexo II).

O Casal Reguengo da Reigada, Domínio Útil de um Enfiteuta, era, em relação ao conjunto em estudo, o menos extenso<sup>108</sup>, com uma área próxima de 1,5 ha, mas subdividido em quatro prédios rústicos com dimensão média, cerca de 3 900 m<sup>2</sup>. Localizava-se na margem oriental, sobranceira ao “rio” de Tecla. (Fig. 33; Quadro XXXII, Anexo II).

Quanto ao Casal Reguengo de Cimo de Vila, assume diferente comportamento na estrutura fundiária, pois apresenta-se mais fragmentado, mais concretamente, possuía três Fracções, com 31 Enfiteutas, três cabeças de casal e vinte e oito consortes, com um número médio de dois prédios por Enfiteuta, tendo cada prédio uma área média de 286 m<sup>2</sup>. Os prédios encontravam-se disseminados pelas duas vertentes e com uma localização altimétrica entre os 300 e 450 metros, aproximadamente (Fig. 33; Quadro XXXIII, Anexo II).

No respeitante ao Casal Reguengo do Feixe estamos perante uma realidade bem diferente. Era uma área próxima dos 20 ha, formado por uma só Fracção com dezassete Enfiteutas, o cabeça de casal e dezasseis consortes. Dividido em 45 prédios rústicos com a área média de 4 260 m<sup>2</sup>.

---

<sup>107</sup> - Atendendo à exiguidade da superfície das parcelas tornava-se impossível a cereacultura. Quando nos encontrávamos em pleno trabalho de campo, o nosso acompanhante referiu-se, espontaneamente, a uma dessas áreas aludindo “a riqueza daquela vertente em fruteiras de toda a qualidade e em vinha, ainda há uns quinze anos”. Ainda se preocupou em acentuar que “a terra só era cavada à enxada, o estrume era transportado em cestos às costa, pois o carro puxado pelos bois e o arado não entravam”. Apesar das dificuldades no amanho das parcelas, preocupou-se, em acentuar, que “valia a pena, pois produzia muito vinho e dava-se lá fruta de toda a qualidade.”

<sup>108</sup> - Parte do Casal foi integrado na Quinta do Vinhal.

Localizava-se na vertente oriental e entre os 300 e 350 metros de altitude (Fig. 33; Quadro XXXIV, Anexo II).

O Casal Reguengo de S. Martinho de Travassos ou, simplesmente, Travassos, com uma área cerca de 24 ha, como pode ver-se pela leitura da Fig. 33, era constituído por quatro manchas afastadas entre si, mas todas elas situadas na vertente ocidental, a cotas entre os 350 e 450 metros e contornados pelas Ribeiras de Caide e do Alviada. Este Casal estava em três Frações e era Domínio Útil de 22 Enfiteutas, três cabeças de casal e 19 consortes, que detinham 64 prédios com uma área média de 3 700 m<sup>2</sup> (Fig.33; Quadro XXXV, Anexo II).

O Casal Reguengo da Aveia estendia-se fundamentalmente no sector Noroeste, a altitudes entre os 500 a 550 e 350 a 400 metros e dividia-se em quinze Frações<sup>109</sup>. Com uma superfície total próxima dos 27 ha, o Casal Reguengo da Aveia continha 96 prédios rústicos, tendo, cada um, uma área média cerca de 2.800 m<sup>2</sup>. Domínio Útil de vinte e nove Enfiteutas, catorze cabeças de casal e quinze consortes, com cerca de nove prédios, em média, por Enfiteuta, detinha também em valores médios, uma superfície cerca dos 9.400m<sup>2</sup>, por caseiro (Fig. 33; Quadro XXXVI, Anexo II).

Finalmente, o Casal Reguengo da Lavandeira, como se pode deduzir pela interpretação da Fig. 33, era o Casal com a maior concentração fundiária, não só na área total como na superfície média do Enfiteuta, cerca de 6,5 ha por Enfiteuta. Abrangia uma área próxima dos 40 ha, distribuída por seis Frações, com seis cabeças de casal e um consorte. Dividido em 126 prédios rústicos, com uma área média próxima dos 3 200m<sup>2</sup>. Localizava-se, principalmente, no sector sul<sup>110</sup> e "subia" em altitude, a partir do fundo do vale em direcção a leste e a oeste até cotas

<sup>109</sup> - O Casal Reguengo da Aveia é o Casal da Coroa com maior número de explorações, quinze.

<sup>110</sup> - A área continua do Casal da Lavandeira era, esporadicamente, matizada por prédios ou, da Quinta do Vinhal ou, da Quintinha do Rio.

174

na freguesia de Fervença. Para uma melhor apreensão do fenómeno em análise passemos a exemplificar:

"... por falecimento de seu pai (...) lhe ficaram pertencendo várias propriedades de que estava de posse nesta freguesia pertencentes a diversos casais todos foreiros ao Real Reguengo (...) as quais propriedades estavam quase unidas e juntas umas às outras formavam uma boa quinta e fazenda nobre que era justo empraçar-se num só título do que em diversos..."<sup>112</sup>.

A Quinta do Vinhal<sup>113</sup>, com uma área próxima dos 19 ha, os seus prédios localizavam-se, no espaço rural em estudo, predominantemente a sul e no fundo do vale. Todavia o seu domínio territorial ascendia na vertente, ora aos 400, ora aos 500 metros, conforme a situação dos prédios na vertente oriental ou ocidental. Confinava principalmente com terras do Casal da Lavandeira ou da Quinta do Rio (Fig. 33; Quadro XXXIX, Anexo I).

No respeitante à Quintinha do Rio, pode afirmar-se que era a quinta mais pequena (com área cerca dos 4,5 ha) e com forte dispersão predial. Os seus terrenos localizavam-se principalmente na parte sul, entre valores de altitude próximos dos 350, a ultrapassar os 400 metros, já domínio das bouças (Fig. 33; Quadro XL, Anexo II). Recorde-se que os domínios das bouças a ascenderem a altitudes superiores a 400 metros, explica como a exposição geográfica e a natureza litológica pode influenciar o tipo de ocupação do solo.

A distribuição espacial mais dispersa do Domínio dos Direitos Reais de Celorico de Basto era o Campo Reguengo da Riça (Fig. 33; Quadro XLI, Anexo II), com uma área próxima do 0,5 ha e rodeado pelo Domínio do Convento de Arnoia. Esta propriedade formada por cinco prédios, tendo

<sup>112</sup> - Ibid, FOLS 404 - 414 v.

<sup>113</sup> - A Quinta tem o nome da casa onde residia o Enfiteuta, a Casa do Vinhal, na freguesia de Fervença.

176

próximas dos 400 e 450 metros, respectivamente (Fig.33; Quadro XXXVII, Anexo II).

Terras foreiras aos Direitos Reais de Celorico de Basto, eram também três Quintas (Fig. 33; Quadros XXXVIII a XL, Anexo II). Unidades de exploração "arquitectadas", nos finais do séc. XVIII, com o objectivo principal, em nossa opinião, do redimensionamento da exploração. Resultaram da anexação, feita na Tombação dos finais do séc. XVIII, de variados e inúmeros prédios rústicos, Domínio Útil do mesmo Enfiteuta, mas distribuídos por vários Casais, do Domínio Senhorial, predominantemente da Real Coroa, mas também, de outros Senhorios, como a Comenda de Veade. A título de exemplo passamos a transcrever um excerto do Auto de Tombação da Quinta da Lameira:

"...disseram os mesmos possuidores que em razão das ditas propriedades terem saído de diversos casais deles não tinham ainda prazo da mão do Senhorio e somente as possuíam pelos dits títulos de compra e nomeação de seus Pais e Avós que tudo houveram por semelhantes títulos e por isso pediam e requeriam a ele doutor Juiz do Tombo que de toda a dita Quinta afirm junto e unida como está lhe mandasse fazer a apegção e demarcação (...) para mais se não dividirem nem se partirem e se lhe fizer empraçamento..."<sup>111</sup>.

A Quinta da Lameira desenvolvia-se, em mancha contínua, a partir do "rio" de Stª Tecla e estendia-se para Norte pela freguesia limítrofe de Infesta. Os prédios que formavam as manchas de contorno irregular, nas duas margens, chegavam a atingir altitudes próximas dos 400 a 450 metros.

Formada por 25 prédios rústicos, cada prédio englobava um conjunto de leiras e parcelas, além de souts e bouças (Fig. 33; Quadro XXXVIII, Anexo II).

Quanto à Quinta do Vinhal, esta propriedade resultou da anexação de prédios distribuídos por Casais diferentes, a pedido do Enfiteuta que residia

<sup>111</sup> - AMCB. Tombos, Tombo V, 1787- 1796 FOLS 254-265.

175

cada um uma área cerca dos 1 000 m<sup>2</sup>, desenvolvia-se, na sua maioria, à altitude aproximada dos 450 metros.

A Real Coroa, Direitos Reais de Guimarães, detinha Domínio Directo, na vertente ocidental, com uma área próxima dos 23 000 m<sup>2</sup> distribuída por sete prédios (Fig. 33; Quadro XLII, Anexo II). É necessário evidenciar a dispersão dos prédios. Assim, o prédio situado na margem esquerda da Ribeira do Cais, estava bem distante dos restantes que formavam o Domínio dos Direitos Reais de Guimarães. Estes localizavam-se, em mancha, mais a Norte, na área dos campos de maiores dimensões e limitados por pequenos "bordos". Estas propriedades, domínio de solos mais espessos e sempre a confrontarem com terrenos foreiros aos Direitos Reais de Celorico de Basto.

Os terrenos, pertença das Terras Foreiras aos Direitos Reais, evidenciavam-se no conjunto do espaço rural em estudo, mas sem nunca retirarem a importância das Terras Foreiras, quer ao Convento de Arnoia, quer à Comenda de Veade, quer ao Convento de Stª Clara ou à própria Igreja, na construção do puzzle fundiário do séc. XVIII (Fig. 33).

O Convento de Stª Clara, com Domínio Directo próximo dos 33 500 m<sup>2</sup>, era mais um exemplo da fragmentação fundiária, tão característica na freguesia (Fig. 33; Quadro XLIV, Anexo II). Domínio dividido em 23 prédios, com uma área, em média, para cada prédio, próxima dos 1 460 m<sup>2</sup> englobava duas explorações. Uma, com área cerca de 11 000 m<sup>2</sup> e Domínio Útil de um Enfiteuta. A outra, com uma superfície cerca de 22 500 m<sup>2</sup>, era Domínio Útil do cabeça de casal, que detinha a área de 16 926 m<sup>2</sup>, e de sete consortes com pedaços de terra.

Localizava-se em plena implantação do domínio do Convento de Arnoia, a altitudes entre os 400 a 450 metros e contribuía, também, para a complexidade da organização fundiária que o esboço da Fig. 33 pretende transmitir.

Após esta nossa análise, pode afirmar-se que o esboço do aproveitamento agrário do espaço de Stª Tecla, nos finais do séc. XVIII, só

177



se completa com referência ao Domínio da Igreja. Assim, o Domínio da Igreja abrangia as Terras do Assento, localizadas no lugar central da freguesia e o Casal de S. Martinho, com uma superfície próxima dos 23 500 m<sup>2</sup>, localizado na parte superior da vertente oriental, a uma altitude próxima dos 500 metros, formado por um conjunto de prédios delimitados por um muro alto e mais um outro prédio afastado que confrontava com prédios foreiros ao Convento de Arnoia (Fig. 33).

### 3. 2. 3 - O Domínio da Igreja

Limitámo-nos a compreender o Domínio Senhorial da Igreja e, consequentemente, a implementação espacial, através dos fragmentos de “história” que as Fontes nos possibilitaram (Fig. 34; Quadros XLV e XLVI, Anexo II).

A leitura atenta da Fig. 34 demonstra que, no início do séc. XVII, mais concretamente em 1606, eram Terras da Igreja três manchas contínuas disseminadas no espaço de St<sup>a</sup> Tecla.

O Assento (As Terras do Passal), localizado no lugar central da freguesia, detinha uma superfície próxima dos 60 000 m<sup>2</sup>, dividida por 6 prédios com uma área cerca de 10 700 m<sup>2</sup>. Campos de plaino aluvial, com solos densos e férteis. Eram terras não emprazadas mas propriedade da Igreja de St<sup>a</sup> Tecla<sup>114</sup>.

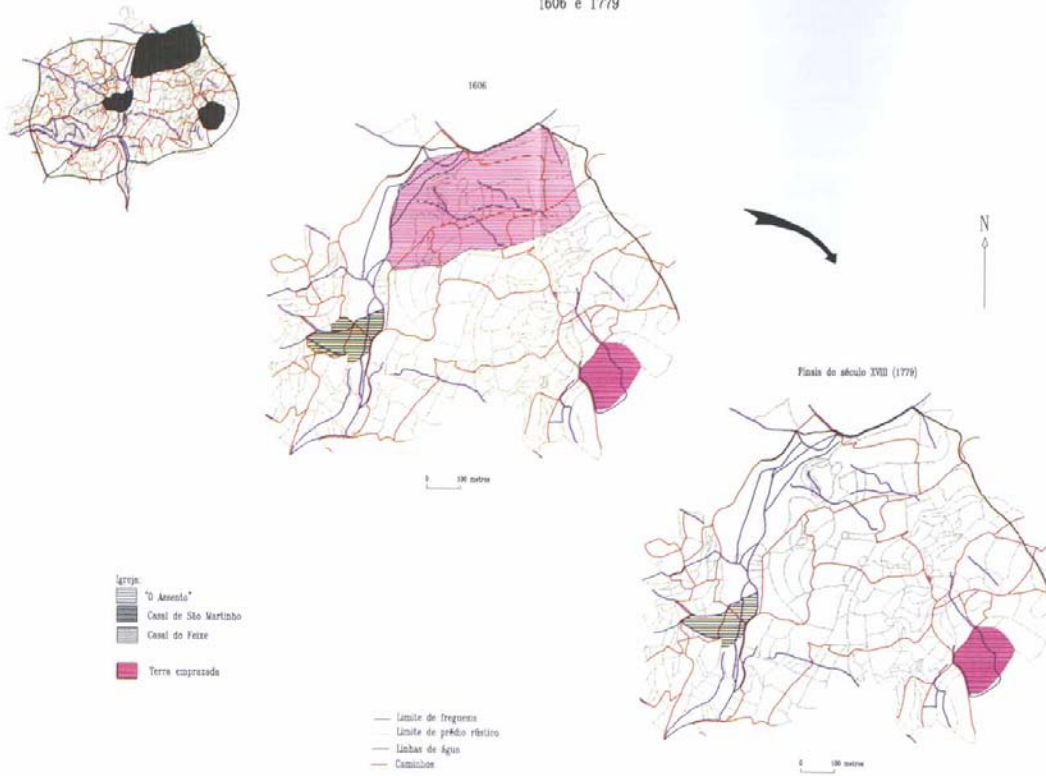
O Casal do Feixe, uma mancha contínua<sup>115</sup>, dividido por quatro Enfiteutas, limitado a oeste pelo “rio” de St<sup>a</sup> Tecla, estendia-se pela vertente oriental até a altitudes próximas dos 350 metros.

---

114 - "... a requerimento do Reverendo Francisco Veloso abade da dita Igreja ... conforme a Constituição deste Arcibispado.... que lhe fizesse tombo de todos os limites de casais e propriedades da dita Igreja... os ditos Comissários mandaram ao dito Abade nomeasse e desse a este tombo as casas e propriedades do Assento..." . AMB. *Registo Geral, Livro 11, FOL10 v.*

115 - A vedoria dos prédios que o formavam é, para a maior parte deles, muito confusa.

Fig. 34 - STA. TECLA  
 Terras Foreiras à Igreja em momentos distintos  
 1606 e 1779



Fontes: Sentenças de Empasamento referidos nos Anexos, Fotografias Aéreas (1983 e 1994) e Inquérito Direto

O Casal de S. Martinho, com área cerca de 23 500 m<sup>2</sup>, desenvolvia-se na parte superior da vertente oriental, a altitude cerca dos 500 metros. Com a maioria dos prédios juntos e murados que, ainda hoje, formam uma “quintinha”, mais um pequeno prédio afastado e a uma cota mais baixa que era delimitado pelo Domínio do Convento de Arnoia. Casal emprazado a um Enfiteuta.

Como nos mostra a leitura da Fig. 34, delimitámos, para os finais do séc. XVIII, as Terras do Assento, com uma área inferior à analisada para o ano de 1606. Conseguimos tirar essas ilações através das confrontações dos prédios pertencentes a outros Senhorios que diziam confinar com Terras do Assento (Fig. 34).

Casualmente, encontrámos para um prédio, que em 1606 pertencia à Igreja, a indicação que fora vendido<sup>116</sup>. Ora surgem-nos as interrogações. Será que os prédios que faltam, nos finais do séc. XVIII, também foram transacionados?

O Casal de S. Martinho, nos finais do séc. XVIII, mantinha a área do início do séc. XVII. (Fig. 34; Quadro XLVI, Anexo II)<sup>117</sup>.

A leitura comparativa das Figs. 33 e 34, permite-nos deduzir que, quer no séc. XVII, quer no séc. XVIII, o Casal do Feixe existia e era formado, sensivelmente, pelos mesmos terrenos que detinham uma área muito próxima. A grande modificação consistiu na mudança de Senhorio. O Casal do Feixe, nos finais do séc. XVIII, era Domínio Directo da Real Coroa<sup>118</sup>.

---

<sup>116</sup> - "... O Dr. Manuel Oliveira e mulher Benta Clara moradores na Quinta da Lameira de St<sup>a</sup> Tecla e por eles foi dito tendo-se julgado devoluto.....o Campo da Lameirinha pertença do Casal Reguengo... pertença obtida contra o Reverendo Abade da dita freguesia e estando a causa por agravo ordinário no juízo da Coroa da Casa da Suplicação se compuseram amigavelmente o procurador do dito Exm<sup>o</sup> Donatário com o Abade e oficiais das Confraria do Santíssimo Sacramento da referida freguesia em se vender o mesmo campo a ele dito Dr. Manuel Oliveira e mulher ....pagando eles o preço dele aos oficiais da dita Confraria para o pôr a jurar e do seu rendimento se comprar a azeite anualmente para a despesa da lâmpada ficando o dito campo desobrigado deste ónus...". - 1791. AMCB. *Tombos, Tombo V, 1787-1795 FOL 264 v.*

<sup>117</sup> - Ainda hoje os mesmos terrenos são vedados por uma parede alta que os isola dos restantes do lugar.

<sup>118</sup> - Nos *Autos de Tombação* efectuados pelos Direitos Reais de Celorico de Basto, em 1787, há a vedoria dos prédios pertencentes ao Casal do Feixe, foreiro à Real Coroa (Fig. 33), cujos limites praticamente se sobrepõem, aos limites indicados pela Igreja em 1606, também, para o Casal do Feixe mas, nessa época, Domínio da Igreja. Que motivos estiveram na mudança do Senhorio do Casal do Feixe?

Toda a documentação por nós encontrada e que sintetizámos nas Fig. 33 e 34 permite-nos inferir que a Igreja em St<sup>a</sup> Tecla e para o intervalo de tempo estudado:

1 - nunca foi detentora de propriedades com extensões assinaláveis em relação à área da freguesia;

2 - perdeu Domínio Senhorial (O Casal do Feixe e prédios do Assento);

3 - nos finais do séc. XVIII, era detentora de uma pequeníssima parte de domínio fundiário.

### 3. 2. 4 - A Dimensão e Fragmentação da Exploração Agrícola

A observação do esboço da distribuição do Domínio Directo nos finais do séc. XVIII (Fig.33), permite-nos, de modo claro, dizer que em St<sup>a</sup> Tecla, coexistiam vários Senhorios com o predomínio da Real Coroa e com a posição muito mais modesta da Igreja. A distribuição dos Domínios Senhoriais era desigual, mas também uma grande desigualdade se verificava na distribuição fundiária pelos Casais. A fragmentação do Casal era, genericamente, acentuada e contrastante, ajudando a caracterizar, segundo a nossa opinião, a posição económica das famílias de St<sup>a</sup> Tecla. As Fracções pulverizavam-se em prédios com titularidade distinta, pois raras eram as Fracções que não tinham a "figura" do consorte.

A observação do Domínio Útil do Enfiteuta não se pode remeter apenas à fragmentação do Casal em observação. Terá que ser extensiva aos diversos Casais, não só do mesmo Senhorio do Casal em estudo, como no mínimo<sup>119</sup> de todos os Senhorios da freguesia. Era situação "normal" uma família ser Enfiteuta em vários Casais do mesmo Senhorio, e ou então, de Senhorios diferentes (Quadro XLVII, Anexo II)<sup>120</sup>.

<sup>119</sup> - Enfiteutas existiam que detinham Domínio Útil noutras freguesias. Os objectivos do trabalho que estamos a desenvolver, não abrangem esses casos.

<sup>120</sup> - O Quadro XLVII, Anexo II, especifica os Enfiteutas que nos finais do séc. XVIII, possuíam uma exploração agrícola superior a 1 ha, além de distinguir o Senhorio e o respectivo Casal a quem os prédios rústicos pertenciam.

Independentemente do(s) Senhorio(s) a quem estavam ligados, existiam no séc. XVIII e em St<sup>a</sup> Tecla, 92 Enfiteutas com explorações agrícolas<sup>121</sup> cujas áreas de ocupação agro-florestal variavam entre um valor mínimo próximo dos 100 m<sup>2</sup> e um limite máximo próximo dos 38 ha (Quadro 27).

**Quadro Nº 27 - Distribuição dos Enfiteutas por classes de Áreas Agro-Florestais (Finais do séc. XVIII)**

Escalaões de área agro-florestal (ha)	Enfiteutas		Enfiteutas residentes fora da freguesia
	va	%	
< 1 000 m <sup>2</sup>	22	23,9	0
1 000 e 5 000 m <sup>2</sup>	19	20,6	1
5 000 e 10 000 m <sup>2</sup>	9	9,8	0
> 10 000 m <sup>2</sup>	42	45,7	7
<b>Total</b>	<b>92</b>		<b>8</b>

Fonte : Quadros VIII a XLVI, Anexo II.

Mais de 50% das explorações (50) tinham uma superfície agro-florestal inferior a 1 ha. Destas explorações, 44% (22) tinham uma área inferior a 0,1 ha.

Com um Domínio Útil superior a 1 ha existiam 45,7% (42) Enfiteutas, dos quais sete residiam fora da freguesia.

A exploração enfiteutica, em St<sup>a</sup> Tecla, correspondia a superfícies com pequena dimensão e altamente fragmentadas.

<sup>121</sup> - Continuamos a designar por exploração agrícola a área de Domínio Útil relativa a um Enfiteuta.

Quisemos observar a dimensão da exploração, com uma área agro-florestal<sup>122</sup> superior a 1 ha. (Quadro 28).

**Quadro Nº 28 - Distribuição dos enfiteutas por classes de áreas agro-florestais (Enfiteutas com Domínio Útil superior a 1 Ha - séc. XVIII)**

Escalaões de área agro-florestal (ha)	Enfiteutas		Área Agro-Florestal		Prédios		Prédios por Enfiteuta va
	va	%	va	%	va	%	
1a 2	8	19	10,9	4,8	63	11,5	7,9
2a 3	10	24	21	9,3	100	18,3	10
3a 4	5	12	17,2	7,7	44	8	8,8
4a 5	4	10	18,2	8,1	41	7,5	10,2
5a 6	3	7	12,4	5,5	55	10,1	18,3
>6	12	28	144,2	64,4	244	44,6	20,3
<b>Total</b>	<b>42</b>		<b>223,9</b>		<b>547</b>		<b>13</b>

Fonte : Quadro XLVII, Anexo II.

Eram as explorações com uma área agro-florestal compreendida entre 1 e 2 ha, as que ocupavam a mancha menos extensa (4,8%) no território de St<sup>a</sup> Tecla, no total das explorações com uma área superior a 1 ha. Os Enfiteutas destas explorações também possuíam, em valores médios, o menor número de prédios (cerca de oito prédios).

Quanto às áreas agro-florestais superiores a 6 ha pode afirmar-se que eram posse de 28% dos Enfiteutas (12) e englobavam não só o maior valor percentual dos prédios, 44,6%, (244) o que correspondia a um valor médio de 20,3 prédios por Enfiteuta, como abrangiam 64,4% (144,4 ha) do total da terra arável das explorações com uma área superior a 1 ha.

Se, no conjunto da Amostra, o número médio de prédios por Enfiteuta é de 13, poderemos dizer que a extensão da exploração agrícola, no séc. XVIII,

<sup>122</sup> - Utilizamos a noção de área agro-florestal, pois era normal que a mancha de carvalhos e ou castanheiros fosse terra lavradia.

para qualquer exploração com dimensão superior a 1 ha, dependia do efectivo de prédios rústicos que a formavam.

A pulverização da exploração agrícola em prédios rústicos facilitaria a transacção fundiária, muito frequente no séc. XVIII, como constátamos no estudo dos Casos Amostra.

A fragmentação da exploração, em St<sup>a</sup> Tecla, no séc. XVIII, independentemente da extensão e da disseminação dos prédios rústicos na paisagem, eram as tónicas dominantes que justificavam, de modo decisivo, o matiz fundiário, tão característico na época.

Para uma leitura de índole geográfica, não poderíamos deixar de fazer o esboço cartográfico da distribuição da exploração agrícola na paisagem. Do total das quarenta e duas explorações com uma área superior a 1 ha, escolhemos cinco como representativas do efectivo total, não só no parcelamento e disseminação dos prédios rústicos no território, como na complexidade das estruturas em relação ao Domínio Senhorial (Fig. 35; Quadro XLVII, Anexo II)<sup>123</sup>.

A maior exploração, por nós considerada, foi uma exploração com uma área total próxima dos 10 ha, do Enfiteuta Capitão Manuel Domingos, do Casal da Lavandeira e Domínio Directo da Real Coroa.

A leitura interpretativa da Fig. 35 permite-nos, de modo objectivo, salientar o grau da dispersão predial.

Era uma exploração que se estendia a sul, pela freguesia de Carvalho com três prédios contínuos. Na freguesia, em St<sup>a</sup> Tecla, a maior mancha era formada por seis prédios contíguos, com valores de altitude compreendidos entre os 350 e 400 a 450 metros; na confluência da Ribeira de Covas com as Ribeiras do Cais e Caíde e, na margem direita do "rio", um prédio isolado, com altitude cerca de 350 metros; na margem direita da Ribeira de Caíde, quatro prédios contínuos, que eram bouças, entre valores de altitudes dos 400 e 450 metros;

<sup>123</sup> - Não efectuámos o esboço dos prédios rústicos com uma área inferior a 1 000 m<sup>2</sup>.

muito próximo, a oriente e separado por um prédio de outro Enfiteuta, um prédio isolado, à altitude dos 350 metros; ainda no sector sudoeste, na vertente esquerda da Ribeira de Covas, dois prédios isolados, separados entre si, por um outro prédio e pelas “Terras de Covas”, também à altitude próxima dos 350 metros; na margem esquerda da Ribeira do Cais desenhava-se uma mancha formada por quatro prédios contínuos, com uma altitude próxima dos 350 metros; ainda na mesma vertente, disseminavam-se quatro prédios, afastados entre si, a altitudes dos 350 a 400 metros.

Diremos que a distribuição geográfica dos prédios rústicos desta exploração, Domínio não só de um único Senhorio como de um único Enfiteuta e pertencente também a um único Casal, o da Lavandeira, torna bem evidente que o fenómeno relacionado com a disseminação predial é uma realidade.

A leitura da Fig. 35 permite-nos continuar a evidenciar este mesmo fenómeno, tomando, como exemplo a exploração com a menor dimensão nesta Amostra.

Era uma exploração que não ultrapassava muito o 1 ha, era Domínio Senhorial da Real Coroa, com prédios distribuídos por dois Casais e pertencia ao Enfiteuta Manuel Teixeira.

Localizada no sector sudoeste da freguesia, esboçada em três prédios, bem distantes entre si. Um prédio localizava-se na freguesia de Carvalho e era parte integrante do Casal Reguengo de Travassos; um outro, na vertente esquerda da Ribeira do Cais, a uma altitude próxima dos 400 metros, confrontava, a norte, com “um braço” da levada de Pousada, que também pertencia ao Casal Reguengo de Travassos; o prédio de área mais reduzida, a uma cota próxima dos 400 metros, era limítrofe “à estrada” da Quintã e fazia parte do Casal Reguengo de Cimo de Vila.

Fundamentados ainda na leitura interpretativa da Fig. 35 tomámos como exemplo a exploração com a maior disseminação predial e maior diversidade Senhorial.

Era uma exploração com uma área próxima dos 6 ha, Domínio de três Senhorios, o Convento de Arnoia, a Comenda de Veade e a Real Coroa, distribuída por vários Casais e pertencente ao Enfiteuta Luís Marinho.

Fig. 35 - STA TECLA - FINAIS DO SÉCULO XVIII  
 Dimensão e fragmentação de explorações agrícolas (alguns casos amostra)



Fonte: Quadro em anexo, fotografias aéreas (1953 e 1994) e Inquérito Directo

Rapidamente tentaremos realçar o forte grau de dispersão predial. Assim, começamos por evidenciar os prédios incluídos no Casal Reguengo de Aveia: três prédios, no sector ocidental e já localizados na freguesia de Carvalho; cinco prédios, nas vertentes da Ribeira de Alviada (3 na margem direita e 2 na margem esquerda), bem afastados entre si, a altitudes entre os 300 e os 550 metros; uma mancha com dois prédios, na margem direita da Ribeira do Cais; uma outra mancha formada por seis prédios localizados no interflúvio das Ribeiras do Cais e de Caíde e com cotas próximas dos 350 a 400 metros. A dispersão é também bem evidente na mancha de dois prédios contínuos, localizada, sensivelmente, na parte média da vertente direita da Ribeira do Cais, com altitude cerca dos 400 metros e pertencentes ao Casal da Quintã, Comenda de Veade; numa outra mancha, localizada na parte superior da mesma vertente, também com dois prédios contínuos, um do Casal da Quintã da Comenda de Veade e outro do Casal Reguengo de Travassos, a altitudes compreendidas entre os 400 e 450 metros e, finalmente, o prédio mais afastado, localizado na vertente oriental da freguesia, foreiro ao Convento de Arnoia e do Casal do Cabaço, à altitude dos 400 a 450 metros.

Se pensarmos, ainda, nas Quintas Reguengas (Fig. 33), onde a fragmentação da exploração era também uma realidade, principalmente na "Quintinha" do Rio, não nos restam dúvidas para afirmarmos que, em St<sup>a</sup> Tecla, nos finais do séc. XVIII, a fragmentação e a dispersão dos prédios rústicos eram uma dominante neste espaço agrário.

Contudo, e apesar da evidência indiscutível da fragmentação e disseminação fundiárias na paisagem de St<sup>a</sup> Tecla, uma certa preocupação existia, embora "envergonhada", nos finais do séc. XVIII, no redimensionamento da parcela de exploração e da própria exploração, por parte dos intervenientes na Enfiteuse<sup>124</sup>.

---

124 - A nossa convicção fundamenta-se em factos como: O Prazo, legalmente, só podia ser herdado em bloco; as vendas de prédios ao serem autorizadas pelo Senhorio, impossibilitariam uma maior pulverização da propriedade fundiária; a existência de prédios contíguos, pertencentes a Senhorios diferentes, mas a fazerem parte da mesma exploração; a preocupação nos contratos de emprazamento, na reunião de prédios com "títulos" diferentes.....



Outras questões, que nos preocupam, estão relacionadas com uma possível importância do sub- Aforamento na estrutura fundiária de St<sup>h</sup> Tecla. Para além dos casos esporádicos encontrados, no Casal da Quintã e nos Casais do Convento de Arnoia, não conseguimos reunir elementos suficientes que nos permitam formular hipóteses que elucidem a situação, de facto, do problema.

Estudar a propriedade/exploração enfitêuticas, segundo as Fontes de que dispomos, significa que um conjunto vasto de questões fiquem, desde logo, fora do âmbito da abordagem: as explorações que são trabalhadas pelas famílias que não têm contrato, ou de Aforamento, ou de sub-Aforamento; a dimensão média desse(s) tipo(s) de exploração; as formas de contratos estabelecidas entre os intervenientes da exploração; as "rendas" fixadas e as formas de pagamento, em géneros, em dinheiro, ou em géneros e em dinheiro; a proporção entre a produção agrícola e a contrapartida a pagar ao foreiro; o grau de participação do Enfiteuta nos custos de produção....

Para além de toda a gama de questões que ficam por abordar, estamos convencidos que o Regime Senhorial, cuja expressão máxima de Domínio foi o Prazo, introduziu um sistema de organização de todo o território aproveitável e que foi a base da paisagem agrária de St<sup>h</sup> Tecla.

### 3. 3 - A Propriedade e a Sociedade

Em St<sup>h</sup> Tecla, no séc. XVIII, domínio da pequena exploração, da cultura promíscua de tipo intensivo e ligada a um forte parcelamento dos prédios rústicos, havia uma intensa correlação entre a posse da terra e as características desta sociedade tipicamente rural.

Com o objectivo de perspectivarmos a estrutura social desta comunidade rural, para este intervalo de tempo, interligámos os indicadores da *Alfabetização* por nós determinados e toda a informação, de índole económica, que conseguimos, quer nos *Autos de Sentenças de Emprazamento*, quer nas Fontes Municipais disponíveis, as de natureza fiscal e que são os *Livros da Décima Rústica*. É evidente que a leitura dos

resultados, que conseguimos obter, terá de ser feita de acordo com as limitações das próprias Fontes.

Perspectivámos os níveis de rendimentos e os estratos sociais, na parte final do séc. XVIII, através dos valores da Décima Rústica em 1765, 1790 e 1812.

Estabelecemos um critério, na base do qual classificámos os contribuintes em função dos valores do imposto pago. Esse critério resultou da combinação dos valores da Décima, no rendimento líquido dos bens, com o valor dos foros pagos pelos contribuintes que nós identificámos como Enfiteutas.

Para os diferentes estratos sociais, utilizámos uma classificação fundamentada na tipologia proposta por Viriato Capela para a sociedade rural de Barcelos<sup>125</sup> e adaptada à realidade desta comunidade, de acordo com a opinião, por nós formada, sobre a posição económica possivelmente ocupada pelos Enfiteutas alvo do nosso estudo (Quadro 29). Assim, considerámos seis grupos ou estratos económico/sociais.

O grupo social de nível inferior era formado pelos muitos pobres que nada tinham.

No estrato dos pobres, que pagavam um imposto até \$199 réis, enquadrámos os cabaneiros, as mães solteiras, os descriminados pelo sistema de herança que auferiam um rendimento líquido anual nunca superior a 200\$000 réis.

O grupo social, os de poucos recursos, que não tinha um rendimento colectável inferior a 2 000\$000 réis e superior a 5 000\$000 réis, viveria no limiar da pobreza, mas já detentor de uma pequena exploração agrícola .

Os remediados enquadravam o grupo social com um rendimento anual líquido compreendido entre 5000\$000 e 9 999\$000 réis e viveriam relativamente desafogados podendo ser, periodicamente, atingidos por crises económicas.

O grupo dos remediados a ricos, pagavam um imposto compreendido entre 1\$000 e 1\$499 réis e englobava os contribuintes que viveriam desafogados de qualquer pressões económicas.

125 - Capela, José Viriato, *A Câmara, a Nobreza e o Povo do Concelho de Barcelos*, Ed. Correio do Minho, Braga, 1989.

Todos aqueles que pagavam de contribuição pelos bens e rendimentos que tinham um valor superior a 1 500\$000 réis considerámo-los como os ricos Enfiteutas.

**Quadro Nº 29 - Grupos Sociais em Stª Tecla, Segundo o Lançamento da Décima Rústica. Residentes (1765, 1790, 1812)**

Valores de décima rústica ( réis)	1765		1790		1812	
	Obs-vações	Propor-ção	Obs-vações	Propor-ção	Obs-vações	Propor-ção
Nada têm	2	0,02	14	0,11	....	....
até \$199	60	0,6	83	0,6	50	0,52
\$200-\$499	28	0,28	26	0,2	25	0,26
\$500-\$999	10	0,1	7	0,05	19	0,2
1\$000-1\$499	....	....	....	....	1	0,01
Mais de 1\$500	1	0,01	1	0,07	1	0,01

Fonte : AMCB - *Livros de Décima Rústica* , 1765, 1790, 1812.

De acordo com os dados do Quadro 29 e tendo em conta a proporção das diferentes camadas sociais no conjunto da população, em 1765 mais de metade da população contribuinte (62%) em Stª Tecla, estava conotada como “gente pobre”, que pouco ou nada tinham como seu.

Se agruparmos os valores percentuais dos três grupos sociais mais dependentes e que pagavam pelos seus bens um imposto inferior a \$500 réis, verificámos que, em 1765, 84% dos contribuintes viveriam numa situação sócio-económica pouco confortável.

Os restantes 11% dos contribuintes viveriam com uma melhor qualidade de vida, mas somente 1%, que corresponde apenas a um contribuinte, seria considerado o senhor rico e notável da terra.

Se fizermos uma análise, também sumária, dos impostos pagos pela população de Stª Tecla, em 1790, a situação económica parece ter-se degradado. Se adicionarmos os valores percentuais dos três grupos sociais mais dependentes e que pagavam um imposto inferior a \$500 réis, constatamos que os contribuintes que viveriam numa situação económica

pouco confortável, rondariam os 90%. Ainda destacamos os cerca de 11% dos contribuintes, que foram declarados como nada terem, em comparação com os 2% de contribuintes declarados como nada terem, em 1765.

Em 1790, permanece a mesma família, a ser a única que, de facto, se poderá considerar rica em Stª Tecla.

A situação económica da população de Stª Tecla teria melhorado, muito ligeiramente, em 1812. O grupo dos que nada têm desapareceu. Os dois grupos sociais mais dependentes e que pagavam uma décima inferior a \$500 réis, rondavam os 78% do total dos contribuintes. Aumentou o número de famílias com um rendimento colectável entre os \$500 e \$999 réis, de sete famílias, em 1670, para 19 famílias em 1812.

Mantem-se, ainda, a mesma família, que de facto, poderemos designar por rica.

#### *Os Casos Amostra*

Após a observação sumária dos valores dos impostos rústicos pagos em Stª Tecla e que nos permitirá traçar o perfil económico da população, estamos em condições de reflectirmos sobre casos concretos de Enfiteutas alvo dos casos Amostra (Figs. III a XV e XIX a XXVIII, Anexo I; Quadros VIII a XXXI, Anexo II) que caracterizarão determinados estratos económico-culturais da população enfiteutica (Quadro XLVIII, Anexo II).

A posição económica da Família, que o domínio espacial tão bem traduz e que sempre pagou um imposto superior a 1\$500 réis, é a família detentora da Quinta da Lameira (Fig. 33; Quadros XXXVIII e XLVIII, Anexo II). O nível económico é acompanhado pela posição sócio-cultural<sup>126</sup>.

<sup>126</sup> - “...Manuel António de Oliveira Andrade, da Quinta da Lameira, da mesma freguesia de Stª Tecla, homem nobre formado na Universidade de Coimbra o mais rico do distrito da Companhia mais capaz e em tudo (?) e em boa idade e agilidade e comportamento...”. A M C B. *Livro de Eleições dos Oficiais das Milícias do Concelho, 1708-1810, FOL. 63 v.*

A irmã do Dr. Manuel António, Francisca Teresa, foi uma das duas Senhoras que, encontrámos, a escrever e a ler no séc. XVIII, pois exibia, como madrinha, assinatura nível 4, nos registos de casamento e baptizado.

A Família detentora da Fracção 1 do Casal da Quintã e de Terra Reguenga (Quadros XLVII e XLVIII, Anexo II), era uma Família remediada a rica, para além do nível cultural e do grau de popularidade serem elevados<sup>127</sup>.

Vivia na Casa do Paço e ainda na actualidade, a Casa do Paço e a Casa da Lameira são as duas Casas que mantêm o brasão, apesar das vicissitudes que passaram no último século.

Exemplo curioso é a Família detentora da Fracção 6 do Casal da Quintã e de Terra Reguenga (Fig. 35; Quadros XLVII e XLVIII, Anexo II). Família com pouco mais de 1 ha de terra, a pagar um imposto de \$200 réis, mas com elevado nível cultural, a avaliar pela qualidade da assinatura, dos diferentes membros, além da popularidade e aceitação, na freguesia, se atendermos à frequência na participação em baptizados, casamentos e na redacção de testamentos. A posição social e cultural da Família justificar-se-á por motivos que nos foi impossível de "descobrir".

Famílias Enfitêuticas com comportamento cultural, de certo modo "comum", serão as Famílias detentoras, no Casal da Quintã, das Fracções 2 e 3, respectivamente (Fig. 35; Quadros XLVII e XLVIII, Anexo II). Famílias remediadas, embora com posição económica bem distinta, em que o pai assina de cruz, mas o filho exhibe uma assinatura nível 4 nos casamentos e baptizados<sup>128</sup>. Este facto permite-nos questionar se as estratégias de aprendizagem da leitura e da escrita se "implementaram" na geração que nasceu nas primeiras décadas do séc. XVIII.

<sup>127</sup> - A Mariana Josefa Machado (Fig. III, Anexo I) era a outra Senhora que, no séc. XVIII, assinava, como madrinha, nos registos de baptismo e casamento. Evidenciamos, ainda as 58 participações do Miguel Machado Freire, em casamentos e baptizados, bem reveladoras da popularidade que usufruía na freguesia, não esquecendo, também, a popularidade e a fluência da leitura e escrita do sobrinho Francisco Teixeira da Cunha. A popularidade de ambos é, ainda, confirmada pela redacção de número considerável de testamentos.

<sup>128</sup> - Manuel João, Enfiteuta da Fracção 3, exhibe assinatura nível 5, nos Autos de Tombação de 1741.

Como que numa breve sùmula sobre a posição social, económica e cultural dos habitantes de St<sup>a</sup> Tecla poderemos opinar:

1 - Os Enfiteutas correspondiam ao estrato mais elevado na hierarquia sócio/económica da freguesia;

2 - Os Enfiteutas revelavam um certo estatuto cultural<sup>129</sup>, traduzido nos indicadores, saber ler e escrever, embora menos significativo nos Enfiteutas do Convento de Arnoia<sup>130</sup>;

3 - Os Enfiteutas, eram posicionados na comunidade, não propriamente pelo indicador cultural, ao qual estaria associado o grau de popularidade mas, preferencialmente, pelo "status" económico, traduzido através dos rendimentos de cada um, que eram, essencialmente, o resultado da distribuição desigual e retalhada do Domínio Útil<sup>131</sup>;

4 - A forte densidade rural e a exiguidade da terra cultivada explicavam ainda a dependência e a miséria que teriam sido uma constante da época (62% e 71% da população seria pobre, respectivamente, em 1765 e 1790), como nos fazem acreditar as Fontes por nós consultadas.

<sup>129</sup> - No universo dos assinantes de St<sup>a</sup> Tecla, no séc. XVIII, a maioria dos padrinhos de casamento e baptizado mais populares e com assinaturas "mais perfeitas", estão ligados às Famílias Enfitêuticas alvo da nossa Amostra.

<sup>130</sup> - Distinguímos a Família da Fracção 2, Casal do Cabaço (Fig. XXIV, Anexo I; Quadros XLVII e XLVIII, Anexo II), Família Enfitêutica, do Convento de Arnoia, economicamente a mais forte, muito popular e com nível cultural elevado.

<sup>131</sup> - O único contribuinte que, no séc. XVIII, pagava impostos pelos rendimentos da sua actividade e como comerciante, era o vendeiro que, a título de curiosidade, pagou sempre, no período por nós estudado e anualmente, \$100 réis de imposto.

## CAPÍTULO II - AS MUTAÇÕES DA PAISAGEM NO SÉCULO XX

### INTRODUÇÃO

Num vale mais ou menos encaixado, com vertentes declivosas mas profundamente drenadas por linhas de água de caudal pouco volumoso, mas onde a erosão vertical é uma realidade, o homem teve um forte trabalho de moldagem, pois sempre exerceu uma árdua e intensa actividade na criação desta morfologia agrária.

Sem indicadores que nos permitam quantificar a distribuição da população activa segundo os diferentes sectores de actividade, para o período censitário de 1864 a 1971, diremos que a população de Stª Tecla teve, nos últimos três séculos, como principal actividade a agricultura.

Quadro Nº 30 - Sectores de Actividade da População Activa (1981 e 1991)

Anos	Sectores de Actividade						População	
	Primário		Secundário		Terciário		activa	total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº
1981	159	84	18	9	14	7	191	446
1991	103	89	6	5	7	6	116	296

Fonte: XII e XIII Recenseamentos Gerais da População. Ficheiros Síntese, INE, 1981 e 1991.

Em função da escala de observação adoptada nos dois últimos recenseamentos, é-nos possível constatar que 83% (159) e 89% (103) da população activa pertencia ao sector primário, em 1981 e 1991, respectivamente (Quadro 30). Saliéntamos que o aumento percentual de 6% verificado

corresponde, em valores absolutos, a uma diminuição de 56 activos. Justifica-se o aumento relativo da população activa pelo decréscimo dos efectivos da população de Stª Tecla, de 446 para 296, na década de 1981 a 1991<sup>132</sup>.

Tanto o sector secundário como o sector terciário não abrangiam 1% da população activa, quer em 1981, quer em 1991.

Se na Actualidade a agricultura continua a ser a principal actividade da população, questionámo-nos sobre as alterações registadas na paisagem agrária no intervalo de tempo por nós estudado.

A leitura da Fig. 36 evidencia que as multisseculares linhas de água que drenam o relevo de Stª Tecla, não sofreram alterações significativas, no seu traçado, nos últimos três séculos<sup>133</sup>. Encontram-se numa fase activa de erosão vertical e as características dos perfis, longitudinal e transversal, estão estritamente ligadas aos aspectos gerais do relevo (Fotos 1 e 2). Os vales, indicadores sensíveis das modificações do ambiente geográfico, são os lugares de atracção da actividade humana que exerce modificações, progressivas ou bruscas, nas margens e no fundo das ribeiras e cuja dinâmica nos preocupamos em compreender (Fotos 3 e 4). A rede hidrográfica, que é o reflexo da geomorfologia local, é um elemento importante na compreensão da fragmentação das parcelas de cultura, dos limites irregulares dos campos em socalco, da construção dos açudes, a partir dos quais emanam as levadas que circulam numa malha densa e variada de condutas/regos com traçado irregular e, por vezes, com forte declive, construídos em terra batida ou em pedra e que "inundam" os lameiros no Inverno e regam o milho graúdo no Verão.

Todavia, nestes mesmos três séculos, alterações maiores vieram a verificar-se no domínio dos moinhos de água. Assim, muitos dos moinhos activos no séc. XVIII, hoje só são simples vestígios.

<sup>132</sup> - Na década de 1981 a 1991, a taxa média de crescimento geométrico foi de - 4%, conforme constatámos no Quadro 1.

<sup>133</sup> - Estamos a tomar como comparação a Fig.11.

Em 1997 só dois moem grão de centeio e milho; dos que ainda poderiam funcionar, mas “desactivados” e em decadência, salientámos um que, além do grão, também moía linho e azeitona<sup>134</sup>.

Dos 2 moínhos em actividade, um funciona com intervalos irregulares, em função das necessidades não só da família proprietária como das famílias da freguesia que fornecem o grão e, em troca do pagamento de uma “maquia”, recebem a farinha resultante da transformação desse mesmo grão (Fotos 5 e 6), enquanto o outro funciona ininterruptamente, pois a finalidade principal é o abastecimento, em farinha, de padarias localizadas nas freguesias limítrofes.

Se, por um lado, as pequenas linhas de água continuam indiferentes ao tempo, cada vez mais envolventes por sebes não tratadas, por outro lado, assiste-se a uma alteração profunda na rede de caminhos rurais.

Assim, na rede viária e secular da freguesia, distinguimos (Fotos 7 a 12):

1 - Os caminhos principais nos sécs. XVII e XVIII, as chamadas “estradas”, e que, actualmente, ou se mantiveram, ou simplesmente foram substituídos por novos traçados, ou foram alargados e designados por estradões;

2 - os caminhos, relativamente estreitos, mas por onde pode passar o carro de duas rodas puxado pela junta de bois;

3 - os carreiros em malha densa, que são caminhos muito estreitos, por vezes tortuosos e difíceis. A maioria, por nós detectados no séc. XVIII, desenham-se, ou paralelamente às levadas, ou paralelamente às bordas dos campos, ou então, são as vias de comunicação para os lugares de acesso mais difícil, para os pontos mais íngremes, quer dos terrenos cultivados, quer dos terrenos ocupados por bravio.

Nos finais do séc. XIX foi construída a estrada nacional (Fig. 36) que conecta a sede do concelho à cidade do Porto e cujo traçado também inclui

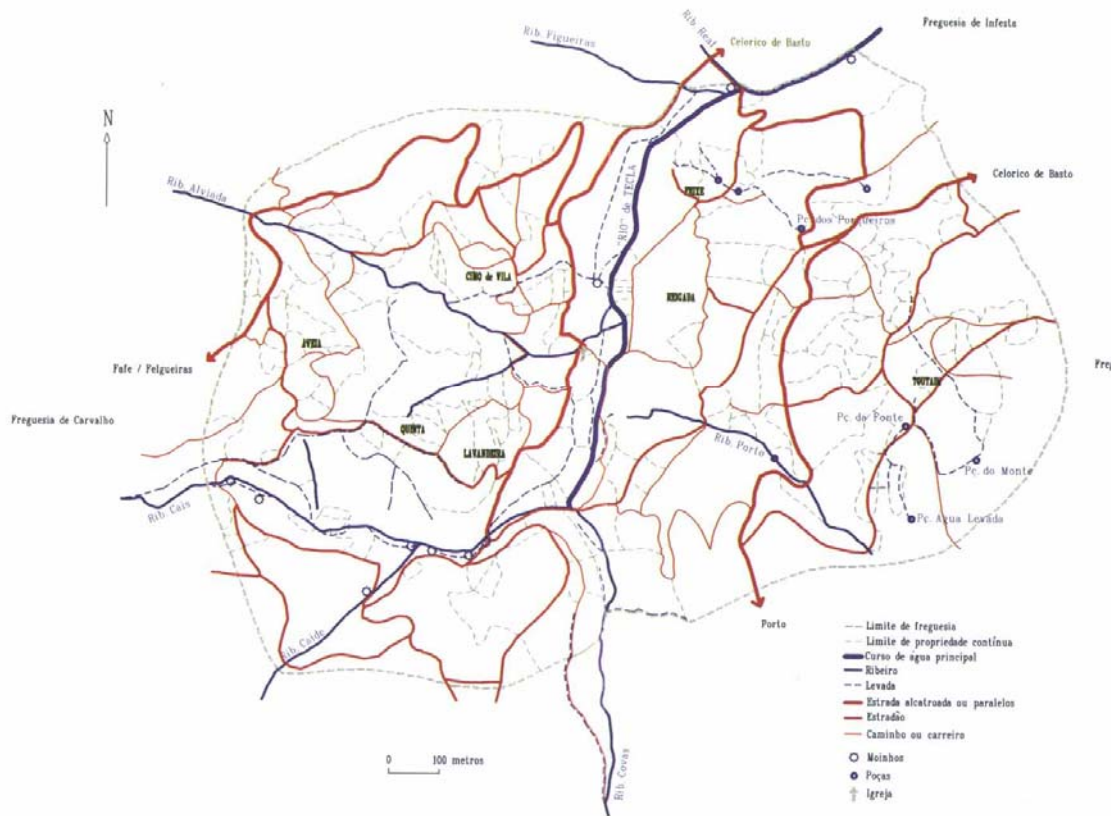
---

<sup>134</sup> - Há cerca de trinta anos que não se cultiva linho.

A produção de azeite que teve uma certa importância na economia familiar, actualmente, encontra-se em decadência. A azeitona que, ainda se produz, é moída em fábricas situadas nas freguesias limítrofes.

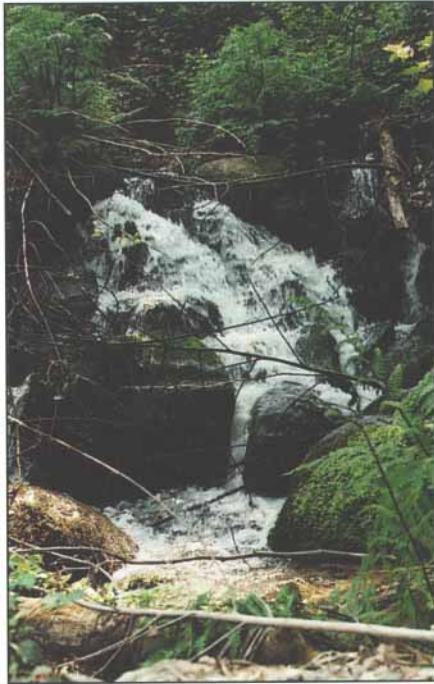
Existe uma fábrica de azeite que se encontra encerrada.

Fig. 36 - STA. TECLA - 1995  
 Estrutura fundiária, rede de caminhos, rede hidrográfica e esboço do sistema de rega



Fontes: Fotografia Aérea (1994), Matriz Predial (1994) e Inquérito Directo

## As Ribeiras



1. **A Ribeira do Cais** - limite Sudoeste da freguesia (Fig. 36).  
Orientação (E-W); Março 1997.



2. **Linha de Água** - Lugar do Rio (confluência das ribeiras do Cais e de Caíde). Foto a juzante da anterior.  
Orientação (E-W); Março 1997.

## O Vale



3. Panorâmica da vertente oriental no vale de Sta Tecla no lugar do Assento (Fig. 36).  
a - Igreja; b - "rio" de St<sup>ta</sup> Tecla.  
Orientação (NW/SE); Março 1997.



4. Panorâmica da vertente ocidental no vale de Sta Tecla a juzante do lugar do Assento (Fig. 36).  
b - "rio" de St<sup>ta</sup> Tecla.  
Orientação (SE/NW); Março 1997.



O Moinho - um elemento ainda presente na economia local

5. Moinho em actividade com residência  
no lugar do Rio (Margem direita da  
Ribeira do Cais, confluência com a Ribeira  
de Caide. Fig 36).  
Orientação (SSE/NNW); Março 1997.



6. A moagem



Imagens parcelares da Rede Viária cujo traçado remonta ao séc. XVII



7. Troço da "estrada" que liga a Lameira à Aveia e freguesia de Carvalho sem qualquer alteração no lugar de Cimo de Vila (Fig. 36).  
Orientação (E-W); Março 1997.



8. Troço da "estrada" alargada e na continuação, para Oeste, do troço que a Foto anterior representa e restantes caminhos rurais (Fig. 36).  
Orientação (N-S); Março 1997.

Imagens parcelares da Rede Viária cujo traçado remonta ao séc. XVII



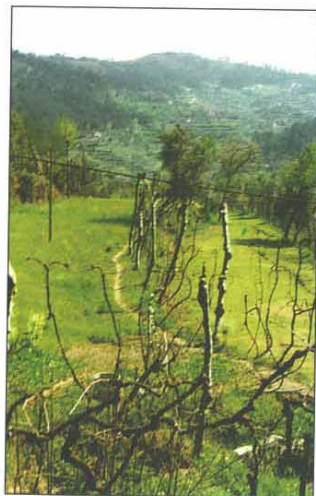
9. Troço de "estrada" entre a Igreja e o Feixe com ligação para Freixeiro (a actual sede do Concelho - Celorico de Basto), agora alcatroado e caminhos no lugar do Rio (Fig. 36).  
Orientação (NNE/SSW); Março 1997.



10. Tipo de acesso à habitação nos Painçais imediatamente a sul de Cimo de Vila (Fig. 36).  
Orientação (NNW/SSE); Março 1997.

## Os carreiros, elementos integrantes da rede viária

11. Carreiro de acesso à habitação em Cimo de Vila (Fig. 36).  
Orientação (SW/NE); Março 1997.



12. Carreiro na orla do campo nas Vinhas a NW de Cimo de Vila (Fig. 36).  
Orientação (S-N); Março 1997.

a freguesia. Construída em macadame foi há cerca de trinta anos alcatroada.

Nos últimos 15 anos, maiores alterações se verificaram na rede viária. Estradões novos se rasgaram e caminhos foram alargados. Contudo, se alguns estradões já foram alcatroados, a maioria ainda se mantém em terra batida, à espera de novos orçamentos para serem cobertos, ou por paralelos ou pelos “modernos tapetes”.

Integrada no Plano Rodoviário Municipal, uma outra estrada, subsidiada pelo FEDER no início dos anos noventa foi traçada e classificada de itinerário complementar à rede existente e faz a ligação da freguesia à sede do concelho e à freguesia limítrofe de Carvalho (Fig. 36), com ligações para as cidades de Fafe e Felgueiras.

É uma rede viária com estas características, juntamente com as casas e os campos que são o suporte da vitalidade deste espaço rural (Fig. 36), onde o tradicional ainda parece imperar. É frequente assistir-se ao transporte dos estrumes, dos matos, dos fenos e outros produtos agrícolas, pelo carro com duas rodas de madeira, puxado pachorrentemente, pela junta de bois; à circulação dos tractores que o agricultor “aluga” à hora para tarefas como as lavradas, as malhas, “as carradas” de lenha.....; ao transporte pelas camionetas dos produtos agrícolas e das cabeças de gado que foram vendidos, assim como os adubos, os materiais de construção, o pão fresco diário ou os frangos e o peixe normalmente, as sardinhas, que chegam quase sempre no mesmo dia da semana e à mesma hora; ao trânsito automóvel, frequentemente através de caminhos tortuosos e relativamente estreitos, quando em direcção à habitação, já que o declive não permite a abertura de um estradão, e por tal, ao condutor é exigido uma verdadeira perícia na arte de conduzir.

Ao abordarmos a interacção entre os lugares de St<sup>a</sup> Tecla imediatamente se nos levantam as questões relacionadas com as ligações ao exterior. Assim vejamos. St<sup>a</sup> Tecla situa-se, actualmente, em valores médios, a 6 Km da sede do concelho, Celorico de Basto. Os lugares de St<sup>a</sup> Tecla encontram-se envolvidos pelas isócronas dos 15 e 30 minutos, traçadas a partir da sede do concelho, utilizando-se o transporte colectivo de

passageiros, as camionetas de passageiros, mais percurso efectuado a pé<sup>135</sup>.

Se a acessibilidade, em termos de vias terrestres, melhorou nos últimos três séculos, será suficiente para aproximar, em tempo, St<sup>a</sup> Tecla de centros urbanos como o Porto, Felgueiras, Lixa ou Amarante? Ao pensarmos na posição dos lugares de St<sup>a</sup> Tecla, também questionámos se o grau de acessibilidade entre eles é o necessário para que os residentes se sintam suficientemente próximos entre si. Ainda nos interrogámos, quando pensámos que a morfologia de St<sup>a</sup> Tecla não facilita o traçado da rede rodoviária, se será viável e justo, em termos da rentabilidade e da melhoria da qualidade de vida das populações, insistir no aproveitamento agrícola de terrenos cujo modo mais fácil de os atingir é fazer o trajecto a pé, exigindo que os produtos e alfaias sejam transportados às costas e à cabeça dos homens e das mulheres que, pacientemente, continuam a utilizar o tradicional carro de bois, como um dos melhores e mais aptos instrumentos de trabalho.

Ainda recordámos que a Reserva Agrícola Nacional abrange os solos envolvidos, em geral, pela cota dos 320 a 370 metros e, logicamente, o plaino aluvial; a Reserva Ecológica Nacional além dos solos considerados com aptidão agrícola, inclui as vertentes consideradas, não só como áreas com risco de erosão, como as de máxima infiltração e ainda as cabeceiras de linhas de água. O Plano Director Municipal (1993) considera excluídas da Reserva Ecológica Nacional, duas manchas contínuas de solo cultivado. Uma na vertente oriental e a outra na vertente ocidental, ambas entre altitudes próximas dos 500 e 350 metros.

Se este espaço rural era outrora um espaço rico, na Actualidade e em termos de desenvolvimento, é considerado um território deprimido, fortemente marcado pelo êxodo da população, por uma agricultura insuficiente em emprego e em rendimentos, pelas estruturas agrárias e pelos sistemas agrícolas tradicionais que são os dominantes, o que nos permite ainda questionar sobre o modo como reage e reagirá aos desafios levantados pela plena integração de Portugal no Mercado Interno Europeu.

<sup>135</sup> - Tempos de Acesso à sede do Concelho. *Carta Mobilidade Interna, Plano Director Municipal*.

Para uma maioria da população é mais rápido "ir e vir à vila" a pé do que se sujeitar aos horários dos transportes públicos.

## 1 - A OCUPAÇÃO DO SOLO AGRÍCOLA

Desde séculos pratica-se, em St<sup>a</sup> Tecla, a policultura promiscua com rotação de culturas, cuja expressão máxima se traduz no campo-prado cercado pela vinha, em bardo e ou em enforcado (Fotos 13 a 19).

A envolver as áreas agrícolas surge o bravio que se desenvolve em altitude onde domina o povoamento misto (pinheiros e eucaliptos). Recorde-se que a falta de mão-de-obra tem conduzido ao desenvolvimento fulgurante do sub-bosque.

Assim, a intensidade de ocupação do solo, característica dominante nas primeiras sete décadas deste século, confronta-se na Actualidade, ou com o abandono das áreas de cultivo, ou então, com uma ocupação míngua em culturas, como o centeio e a batata.

Recorde-se que nas primeiras sete décadas deste século dominava uma agricultura intensiva e minuciosa. As principais culturas arvenses que revestiam o solo arável eram o milho graúdo e o centeio<sup>136</sup> em rotação bienal. De sublinhar que várias vezes a batata e o linho<sup>137</sup> substituíam o milho temporão (Quadro 31).

Quadro Nº 31 - Rotação Bienal de Culturas (1971)

Anos	Primavera - Verão	Outono - Inverno
1º Ano	Milho temporão e feijão	Centeio
2º Ano	Milho de relva e feijão	Forragens

ou

Anos	Primavera - Verão	Outono - Inverno
1º Ano	Batata temporã	Centeio
2º Ano	Milho de relva e feijão	Forragens

Fonte: Inquérito Directo, 1971.

<sup>136</sup> - Carvalho, E.M. *Fenómeno Emigratório de Celorico de Basto e Mondim de Basto*, pp 55-60.

<sup>137</sup> - Deixou-se de praticar a cultura do linho a partir dos meados da década sessenta.

## Morfologia Agrária e Tipos de Ocupação do solo



**13. Plauto Aluvial** (visão parcial - Fig. 36).  
a - Igreja; b - "Rio" de Stª Tecla; c - Lameira  
Orientação (SE/NW); Março 1997.

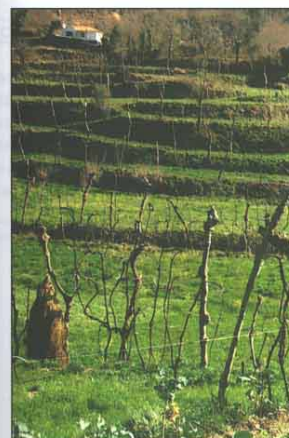


**14. Socalco.**  
Nogueira e Cimo de Vila (visão parcial, a montante da Foto 13).  
d - Ribeira de Alviada; e - Ribeira da Quintã.  
Orientação (SE/NW); Março 1997.

## Paisagens de socalco na morfologia de transição entre o plauto e a vertente



**15. Imagem típica de agricultura tradicional e da difusão das culturas arvóreas nas áreas de prado.** Lugares do Cascalho e Bouças (Fig. 36).  
b - "rio" de Stª Tecla  
Orientação (NW/SE);  
Março 1997.



**16. Parcelas agrícolas no plauto aluvial.**  
Típica paisagem de "Vinha armada em bardo".  
Lugar do Feixe (Fig. 36).  
b - "rio" de Stª Tecla  
Orientação (E-W); Março 1997.



**17. Vale do "rio" de Stª Tecla na secção limite Norte da freguesia** (Fig. 36).  
Orientação (N-S); Março 1997.

**Morfologia em socalcos e formas de ocupação do solo**



18. **Humanização intensiva das vertentes.** Agricultura intensiva na Costa d'Além (vertente Norte da Ribeira de Alviada, secção a montante, Fig. 36). Orientação (SSE/NNE); Março 1997.



19. **Centeio e forragens em associação com vinha armada em bardo e alguns casos de enforcado** nas Leiras do Vale, a SW da Quintã. (Fig. 36). Orientação (N-S); Março 1997.

Outro tipo de rotação era também frequente nos terrenos com "água de lima", mais concretamente as parcelas com significativa película de água de rega. Nestes solos surgem os prados, também chamados lameiros. Nos lameiros desenvolvem-se as culturas forrageiras que exigem uma fina película de água a cobrir todo o solo que não só favorece o seu ciclo vegetativo mas também exerce uma função de protecção das geadas. Como se compreende, esta técnica de rega, "água de lima", exige, além de um certo declive, um caudal significativo de água, que corre na levada/rego, onde se abrem muitas e próximas entradas no talhão do lameiro (Fig.36<sup>138</sup> e Fotos 20 a 25).

A leitura da Fig. 37 permite-nos caracterizar, para as quatro estações do ano, o binómio condições climáticas e ocupação do solo.

Fig. nº 37 - Calendário Agrícola

Culturas	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.
Milho temporão							S					
Feijão							S					
Centeio	S											
Milho de relva								S				
Forragens											S	
Batata				S								

Fonte: Inquérito Directo, 1971.

**Legenda**

- S Sementeira
- Duração do ciclo vegetativo
- Período de ocupação máxima do solo

138 - A Fig. 36 apresenta um esboço das principais levadas que "alimentam" o lameiro no Inverno e o campo de milho no Verão.

Limitámo-nos não só a esboçar as principais levadas como apenas a assinalar algumas das poças que empresam a água "nascida" na mina.

De imediato podemos associar o Outono e o Inverno, época das temperaturas mais baixas e chuvosa, com a viçosidade e verdura dos prados a realçarem-se na paisagem.

A Primavera e o Verão, época de temperaturas amenas e altas, com ausência de pluviosidade no Verão, que é curto, ao período de ocupação máxima do solo e intensivo das culturas.

Retomando a rotação de culturas nos terrenos com "água de lima", o prado ocupado por forragens, normalmente o azevém, nos meses de Outubro/Novembro a Abril/Maio estabelece a ligação com o ciclo evolutivo do milho temporão que se semeia em Maio e é cortado em Setembro/Outubro (Fig. 37 e Quadro 31).

Nas parcelas com menor quantidade de água a forragem constituída por azevém passava a ser formada pela erva molar e língua de ovelha ou serrandela. Nestes casos praticava-se uma rega com periodicidade curta mas, ou por causa do declive, ou porque simplesmente a parcela está bastante longe da poça ou ribeira, não era possível a cobertura, praticamente permanente, da película de água.

Em qualquer dos casos, na Primavera e no Verão, produzia-se o milho temporão e o feijão; no Outono e no Inverno desenvolviam-se as forragens (Fig. 37).

O milho associado com o feijão semeava-se em fins de Abril, princípios de Maio, época em que a temperatura começa a ser propícia ao seu desenvolvimento vegetativo. Este, o milho temporão, colhia-se em Setembro, princípios de Outubro (Fig. 37).

Esta cultura arvense exige, na fase de crescimento/desenvolvimento, e anterior à maturação da espiga, temperaturas próximas de 20 °C e débito acentuado de água. O agricultor ao "aproveitar" os meses de temperaturas mais elevadas, Junho, Julho e Agosto, "substitui" a queda pluviométrica pela rega, que executava e executa com paciência e até um certo engenho, desde os processos que aplica nas aberturas/feituças das minas e das poças em terra, onde emprega a água e que duas vezes por dia, ao amanhecer e ao entardecer, esvazia, ao modo como constrói os açudes que implementa nas ribeiras, aos atalhos que, em malha apertada, emanam das levadas/regos e "cortam" a água para os talhões que cuidadosamente,

#### Sistema de Rega - Vista Parcial da extensa rede de Levadas



**20. A Levada de Pousada** no lugar do Bacelo. Levada sempre mencionada nos *Autos de Vedoria da Real Coroa*. Nasce na Ribeira do Cais, freguesia de Carvalho (Fig. 36). Orientação (E-W); Março 1997.



**21. Um talhadouro aberto na Levada "desviando" a água cerca de 90°** no Margeal (Fig. 36). Orientação (E-W); Março 1997.

## A Água de Lima



22. Uma entrada da água, no talhão do lameiro, subdividida em dois "braços".  
Orientação (N/S); Março 1997.



23. A água de lima no Lugar dos Painçais. (Fina película de água bem espanhada no lameiro com o último corte da forragem).  
Orientação (E-W); Março 1997.

## A importância das Poças e dos Regos



24. A Poça da Água do Monte muito mencionada nos *Autos de Vedoria do Convento de Arnoia*, no lugar de Toutaim (Fig. 36).  
Orientação (NNW-SSE); Março 1997.



25. Secção de um dos regos que emanam da Poça do Monte, com forte declive antes de atingir o espaço de regadio. Lugar de Toutaim (Fig. 36).  
Orientação (WSW-ENE); Março 1997.

foram desenhados e "retalhados" por intermédio de sulcos vincados no solo lavrado e sachado, de modo que nenhum pé de milho ou feijoeiro que lhe está associado, não seja "beijado" pela água que, paulatinamente, se espalha e infiltra no campo. Como nos diz Orlando Ribeiro:

"O milho é o único cereal regado e sachado e nisto consiste a sua originalidade. Semeado tarde, para que o seu ciclo vegetativo se desenvolva rapidamente nos meses mais quentes e mais secos, não dispensa o remexer da terra e a rega artificial, mas deixa lugar, nas áreas que lhe são destinadas, às culturas de Inverno e Primavera. O prado e o linhar transformam-se em campo durante o Verão " 139.

No terreno que fora ocupado pelo milho temporão e onde era difícil ou mesmo impossível praticar-se a "água de lima" fazia-se, em fins de Outubro, a sementeira do centeio (Fig. 37 e Quadro 31). Abriam-se sulcos na terra com a charrua, normalmente com 25 cm de profundidade, fazendo-se, então, a estrumação<sup>140</sup>.

Depois de semeado, o centeio não requeria qualquer outro trabalho, além da ceifa que se efectuava no mês de Julho. Era levado para a eira onde era malhado e crivado, para a obtenção do grão limpo.

Manchas isoladas de trigo apareciam nos solos "mais ricos", a interromper as searas de centeio.

Depois de se ter efectuado a ceifa, do centeio ou do trigo, na terra devoluta era semeado o chamado "milho de relva"<sup>141</sup>. Apenas se lavrava a terra e raras vezes se efectuava a estrumação, pois aproveitava-se o restolho dos cereais (Fig. 37).

Na cultura do milho, temporão ou de relva, passado um mês da sementeira e quando o milho já tivesse uns dez centímetros de altura, fazia-se a primeira sacha denominada "decrua" e, ao mesmo tempo, o primeiro desvaste, "o arrelento do milho".

139 - Ribeiro, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 116.

140 - O estrume ou esterco resulta da fermentação do mato juntamente com os dejectos dos animais, efectuada nas cortes do gado.

141 - Duas variedades de milho grosso se cultivavam em St<sup>o</sup> Tecla. O milho temporão, semeado em Maio e, o milho de relva, variedade de milho de crescimento mais rápido, semeado em Junho, nos solos vagos após a ceifa do centeio.

Após duas ou três semanas, efectuava-se nova sacha, "o arrendo", e novo desvaste se dava no milho, com uma aplicação de adubos químicos.

A partir de meados de Agosto, cortava-se "a bandeira", conhecida também por "pendão", e semeava-se a forragem: azevém, erva molar, língua d'ovelha. Em fins de Setembro e Outubro, procedia-se ao corte do milho (Fig. 37).

As espigas eram desfolhadas, secas na eira e podiam ter dois fins: ou eram imediatamente malhadas e o milho era para consumo imediato, após a transformação em farinha nos moínhos locais (Fotos 26 e 27), ou então, iam para os espigueiros e só passavam por essa operação durante todo o mês de Março.

Retirado o milho, o campo continuava coberto, mas pelas forragens nos terrenos de muita água e pelo centeio nos outros terrenos, até à nova sementeira (Fig. 37 e Quadro 31).

O feijão semeado juntamente com o milho temporão, caracteriza-se por um ciclo evolutivo mais rápido, pois em meados de Agosto, já se viam as mulheres a proceder à sua colheita (Fig. 37 e Quadro 31).

Por vezes a cultura da batata substituía a cultura do centeio. Era plantada nos meses de Fevereiro e Março e, para isso, o agricultor abria valas de uns vinte e cinco centímetros de profundidade. Nesta altura lançava adubos orgânicos juntamente com químicos. Quando a batateira tinha uns dez centímetros, sachava-se o batatal, para eliminar as ervas daninhas. O batatal era pulverizado contra a praga do escaravelho e regado de quando em vez. O ciclo evolutivo é cerca de três meses (Fig. 37 e Quadro 31).

O cultura do linho, também substituta da cultura do centeio, intercalava as pastagens de inverno e a cultura do milho (Fig. 37). Semeava-se durante os meses Março/Abril, e os linhares, com a floração azul, matizavam a paisagem em plena Primavera. Após as "arrigas" feitas em Junho, os homens, num trabalho árduo e pesado, separavam com o auxílio de pentes, a "baganha" do caule. A "baganha" era posta a secar para depois ser bem "batida" e estar em condições de se lhe retirar a semente (a linhaça em grão).



**O Moinho** - um elemento vivo na economia local até à década sessenta



26. Um dos moinhos desactivados, localizado na margem direita da Ribeira do Cais, após a confluência com a Ribeira de Calde (Fig. 36). Orientação (S/N); Março 1997.



27. O interior

Simultâneamente, os caules eram mergulhados em poços com água parada, mas bem presos por tábuas fortes e pedregulhos pesados, durante nove dias. Em seguida, fibra por fibra, era estendido com muito cuidado, em áreas ligeiramente inclinadas, soalheiras e arejadas, para que a fase do "curtimento" fosse concluída com êxito<sup>142</sup>. Os odores tão característicos do linho "a curtir", espalhavam-se na atmosfera com uma certa intensidade e eram elemento integrante na vida campesina nos meses de Junho/Julho. Uma vez o linho curtido era levado para os engenhos onde era triturado (Fotos 28 e 29).

Terminada esta fase no ciclo do linho, as noites do mês de Agosto eram destinadas para as espadeladas, popularmente designadas por "espadadas". Com as espadeladas iniciava-se o trabalho exclusivamente feminino no tratamento do linho. As mulheres, com a mão esquerda cheia de fibra já em rama e que alisavam, segundo o comprimento, com a mão direita, formavam um pequeno feixe que apoiavam no cortiço. Com a mão direita e com uma espadela batiam o linho de encontro ao cortiço, com a finalidade de lhe retirar os vestígios de talos que, nesta fase, ainda eram abundantes<sup>143</sup>.

Uma vez o linho espadado era reunido em molhos que pesavam, por princípio, 1 ou 0,5 pedra<sup>144</sup>. O linho espadado e em rama passava por uma nova operação a assedagem, a fim de lhe ser retirado os últimos talos. As mulheres em sedeiros (pentes assentes em pranchas grossas de madeira com dentes finos de um lado e mais grossos do outro), retiravam ainda vestígios de talos e reuniam o linho "assedado" em estrigas separadas consoante o tipo de rama, a mais grossa chamada a estopa, a mais fina e delicada, o linho propriamente dito.

142 - Esta fase de curtimento do linho era traduzida pela expressão popular "nove dias a molhar e nove dias a secar".

143 - Estes vestígios formavam os tomentos que eram, depois de fiados, dobrados e corados, tecidos no tear. Resultava um pano muito grosso e aspro com o qual se faziam, por exemplo, toldes para a apanha da azeitona ou, então, camisas de homem para "cotio".

144 - A pedra era a unidade de peso usada para o linho e equivalia a 6 Kilogramas.

**A Azenha** - Um dos vestígios da antiga actividade económica local e respectivos meios utilizados para o aproveitamento dos Recursos Naturais



**28. Moinho de linho e de azeite desactivado** na margem direita da Ribeira de St<sup>ª</sup> Tecla junto ao limite Norte (Fig. 36).  
Orientação (E-W); Março 1997.



**29. Visto do interior**

A estriga estava preparada para ser enrolada nas rocas e ser fiada, com a ajuda dos fusos, nos longos serões de Inverno, pela dona da casa juntamente com as filhas casadoiras obtendo-se, assim, a maçaroca<sup>145</sup>. Uma boa qualidade da futura dona de casa passava também por ser “uma boa fiadeira”, isto é, pelo modo cuidado com que obtinha o fio que deveria ser o mais fino e delicado possível.

Também tarefa dos serões de Inverno era dobar em “dobadoiras” o fio das maçarocas para se obter as meadas de linho propriamente dito, de estopa e de tomentos.

As meadas passavam pelas “barrelas”, tarefas típicas dos meses de Março/Abril. Às meadas colocadas nos cortiços, com um pano de linho velho a separá-las da camada de cinza que as cobria, eram-lhes lançadas grandes quantidades de água a ferver, bem aromatizada com folhas de sabugueiro e outra folhas aromáticas. Durante 24 horas as meadas eram submetidas a várias “escaldadelas” para depois serem retiradas, lavadas e colocadas a corar. Um sinal de esmero das donas de casa reflectia-se na “brancura baça” das meadas, motivo pelo qual se procedia ao seu estendal ao sol e muito bem “borrifadas” para que a brancura começasse a surgir.

As meadas, assim curadas, eram entregues às tecedeiras que se esmeravam em tecer o linho, obtendo-se o bragal, pano de linho liso ou com “feitos” de acordo com a finalidade: pano para lençol, toalhas de rosto, toalhas de mesa, cobertas, etc.

As peças de linho regressadas da tecedeira eram novamente submetidas às barrelas “bem cheirosas” e postas a corar para que a brancura do bragal fosse “imaculada” e, ao mesmo tempo, toda a aldeia detectasse o esmero e cuidados que “as mulheres da casa” dedicavam ao bragal, sinal de um bom enxoval e de uma boa futura dona de casa.

<sup>145</sup> - O “bom linho” o linho cujo fio era muito fino, liso e consistente, dependia, em grande parte, da arte da fiadeira, isto é, do modo como ela não só retirava com a mão esquerda a rama da roca como, depois a ensalivava e a alisava entre os dedos da mão esquerda, obtendo o fio que enrolava, com a mão direita, no fuso.

No respeitante às espécies arbóreas, a oliveira desenvolvia-se numa paisagem de cultura promíscua ou seja dispersava-se pelos campos e, só muito raramente, formava pequenos maciços, como descreve Orlando Ribeiro "A cultura levou a árvore a todo a parte e acomodou-se a todos os solos e climas: mas é visível a preferência dela pelos calcários e regiões quentes resguardadas dos ventos do mar (...). A oliveira acomoda-se bem às encostas cascalhentas e aos solos soltos, pedregosos e íngremes..."<sup>146</sup>.

Cultivar oliveiras traduzia-se na apanha<sup>147</sup> e moagem da azeitona efectuadas entre Dezembro e Fevereiro.

No âmbito das árvores de fruto pode afirmar-se que se tratava de uma actividade meramente acessória, pois as fruteiras dispersas pelos campos ou nas margens era uma constante. Exemplifiquemos: "A cultura das árvores de fruto faz-se por toda a parte, desde os agrumes (laranjeira, limoeiro, tangerineira, cidreira) das terras baixas e irrigadas, até ao castanheiro dos planaltos e montanhas. Mas, em tufos ou pés isolados, aqui e além em pomares mais extensos, foi sempre escassa a importância deste elemento na paisagem agrária."<sup>148</sup>

Se as culturas que referimos se destinavam a uma economia de auto-consumo, o mesmo não acontecia à cultura da vinha, pois visava os mercados, principalmente à escala regional. A vinha era armada em enforcado e ou em bardo. A vinha, armada em bardo, era e continua a ser a forma de disposição mais vulgarizada e, ao ladear os campos, passa a ser também, não só um elemento de delimitação da parcela cultural, mas ainda e em muitos casos, um marco na delimitação da propriedade rústica.

Se o elemento predominante na paisagem agrária era o campo/prado rodeado pela vinha de enforcado ou em bardo e matizado por árvores de fruto, como a macieira ou a cerejeira disseminadas, a partir dos finais da

<sup>146</sup> - Ribeiro, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 70.

<sup>147</sup> - A apanha da azeitona consistia no "rifar" pelo homem, em cima da oliveira, com a mão ou rifadores, a azeitona que é apanhada, no chão, em toldos ou mantas pelas mulheres.

<sup>148</sup> - Ribeiro, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 74.

década sessenta, alterações significativas começaram a surgir na forma de ocupação do solo. Ligado com o fenómeno migratório, áreas cultivadas começaram a ser progressivamente abandonadas caracterizando-se St<sup>a</sup> Tecla, em 1995, por manchas extensas de solos sem qualquer aproveitamento.

Nos campos outrora cultivados, detectámos manchas que não são "aproveitadas" há cerca de 10/15 anos e outras, bem mais diminutas, há quase 30 anos. Estas, de muito difícil acesso, situam-se sempre a altitudes superiores a 450 metros (Fotos 30 e 31).

Sublinhe-se ainda que essa "grande mancha abandonada" tende a aumentar, gradualmente, nos últimos 10 anos (Fig. 38).

Numa leitura comparativa da Carta da Reserva Agrícola Nacional, com a Fig. 38, detecta-se que o abandono das parcelas culturais tanto se verifica no plano aluvial da ribeira principal e Reserva Agrícola Nacional (Fotos 32 a 33), como nas vertentes, a paisagem de socos, com solos pedregosos e finos.

Estas parcelas de cultura abandonadas pertencem a famílias que residem fora da freguesia. Foram adquiridas por herança e, em casos raros, por compra efectuadas por emigrantes.

Nos terrenos cultivados sob a forma tradicional (Fig. 38), práticas de cultura podemos distinguir.

A prática cultural "típica", a policultura intensiva, promíscua e com rotação de culturas, cuja expressão máxima se traduz no campo-prado, com as forragens irrigadas no Outono/Inverno a serem substituídas, no Verão, pela cultura do milho graúdo.

Uma prática cultural, bastante vulgarizada, caracteriza-se pela forragem permanecer no Inverno, mas a cultura de Verão, a do milho graúdo, ser substituída pela milharada, isto é, o milho semeado espesso que não é sachado nem regado e, nos fins de Julho inícios de Agosto, antes de começar a morrer devido à secura, é cortado para alimentação imediata do gado.

Uma outra prática, também generalizada e "a mais mitigada" no sistema tradicional, limita-se à poda e à pulverização da vinha, que continua

**Áreas tipos onde a mutação de ocupação do solo foi uma realidade** - No séc. XVIII áreas de souto e carvalhais, posteriormente áreas de cultivo em socalco e actualmente, como demonstram as imagens, "bravio não tratado"

**30. O derrube do bosque para aproveitamento de lenhas** no Bacelo. (Fig. 36).  
Orientação (SSE/NNW); Março 1997.



**31. Manchas de castanheiros e carvalhos espontâneos e respectivo sub-bosque** nos Cabos. (Fig. 36).  
Orientação (ESE/WWN); Março 1997.

Fig 30 - STA. TECLA - 1995  
 Formas de exploração e outras ocupações do solo



Fotões: Fotografias Aéreas (1994) e Inquérito Direto

### Áreas de Lavradio em abandono (Plano Aluvial)



32. O solo não é lavrado há 2 anos e faz-se, por vezes, uma poda "breve" na vinha.  
Os Pomares (Lavandeira Fig. 36).  
Orientação (SE/NW); Março 1997.



33. Parcelas cultivadas e abandonadas nos Pomares (a SE da Lavandeira Fig. 36).  
Orientação (SE/NW); Março 1997.

armada em bardo e a fechar as parcelas, mas onde já não se pratica qualquer das culturas, a arvense no Verão ou a forrageira no Inverno.

Com dificuldade se encontram pequenas superfícies de centeio e a cultura da batata limita-se a pequenos espaços da horta.

A cultura do linho desapareceu da paisagem.

Um sistema agrário que "eliminou" culturas e técnicas agrícolas características de uma policultura intensiva tradicional, prevalece em St<sup>a</sup> Tecla, independentemente da forma de exploração, ou seja por conta própria ou por conta de outrém, com arrendamento ou não. (Fig. 38).

Desde já salientámos que nas explorações por conta de outrém rareiam os arrendamentos, predominando não só a parceria (a forma mais vulgarizada consiste no proprietário receber metade do vinho produzido e pagar os pesticidas), como também a situação do proprietário "entregar" os seus terrenos para cultivo, sem qualquer contrapartida.

A melhor exposição geográfica, os solos mais espessos, os campos mais extensos e os socalcos menos vigorosos serão os principais motivos que explicarão, em nosso entender, a predominância das explorações por conta de outrém na vertente ocidental a altitudes entre os 350 e os 450 metros, aproximadamente.

As explorações agrícolas por conta própria, na sua maioria, situam-se a altitudes próximas dos 400 a 500 metros.

As explorações por conta própria são mais fragmentadas e em maior número que as explorações por conta de outrém, mas ocupam uma maior extensão na paisagem (Fig. 38).

Numa paisagem agrária em que se destacam os campos abandonados ou cobertos por culturas tradicionais distinguimos manchas onde se está a verificar uma alteração nas técnicas culturais e, conseqüentemente, novas formas de ocupação do solo (Fotos 34 e 35), as chamadas explorações em reconversão (Fig.38) e que se resumem a "quatro explorações".

#### Contrastes no tipo de ocupação do solo



34. A agricultura tradicional de morfologia de socalco em paralelo com espaços de vinha contínua e culturas forrageiras. Lugar da Lameira (Fig. 36). Orientação (N-S); Março 1997.



35. Vista parcial da Quinta da Lameira (Cooperativa). Terrenos com forragens para fins agro-pecuários e vinha contínua em bardo. (Década de 90). Orientação (N-S); Março 1997.

Começemos por referir a exploração<sup>149</sup> que é uma fracção de uma Sociedade Agrícola sediada fora do concelho. Toda ela incluída na Reserva Agrícola Nacional, é uma unidade explorada segundo um Projecto de Investimento beneficiado pelo PEDAP. É formada por um lameiro com solos do plaino aluvial e que produz forragens: no Outono/Inverno associações erváceas, no Verão, milho forrageiro para ensilamento; sobranceiro a esse lameiro, e em pequenos socalcos, uma vinha implementada, como é óbvio, em moldes modernos.

Em 1996, um ano após o nosso trabalho de campo, iniciou-se, na vertente ocidental, a implementação de uma vinha de acordo com uma candidatura de um projecto aprovado pelo PAMAF.

Além destas explorações, referimos na encosta oriental, a uma altitude média dos 400 a 500 m, superfícies, até há uns 20 anos, cultivadas em moldes tradicionais e que estão a ser, gradualmente, substituídas por floresta de folhosas: castanheiros, carvalhos americanos, nogueiras e choupos (Fig.38). Estes exemplos correspondem a duas formas de exploração por conta própria cujos proprietários não residem na freguesia e que prescindiram dos benefícios que poderiam usufruir do financiamento pelo PAMAF de projectos de investimento para florestação (Fig. 38).

A floresta tradicional formada principalmente por pinhais, por vezes salpicados de eucaliptos (Fig. 38), envolve a superfície cultivada e tende a aumentar de uma forma espontânea, justificado pelo abandono das parcelas culturais que lhe são próximas, que em períodos relativamente curtos ficam cobertas pelo pinheiro bravo.

Resíduos dos sotos e carvalhais encontramos, ainda, na paisagem de St<sup>a</sup> Tecla (Fig. 38). Esses pequenos núcleos de floresta residual (carvalhos e castanheiros), ou situam-se a ocidente, nos limites com a freguesia de Carvalho, ou a altitudes próximas dos 350 a 400 metros, quer na vertente oriental, quer na vertente ocidental.

---

149 - A exploração tem uma área entre os 3 a 4 ha, pequena fracção de uma exploração vasta, a Sociedade Agrícola da Quinta de St<sup>a</sup> Helena, na freguesia de Cerva, concelho de Ribeira de Pena.

Manchas de cultivo abandonadas foram vendidas a famílias que residem no Porto ou Área Metropolitana e são utilizadas como espaços de lazer. Assistiu-se geralmente à reconstrução da habitação de tipo secundário. A título de curiosidade diremos que “os espaços de lazer” localizam-se numa das manchas não consideradas Reserva Ecológica Nacional (Fig. 38).

Outras manchas, cujo esboço nos exigia a utilização de uma escala que permitisse um maior pormenor de representação são, ou formadas por parcelas muito estreitas e em socalco, ou ocupadas por hortas, rocios e pequenas áreas de servidão, ou correspondentes a áreas construídas, e que se disseminam na freguesia (Fig. 38).

Sem pretendermos fazer uma comparação exaustiva entre a ocupação do solo agrícola nos dois períodos objecto do nosso trabalho, sécs. XVII-XVIII e Actualidade, a investigação desenvolvida permite-nos inferir:

1 - A grande alteração na ocupação do solo, no séc.XX em relação ao séc.XVIII, traduziu-se não só na substituição da floresta de folhosas, carvalhos e castanheiros, as devesas e os sotos, por pinhais salpicados por eucaliptos, mas também, na substituição das culturas de sequeiro, o trigo e principalmente o centeio, pela cultura de regadio, o milho grosso.

O milho grosso, milho maez ou milho de maçaroca, cultivado em associação com o feijão e a abóbora, expandir-se-ia, em St<sup>a</sup> Tecla, em pleno séc. XIX, pois não encontramos qualquer referência a esta cultura nos Autos de Vedoria já efectuados no início do séc. XIX (1801 e 1824).

2 - Se no séc. XVIII, predominavam as culturas arvenses de sequeiro, centeio e trigo, “que exigiam terrenos enxutos e lisos onde o arado manobrasse com facilidade”<sup>150</sup> e no séc. XX predomina a cultura arvensense de regadio, o milho graúdo, não encontramos, para os dois períodos e em St<sup>a</sup> Tecla, alterações significativas no sistema de rega<sup>151</sup>. A explicação também nos é dada por Orlando Ribeiro:

---

150 - Ribeiro, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 60.

151 - Verificámos este facto pela observação das Figs. 11 e 36.

As águas de rega, transmitem-se de geração em geração, segundo os usos e costumes.



“Na área húmida do Noroeste, rica de águas, em terras regadas que no Inverno dão pastagem, o milho adaptou-se a uma forma de exploração que já existia antes. Daqui um tipo muito especial - “o campo-prado”, essencialmente atlântico porque confinado à região das chuvas abundantes e do Verão curto”<sup>152</sup>.

Ainda para o séc. XVIII, questionámo-nos não só sobre a importância das forragens irrigadas na economia familiar, como sobre o matiz que conferiam à paisagem agrária os prados e, por ventura, alguns lameiros espontâneos, uma vez que os *Autos de Vedoria* descrevem a distribuição das águas de rega pelas explorações agrícolas, mas nunca aludem à existência de prados ou à pecuária.

3 - A vinha sempre teria desempenhado um papel significativo na economia das populações e também, sempre seria, um elemento de relevo na paisagem agrária. No séc. XVIII a vinha de enforcado, denominada nos *Autos de Vedoria* pelas “uveiras” e no séc. XX, a vinha de enforcado e em bardo, alinhada nas orlas dos campos, sobre os socalcos que atenuam o declive das vertentes e fixam o solo arável, seriam elementos comuns à paisagem agrária de St<sup>o</sup> Tecla.

4 - O aproveitamento do solo agrícola estendia-se, no séc. XVIII, por uma maior área em altitude no que na primeira metade deste século<sup>153</sup>.

O maior rendimento do solo pela introdução do milho graúdo e a rentabilidade do pinheiro bravo poderão ser, em nosso entender, algumas das causas que explicarão a substituição dos soutos e devesas do séc. XVIII, salpicadas de centeio e por vezes de trigo, pelos pinhais no séc. XX.

“...O pinheiro bravo....No fim do século XVIII começava a propagar-se nas montanhas do Minho e nos meados do seguinte ainda dominavam os soutos e carvalhais.”<sup>154</sup>.

Questionámo-nos ainda, sobre a interpretação de outros traços comuns que confundem as paisagens agrárias dos séc.s XVII-XVIII e XX, para além da

<sup>152</sup> - Ribeiro, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, pp. 60-61.

<sup>153</sup> - A observação e comparação das Figs. 12 e 37, permitem-nos fazer esta leitura.

<sup>154</sup> - Ribeiro, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 103.

verdura permanente, que o Verão curto não retira, para além das manchas florestais que todos as primaveras se vestem de verde e no Outono, ficam despidas, para além dos prados regados que alimentam o gado grosso... .

## 2 - A PROPRIEDADE E A EXPLORAÇÃO

### Introdução

Uma questão para nós de interesse fundamental, consiste em saber se poderemos fazer um paralelismo entre a estrutura fundiária actual e a existente no séc.XVIII.

Apesar do quadro jurídico que justifica a Enfiteuse ser distinto do quadro jurídico que fundamenta a propriedade privada, é-nos permitido, numa leitura geográfica do espaço agrário, comparar a dimensão e fragmentação do Domínio Útil Agrícola no séc. XVIII com a dimensão e fragmentação da propriedade agrícola nos finais do séc. XX?

Somos de opinião que os processos de transmissão de bens constituem elementos de referência na compreensão de uma estrutura agrária e as práticas da sucessão e da compra/venda influem, de modo directo, na extensão e fragmentação da exploração agrícola.

No estudo dos Casos Amostra podemos verificar que, na Enfiteuse, se existiram compras e vendas que favoreceram a extensão da exploração, outras, a maioria delas, fragmentaram e pulverizaram a dimensão dos prédios.

Em relação às práticas de sucessão dos bens de raiz não podemos esquecer os institutos jurídicos que enquadram as práticas sucessórias nos dois períodos alvo da nossa observação. Em St<sup>o</sup> Tecla e no séc. XVIII, o sistema de sucessão e herança mais praticado seria, sem dúvida, o da sucessão única e herança indivisa<sup>155</sup>. Este sistema de sucessão evitava a fragmentação do Domínio Útil, favorecendo a manutenção da dimensão da exploração agrícola, como podemos constatar no estudo dos Casos Amostra.

<sup>155</sup> - No estudo de casos amostra encontramos excepções, como por exemplo, no Casal de S. Martinho e no Casal de Toutaim, Fracção 3.

Com a entrada em vigor do primeiro Código Civil em 1867, as alterações significativas que se deram nos sistemas sucessórios reflectiram-se no arranjo da paisagem agrária e, conseqüentemente, na evolução da economia agrícola "...o Código Civil de 1867, além de abolir os pastos comuns regulamentou, também, o regime de sucessão, que veio facilitar a divisão dos prédios, sobretudo no Minho, domínio de pequena propriedade, onde nenhum dos herdeiros dispunha de meios para indemnizar os irmãos ou herdeiros, o que obrigava à aceitação do parcelamento progressivo das propriedades familiares até à sua inviabilidade económica..."<sup>156</sup>.

Se nos dois períodos as estruturas agrárias se confrontam com estruturas jurídicas diferentes, em relação às formas de transmissão da terra por herança, contêm referências comuns indispensáveis na interpretação da organização do território como o direito de comprar e vender, embora em condições diferentes<sup>157</sup>, os usos e costumes, os direitos de servidão nos caminhos, na utilização das águas de rega..., o que nos permitirá ler, na perspectiva geográfica e a título comparativo, a dimensão e fragmentação da propriedade rústica para os dois períodos em estudo.

## 2. 1 - A Dimensão e Fragmentação da Propriedade

Quanto à dimensão da propriedade considerámos indispensável criar dez classes de área e segundo este escalonamento, passamos a analisar alguns indicadores, como sejam o número de proprietários, a área cultivada e o número de prédios por proprietário (Quadro 32).

Assim, a realidade dos dados indicam que cerca de 71% dos proprietários (90) com uma área cultivada inferior a 1ha abrangem cerca de 35% da área total cultivada (31,5 ha) e 39% dos prédios rústicos (232).

<sup>156</sup> - Silva, Rosa Fernanda Moreira (1981). *Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Instituto de Geografia, p. 386.

<sup>157</sup> - Ao Enfiteuta era permitido comprar e vender, após solicitação e autorização do Senhorio, quem pagava o laudémio.

Quadro Nº 32 - Dimensão e fragmentação da propriedade e área cultivada, 1994

Classes de área cultivada (ha)	Proprietários		Área cultivada		Prédios		Nº de Prédios/Proprietári
	Nº	%	Ha	%	Nº	%	
< 0,1	23	18,3	0,9	1	25	4,3	1,1
0,1 a 0,25	14	11,1	2,3	2,5	20	3,4	1,4
0,25 a 0,5	36	28,6	15,7	17,4	95	16,3	2,6
0,5 a 1	17	13,5	12,6	14	92	15,8	5,4
1a 2	24	19	24,2	26,8	155	26,5	6,4
2a 3	7	5,5	16,1	17,8	96	16,4	13,7
3a 4	2	1,6	3	3,4	7	1,2	3,5
4a 5	2	1,6	9,5	10,6	54	9,2	27
5a 6	1	0,8	5,9	6,5	40	6,9	40
> 6	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>126</b>		<b>90,2</b>		<b>584</b>		<b>4,63</b>

Fonte : Repartição de Finanças de Celorico de Basto. *Livro da Matriz Predial de SIª Tecla* , 1994.

Cerca de 44% da área cultivada (40,3 ha) distribui-se por 25% dos proprietários (31) cuja propriedade, com dimensões compreendidas entre 1 e 3 ha , engloba cerca de 40% dos prédios cultivados (251).

No respeitante à terra cultivada registe-se que 20% (18,4 ha) pertence a 4% dos proprietários (5) e abrange 17% dos prédios cultivados (101).

Se relacionarmos a classe de área e a dimensão média do prédio cultivado, pode deduzir-se que para os proprietários com uma área inferior a 1 ha, a dimensão média do prédio cultivado é cerca de 1 357,75 m<sup>2</sup>; para os proprietários com área cultivada entre 1 e 2 ha, a dimensão média do prédio é na ordem dos 1 560,12 m<sup>2</sup> e, finalmente, para a classe a ultrapassar os 5 ha, o valor médio mantem-se muito idêntico, ou seja, de 1 482,15 m<sup>2</sup>.

Na globalidade dos prédios cultivados a dimensão média é cerca de 1 544,43 m<sup>2</sup>.

Se a dimensão média dos prédios, para as propriedades com área cultivada superior a 1 ha (1 357,75m<sup>2</sup>), não se afasta muito do valor médio do prédio cultivado (1 544,43 m<sup>2</sup>), o mesmo não poderemos dizer sobre o modo de concentração da propriedade.

A realidade mostra-nos que 97,6% dos proprietários (121) possuem 79,6% da terra cultivada (71.8 ha), enquanto 4% (5) detêm 20% da mesma terra cultivada (18,4 ha).

Se cada proprietário tem, em média, 4,6 prédios, os dois proprietários com áreas cultivadas entre os 4 e 5 ha têm, também em valores médios, 27 prédios, enquanto para o proprietário com uma área superior a 5 ha o número médio de prédios é igual a 40.

Poderemos dizer que a extensão da propriedade, em St<sup>a</sup> Tecla, faz-se pela junção de prédios com área reduzida.

Em St<sup>a</sup> Tecla e em pleno século XX, a fragmentação da propriedade é evidente, mas a pulverização dos prédios rústicos, não é menos significativa e ambas não se distinguem, em sentido lato, da extensão e divisão do Domínio Útil que caracterizou o século XVIII, conforme podemos constatar<sup>158</sup>.

1 - No séc. XVIII, 46% dos Enfiteutas (42) tinham explorações com área superior a 1 ha; no séc. XX, 28,5 % dos proprietários (36) detêm explorações com área, também superior a 1 ha;

2 - No séc. XVIII, nas explorações com área superior a 1 ha, o número médio de prédios, por exploração, era próximo dos 13; no séc. XX, o número médio de prédios, por exploração, é próximo dos 10;

3 - No séc. XVIII, 12 Enfiteutas tinham explorações com uma área superior a 6 ha<sup>159</sup>, no séc. XX, o maior proprietário tem uma área cultivada entre os 5 e 6 ha;

4 - Para as explorações com área superior a 1 ha, no séc. XVIII, a dimensão média do prédio rústico era de 1 824,49 m<sup>2</sup>, enquanto que, no séc XX, é de 1 849,43 m<sup>2</sup>.

<sup>158</sup> - Quadros 27 e 32.

Salientamos que, em relação ao séc. XVIII considerámos áreas agro-florestais e, em relação ao séc. XX estamos a considerar áreas cultivadas.

<sup>159</sup> - Cinco Enfiteutas com área superior a 10 ha. Salientamos as Quintas do Vinhal e da Lameira com áreas próximas dos 19 e 40 ha, respectivamente.

Pode-se afirmar que a propriedade está mais fragmentada no século XX do que o Domínio Útil estava no séc. XVIII; que a pulverização dos prédios rústicos e a respectiva dimensão não tiveram, em termos médios, alterações evidentes, para as propriedades com área superior a 1 ha, nos dois períodos em observação.

## 2.2 - A Propriedade Agrícola e a Paisagem

Pretendemos questionar o modo como a dimensão e a fragmentação da propriedade se reflectem, nesta paisagem<sup>160</sup>.

Baseados no Inquérito Directo delineámos, em esboço, a propriedade segundo a área cultivada e o respectivo proprietário, à qual atribuímos um código numérico<sup>161</sup>. As propriedades com área cultivada superior a 3 ha foram também assinaladas em função da dimensão (Fig. 39).

Se pela leitura da Fig. 39 é notória a divisão da propriedade cultivada, ela não será tão pulverizada, como poderíamos ser levados a admitir, ao analisar os indicadores fornecidos pela Matriz Predial (Quadro 32). Contudo, a leitura da Fig. 39 permite-nos reter a imagem do puzzle em que se traduz a propriedade agrícola em St<sup>a</sup> Tecla, nos finais do séc. XX (1995).

Começaremos por exemplificar com a propriedade agrícola que identificámos com o número 25 (Fig.39). Uma propriedade com uma área cultivada superior a 2 ha (20 015 m<sup>2</sup>), dividida por 15 prédios rústicos, distintos pelo respectivo número matricial, distribui-se na paisagem por 5 manchas principais. Duas pequenas manchas intercaladas numa parcela cultural "à beira

<sup>160</sup> - Apenas consideramos a propriedade que engloba terrenos que foram ou são cultivados no séc. XX.

<sup>161</sup> - Perante a questão da identificação das propriedades, e em conversa com alguns proprietários, como elas seriam designadas pelo nome do proprietário, pois são constituídas por um conjunto de manchas, "os cerrados" dispersos e por vezes afastados, esses com nomes específicos, foram-nos colocadas "reticências", só ultrapassadas, se essa forma de identificação se tornasse fundamental no nosso trabalho, o que não nos parece ser o caso, facto que nos levou a optar pela identificação através de um número.

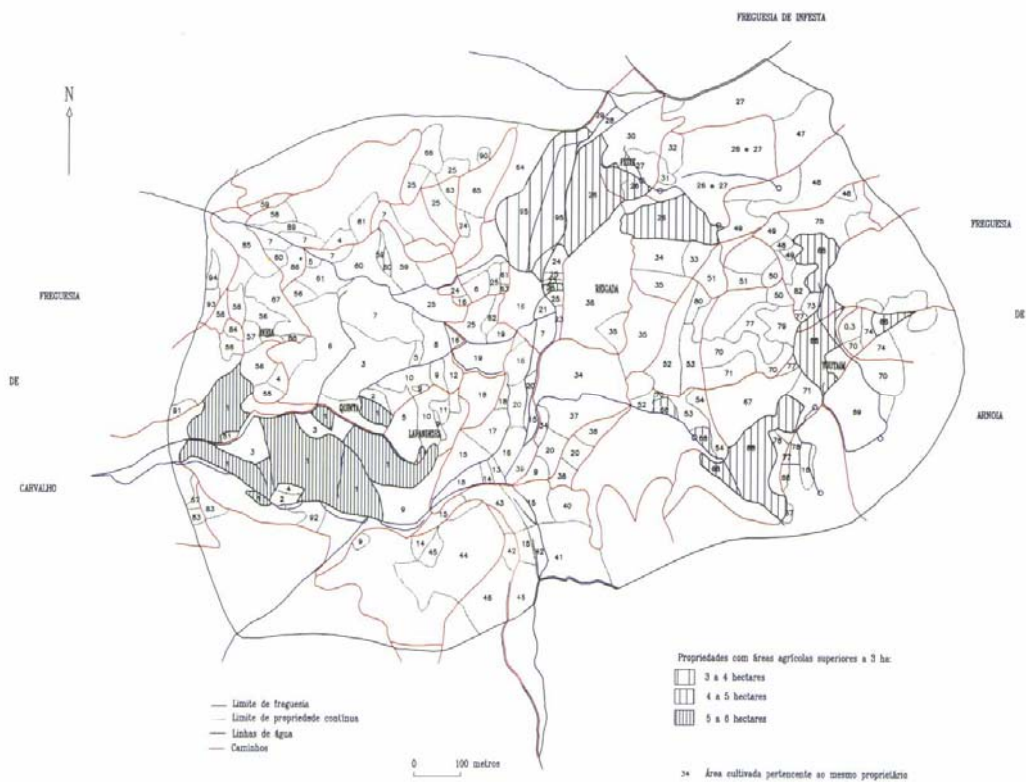
A Fig. 39 identifica as propriedades cultivadas através de um número que utilizámos quando pretendemos exemplificar a leitura breve que efectuámos sobre a Figura.

rio”; a mancha mais extensa, na margem esquerda da ribeira de Alviada, a uma cota entre os 350 e 400 metros, dividida por dois caminhos, um recentemente alargado e outro que mantém as características das “estradas” do séc. XVIII, devido ao declive e às áreas construídas que o ladeiam; mais a norte, três outras manchas agrícolas, uma limitada a oeste por um estradão e a norte pela estrada construída não há mais de dez anos e que também serve de limite; a sul, as outras duas manchas cultivadas, separadas entre si pela área agrícola representada pelo código 66 e um espaço de “rocio”.

Passemos à propriedade agrícola identificada com o número 7 (Fig. 39). Com uma área a ultrapassar os 2 ha ( 23 508 m<sup>2</sup>), dividida em treze prédios inscritos na Matriz, estende-se, no território, por seis manchas principais (Fig. 38). A mancha mais extensa, na margem direita da ribeira de Alviada, a uma altitude entre os 350 e 400 m; outras três manchas, uma na margem direita da mesma ribeira, a uma cota cerca dos 450 m; na margem oposta, uma outra mancha cultivada e limitada, a sul, por área cultivada e pertencente à propriedade identificada pelo número 4 e pelo estradão que a separa/divide da outra mancha agrícola, que confronta a sul com a propriedade 60 (parte); ligeiramente a norte e entre dois estradões, outra mancha que confronta, a ocidente, pela propriedade identificada com o número 81; ainda evidenciámos na mesma propriedade a mancha agrícola que corresponde a uma parcela no plaino aluvial, delimitada, a este, pela ribeira principal, a oeste por uma levada que emana desta mesma ribeira, a sul pela propriedade que identificámos com o número 20 (parte) e a norte pela ribeira de Alviada.

Tomemos como exemplo a propriedade agrícola identificada com o número 9 (Fig. 39). Com uma área cerca de 1 ha (11 612 m<sup>2</sup>), dividida por 12 prédios inscritos na Matriz, espalha-se no espaço por 5 manchas cultivadas. A mancha principal e mais extensa, entre altitudes dos 350 a 400 metros, confronta a sul com a ribeira do Cais, a este, com áreas cultivadas pertencentes à propriedade que codificámos com o número 15, a oeste e norte com a parte da propriedade identificada com o número 1 e rocio. Três outras manchas bastantes afastadas entre si: uma, limitada pelas propriedades identificadas com os números 10 e 11 e rocio; outra “cercada” pela propriedade que numerámos com 10; a mancha mais extensa, é

Fig. 39 - STA. TECLA - 1995  
 A dimensão da propriedade segundo a área cultivada



Fontes: Fotografias Aéreas (1994), Matriz Rústica (1994) e Inquérito Direto

limitada a Norte pela ribeira da Quintã, a sul pelo caminho, a oeste e a este, pelas propriedades que identificámos respectivamente, pelos números 10 e 12; finalmente, uma pequena mancha, na parte sul da freguesia, “cercada” por terrenos incultos e muito próxima da ribeira de Caíde.

Indicaremos ainda, como uma das poucas excepções, a maior propriedade, propriedade que identificámos com o número 1 (Fig. 39), com uma área a ultrapassar os 5 ha (59 286 m<sup>2</sup>), dividida por 40 prédios rústicos distintos na Matriz, que se desenvolve numa “grande mancha”, a norte da ribeira do Cais, a altitudes entre os 350 e 450 metros, “interrompida” apenas pelas propriedades codificadas pelos números 3 e 51 (parte) e por uma área construída e ocupada por quintais, parte do lugar da Quintã.

Não deixaremos de anotar a propriedade a que atribuímos o número de código 95, a fracção da Sociedade Agrícola localizada fora da freguesia (Fig. 39), com uma área cerca dos 3 ha (30 340 m<sup>2</sup>), dividida por sete prédios matriciais, numa mancha contínua em pleno plano aluvial, a altitudes próximas dos 280 a 320 metros.

Continuaremos a exemplificar com a propriedade que identificámos com o número 26 (Fig. 39), com uma área cerca de 4 ha (45 914 m<sup>2</sup>), dividida na Matriz em 26 prédios, que se distribui por duas manchas principais. Uma, entre valores de altitude próximos dos 350 a 380 metros e outra, no plano aluvial a uma cota cerca dos 280 a 320 metros.

Ainda a propriedade a que atribuímos o número 36 (Fig. 39), com uma área cerca de 2 ha (22 310 m<sup>2</sup>), dividida por 16 prédios referidos na Matriz, forma no território uma só mancha, com altitudes compreendidas entre os 300 e 350 metros, com as parcelas em socalco dispostas em anfiteatro “suavemente debruçadas” para a ribeira principal.

Em virtude da maior rentabilidade dos solos, verifica-se, nas gentes de St<sup>a</sup> Tecla, a preocupação de terem um parcela, por muito pequena que seja, no plano aluvial.

Justificar-se-á, deste modo, a divisão da parcela cultural, na margem direita da ribeira principal, em 5 prédios mencionados na Matriz (prédios que pertencem às propriedades agrícolas a que atribuímos, respectivamente, os números 23, 24, 25 e 26); pelo mesmo motivo, ainda se compreenderá a frequência de propriedades agrícolas formadas por manchas cultivadas com

cotas próximas dos 450 m e com manchas no plaino aluvial, como as propriedades que identificámos com os números 7, 15, 16, 20.

Faremos, ainda, uma breve referência às propriedades caracterizadas por socalcos vigorosos, na vertente oriental, com solos delgados e limitrofes dos terrenos bravios.

Exemplifiquemos com a propriedade que identificámos com o número 70, com uma área a não atingir os 2 ha (17 920 m<sup>2</sup>), dividida por 20 prédios inscritos na Matriz e distribuída, no território, por 2 manchas com dimensões muito diferenciadas (Fig. 39). A principal mancha, desenvolve-se, de modo contínuo e em socalcos bem acentuados, entre as altitudes próximas dos 480 e 430 metros. Uma mancha bem mais diminuta, próximo da Ribeira do Porto, à cota próxima dos 380 metros, formada por parcelas estreitas mas significativas na produção de forragens.

O modo como a propriedade agrícola se desenvolve no território, permitir-nos-á colocar como hipótese aceitável, que a extensão e distribuição assimétricas da propriedade, nos finais do séc. XX, em St<sup>o</sup> Tecla, não estarão, apenas directamente associadas a factores naturais mas, provavelmente, a formas de transmissão, a herança e ou a compra/venda.

Os valores bem diferenciados na dimensão da propriedade agrícola colocam-nos outras questões como, por exemplo, como seria essa mesma dimensão da propriedade agrícola se, em vez de considerarmos proprietários isoladamente, considerássemos famílias de proprietários<sup>162</sup>.

Em princípio, a pulverização da propriedade em prédios rústicos facilita a transacção comercial fundiária, mas, em St<sup>o</sup> Tecla, não é fácil adquirir, por compra, um ou vários prédios rústicos. Para além do território que é considerado Reserva Ecológica Nacional, as famílias, quer as de origem rural e que foram procurar trabalho nas cidades ou no estrangeiro, quer aquelas que nunca residiram na freguesia, guardam, ciosamente, os

<sup>162</sup> - A reconstituição do património familiar exigir-nos-ia, além da reconstituição das genealogias familiares, outros tipos de informação adicional que ultrapassam os objectivos do nosso trabalho.

seus terrenos, em parte, por razões sentimentais e de tradição familiar, em parte, como “um valor seguro” contra a inflação.

Encontramo-nos perante um mercado fundiário caracterizado pelo aumento da procura justificado, pelo recente interesse de famílias residentes na área metropolitana do Porto em adquirir uma residência secundária. Curiosamente, o preço médio dos prédios rústicos é baixo, mesmo para aqueles que incluem uma casa em ruínas e cuja reconstrução se torna “mais acessível” do ponto de vista económico em relação à edificação de uma habitação que “nasce” pela primeira vez.

Fundamentados na comparação que a investigação desenvolvida nos possibilita, questionámo-nos, ainda, sobre a organização do território resultante, quer das estruturas associadas à Enfiteuse (as dimensões e fragmentação do Domínio Útil) no séc. XVIII, quer da propriedade agrícola no séc. XX<sup>163</sup>.

Recorde-se que a Quinta da Lameira, no séc. XVIII, com prédios fora da freguesia, abrangia superfícies (Fig. 33) que, actualmente, (Fig. 39) correspondem, a grosso modo, a oito propriedades<sup>164</sup>.

Quanto à Quinta do Vinhal, também no século XVIII, (Fig. 33), com um prédio fora da freguesia, englobava uma superfície que hoje (Fig.39), sensivelmente, corresponde a dez propriedades cultivadas<sup>165</sup>.

Pode afirmar-se que, no séc. XVIII, as Quintas da Lameira e do Vinhal, com maior superfície que qualquer propriedade do séc. XX, distribuíam-se por superfícies que, actualmente, abrangem várias propriedades cultivadas.

No respeitante à Quintinha do Rio e, ainda no séc. XVIII (Fig. 33), incluía prédios que hoje (Fig. 39) se espalham por cinco propriedades<sup>166</sup>.

<sup>163</sup> - A abordagem é feita com base na leitura comparativa das Figs. 33, 35 e 39.

<sup>164</sup> - Propriedades que identificámos com os números 95, 26, 27 (parte), 16 (grande parte), 25, 26, 65, 64.

<sup>165</sup> - Propriedades por nós codificadas com os números 34 (grande parte), 52 (parte), 35, 37 (parte), 34, 20, 18 (parte), 16, 15 (parte), 44 (parte).

<sup>166</sup> - Propriedades que identificámos com os números 14, 45, 43 (parte), 39 (parte), 24 (grande parte).

Das explorações que no séc. XVIII tinham uma área agro-florestal superior a 1 ha, (Fig. 35) escolhemos a exploração do Enfiteuta Manuel Marinho, exploração agrícola dispersa e fragmentada. Com oito prédios rústicos, pertença a dois Senhorios, a Comenda de Veade e a Coroa. Actualmente (Fig. 39), esses mesmos oito prédios, são parte integrante de duas propriedades (1 e 81).

Para um melhor entendimento da organização da dinâmica deste território debruçemo-nos sobre as propriedades agrícolas actuais que, possivelmente integrariam, no séc. XVIII, outras explorações e explorações com outras dimensões.

A propriedade com maior área cultivada, cuja superfície se manterá, pelo menos desde o início deste século, segundo o testemunho das pessoas mais antigas da freguesia, é a propriedade que atribuímos o código 1 (Fig. 39). Esta propriedade, que no séc. XX, detém uma área cultivada superior a 5 ha, "retalhava-se", no séc. XVIII, por dois Senhorios e vários Enfiteutas, pois distribuía-se (Fig.33) pelos Casais Reguengos de Travassos, da Aveia e da Lavandeira e pela Comenda de Veade, Casais da Quintã e S. Martinho, para além de uma gama de Prazos pertencentes aos vários Casais.

A propriedade que identificámos por 34 (Fig. 39), com uma área cerca de 1,5 ha (16 880 m<sup>2</sup>), divide-se por 16 prédios distintos na Matriz era, no séc XVIII, quase toda Quinta do Vinhal, com excepção de uma área restrita pertença da Quintinha do Rio (Fig. 33). Pertencia e dividia-se, no séc. XVIII, por dois Enfiteutas.

A propriedade identificada com o número 68 (Fig. 39), abrange uma área cerca de 5 ha (49 497 m<sup>2</sup>), divide-se por 28 prédios matriciais e era, no séc. XVIII (Fig. 20), Domínio Senhorial do Convento de Arnoia. Domínio de um Senhor, estava aforada a duas Famílias Enfiteutas. A maior extensão pertencia Fracção 2, enquanto pequenas áreas à Fracção 1, mas todas elas, Domínio Útil do Casal d'Além.

A propriedade que codificámos com o número 69 (Fig. 39), com uma área próxima de 1,5 ha (17 300 m<sup>2</sup>) formada por um único prédio matricial

(um cerrado com oito glebas), era no séc. XVIII (Fig. 34) Domínio da Igreja e formava, também, um só Casal com um Enfiteuta.

A propriedade que atribuímos o número 6 (Fig. 39,) com uma área próxima de 1 ha (9 240 m<sup>2</sup>) e dividida por nove prédios inscritos na Matriz, era, no séc. XVIII (Fig. 33), Domínio da Real Coroa e da Comenda de Veade. Uma parte era foreira aos Direitos Reais de Guimarães e Domínio Útil do Casal da Aveia; duas pequenas áreas pertenciam, uma à Quinta do Vinhal e outra à Quinta da Lameira; uma outra área estava incluída no Casal Reguengo de Travassos e uma outra, mais pequena, no Casal Reguengo da Aveia; uma pequena mancha pertencia ainda ao Casal de Cimo de Vila, foreiro à Comenda de Veade. Uma propriedade cultivada que, actualmente, não atinge 1 ha pertencia, no séc. XVIII, a três Senhorios e a seis Enfiteutas.

Outros exemplos poderíamos escolher, para "construir" o paralelismo possível, entre as paisagens agrárias resultantes das estruturas fundiárias distintas e implementadas, nos períodos alvo da nossa investigação. Todavia estamos convictos que, para lá de todas as questões que possam justificar a dimensão e fragmentação da propriedade e os respectivos reflexos na organização deste território nos dois períodos em estudo, a agricultura que se praticava e pratica, em St<sup>a</sup> Tecla, sempre foi conseguida pelo grande esforço e trabalho humano, desenvolvido na construção e conservação dos socalcos, do sistema de rega (as levadas, os açudes, as poças e as minas) e no amanho da terra propriamente dito (os estrumes, as lavradas, as sachas, a rega, as colheitas).

### 2.3 - A Exploração Agrícola e o Povoamento

Numa paisagem em que o campo-prado, cercado pela vinha de enforcado e ou em bardo, é o elemento de referência, associado a uma agricultura minuciosa e criação de gado no curral, com um sistema de rega partilhado segundo as horas, os dias e os meses do ano, a casa aproxima-se da exploração para facilitar a ida, várias vezes ao dia, à parcela cultivada.



Stª Tecla caracteriza-se pelo povoamento disperso ou disseminado, entendido, como a casa isolada na exploração, ou no grupo de poucas habitações, ou no lugar com poucos moradores, com rocios, hortas, arvoredos e prados espalhados entre elas (Fotos 36 a 38).

À forma de distribuição da habitação não foi indiferente a rede viária: os carreiros, os caminhos largos e velhos por onde passavam os carros de bois, já oriundos do séc.XVIII e actualmente melhorados pelos estradões e estradas novas para circulação, não só das pessoas e animais (Foto 39) como dos automóveis, dos tractores e das camionetas.

Pelas leituras que fizemos sobre as descrições dos *Autos das Sentenças de Emprazamento* diremos que os lugares principais, já no séc. XVIII, eram servidos por um caminho largo junto do qual se localizavam as habitações, fechadas ou não pelo quinteiro, frequentemente cercado por muro com anteporta ou delimitado por marcos, com um pequeno rocio "privado" ou comum a várias habitações que as separava da "estrada" (Fig. 11). Passemos a exemplificar: "duas casas térreas que servem de cozinha, corte e alpendre, situadas na terra do Pomar. Parte de Norte com a estrada pública que vai da Quintã para Carvalho e do Sul com o Campo do Pomar..."<sup>167</sup> ou "...casas à cabeça do Prazo vago que são de sobradado e colmaça (...) parte de nascente com uma corte erma. Do poente parte com o rocio e caminho de sul parte com uma cozinha de Paulo Marinho foreiro ao Mosteiro de norte com caminho de servidão ao lugar (...) e logo abaixo tem estrada para o poente tem seu lagar coberto por cima com um alpendre e o sobrado para o sul a cozinha para o norte sobradada e por baixo tem uma loja e de fora entre o lagar e a loja é um quinteiro tem janela para norte..."<sup>168</sup>.

O modo de distribuição da habitação na paisagem, no séc. XX, principalmente nos primeiros setenta anos, não seria muito diferente do modo de disseminação da habitação, no séc. XVIII. Um pequeno número de

<sup>167</sup> - AMCB, Tombos, *Tombo V, FOLS 361-365 v.*

<sup>168</sup> - AMB, Convento de Arnoia, *Prazos, Vol. 31, FOLS 1-15v.*

#### Aspectos do povoamento na área em estudo desde o Séc. XVII à Actualidade

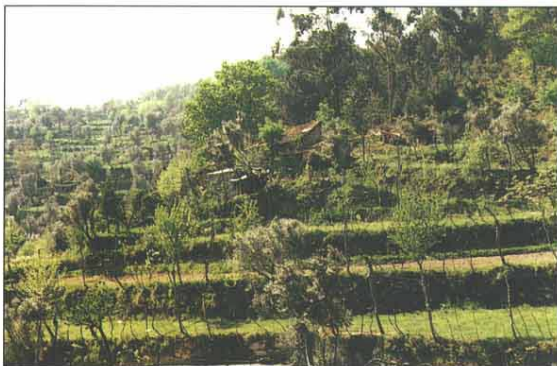


36. Vista parcial dos lugares da Nogueira (casas com menor cota) e Cimo de Vila (Fig. 36).  
Orientação (S-N); Março 1997.  
f → Troço da "estrada" do séc. XVII que interliga a Lameira, Igreja, Levandeira e o Rio.



37. O Lugar da Costa de Além (Fig. 36). Povoamento que remonta pelo menos ao séc. XVIII. Actualmente assiste-se ao restauro e ampliação de casas sem alteração da tipologia inicial.  
Orientação (S-N); Março 1997.

### Povoamento em que a casa rural se dispersa na paisagem



38. A Casa integrada na exploração agrícola nas Giestas.  
Orientação (NNE/SSW); Março 1997.

### Aspectos da vida actual



39. Um carro de bois a circular num estradão novo nas Giestas.  
Orientação (SSE/NNW); Março 1997.

casas e respectivos anexos agrícolas reúniam-se nos lugares, quase sempre acessíveis através do caminho largo por onde passava o carro de bois e, também, quase sempre para ele voltadas e distanciadas, ou pelo quinteiro, ou pelo rocio, ou ainda por pequenos espaços que serviam de horta ou jardim (Fig. 39). Como no séc. XVIII, o caminho largo não impedia e nem impede os seus moradores ao acesso directo aos seus quintais e por vezes aos lameiros, através dos carreiros privados ou de servidão que sempre emanavam e emanam da residência (Fotos 40 a 45).

Além dos lugares principais que reúnem o maior número de habitações, dispostas em função dos caminhos mais largos, a paisagem sempre foi enriquecida por habitações isoladas rodeadas pela exploração que contribuem, de modo decisivo, para a dispersão ou disseminação do povoamento.

Ainda há a salientar, para as primeiras sete décadas deste século, a frequência das casas isoladas e com difícil acesso cujos moradores não se encontravam directamente ligados à exploração agrícola, mas cuja sobrevivência dependia da pastorícia de gado miúdo e ou do trabalho assalariado e esporádico nas explorações vizinhas.

Contudo, não podemos esquecer, para os últimos trinta anos, o matiz que veio trazer à paisagem a casa nova do emigrante ou do trabalhador das áreas urbanas, quase sempre construída à beira, ou dos antigos caminhos que foram melhorados, ou dos novos caminhos, todos designados por estradões, mas que "religiosamente" respeita o intercalado dos campos, das hortas e até dos rocios.

Curiosamente, esse mesmo matiz continua a enriquecer-se com a habitação reconstruída por famílias que, residindo na área Metropolitana do Porto, compraram um ou vários prédios rústicos, com área diminuta mas com uma habitação em ruínas. São os espaços de lazer que começam a surgir em virtude das águas límpidas e sadias, do tapete vegetal em que o verde predomina, do ambiente calmo e sossegado, onde o "cantar" das levadas, o chilrear dos pássaros ao romper da manhã e ao cair da tarde, as idas e vindas do agricultor, ao ritmo do "peso" das primaveras, da casa para o campo, por vezes, acompanhado da sua rês, parecem querer assinalar o cadenciado de uma vida que ainda se vive segundo os ciclos da natureza.

Dois Casos de "Casa Tradicional"



40. Lugar da Aveia (Fig. 36).  
Orientação (NNE/SSW); Março 1997.



41. Toutaim (Fig. 36).  
Orientação (S-N); Março 1997.

Exemplos de Casas reparadas/reconstruídas



42. A Casa do Ferreiro nos séc.s XVII - XVIII e reparada na década sessenta pela família emigrante em Cimo de Vila (Fig. 36).  
Orientação (NNE/SSW); Março 1997.



43. A antiga casa do tamanheiro reconstruída pela família que trabalha na Área Metropolitana do Porto. Cimo de Vila (Fig. 36).  
Orientação (SE/NW); Março 1997.

#### O contraste de "gerações" na habitação



44. A casa "reparada" de uma família que trabalha na Área Metropolitana do Porto. Lugar da Aveia (Fig. 36).  
Orientação (NNE/SSW); Março 1997.



45. Construção da década noventa (casa de um emigrante). Lugar dos Campos (Fig. 36).  
Orientação (ENE/WSW); Março 1997.

#### 2. 4 - A Exploração Agrícola e a Viabilidade Económica

Em St<sup>a</sup> Tecla continua o domínio da policultura promíscua e intensiva, com o campo-prado a "impor-se" na paisagem, as lavras, as sachas, as podas e tratamentos profiláticos da vinha que o circunda, a exigir a permanência quase constante do agricultor em redor das culturas; o gado, predominantemente graúdo e criado no curral, é mais um motivo para que o agricultor se desloque, diariamente, ao campo para "segar a erva", indispensável e única na alimentação animal.

Cultura intensiva e minuciosa com criação de gado em estábulos, associa-se a explorações familiares<sup>169</sup>, a população disseminada, a propriedades pouco extensas e mesmo pulverizadas.

Recorde-se, contudo, que a grande percentagem de famílias que continuam a cultivar a sua propriedade (Fig. 38), correspondem a casais reformados, cujos filhos labutam no estrangeiro ou nos principais centros urbanos do país.

As explorações agrícolas por conta de outrém (Fig. 38) são, maioritariamente, explorações cujos proprietários não residem na freguesia. Relembrámos que funcionam na base de um contrato verbal<sup>170</sup> que, ou estabelece "a renda" em parceria<sup>171</sup> ou, em muitos casos, o proprietário tem como contrapartida não assistir ao abandono dos seus espaços cultivados.

Parece-nos ter um certo interesse, estabelecer a possível correspondência entre a exploração por conta de outrém e a propriedade cultivada, tomando como base a observação das Fig.s 38 e 39. Tomámos apenas dois exemplos.

<sup>169</sup> - Como já referimos, as explorações agrícolas, em St<sup>a</sup> Tecla, são trabalhadas ou por conta própria ou por conta de outrém (Fig. 38).

<sup>170</sup> - No ano de 1996 o sistema de subsídios de apoio à agricultura exigiu, entre outras cláusulas, a apresentação de um contrato de arrendamento escrito. Este requisito foi cumprido com a apresentação de um contrato considerado "virtual" quer pelo caseiro quer pelo proprietário.

<sup>171</sup> - O pagamento é feito em géneros, metade da produção do vinho, na qual o proprietário participou, com a compra dos pesticidas e dos materiais de suporte da vinha.

Começaremos pela propriedade com maior área cultivada (Fig. 39) e identificada com o número 1. Se a maior extensão corresponde a um espaço abandonado, a área que ainda se cultiva divide-se por duas explorações (Fig. 38), as explorações que identificámos com os números 1 e 2.

Se passarmos a observar a exploração que mais se destaca pela área que abrange e que identificámos com o número 4 (Fig. 38), verificamos que inclui a maior parte de três propriedades (Fig. 39) e que numerámos com 3, 6 e 7.

Poderíamos tomar outros exemplos, mas os casos evidenciados parece-nos serem demonstrativos da realidade que se vive na freguesia:

- uma propriedade divide-se por uma ou várias explorações e espaços abandonados;

- uma exploração por conta de outrém abrange parcelas com titularidade jurídica diferente e, simultaneamente, exclui parcelas culturais do mesmo proprietário;

- as explorações por conta de outrém abrangem sempre os terrenos mais produtivos, isto é, os terrenos com os solos mais espessos, logo de maior rendimento, e a coincidir com uma morfologia menos acidentada, logo a pressupor "maior produtividade".

Nas explorações por conta de outrém, se existem famílias e algumas são numerosas, que trabalham exclusivamente na exploração<sup>172</sup>, outras fazem-no a tempo parcial<sup>173</sup> além dos casais reformados<sup>174</sup> que, como complemento da reforma, têm a habitação e a produção de pequenos excedentes, na pecuária e na vinha. Também os filhos destes casais encontram-se no estrangeiro ou nas grandes cidades, predominantemente, Lisboa e Porto.

Com uma agricultura tradicional, a exploração não se encontra devidamente equipada com alfaias modernas que permitam melhorar a produtividade. Se os velhos arados e carros de bois foram colocados de

<sup>172</sup> - Exemplos : Explorações que identificámos com os números 4, 19, 17, Fig. 38.

<sup>173</sup> - O marido, ou trabalha como jornaleiro noutras explorações, por vezes, nas freguesias limítrofes, ou na construção civil, no Porto ou Lisboa, trabalhando na exploração nos fins de semana.

<sup>174</sup> - O maior número das famílias que cultivam a terra de outrém situam-se no nível etário superior aos 60 anos.

parte, a "lavrada", a "malha" o transporte da lenha e mato é feita pelo tractorista, nova profissão ligada à agricultura.

Como uma agricultura não científica, independentemente da forma de exploração, não reflecte as escolhas das culturas mais adequadas aos solos, às condições microclimáticas, aos mercados, nacional ou internacional.

Também no âmbito da agricultura tradicional e independentemente da forma de exploração, o agricultor "pensa" gado graúdo<sup>175</sup>, além das galinhas, coelhos e, muitas vezes, uma cabra e algumas ovelhas, com a finalidade de "fazer o estrume" para reconstituição do solo na época das sementeiras do milho, ou na época das plantações minuciosas, nas hortas.

Ainda como protótipo de uma agricultura não científica todo o agricultor, de modo aleatório, utiliza adubos químicos e pesticidas, quer na reconstituição dos solos, quer no combate a pragas, como por exemplo, nas culturas da batata e da vinha.

Um quadro em que a exploração agrícola, independentemente da forma de exploração, é uma exploração descapitalizada, com dimensões reduzidas, gerida por agricultores, a maioria deles, com idades superiores a 60 anos e analfabetos, caracterizava St<sup>a</sup> Tecla aquando da adesão de Portugal à Comunidade Europeia.

Como área desfavorecida e em vias de despovoamento, os agricultores, desde logo, beneficiaram, no âmbito do PEDAP, de prémios/subsídios e de ajudas directas à produção: na criação de gado bovino, ovino e caprino, na produção de cereais, mais concretamente o milho, na produção de leite e azeite, segundo as áreas cultivadas e dentro de certos limites. Um outro subsídio e também no âmbito do PEDAP, dirige-se ao consumo do gasóleo por parte do agricultor<sup>176</sup>.

<sup>175</sup> - A exploração agrícola tem, no mínimo, uma touca. Com o aluguer do tractor o gado, raça barrosã, foi substituído em muitas explorações pelo gado torino.

<sup>176</sup> - Em St<sup>a</sup> Tecla, o subsídio de gasóleo é concedido aos alugueres das máquinas agrícolas, possuidores, alguns deles, de pequenas de exploração, em detrimento dos agricultores que possuem a terra que a máquina, de facto, trabalha e que pagam honorários elevados e independentes do subsídio atribuído.

Se o gado graúdo e autóctone de raça barrosã já não é, propriamente, utilizado como instrumento de trabalho, a vaca de raça torina, raça alógene, desempenhou, nos últimos dez anos, um “papel” importante na economia familiar com a produção do leite. O leite, além de ser um produto subsidiado, o seu escoamento é garantido pela “Agros”, que pulverizou postos de recolha, incentivando os agricultores à produção do mesmo.

Se a produção de leite já foi aliciante, a partir de 1994 e em função das novas medidas implementadas pela nova Política Agrícola Comum, a maioria dos agricultores desistiram da produção leiteira, pois não só os postos de venda foram reduzidos, afastando-se das explorações, mas também o agricultor achou mais atractivo vender as quotas de produção.

Na sequência da reforma da Política Agrícola Comum, a nova PAC preconizou, entre outras Medidas, as Medidas Agro-Ambientais que constituem um pacote de incentivos e ajudas ao Meio Rural e pretendem dar lugar à crescente valorização, por parte da opinião pública, dos assuntos ligados à poluição, ao despovoamento e manutenção de recursos e paisagens naturais.

Este novo pacote de incentivos, cuja execução em Portugal se iniciou em 1994, já tem o seu reflexo em Stª Tecla, concretamente através das Medidas “Sistemas Policulturais Tradicionais do Norte e Centro” e incluídas no grande grupo de Medidas “Extensificação e ou Manutenção de Sistemas Agrícolas Tradicionais Extensivos”. Se Stª Tecla nunca “perdeu” o sistema agrário tradicional intensivo e policultural há que o “aproveitar e melhorar” de acordo com um dos grandes objectivos da nova PAC, através de ajudas ao agricultor na manutenção de uma agricultura feita em zonas ainda não poluídas, sem tradição na utilização intensiva de adubos químicos e pesticidas, onde a erosão dos solos provocada por arroteamentos em áreas de grande extensão ainda não existe.

Para privilegiar a defesa das explorações tradicionais e o seu papel no equilíbrio do Mundo Rural, as explorações com efectivos de gado bovino e de acordo com as áreas agrícola e bravo, segundo determinados limites, são abrangidas, como já o dissemos, desde 1994 pelas Medidas Agro-Ambientais que se traduzem num subsídio directo ao rendimento da exploração.

Os outros prémios/subsídios e ajudas directas à produção, e já existentes desde o momento em que Stª Tecla foi considerada zona desfavorecida, mantêm-se: criação de gado (a criação de gado de raça autóctone, a raça maronesa e raça barrosã, auferem um prémio maior em relação às raças alógenes); a produção de leite, os cereais, o milho, o azeite, as forragens.

Este conjunto de prémios/ajudas directas à produção revestem-se de interesse particular, pois destinam-se a agricultores que trabalham na sua exploração a tempo inteiro ou a tempo parcial, mas nunca inferior a 50%, e auferem da terra mais de metade do seu rendimento<sup>177</sup>.

Stª Tecla insere-se na grande zona com aptidão vitícola, a área tradicional de vinho de Basto, o que permite aos agricultores beneficiar, também no âmbito do PEDAP e actualmente o PAMAF, das ajudas ao investimento, através da apresentação de projectos para a plantação de vinhas com alta rentabilidade.

Apenas temos conhecimento da candidatura de um projecto, que foi aprovado, para a implementação de uma vinha e cuja plantação se iniciou em 1996. Não esquecemos ainda a exploração, membro de uma exploração mais vasta, candidata e beneficiadora de um Projecto de Desenvolvimento e gerida por uma Sociedade Agrícola sediada fora do Concelho.

Conforme podemos constatar e como também nos foi confirmado por técnicos da Zona Agrária de Basto, os agricultores de Stª Tecla ainda não se sentiram sensibilizados pelas ajudas e benefícios ao investimento, no âmbito da intervenção do PEDAP/PADAF, razão pela qual não encontramos neste território as alterações que resultariam da aplicação de Projectos ao Investimento nas explorações agrícolas.

Recorde-se ainda que a instituição do PADAF pode extravasar, por vezes, as ajudas ao rendimento e ao investimento no âmbito das

177 - É um indicador com interesse na avaliação do “peso real” da agricultura na economia das famílias residentes, mas que não conseguimos obter por motivos relacionados, não só com a inexistência de publicações oficiais à escala da freguesia, como pelo tempo limitado de que dispomos na realização deste trabalho, revelar-se incompatível com o tempo que o inquérito directo exigiria.

explorações agrícolas, como o melhoramento das estruturas fundiárias, dos sistemas de drenagem e irrigação, e encorajar programas que visem o melhoramento dos caminhos rurais, a florestação, a electrificação das explorações, o povoamento florestal, o emparcelamento... e que nenhuma destas ajudas foi ainda sentida na freguesia.

Stª Tecla apresenta condições naturais muito favoráveis para poder beneficiar da aprovação e implementação de projectos no campo da florestação, não só das áreas agrícolas abandonadas e sem aptidão para a agricultura, como das áreas de bravia devastadas pelos incêndios estivais. Todavia, não temos conhecimento da existência de possíveis candidaturas à aprovação de projectos que visem o aproveitamento de um recurso autóctone, tão importante para o equilíbrio da economia das explorações familiares, como é a floresta.

### CAPÍTULO III - Stª TECLA E O SEU ENQUADRAMENTO REGIONAL

#### 1 - O PRESENTE E O FUTURO DE Stª TECLA

Stª Tecla é a herança de um passado bastante longínquo, que remonta nos seus traços gerais a períodos muito anteriores à revolução industrial e às transformações verificadas nos meios de transporte, com o aparecimento do caminho de ferro e o automóvel. Contudo, qualquer daquelas viragens, se não teve, de imediato, influência nos modos de vida em geral, marcou situações de pormenor, pelo menos a segunda, ao aproximar, em termos de tempo, nos finais do séc. XIX, a sede do Concelho e, consequentemente Stª Tecla, à cidade do Porto. Este facto facilitou, neste século, um fluxo humano em direcção ao Porto, que se intensificou ao ritmo da industrialização e crescimento do mesmo Porto.

Stª Tecla é um espaço rural por excelência que abrange o homem, o território e o povoamento, os caminhos e as formas de comunicação, modalidades de um estilo de vida em que todas são solidárias.

O espaço de Stª Tecla é, em grande parte, construído: a armação da terra em socalcos, o quebrar do declive com muros de suporte, o rasgar de valas que conduzem a água de rega e exigem, ao agricultor, um alerta constante para que as enxurradas no Inverno não destruam, em momentos, uma autêntica obra de engenharia rural.

Em Stª Tecla, a agricultura e a criação de gado faz-se ao ritmo natural da vida das plantas e dos animais, incrementadas pelo agricultor na expectativa da sobrevivência e na ânsia de corresponder ao apelo do mercado; a casa, desde a de estilo tradicional, de dois pisos, o inferior que se destina a guardar as alfaias e produtos agrícolas e ou animais e o superior para habitação humana, à casa tão típica do emigrante, salpica a paisagem reforçando-lhe a unidade; os caminhos, desde os carreiros e

estradas em terra batida até às estradas em paralelos e alcatrão, acrescentam à paisagem elementos novos, recriados pelo homem de acordo com as possibilidades que o meio lhe oferece e a “disponibilidade” que os organismos regionais e nacionais lhe favorecem.

Todavia, Stª Tecla, palco de uma agricultura com técnicas centenárias, viu e vê partir as suas gentes, o abandono progressivo dos campos cultivados, a florestação, timidamente, a ocupar espaços outrora cultivados, os pinhais a serem flagelados pelos incêndios, praticamente todos os verões, a dificuldade em se aproximar de lugares como Felgueiras, Fafe ou Porto...

Nas últimas décadas, Stª Tecla esvazia-se e distancia-se cada vez mais de regiões limítrofes como os vales do Ave ou do Sousa.

Stª Tecla, com uma única exploração agrícola aproveitada em moldes modernos, mas integrada num complexo agrário sediado noutra concelho, vê-se ainda procurada por famílias, que, residindo na área urbana do Porto, a desejam como retempero das forças perdidas numa semana árdua de trabalho ou num ano de desgaste no bulício e stress citadinos.

Apesar dos incentivos à produção agro-pecuária e do conjunto de medidas estruturais que tendem a encorajar a agricultura portuguesa, no âmbito da Política Agrícola Comum, a agricultura, em Stª Tecla, permanece incapaz de fixar a mão-de-obra jovem<sup>178</sup> e de enveredar por reestruturações que permitam a revitalização das explorações agrícolas.

Questionámo-nos sobre alterações que, por ventura, se verificassem no quadro estrutural como:

- 1 - nas vias de acesso;
- 2 - no redimensionamento da exploração e consequente utilização de técnicas modernas;
- 3 - na instrução e formação técnica da gente jovem;
- 4 - no ensino do artesanato local e cujas técnicas só os mais idosos conhecem;

<sup>178</sup> - Stª Tecla é caracterizada por um índice de fecundidade elevado, corroborado, também, pela forma da pirâmide etária de 1991 (Fig. 1).

5 - no surgimento de novas actividades associadas quer ao artesanato quer ao lazer;

6 - numa rede de comercialização dos produtos locais e, inevitavelmente, de qualidade;

contribuiriam para que as ajudas ao rendimento se tornassem, de facto, eficazes e não encaradas como “mais um subsídio” cuja utilização imediata, a maioria das vezes, se traduz no consumo de artigos perecíveis e que pouco têm a ver com o incremento do bem estar em Stª Tecla.

Em suma, interrogámo-nos sobre os processos que viabilizem uma melhor qualidade de vida, capaz de fixar a mão-de-obra jovem, sempre ansiosa por partir e atrair os adultos, que labutam longe da terra que os viu nascer, na procura de uma vida melhor.

Contudo, pensamos que qualquer solução, para Stª Tecla, passará pela renovação de um território mais vasto que são as Terras de Basto.

É também nossa opinião que, Stª Tecla e a Região em que está inserida, deveriam evoluir de acordo com a elaboração de um quadro de políticas de desenvolvimento rural ajustadas, não só às suas complexidades, de modo a evitar a sectorização das políticas agrícolas por um lado e de infraestruturas e equipamentos pelo outro, mas também segundo políticas de desenvolvimento concebidas, simultaneamente, a dois níveis: a nível das políticas de base, que atendam às fragilidades estruturais, como as políticas de transportes e comunicações, educacionais e culturais, ambientais e sanitárias... e a nível das políticas específicas, de acordo com as características positivas e negativas da freguesia.

## 2 - AS TERRAS DE BASTO

Stª Tecla pertence a um concelho “... perdido num emaranhado de vias de muita baixa qualidade, periférico em relação aos principais eixos de desenvolvimento da região...”<sup>179</sup>.

<sup>179</sup> - Plano Director Municipal de Celorico de Basto, 1993. Rede Viária e Transportes, p. 2.



A resolução do problema de isolamento do concelho de Celorico de Basto passará, inevitavelmente, por duas obras de vulto e que dependem do Plano Rodoviário Nacional: a rectificação da Estrada Nacional que liga Celorico de Basto a Felgueiras/Porto (Fig. 36); a concretização do projecto da variante, que ligará a vila de Celorico de Basto em Amarante ao IP4 (ligação de Amarante a Vila Real) e no Arco de Baúlhe ao IC5 (via já em construção e que conectará Guimarães, Fafe a Vila Pouca de Aguiar, Chaves e Fronteira).

A construção destas vias e a localização dos nós de acesso são primordiais para uma correcta estruturação nas acessibilidades do espaço municipal.

O concelho de Celorico de Basto, juntamente com os concelhos de Mondim de Basto, Cabeceiras de Basto e Ribeira de Pena, formam a Região de Basto, vulgarmente conhecida, por Terras de Basto<sup>180</sup>. A Região de Basto, através da sua associação, a Probasto, defensora do desenvolvimento sustentável e equilibrado da Região, esforça-se na apresentação e aplicação de projectos de desenvolvimento integrado, no âmbito dos Programas Europeus de Apoio às Zonas Rurais Periféricas, como entre outros, os Programas Lider I e Lider II.

Para a Probasto, um dos problemas que também mais afecta as Terras de Basto e, logicamente, o concelho de Celorico de Basto, é o isolamento. "... Esse isolamento, com raízes geográficas e culturais ainda não encontrou a necessária solução através da criação de uma rede de acessibilidade eficiente ..."<sup>181</sup>.

Um outro problema grave da Região é a emigração que, desde os anos sessenta, a ritmos diferentes, jamais se deixou de fazer sentir. Este

---

<sup>180</sup> - As Terras de Basto enquadram-se na faixa de transição entre o Noroeste Atlântico e o Nordeste Transmontano, numa área total de 811,51 Km<sup>2</sup>. A interligação das condições físicas conferem-lhe uma unidade que a permitem distinguir das regiões contíguas.

<sup>181</sup> - Associação de Desenvolvimento Rural de Basto. Candidatura Probasto. Programa de Iniciativa Comunitária. Lider II, vol. I, p.63.

fenómeno é explicado na "dificuldade que a região tem manifestado em absorver a mão-de-obra....Por outro lado este excesso de mão-de-obra tem gerado um acréscimo de modelos marginais de ocupação, sem o enquadramento e os ajustamentos necessários. Está neste caso o aumento verificado nas pequenas oficinas têxteis que funcionando em sub-contratação para as firmas das regiões limítrofes, designadamente do vale do Ave, ocupam a mão-de-obra infantil e feminina amplamente disponível..."<sup>182</sup>.

Como se torna óbvio, nas Terras de Basto, é a agricultura tradicional, a pequena exploração com nível tecnológico elementar e com mão de obra envelhecida que predominam.

Com uma nova política agrícola, a nível nacional, desencadeada com a adesão do País à Comunidade Europeia, a Região de Basto corresponde à Zona Agrária de Basto, uma das onze zonas agrárias que constituem a Região da Agricultura de Entre o Douro e Minho (EDM)<sup>183</sup>.

Levantam-se-nos um conjunto de questões sobre o modo como as Terras de Basto estão a usufruir das Ajudas e Compensações emanadas dos diversos programas de Apoio Comunitário à Agricultura de Entre o Douro e Minho.

Apesar do País Agrícola e, conseqüentemente as Terras de Basto, se encontrarem em plena fase de estruturação e adaptação aos desafios impostos pelas características da agricultura europeia, parece-nos que esta temática, embora de importância fundamental no modo de estar de Portugal na Europa, não corresponde a um dos objectivos principais que nos propusemos atingir com este nosso trabalho. Por isso, limitámo-nos a traçar um quadro genérico, mas elucidativo, segundo o nosso entender, sobre a

---

<sup>182</sup> - Associação de Desenvolvimento Rural de Basto. Candidatura Probasto. Programa de Iniciativa Comunitária. Lider II, vol. I, p.64.

<sup>183</sup> - A Região de Agricultura de Entre o Douro e Minho (EDM) é formada pelas seguintes zonas agrárias: Vale do Minho, Vale do Lima, Baixo Cávado, Vale do Ave, Terras da Maia, Grande Porto, Vale do Sousa, Riba Douro, Basto, Arouca.

forma como os problemas das Terras de Basto e logicamente do concelho de Celorico de Basto, estão a ser encarados nesta fase, tão decisiva, na integração de Portugal no Mercado Único Europeu.

Para isso, esforçamo-nos por posicionar a Zona Agrária de Basto, na Região da Agricultura Entre o Douro e Minho (EDM) segundo indicadores que visam, quer o investimento a nível estrutural, quer o investimento a nível das explorações agrícolas.

Sem pretendermos estabelecer comparações, pois para tal seriam necessários outros indicadores, como por exemplo o efectivo populacional por cada zona agrária, limitámo-nos a mostrar o valor percentual que a Região de Basto "absorveu" em relação a Programas cujas ajudas nos parecem determinantes no desenvolvimento tão ansiado pelas populações locais.

Se pensarmos no volume de projectos aprovados, a nível de infraestruturas, para Basto em relação à EDM, no intervalo de tempo de 1986 a 1993, a observação do Quadro 33 permite-nos a leitura:

**Quadro Nº 33 - Projectos Aprovados  
Zona Agrária de Basto (1986 a 1993)**

Programas	Projectos	
	Nº	% ao total EDM
<b>Ação Florestal</b>	35	18,8
<b>Beneficiação de Regadios Trad.</b>	39	8
<b>Pequenos regadios individuais</b>	5	2
<b>Caminhos Agrícolas e Rurais</b>	59	12
<b>Electrificação de Explorações</b>	6	3
<b>Olivicultura</b>	41	28

Fonte: IFADAP

GEAT (Gabinete de Estudos e Apoio Técnico).  
AEP (Área de Estudos e Prospectiva).  
Zona Agrária de Basto, 1996.

Se um dos problemas graves da Região é a deficiente rede viária, beneficiou com 59 projectos aprovados no programa "Caminhos Agrícolas e Rurais", 12%, no todo da EDM.

Região com extenso perímetro florestal, com floresta desorganizada, com áreas atingidas pelos incêndios estivais a dominarem a paisagem, foi abrangida com 18,8% no programa de apoio à acção florestal.

Terras de Basto, com o predomínio de explorações tradicionais e deficitárias, foi abrangida com 3% dos projectos no programa para projectos à electrificação das explorações.

Na olivicultura, as Terras de Basto, beneficiaram de 28% no total de projectos aprovados, para esta cultura, no conjunto da EDM.

A zona Agrária de Basto, Terras de Basto, em relação à Região da Agricultura de Entre o Douro e Minho (EDM) usufruiria de um apoio reduzido, a nível das infraestruturas e para o intervalo de tempo de 1986 a 1993, em relação à Região Agrícola em que se encontra inserida.

Um outro indicador que também nos parece com interesse para o posicionamento das Terras de Basto na EDM e, ainda no âmbito do Apoio ao Investimento, traduz-se nas áreas estimadas com plantações, no intervalo de tempo de 1987 a 1993 (Quadro 34).

**Quadro Nº 34 - Áreas Estimadas com Plantações (Set./1987 a 1993)  
Zona Agrária de Basto**

Espécies	Área Ocupada	
	Ha	% ao total EDM
<b>Vinha</b>	11	6,9
<b>Pomóideas</b>	10	5,4
<b>Prunóideas</b>	1	0,3
<b>Frutos Secos</b>	13	7,5
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>6,2</b>

Fonte: IFADAP

GEAT (Gabinete de Estudos e Apoio Técnico).  
AEP (Área de Estudos e Prospectiva).  
Zona Agrária de Basto, 1996.

Apesar da qualidade incontestável do seu vinho verde, as Terras de Basto vêm uns 11 ha de área estimada para plantação de vinhas e a ocupar uma posição, na EDM, de 6,9% do total da área destinada à implantação das mesmas.

As Terras de Basto são conhecidas, a nível nacional, pela qualidade do seu vinho verde, como diz Orlando Ribeiro "...A terra de Basto (...). A pequena unidade pertence ao Minho, pela policultura do milho em alternância com prado de Inverno e pelas uveiras que dão um vinho verde afamado de que se fez uma apelação regional..."<sup>184</sup>.

Salientamos a posição cimeira dos Frutos Secos, cultura com pouca tradição na Região, apesar de corresponder a 7,5% na área ocupada pelos frutos secos na EDM.

Finalizaremos a nossa reflexão sobre a posição de Basto, na Região da Agricultura de Entre Douro e Minho em relação aos Apoios provenientes dos Fundos Estruturais no Sector Agrícola, com uma breve referência à natureza e volume dos investimentos efectuados no intervalo de tempo de Set/1987 a 1993 (Quadro 35).

**Quadro Nº 35 - Natureza dos Investimentos Aprovados  
Zona Agrária de Basto (Set./1987 a 1993)**

Natureza dos investimentos	Investimentos	% ao total
	(contos)	EDM
Melhoramentos Fundiários	81 475	3,6
Construções Agrícolas	326 055	3,4
Plantações	209 193	4,6
Animais Reprodutores	158 814	6,1
Máquinas e Equipamentos	10 875	3,8
Outros	65 584	4,6
<b>Total</b>	<b>1 351 996</b>	<b>4</b>

Fonte: IFADAP.

GEAT, Gabinete de Estudos e Apoio Técnico.

AEP, Área de Estudos e Prospectiva.

Zona Agrária de Basto, 1996.

<sup>184</sup> - Ribeiro, Orlando, *Opúsculos Geográficos, VI vol.*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 263.

Do total de investimentos efectuados na EDM, 4% incidiram nas Terras de Basto num período de seis anos.

Salientamos o investimento nas construções agrícolas, programa que concedeu, em valores absolutos, o maior investimento para Basto, mas que ocupa a posição mais modesta em relação à EDM.

Foi o investimento nos animais reprodutores que, na Zona Agrária de Basto, correspondeu à maior percentagem, 6,1% da EDM.

Após um traçado muitíssimo breve, mas elucidativo, em nosso entender, sobre o volume de apoio no campo estrutural às Terras de Basto<sup>185</sup>, debruçemo-nos, agora, sobre as Ajudas ao Rendimento do Agricultor de Celorico de Basto, em comparação com as ajudas ao rendimento do agricultor da Zona Agrária em que está inserido.

Começemos pelo benefício fiscal ao gasóleo. Permitimo-nos tecer algumas considerações sobre os destinatários deste benefício, baseados na vivência pessoal que possuímos do facto.

A grande maioria das explorações agrícolas encontram-se suficientemente descapitalizadas para que os agricultores se possam equipar com máquinas agrícolas. É o "tractorista" de profissão que o agricultor "chama" para as lavras, as carradas e outros trabalhos, ao qual paga em função do número de horas que a máquina realizou. Honorários caros, apesar dos "tractoristas" usufruírem do benefício do gasóleo agrícola adquirido em proporção à área cultivada.

Contudo, o Quadro 36 permite-nos uma leitura optimista. Existe uma tendência positiva no quantitativo de beneficiários do gasóleo verde e o concelho de Celorico de Basto ocupa uma posição a assinalar nas Terras de Basto, pois nos quatro anos em observação, mais de 38% dos beneficiários do gasóleo verde residem no Concelho onde se insere St<sup>o</sup> Tecla.

<sup>185</sup> - Não conseguimos, pois o tempo de que dispomos para este tipo de trabalho é muito limitado, obter indicadores à escala concelhia sobre a aplicação dos Fundos Estruturais.

**Quadro Nº 36 - Benefício Fiscal ao Gasóleo Agrícola  
(1989 a 1992)**

Anos	Beneficiários		
	Celorico		Zona Agrária
	Nº	%	Nº
<b>1989</b>	374	37,5	995
<b>1990</b>	436	38,6	1 129
<b>1991</b>	516	41,9	1 232
<b>1992</b>	519	42,7	1 216

Fonte: DGA, Divisão de Garantia Agrícola; Direcção de Serviços de Fiscalização e Controlo de Qualidade. Braga, 1996.

Um outro indicador que, também em nosso entender, nos ajuda a posicionar o agricultor de Celorico de Basto, nas Terras de Basto, traduz-se nas Indemnizações Compensatórias, como o subsídio para a produção de milho, carne, leite.... Contudo, o aspecto com maior interesse, também segundo a nossa opinião, é tratar-se de um indicador que nos permite avaliar da importância da actividade agrícola nas famílias residentes. O Programa que abrange este conjunto de Medidas, as Ajudas/Indemnizações Compensatórias, destina-se aos agricultores que auferem mais de metade do seu rendimento na agricultura e ocupam também mais de metade do seu tempo no trabalho da terra, isto é, estas Medidas incidem nos agricultores que exerçam a sua actividade agrícola não só a tempo inteiro como a tempo parcial, mas num valor percentual sempre superior a 50% (Quadro 37).

Os Apoios ao Rendimento, traduzidos na produção em função de determinadas áreas de cultivo, apresentam uma tendência gradual de descida. Contudo, os agricultores do concelho da freguesia de Stª Tecla ocupam uma posição "confortável" na sua Zona Agrária.

Evidenciamos o ano de 1993, ano em que o concelho teve o menor "peso" percentual. Este facto não foi motivado pela existência do menor

**Quadro Nº 37 - Indemnizações Compensatórias  
1990 a 1995**

Anos	Agricultores Beneficiados		
	Celorico		Zona Agrária
	Nº	%	Nº
<b>1990</b>	1 567	41,9	3 738
<b>1991</b>	1 470	41,7	3 523
<b>1992</b>	1 324	41,2	3 208
<b>1993</b>	1 231	34,8	3 537
<b>1994</b>	1 143	39	2 928
<b>1995</b>	1 074	38,2	2 806

Fonte: DGA, Divisão de Garantia Agrícola; Direcção de Serviços de Fiscalização e Controlo de Qualidade Braga, 1996.

número absoluto de beneficiários no concelho, mas sim por se ter registado o maior número de beneficiários na Zona Agrária de Basto.

Se, no período em observação, os agricultores abrangidos no Concelho são sempre superiores ao milhar, verifica-se, anualmente, uma tendência gradual negativa. Esta constatação leva-nos a questionar se este decréscimo se relaciona com a diminuição efectiva dos agricultores que praticam agricultura a tempo total ou parcial, mas superior a 50%, ou por uma maior exigência na Fiscalização destas Ajudas.

Uma outra Medida que também nos parece relevante no posicionamento não só do Concelho em relação a Basto, como na importância do gado autóctone na economia do agricultor, traduz-se nos benefícios à manutenção das vacas aleitantes, pois abrangem apenas as vacas de raça autóctone, a maroneza ou barrosã e que se encontrem a amamentar os vitelos.

A leitura do Quadro 38 permite-nos distinguir dois sub-períodos nítidos: 1991 a 1993 e 1994 a 1995. Poderíamos dizer que um efectivo

Quadro Nº 38 - Prémio à Manutenção de Efectivo de Vacas Aleitantes (1991 a 1995)

Anos	Candidaturas			Vacas Aleitantes		
	Celorico de Basto		Zona Agrária	Celorico de Basto		Zona Agrária
	Nº	%	Nº	Nº	%	Nº
1991	547	25,4	2 156	1 081	19,5	5 547
1992	601	27,8	2 160	1 208	23	5 340
1993	413	26,5	1 561	803	21	3 794
1994	0	0	1 176	0	0	3 063
1995	2	1,3	1 551	3	1	3 885

Fonte: Divisão de Garantia Agrícola (DRAEDM).  
Direcção de Serviços de Fiscalização e Controlo de Qualidade, Braga 1996.

assinalável existiria de 1991 a 1993 e uma quebra nítida se verificou em 1994 e 1995. É nossa opinião que os valores do sub-período de 1991 a 1993 conduzir-nos-ão a uma interpretação falseada da realidade, pois é a partir de 1993 que os Serviços Técnicos iniciaram as vistorias que tiveram, em grande parte, como corolário os resultados de 1994 e 1995 que, segundo opiniões por nós casualmente ouvidas mas não contabilizadas, estarão sensivelmente de acordo com o efectivo das vacas autóctones aleitantes.

Para os primeiros cinco anos da década de noventa teve incremento significativo a criação de vacas torinas, com o objectivo único da produção de leite, em detrimento das raças autóctones, gado bovino tradicionalmente criado com a função principal de ser o instrumento básico nos trabalhos agrícolas.

Se, até aos anos sessenta e setenta, a criação de gado bovino de raça barrosã e ou maronesa era a criação de gado tradicional e quase única no concelho, a criação de gado de pastagens magras nunca foi prática muito frequente pelos agricultores de Celorico de Basto. Com um Programa que engloba um conjunto de Medidas de apoio à criação de gado miúdo, a situação altera-se no início desta década (Quadro 39).

Quadro Nº 39 - Prémio aos Produtores de Carne de Ovino e Caprino (1988 a 1992)

Anos	Produtores Beneficiados		Ovinos pagos				Caprinos pagos		
	Celorico		Zona Agrária	Celorico		Zona Agrária	Celorico		Zona Agrária
	Nº	%	Nº	Nº	%	Nº	Nº	%	Nº
1988	53	26,9	197	546	25	2 180	537	43,4	1 238
1990	56	22,6	248	676	24,9	2 714	593	5,8	10 187
1991	56	22,6	248	676	24,5	2 764	604	5,8	10 455
1992	62	18,5	336	888	22,2	3 994	519	4,1	12 839

Fonte: Divisão de Garantia Agrícola (DRAEDM); Direcção de Serviços de Fiscalização e Controlo de Qualidade  
Braga, 1996

Não só os produtores de gado ovino e caprino registaram um ligeiro aumento, assim como os ovinos pagos/subsidiados aumentaram, e o quantitativo de caprinos pagos/subsidiados, embora com oscilações anuais, tende a manter-se.

A descida percentual muito significativa nos caprinos em relação à Região é explicada pelo forte aumento de caprinos nos concelhos de Ribeira de Pena e Mondim de Basto, com particular incidência neste último concelho, concelho já muito inserido na Serra do Marão.

Os benefícios directamente dirigidos ao agricultor não se limitam aos Prémios/Ajudas ao rendimento, mas também englobam um conjunto de Programas e Medidas que incentivam o investimento nas explorações agrícolas, de acordo com os projectos de beneficiação e desenvolvimento, apresentados pelos respectivos agricultores.

Começamos por apresentar um quadro que nos elucida sobre o volume de candidaturas com projectos para investimento apresentadas pelos agricultores dos quatro concelhos que constituem a Zona Agrária de Basto, as Terras de Basto, para o intervalo de tempo de 1986 a 1994. Subdividimos este período em três sub-períodos, pois pensamos tornar-se mais fácil a leitura da evolução do entusiasmo demonstrado pelas agricultores das Terras de Basto, na importância e na pertinência deste tipo de Programas no desenvolvimento da sua exploração agrícola (Quadro 40).

Estabelecemos o sub-período de 1986 a 1988 devido ao facto de não termos encontrado, a partir de 1889 e para qualquer concelho, agricultores a desistirem dos seus projectos já aprovados.

Quadro Nº 40 - Candidaturas de Projectos para Investimento nas Explorações Agrícolas - Zona Agrária de Basto (1986 a 1994)

Concelhos	Candidaturas de Projectos ao Investimento Individual							
	Sub-Período de 1986 a 1988							
	Aprovadas		Desistências		Recusadas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cabeceiras	18	32,1	7	12,5	31	55,3	56	40,9
Celorico	12	34,2	2	5,7	21	60	35	25,6
Mondim	4	50	...	...	4	50	8	5,8
Ribeira de Pena	10	26,3	12	31,5	16	42,1	38	27,7
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>32,1</b>	<b>21</b>	<b>15,3</b>	<b>72</b>	<b>52,6</b>	<b>137</b>	<b>100</b>
Sub-Período de 1989 a 1991								
Cabeceiras	16	76,1	0	0	5	23,8	21	19,1
Celorico	34	64,1	0	0	19	38,9	53	48,2
Mondim	20	90,9	0	0	2	9,1	22	20
Ribeira de Pena	10	71,4	0	0	4	28,6	14	12,7
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>72,7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>27,3</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
Sub-Período de 1992 a 1994								
Cabeceiras	...	...	...	...	...	...	49	30,6
Celorico	...	...	...	...	...	...	46	28,8
Mondim	...	...	...	...	...	...	29	18,1
Ribeira de Pena	...	...	...	...	...	...	36	22,5
<b>Total</b>							<b>160</b>	<b>100</b>

Fonte: IFADAP. Direcção Regional da Agricultura de Entre o Douro e Minho. Zona Agrária de Basto, 1997.

O sub-período de 1992 a 1994 foi considerado em função de corresponder ao intervalo de tempo que maior número de candidaturas se registaram nas Terras de Basto, mas também porque, sobre o qual não possuímos o volume de candidaturas aprovadas e rejeitadas.

Para o intervalo de tempo de oito anos, genericamente o número de candidaturas registou uma tendência positiva em relação a qualquer concelho das Terras de Basto.

Se nos sub-períodos de 1986 a 1988 e de 1989 a 1991 se registou uma descida muito significativa no volume de projectos rejeitados, poderemos formular uma hipótese, não só académica como baseada na informação oral, mas não quantificada, pelas Entidades Técnicas da Zona Agrária de Basto, que a tendência negativa no volume de projectos reprovados se acentuou no sub-período de 1994 a 1995.

Salientamos, com o maior número de candidaturas, os concelhos de Cabeceiras e Ribeira de Pena, no sub-período de 1986 a 1988, e Celorico e Mondim de Basto, no sub-período de 1989 a 1991.

O sub-período de 1992 a 1994 corresponde ao sub-período com o "maior equilíbrio" na posição dos quatro concelhos e entre si, no respeitante à motivação dos agricultores no usufruto de Programas que beneficiam o Investimento nas suas explorações.

Após uma leitura rápida sobre o grau de interesse demonstrado pelos agricultores dos diferentes concelhos das Terras de Basto, na execução de projectos para desenvolvimento das suas explorações agrícolas, debruçemo-nos, concretamente, nos agricultores do Concelho de Celorico de Basto (Quadros 41 e 42).

Começámos por distinguir as Sociedades Agrícolas das Explorações Familiares e, nestas, as diferentes formas de exploração, para o intervalo de tempo de 1986 a 1991<sup>186</sup> (Quadro 41).

<sup>186</sup> - Não conseguimos informações para o sub-período de 1992 a 1994 que nos permitisse comentar o indicador Explorações Familiares e Sociedades Agrícolas.

Quadro Nº 41- Explorações Agrícolas com Projectos de Investimento (1986 a 1991)  
Concelho de Celorico de Basto

Sub-Períodos	As Explorações Agrícolas				
	Explorações Individuais			Sociedades Agrícolas, sede	
	Conta Própria	Arrendamento	C. Próp. e Arren.	No Concelho	Fora do Conc.
1986-1988	4	7	1	...	...
1989-1991	15	8	2	4	2

Fonte: IFADAP. Direcção Regional da Agricultura Entre Douro e Minho. Zona Agrária de Basto, 1997.

Para o intervalo de tempo de 1989 a 1991, seis Sociedades Agrícolas conseguiram a aprovação de Projectos de Investimento. Duas sediadas fora do Concelho e quatro são parte integrante deste mesmo Concelho, não se encontrando, qualquer uma delas, com áreas de exploração em St<sup>a</sup> Tecla.

Estas quatro Sociedades correspondem a propriedades rústicas pertencentes a quatro famílias bem conhecidas no Concelho pela sua posição social e que, sob a forma de exploração directa, pretendem não só cultivar a vinha como produzir um vinho de qualidade, que colocarão no mercado com uma marca legalmente certificada. A título de curiosidade anotamos que numa destas Sociedades está incluída a Escola Profissional Agrícola de Fermil de Basto.

Nas explorações que designamos por individuais/familiares evidenciamos, no sub-período de 1989 a 1991, as explorações por conta própria (15).

Assinalámos ainda as explorações que englobam terrenos arrendados e também terrenos pertencentes ao agricultor.

Para o sub-período de 1992 a 1994, nas Candidaturas aos Projectos de Investimento, predominam as explorações arrendadas (Quadro 42).

Evidenciamos não só as explorações que englobam terrenos arrendados (21), como aquelas que incluem terrenos arrendados e propriedade do agricultor (14). O agricultor, ao proceder ao arrendamento de terrenos que anexa, não só aos próprios como pertencentes a vários proprietários, resolve o problema do redimensionamento da exploração, levando os Técnicos dos Serviços Agrários a pronunciarem-se sobre o aparecimento "normal e natural" do Emparcelamento que tende a aumentar no Concelho e nas Terras de Basto.

Quadro Nº 42 - Formas de Exploração Agrícola e os Projectos de Investimento  
Concelho de Celorico de Basto (1992 a 1994)

Sub-Período	Formas de Exploração		
	Conta Própria	Arrendamento	Conta Próp. e Arrend.
1992 a 1994	11	21	14

Fonte: IFADAP. Direcção Regional da Agricultura Entre Douro e Minho. Zona Agrária de Basto, 1997.

Após uma visão global das formas de exploração, interessou-nos conhecer o tipo de produções preferenciais dos agricultores.

Como, para o sub-período de 1992 a 1994, o conhecimento que conseguimos incide nas candidaturas de Projectos, elaborámos dois quadros: o Quadro 43, com a indicação das explorações com projectos aprovados e nos sub-períodos de 1986 a 1988 e 1989 a 1991; o Quadro 44 com a referência das candidaturas de Projectos de Investimento para o sub-período de 1993 a 1994. Independentemente do efectivo de explorações com Projectos aprovados, parece-nos não existir margens de erro significativas na tendência revelada na opção das culturas por parte dos agricultores.

Nos Projectos apresentados o agricultor distingue a cultura principal e a cultura secundária. Projectos existem e são vários, que se vocacionam para uma só cultura, normalmente a vinha.

Passemos a uma leitura dos Quadros 43 e 44.

É a partir de de 1989 que se evidenciam as explorações vocacionadas para a cultura da vinha. Produzir leite e carne de gado bovino sempre entusiasmou os agricultores, no intervalo de tempo em observação. Ainda referimos que, quando a exploração associa duas culturas, é a associação forragens (para a engorda de gado e a produção de leite) com a cultura da vinha, a mais frequente. Por este facto se justifica que sejam as forragens e a vinha as culturas predominantes, quer sejam a cultura principal quer a cultura secundária.

Evidenciamos dois projectos para o desenvolvimento de Agro-Turismo e não podemos deixar de assinalar uma actividade tradicional, alvo de um Projecto de Desenvolvimento, a produção do mel, produto bem conhecido, desde longa data, pela sua qualidade.

Quadro Nº 43 - As Explorações Segundo as Produção/Criação (1986-1991)  
Concelho de Celorico de Basto

Sub-Períodos	A Produção/Criação Principais											
	Vinho	Carne	Leite	F. secos	Mel	Hortic.	Floríc.	Ovin.	Capri.	Turis.	Kiwi	Milho
1986-1988	1	5	1	...	1	...	1	2	1	...	...	...
1989-1991	13	8	6	2	1	1	3	...	...	...	...	...
A Produção/Criação Secundárias												
1986-1988	3	1	...	2	...	...	...	...	...	1	...	...
1989-1991	2	4	...	2	...	1	...	...	...	1	1	2

Fonte: IFADAP. Direcção Regional da Agricultura Entre Douro e Minho. Zona Agrária de Basto, 1997.

Quadro Nº 44 - As Explorações Candidatas Segundo as Produção/Criação (1992-1994)

As Produção/Criação Principais															
Vinho	Carne	Leite	F. Secos	Mel	Hort.	Flor.	Ovin.	Capri	Turis.	Kiwi	Milho	Suín	P. Med	Bat	Frut.
19	10	6	1	2	...	3	...	1	2	1	...	1	...	...	...
As Produção/Criação Secundárias															
6	8	1	2	...	2	1	1	...	1	...	2	...	2	1	1

Fonte: IFADAP. Direcção Regional da Agricultura entre Douro e Minho. Zona Agrária de Basto, 1997.

Apesar de não estar enraizada na população a cultura das flores começa a surgir o interesse da "nova" cultura no Concelho.

O mesmo diremos em relação à produção de frutos secos. Cultura tradicional e esporádica no concelho, caracterizada pela noqueira ou o castanheiro, dispersos nas orlas dos campos, o agricultor revela interesse na sua monocultura.

Ainda evidenciámos para 1997 a incrementação de três projectos, ainda não incluídos nos indicadores estatísticos que estamos a apresentar.

Em Stª Tecla, a implementação de uma vinha iniciada em 1996; no concelho, a existência de duas explorações que desenvolvem a cultura de hortícolas no âmbito da agricultura biológica.

Preocupámo-nos, ainda, em classificar as explorações alvo de um Projecto de Investimento incentivado pelo PAMAF, não só segundo a produção principal como a respectiva dimensão (Quadro 45).

Quadro Nº 45 - A Dimensão da Exploração a a Produção Principal  
Concelho de Celorico de Basto (1987 a 1994)

Classes de Áreas (ha)	Vinho	Carne	Leite	F. Secos	Mel	Hort.	Flor.	Kiwi	Ovin.	Cap.	Suín.	Tur.
	1986 a 1998											
< 0,5	1	...	1	...	1	...	1	...	...	...	...	...
0,5 a 1	...	3	...	...	...	...	...	...	1	...	...	...
1a 2	...	2	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
2a 3	...	...	...	...	...	...	...	...	1	...	...	...
3a 4	...	...	...	...	...	...	...	...	...	1	...	...
1989 a 1991												
< 0,5	4	...	...	...	1	...	...	...	...	...	...	...
0,5 a 1	2	2	2	2	...	1	3	...	...	...	...	...
1a 2	3	2	2	...	...	...	...	...	...	...	...	...
2a 3	3	4	2	...	...	...	...	...	...	...	...	...
3a 4	1	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1992 a 1994												
< 0,5	4	...	...	...	2	...	2	...	...	...	...	...
0,5 a 1	5	5	5	1	...	...	1	1	...	...	...	1
1a 2	7	5	...	...	...	...	...	...	...	...	...	1
2a 3	3	...	1	...	...	...	...	...	1	1	...	...
3a 4	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

Fonte: IFADAP. Direcção Regional da Agricultura de Entre Douro e Minho. Zona Agrária de Basto, 1997.



Existem explorações, com uma área inferior a 0,5 ha, detentoras de um Projecto de Investimento e produtoras de vinho, leite, mel e flores.

Contudo, as explorações produtoras de leite, carne e vinho, têm uma área entre o 0,5 e 3 ha.

Produtora de vinho existe uma exploração com uma área entre os 3 e 4 ha.

Também uma exploração com uma área entre os 3 e 4 ha está vocacionada para a criação de caprinos.

Apesar dos esforços no redimensionamento da exploração, com o recurso ao arrendamento, parece-nos que um dos problemas bem evidentes na agricultura do Concelho e Terras de Basto assenta no parcelamento da exploração, mesmo naquelas que estão a ser alvo de projectos de desenvolvimento. São problemas com raízes seculares, como o demonstrámos ao estudar a estrutura fundiária de St<sup>a</sup> Tecla nos séc. XVII - XVIII e Actualidade.

Ao finalizarmos estas observações que não se podem dar por concluídas, pensamos que St<sup>a</sup> Tecla é uma Boa Amostra da realidade fundiária, não só concelhia como das Terras de Basto, para um intervalo de tempo nunca inferior a três séculos.

Qualquer que seja a leitura dos indicadores por nós fornecidos parece-nos poder inferir, que o concelho e, logicamente as Terras de Basto, ainda não encontraram "o caminho" que lhes permitirá sobreviver e concorrer com os seus produtos que terão de se impor no mercado pela sua qualidade e genuidade, oficialmente certificada.

Não nos podemos esquecer que a Região se depara ainda com todos os problemas, que são graves, na comercialização dos produtos, por falta da articulação da produção e comercialização, pela inexistência das redes de comercialização e promoção, para as quais são fundamentais as redes viárias.

É importante assinalar a Cooperativa Agrícola de Basto, com sede no Concelho de Celorico de Basto, a antiga Adega Cooperativa, que mesmo após ter "absorvido" o Antigo Grémio da Lavoura, os seus reflexos nunca

foram significativos na comercialização de produtos, primeiro no escoamento do vinho verde dos seus sócios e, actualmente, também, com todo o sector de vendas dos factores de produção agrícola.

Aqueles agricultores que nos inícios dos anos noventa se lançaram "na batalha" da remodelação das suas explorações agrícolas depararam-se hoje, a maioria, com o problema da dívida bancária, com o problema do escoamento dos seus produtos, em suma, com os problemas de uma agricultura que quer ser competitiva pela qualidade e pela genuidade mas que, para isso, lhes faltam as redes, as comerciais e as viárias, capazes de lhes permitir a acessibilidade aos mercados dos consumidores que optam pela garantia da qualidade dos produtos em detrimento da produção agrícola "standardizada" e, por tal, já considerada por técnicos agrários, como "a clássica".

Aos problemas das explorações que se esforçam na renovação da sua produção, acrescentemos os problemas, que também não são menos graves, das explorações, a grande maioria, que praticam a agricultura com técnicas centenárias, geridas por agricultores com níveis etários avançados...

Uma indústria associada à utilização da matéria prima local, apenas existem as serrações de madeira. Mal distribuídas no território de Basto, só após uma reestruturação, feita de acordo com as características e condicionalismos locais, estariam em condições de potencializar os recursos naturais e humanos e se reflectirem na qualidade de vida da Região.

Indústrias associadas à produção agro-pecuária seriam bem recebidas e relançariam um dinamismo novo na Região.

Também não podemos esquecer que o Sector Terciário na Região restringe-se ao Sector Público, Central ou Local e a algumas filiais bancárias.

As Terras de Basto debatem-se com falta de estruturas à infância e à terceira idade, à cultura e ao lazer.

A Região ainda se debate com taxas de analfabetismo que, embora em decréscimo, dificulta a introdução de novos modelos e soluções técnicas.

Nas Terras de Basto existe, desde o início dos anos setenta uma Escola da Agricultura, actualmente Escola Técnico-Profissional, com cursos

nas Áreas Florestal, Agrícola e Turismo, mas com muito poucos reflexos na população jovem local, que continua a incluir o grande grupo de mão de obra indiferenciada.

Se as dificuldades são grandes, a região de Basto é detentora de potencialidades que escapam às grandes áreas industrializadas e fortemente urbanizadas.

Apesar dos problemas serem graves e numerosos, não podemos deixar de acreditar nas potencialidades da Região, na qualidade dos produtos locais, os agrícolas<sup>187</sup> e os artesanais que, juntamente com o património cultural, a nível do património construído, ambiental ou etnográfico, constituem um conjunto de produtos que Basto tem para oferecer, após o conjunto das dificuldades que a capacidade do seu capital humano terá que ultrapassar.

Independentemente de todas as dificuldades, as forças vivas da Região mostram-se confiantes: "...Sem problemas graves de poluição, Basto apresenta-se como um pequeno paraíso com intervenção humana, ao nível da sua paisagem e ambiente, e pode ser considerado como um verdadeiro pulmão do Norte ....A proximidade da Área de Intervenção do Plano com a Área Metropolitana do Porto e a acessibilidade definida para a região, permitem acreditar que Basto se poderá constituir, a breve trecho, numa zona preferencial de lazer das populações daquela área. ...",<sup>188</sup>

A aplicação de estratégias na solução dos problemas que afectam uma Área Periférica, como são as Terras de Basto, dependerá da energia e dinamismo das Autarquias Locais, apesar da resolução de muitos desses mesmos problemas passar, inevitavelmente, pela decisão do Poder Central, como a construção da rede viária que ligará a Região ao exterior, a rede de Saúde...

<sup>187</sup> - Insistimos na qualidade do vinho da meia encosta, o vinho de Basto, marca registada há longínquos anos, que se destaca dos restantes vinhos verdes, pelo aroma, sabor e álcool.

<sup>188</sup> - Associação de Desenvolvimento Rural de Basto. Candidatura Probasto. Programa de Iniciativa Comunitária. Leader II, vol. I, p.66.

### 3 - REFLEXOS DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM NO TERRITÓRIO EM ESTUDO

Como já constatámos, verifica-se uma certa coincidência nos problemas estruturais que atingem quer St<sup>a</sup> Tecla quer as Terras de Basto: questões agrícolas, envelhecimento demográfico e êxodo da população, estrangulamento nas comunicações.

Terras de Basto são bem o exemplo de um território periférico, na busca de novas oportunidades, susceptíveis de atenuar o desequilíbrio em relação aos centros urbanos do litoral e para os quais flui a sua mão-de-obra jovem e preparada, no mínimo, com o Ensino Básico obrigatório e universal.

Não esqueceremos que as propostas elaboradas pelos órgãos autárquicos para a ocupação do território são, naturalmente, subsidiárias de condicionantes das políticas estabelecidas a escalas superiores à concelhia e que influem na ocupação e estruturação do espaço municipal, como o estabelecimento das Reservas Agrícola e Ecológica, o Plano Rodoviário Nacional e as Intervenções das Empresas Públicas.

Contudo, e apesar da influência destes três tipos de intervenção da Administração Central, no processo do ordenamento físico dos territórios concelhios, referiremos, no âmbito da nova Política Agrícola Comum, que a instituição do PAMAF pode e deve contemplar algumas soluções possíveis e que, em nossa opinião, poderão "renovar" não só St<sup>a</sup> Tecla como o concelho e a região em que se insere, de acordo com as necessidades e tendências das sociedades actuais.

Parece-nos ser opinião unânime nos dirigentes e responsáveis pelo desenvolvimento da Região, que as Terras de Basto e, logicamente St<sup>a</sup> Tecla, deverão enveredar pelo que é considerado o mais plausível, isto é, valorizar princípios de equidade social e de desenvolvimento sustentado.

Opinião que também partilhamos e, para a concretização da qual, defendermos uma certa diversidade de actividades, como o estímulo da iniciativa local na actuação, sobretudo ao nível dos sistemas de ensino e formação e na perservação do ambiente natural, cultural e paisagístico. Ao encontro deste último grupo de objectivos surge a nova Política Agrícola

Europeia, ao apresentar um conjunto de medidas que visam a manutenção de sistemas agrícolas tradicionais, como os sistemas policulturais, sistemas seculares em St<sup>a</sup> Tecla, como o demonstrámos neste trabalho.

Sem esquecermos as Terras de Basto, as nossas reflexões serão feitas na base do conhecimento que conseguimos para St<sup>a</sup> Tecla nos últimos três séculos, tendo sempre presente que pretendemos um desenvolvimento harmonioso, promotor de qualidade de vida, para a região em que a freguesia se insere.

Assim, além do solo arável, que constitui o plaino aluvial e incluído na Reserva Agrícola Nacional, St<sup>a</sup> Tecla está classificada, "zona de meia encosta" favorável à cultura da vinha, pela produção do vinho verde de óptima qualidade. Parece-nos justo incentivar as famílias, independentemente da forma de exploração, no amanho das suas terras com aptidão agrícola, desenvolvendo uma policultura ordenada na paisagem, que preserve os solos, as espécies autóctones, o equilíbrio na adubação e tratamentos profilácticos...., de modo a garantir produtos variados que, por terem sido produzidos de forma sadia e em ambientes saudios, se imponham, pela qualidade sanitária, nos mercados nacionais e da União Europeia.

Os solos de menor aptidão agrícola e com boa exposição geográfica, teriam uma boa rentabilidade, com o povoamento de espécies florestais produtoras de madeiras nobres, nomeadamente, o castanheiro, a nogueira, o carvalho, autóctone e o americano, e a cerejeira. Nos solos menos espessos e de maiores altitudes, os pinhais, devidamente ordenados, seriam uma boa solução na ocupação da terras abandonadas ou deficitariamente cultivadas.

Nos pinhais que actualmente são alvo, praticamente todos os verões, de incêndios, dever-se-ia proceder à sua reestruturação. Uma rede viária<sup>189</sup>, previamente estudada, deveria ser traçada para facilitar o acesso das

<sup>189</sup> - Nos últimos anos já se traçaram vias nas matas a permitir o acesso de viaturas, mas em nossa opinião, o traçado é deficiente e não corresponde, ainda, às exigências locais. Contudo, temos que admitir um grande "salto" já se verificou na preservação das matas.

viaturas a qualquer lugar das matas. O povoamento deveria ser reordenado, com a plantação de fileiras de pinheiro bravo a alternar com fileiras de folhosas, nomeadamente o carvalho autóctone e o castanheiro<sup>190</sup>. Dever-se-ia evitar áreas significativas de eucaliptais.

Se, com estas medidas, os incêndios, provavelmente, seriam substancialmente reduzidos, o ressurgimento das espécies cinegéticas como o coelho bravo, a perdiz e a lebre seria, em nosso entender significativo. Este ressurgimento teria de ser acompanhado por medidas de protecção às espécies, enquadradas num plano de reordenamento cinegético que passaria, entre outros aspectos, pela introdução de outras espécies e controlo dos caçadores.

Como actividades complementares e artesanais, poder-se-ia dedicar o agricultor de St<sup>a</sup> Tecla, à produção de mel<sup>191</sup>, à criação tradicional de suínos com a finalidade de obter os salgados, como o fumeiro e o presunto, tratados em moldes familiares.

Fazer tamancos, bordar à mão, fiar e tecer a lã de ovelha e o linho eram actividades artesanais características de St<sup>a</sup> Tecla e valeria a pena, pensamos nós, reanimá-las.

Aproveitando a área de meia encosta, relativamente extensa e excluída da Reserva Ecológica Nacional, as condições naturais e o interesse demonstrado, nos últimos anos, por famílias residentes nas áreas urbanas, em passar os tempos livres em St<sup>a</sup> Tecla, dever-se-ia promover a construção de espaços de lazer, através de pequenos núcleos de "bungalows", da reconstrução de casas em ruínas que seriam aproveitadas para residências turísticas; traçar e divulgar itinerários pedestres que seriam incluídos nos circuitos turísticos da região....Em suma, poder-se-iam incentivar alternativas no campo do turismo que, sem alterar o equilíbrio da paisagem, tanto dos pontos de vistas morfológico e arquitectónico como dos

<sup>190</sup> - Superfícies que, actualmente, estão cobertas por pinhais, eram, no séc. XVIII soutos e devesas de carvalhos.

<sup>191</sup> - O mel em St<sup>a</sup> Tecla é de muito boa qualidade em virtude de existirem mantos de espécies vegetais, como a urze, o tojo, a giesta, que florescem num ambiente onde a poluição aérea é, praticamente, inexistente.

pontos de vista ambiental e cultural, incentivariam um conjunto de actividades, no campo da produção artesanal e respectiva comercialização, que fixaria e atrairia a população local a par dos fluxos turísticos que, bem canalizados, só enriqueceriam St<sup>a</sup> Tecla e a Região.

St<sup>a</sup> Tecla apesar de todos os problemas na sequência do êxodo rural, ainda possui uma certa juventude na sua população.

A educação e formação desses jovens, assim como da população adulta que ficou na sua terra e daquela que seria atraída em regressar em função “da nova ordem” produtiva da sua freguesia, seriam parâmetros fundamentais no desenvolvimento equilibrado da freguesia.

Combater o analfabetismo e o insucesso escolar, proporcionar uma formação específica, de acordo com o sector produtivo a que o habitante queira dedicar-se, desenvolver actividades culturais, desportivas, actividades capazes de proporcionarem a ocupação sadia e recreativa dos tempos livres, segundo os diferentes estratos etários, seriam componentes indispensáveis na construção do novo homem de St<sup>a</sup> Tecla.

Questões relacionadas com a saúde e a assistência na velhice, também teriam de ser inventariadas, avaliadas e soluções novas seriam apresentadas no âmbito do concelho e da Região.

O abastecimento de água, o sistema de saneamento, não poderiam ser esquecidos e envolveriam o empenhamento geral dos órgãos de decisão a nível regional.

Se St<sup>a</sup> Tecla e as Terras de Basto, ainda podem ter um futuro auspicioso, ele só será realidade quando a rede de comunicações, e é prioritária a rede rodoviária, a aproximar de centros, a começar pela sede do concelho, e continuar a sua aproximação a centros como os do vale do Sousa, os do vale do Ave e da Área Metropolitana do Porto que, logicamente, a ligará ao País e a toda a Europa Comunitária.

Para tal é necessário a reformulação e implementação do Novo Plano Rodoviário Nacional. Urge, de modo premente, construir e beneficiar estradas, que liguem St<sup>a</sup> Tecla e a Região aos grandes eixos rodoviários nacionais e europeus, isto é, urge rectificar e construir novas vias, à semelhança do que foi feito noutros tempos, por exemplo, nos finais do

séc. XIX, com a construção da estrada nacional que ligou St<sup>a</sup> Tecla e a sede do concelho à cidade do Porto mesmo sem apoios comunitários.

A par das comunicações rodoviárias teremos que referir a importância da comunicação de informação a distância, telefone, telex, telefax, correio electrónico e mesmo a internet.

Se os progressos registados têm acentuado o domínio dos grandes centros melhor apetrechados estamos esperançados que a generalização de redes eficientes, desde as rodoviárias às telecomunicações, permitirão a difusão mais uniforme das actividades modernas em todo o território nacional, facilitando a St<sup>a</sup> Tecla e a Terras de Basto retirar do seu isolamento cultural os jovens e adultos que ainda se encontram muito precariamente ligados, por via terrestre, aos principais centros regionais, nacionais e internacionais.

## CONCLUSÃO GERAL

Pretendemos mostrar neste estudo o processo pelo qual St<sup>a</sup> Tecla, freguesia inserida na NUTE III, a Região do Tâmega, é elemento integrante das Áreas Periféricas.

O facto de termos recuado aos sécs. XVI e XVII, acrescido da circunstância da escala de análise ter sido, frequentemente, os lugares, limitou as Fontes disponíveis e dificultou, não raras vezes, linhas de investigação que trariam, provavelmente, um melhor conhecimento da freguesia. Pensamos, contudo, termos abordado questões fundamentais que podem explicar a situação periférica do território em estudo.

Como em breve resumo deixamos algumas reflexões sobre o que de mais saliente terá resultado deste trabalho.

População, que sempre teve como actividade principal a agricultura, a sua sobrevivência, também sempre dependeu da forma como aproveitou o seu território.

A pressão demográfica, característica de St<sup>a</sup> Tecla, nos quatro séculos em estudo, justifica a forte mobilidade dos seus habitantes. Somos sensíveis ao fenómeno migratório, nos séculos XVII e XVIII, pelas leituras dos *Registos Paroquiais de Casamento*, quando nos debruçámos sobre a naturalidade dos nubentes (Fig. 2). e do *Livro de Testamentos Transcritos*, quando identificámos testadores a fazerem referências a familiares ou a "negócios" sediados no Brasil. O fenómeno migratório tornou-se claro a partir de 1864, com a leitura dos *Recenseamentos Gerais da População* e agudizou-se, neste século, desde a década cinquenta com o êxodo rural intenso, principalmente para Lisboa e Porto e com o forte surto emigratório

para os países europeus, como a França e a ex-República Federal Alemã (Quadros 1 e 3). Salientamos, ainda os valores dos índices da Descendência Teórica (5,6), no sub-período de 1960 a 1991 (Quadro 9), valores que consideramos relativamente altos, atendendo a que se referem a uma época do controlo generalizado da fecundidade pelos casais, o que nos permite dizer que St<sup>a</sup> Tecla é uma freguesia biologicamente viva apesar do surto, forte e prolongado, da saída da população que a atingiu nas últimas décadas.

Outro fenómeno que nos apraz registar é a tendência positiva na procura da Alfabetização pela população no séc. XVIII (Fig. 5). Contudo, esta tendência parece ter diminuído nos séc. XIX e XX. Com o estabelecimento da Escola Oficial em 1904, a Escolarização, a partir dos anos sessenta, torna-se universal e não conseguiu fixar os maiores beneficiados dessa mesma escolarização massiva, pois deixam o seu torrão natal e vão para as Áreas Metropolitanas ou para o estrangeiro.

População, por excelência agrícola, organizou o seu território, no espaço de três séculos, segundo estruturas agrárias bem diferenciadas, as estruturas implícitas na Enfiteuse e as estruturas decorrentes da aplicação do primeiro Código Civil de 1867.

A observação da cartografia sobre a propriedade fundiária, num período médio de cem anos, da Comenda de Veade e do Convento de Arnoia (Figs. 13, 25, 26, 27) permitiu-nos formular um grupo de questões, sobre a evolução da exploração agrícola enfitêutica, em St<sup>a</sup> Tecla, nos séc. XVII e XVIII.

1 - A propriedade enfitêutica tendia para a fragmentação e as explorações agrícolas formadas, por prédios pouco extensos, apresentavam, também, tendência para se dispersarem na paisagem.

2 - O aumento da dimensão das explorações dependia mais dos arroteamentos e melhorias do que da compra de novos prédios rústicos.

3 - A conservação da área das explorações era conseguida através das formas de transmissão da herança, segundo a legislação da época, ao

privilegiar o filho herdeiro com a doação da “fazenda” emprazada. Contudo, encontrámos excepções com a divisão da “fazenda” entre irmãos e, logicamente, a divisão fundiária a acentuar-se no território.

4 - Os contratos de compra e venda, bem frequentes na Enfiteuse, ajudavam, na maioria dos casos, a divisão da exploração.

5 - Faziam-se contratos de sub-Aforamento com uma certa periodicidade que contribuíam, também, nas alterações esporádicas da superfície da exploração.

Se nos dois períodos em estudo, secs. XVII-XVIII e Actualidade, as estruturas agrárias se confrontam com estruturas jurídicas diferentes, em relação às formas de transmissão da terra por herança, contém referências comuns, como o direito de comprar e vender, embora em condições diferentes, os usos e costumes, como direitos de servidão nos caminhos, na utilização das águas de rega....., o que nos permite ler, na perspectiva geográfica e a título comparativo, a dimensão e fragmentação da propriedade rústica para os dois períodos em causa.

1 - Em Stª Tecla, em pleno séc. XX, a fragmentação da propriedade é evidente e a pulverização dos prédios rústicos não é menos significativa (Quadro 32) e ambas não se distinguem, em sentido lato, da dimensão e da divisão do Domínio Útil que caracterizou o séc. XVIII (Quadro 27).

2 - No séc. XVIII, ao tomarmos por base a exploração agrícola com uma área superior a 1 ha, diremos que a respectiva dimensão dependia do efectivo de prédios rústicos que a formavam, tal como sucede, nos finais do séc. XX, em que a extensão da propriedade agrícola depende da junção de prédios rústicos com área reduzida.

Com base na investigação desenvolvida fizemos os esboços cartográficos da dimensão e fragmentação do Domínio Útil no séc. XVIII e da propriedade agrícola no séc. XX (Figs. 33, 35 e 39), o que nos permite dizer:

1 - A organização do território de Stª Tecla, tanto no séc. XVIII como no séc. XX, não apresenta alterações de fundo.

2 - Para os dois períodos, diremos que as propriedades, a enfiteutica, no séc. XVIII, e a privada, no séc. XX, tendem para a fragmentação, independentemente da extensão e da disseminação dos prédios rústicos na paisagem. Estes prédios cultivados, também nos dois períodos, constituem as tónicas dominantes e justificam o matiz fundiário que, provavelmente terá predominado em Stª Tecla, independentemente das duas épocas objecto do nosso estudo.

Sem pretendermos fazer uma comparação exaustiva nas formas de ocupação do solo nos dois períodos objecto do nosso trabalho, séc. XVIII e Actualidade (Figs. 12 e 38), a investigação desenvolvida, permite-nos inferir:

1 - A grande alteração na ocupação do solo, no séc. XX em relação ao séc. XVIII, traduziu-se não só na substituição da floresta de folhosas, carvalhos e castanheiros, por pinhais salpicados com eucaliptos, mas também, na substituição das culturas de sequeiro, o trigo e principalmente o centeio, pela cultura de regadio o milho grosso.

2 - A vinha sempre teria desempenhado um papel significativo na economia das populações e também sempre seria um elemento de relevo na paisagem agrária.

3 - O aproveitamento do solo agrícola estendia-se, no séc. XVIII, por uma maior área, em altitude, do que na primeira metade do séc. XX.

O maior rendimento do solo, pela introdução do milho grosso e a rentabilidade do pinheiro bravo poderão ser, em nosso entender, uma das causas que explicarão a substituição dos soutos e das devesas do séc. XVIII, intercaladas de centeio e até de trigo, pelos pinhais do séc. XX.

Stª Tecla, nos finais do séc. XX é um território:

1 - com extensas áreas de cultivo abandonadas e englobadas, algumas delas, na Reserva Agrícola Nacional;

2 - com a prática, nos solos ainda cultivados, de um sistema agrário que “eliminou” culturas e técnicas agrícolas características de uma policultura intensiva tradicional, independentemente da forma de exploração, a exploração por conta própria ou por conta de outrém (Fig.38).

3 - com alguns espaços de lazer e que correspondem a manchas de cultivo abandonadas e vendidas a famílias residentes no Porto ou respectiva Área Metropolitana, que reconstruíram a casa em declíneo para habitação secundária.

4 - com um povoamento disseminado, entendido como a casa isolada na exploração ou num pequeno grupo de habitações, o chamado lugar .

5 - com uma exploração que pratica uma agricultura científica, elemento integrante de uma sociedade agrícola sediada no concelho de Ribeira de Pena, e uma outra que encetou, em 1996, a aplicação de um projecto de investimento na cultura da vinha.

6 - com áreas, limitadas, de plantações de folhosas, a substituir a agricultura tradicional.

7 - com uma rede densa e irregular de carreiros e caminhos aos quais são acrescidos os estradões alcatroados e ou ainda em terra batida.

9 - com uma rede viária muito deficitária a conectá-la, quer à sede do concelho quer às regiões limítrofes como o vale do Sousa ou o vale do Ave e, logicamente, a centros como Guimarães, Braga e Porto.

10 - com enquadramento num território mais vasto, as Terras de Basto, território periférico, esvasiado de gentes, onde o isolamento é, também, um dos problemas muito graves que urge resolver.

Com a entrada na Comunidade Europeia, St<sup>a</sup> Tecla foi considerada área economicamente desfavorecida e os agricultores abrangidos, no âmbito do PEDAP, por um conjunto de Medidas de Apoio Directo ao Rendimento, como os subsídios na produção de leite, carne, milho, azeite, ovinos.....

Até 1995, nenhum agricultor se candidatou, através da apresentação de Projectos de Desenvolvimento para a sua exploração, a qualquer um dos Programas de Investimento nas explorações agrícolas, também no âmbito do PEDAP.

A nova Política Agrícola Comum, ao definir, entre outros, como objectivos prioritários a necessidade da manutenção de sistemas policulturais tradicionais, curiosamente as realidades de St<sup>a</sup> Tecla e Terras

de Basto, os agricultores, desde 1994, têm a oportunidade de conseguirem uma Ajuda/Prémio ao rendimento das suas explorações tradicionais, segundo determinados limites, essencialmente através da combinação de três Medidas: uma Medida que beneficia a criação de gado, outra que abrange a área agrícola e uma terceira que incide nos terrenos incultos, fonte do mato que será lançado na corte do gado que depois de fermentado, irá estrumar os solos aquando das sementeiras.

O PAMAF também viabiliza Projectos de Investimento quer no campo agrícola quer no florestal e que exigem um certo dimensionamento da exploração.

St<sup>a</sup> Tecla, inserida na Região Demarcada dos Vinhos Verdes, Sub-Região de Basto, reúne todas as condições favoráveis para a plantação das vinhas produtoras de vinho verde de alta qualidade; com as características sadias das águas, do ar e dos solos, torna-se fácil ao agricultor, ainda enraizado nas técnicas da policultura intensiva e tradicional, enveredar por uma agricultura biológica; com manchas significativas de floresta, parcialmente queimadas e com solos cultivados mas sem aptidão agrícola, o agricultor tem a oportunidade de modernizar e, logicamente, rentabilizar a sua floresta. Contudo, pela vivência adquirida no trabalho de campo, ficou-nos a imagem de um agricultor desiludido, céptico e desacreditado nas regras do mercado agrícola, com expressões como: "Quem nos compra os produtos? (...) Ninguém quer a nossa carne, apesar do gado só comer erva do prado (...) Antes que venha o Verão com os incêndios vamos vender alguns pinheiros, mesmo que baratos, pois assim o prejuízo já não é tão grande (...) Produzir vinho para quê? Para ficar nas pipas? ". Expressões simples mas sinceras e que demonstram bem a necessidade que o agricultor sente, embora muitas vezes o desconheça, de uma certificação oficial dos produtos de qualidade, a falta de uma rede de comercialização dos produtos certificados, a necessidade da aproximação fácil, em termos de custo e tempo, aos centros consumidores dos produtos com qualidade garantida...

Os problemas de St<sup>a</sup> Tecla e das Terras de Basto ultrapassam a boa vontade e sacrifícios dos seus habitantes, que desafiam as suas forças

vivas, as Autarquias e a Associação para o Desenvolvimento de Basto, a deixarem as boas intenções e começarem a desenvolver estratégias interrelacionadas que permitam de facto:

1 - a definição de um conjunto de produtos genuínos e de qualidade das Terras de Basto;

2 - a certificação da genuidade e qualidade desses mesmos produtos;

3 - o estabelecimento de uma rede de comercialização dos produtos certificados, aproveitando as potencialidades, ainda por desenvolver, da Cooperativa Agrícola de Basto;

4 - a preparação/especialização profissional da população local, a jovem e adulta, "não se esquecendo" do contributo precioso, ainda pouco aproveitado a nível local, da Escola Profissional Agrícola;

5 - o traçado de uma rede viária eficaz às escalas regional, concelhia e de freguesia;

6 - o traçado, não só no novo Plano Rodoviário Nacional, como a respectiva construção e beneficiação das ligações que "abrirão" e aproximarão, definitivamente, as Terras de Basto à Área Metropolitana do Porto e ao interior transmontano. Estas ligações rodoviárias serão as "portas de saída", não só para todo o Litoral e Interior do País, como para as Fronteiras de Valença e de Chaves, respectivamente.

Após as condições mínimas e essenciais concretizadas, para o aproveitamento equilibrado das Terras de Basto, os recursos locais, naturais e humanos, como as formas novas de Turismo, um tecido de pequenas unidades industriais que aproveitem a matéria prima local, essencialmente os recursos florestais e agro-alimentares, os recursos cinegéticos, as diferentes formas de artesanato, contribuirão de modo decisivo para que, juntamente com uma agricultura a tempo parcial, voltada para a manutenção de uma policultura tradicional e premiada pelas novas medidas da PAC, sejam a solução capaz para que uma população, biologicamente viva, permaneça com uma qualidade de vida superior àquela com que sonha quando, ao iniciar a vida activa, parte ao encontro de novos rumos ainda impossíveis na sua terra.

## BIBLIOGRAFIA<sup>192</sup>

### 1 - FONTES MANUSCRITAS

#### ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

Livros de Registo Paroquiais de St<sup>o</sup> Tecla, *Nascimentos*, anos de 1576 a 1852

##### Mistos

Livro 1, anos de 1576 a 1602;  
Livro 2, anos de 1603 a 1668;  
Livro 3, anos de 1668 a 1692;  
Livro 4, anos de 1692 a 1715;  
Livro 5, anos de 1715 a 1729.

##### Nascimentos

Livro 1, anos de 1729 a 1751;  
Livro 2, anos de 1751 a 1779;  
Livro 3, anos de 1779 a 1812;  
Livro 4 - anos de 1812 a 1824;  
Livro 5, anos de 1824 a 1852;  
Livro 6, anos de 1852 a 1880;  
Livro 7, anos de 1880 a 1886.

Livros de Registo Paroquiais de St<sup>o</sup> Tecla, *Casamentos*, anos de 1576 a 1878

##### Mistos

Livro 1, anos de 1576 a 1602;  
Livro 2, anos de 1603 a 1669;

<sup>192</sup> - Apenas referimos as obras citadas no texto e outras que considerámos essenciais na elaboração deste trabalho.



Livro 3, anos de 1669 a 1692;  
Livro 4, anos de 1693 a 1714;  
Livro 5, anos de 1716 a 1723.

Casamentos

Livro 1, anos de 1724 a 1798;  
Livro 2, anos de 1797 a 1878.

Livros de Registo Paroquiais de Stª Tecla, *Óbitos*, anos de 1577 a 1879

Mistos

Livro 1, anos de 1577 a 1637;  
Livro 3, anos de 1667 a 1707;  
Livro 5, anos de 1707 a 1730.

Óbitos

Livro 1, anos de 1729 a 1811;  
Livro 2, anos de 1811 a 1859;  
Livro 3, anos de 1859 a 1879.

Livros de *Sentenças de Emprazamento*, Comenda de Veade

Livros de *Tombos*

Livro 102, ano de 1680;  
Livro 104, ano de 1710;  
Livro 106, ano de 1740 a 1741;  
Livro 110, ano de 1772.

Livros de *Prazos*

Livro 93, anos de 1530 a 1646;  
Livro 96, anos de 1615 a 1722;  
Livro 101, anos de 1660 a 1715;  
Livro 108, anos de 1747 a 1762.

Livros de *Sentenças de Emprazamento*, Convento de Arnoia

Livro de *Tombos*

Livro (Transcrito) 73, volume II, anos de 1771 a 1782.

Livros de *Prazos*

Vol. 3.c., anos de 1700 a 1740;  
Vol. 5.c., anos de 1700 a 1750;

Vol. 8, anos de 1742 a 1752;  
Vol. 10.c., anos de 1755 a 1757;  
Vol. 13. c., ano de 1782;  
Vol. 16, anos de 1781 a 1782;  
Vol. 20, anos de 1645 a 1691;  
Vol. 21, anos de 1662 a 1669;  
Vol. 23, anos de 1670 a 1674;  
Vol. 29, anos de 1782 a 1801;  
Vol. 30, anos de 1702 a 1712;  
Vol. 31, anos de 1787 a 1793;  
Vol. 36, anos de 1793 a 1795.

Livros de *Sentenças de Emprazamento*, Registo Geral

Livro 11, anos de 1606 a 1608;  
Livro 211, anos de 1782 a 1783.

Livro de *Testamentos Transcritos* de Stª Tecla, anos de 1720 a 1779

ARQUIVO MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO

Livros de *Sentenças de Emprazamento*

Livros de *Tombos*

Tombo das freguesias de Infesta e Stª Tecla, Tombo V, anos de 1787 a 1796.

Impostos Gerais: *Lançamento da Décima dos Bens de Raiz*, anos de 1765, 1766, 1771, 1772, 1790, 1791, 1811, 1812, 1813, 1815.

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

Livros de *Sentenças de Emprazamento* do Convento de Stª Clara, Amarante

Livros de *Prazos*

Livro 7 (ou 4466), ano de 1778.

#### ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA, GUIMARÃES

Livros de *Sentenças de Emprazamento*

Livros de *Tombo*

Livro 22, Tombo Reguengo de Guimarães, ano de 1662.

Livros de *Prazos*

Livro 14 da Real Colegiada da vila de Guimarães, ano de 1619.

#### CONSERVATÓRIA DO REGISTO CIVIL DE CELORICO DE BASTO

Livros Paroquiais de St<sup>a</sup> Tecla, *Baptizados*, de Agosto de 1886 a Março de 1911.

Livros Paroquiais de St<sup>a</sup> Tecla, *Casamentos*, de Março de 1879 a Março de 1911.

Livros Paroquiais de St<sup>a</sup> Tecla, *Óbitos*, de Dezembro de 1879 a Março de 1911.

#### CARTÓRIO PAROQUIAL DE St<sup>a</sup> TECLA

Livros Paroquiais, *Baptizados*, de Abril 1911 a Dezembro de 1991.

Livros Paroquiais, *Casamentos*, de Junho de 1911 a Dezembro de 1991.

Livros Paroquiais, *Óbitos*, de Maio de 1911 a Dezembro de 1991.

#### 2 - OBRAS IMPRESSAS

ALMEIDA E COSTA, M. J. - *Dicionário de História de Portugal*, Tomo II, in *Enfiteuse*, Lisboa, 1972.

AMORIM, Maria Norberta - *Guimarães de 1580 a 1819*, Estudo Demográfico, Lisboa, INIC, 1987.

- *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Braga, Universidade do Minho, 1991.

- *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico, 1680 - 1980*, Braga Universidade do Minho, 1992.

- *Comportamento Comparado das Gerações Nascidas em S. João e Poiães 1850<sup>o</sup>*, Actas do III Congresso da ADEH (*Associação Ibérica de Demografia Histórica*), vol. I, 1995, pp. 55-62.

*Aplicação dos Fundos Estruturais no Sector Agrícola em Portugal no Período de 1986 a 1993*, Vol. II, IFADAP, Entre Douro e Minho, Zona Agrária de Basto, 1996.

BERTRELL, Caroline B. - *Homens que Partem, Mulheres que Esperam*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991.

BRANDÃO, Maria Fátima - *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

CAPELA, José V. - *A Câmara, a Nobreza e o Povo de Barcelos*, Braga, Edições Correio do Minho, 1989.

*Carta Cartográfica de Portugal, Escala 1/50 000*, Instituto Cartográfico do Exército, Lisboa, 1959.

*Carta Cartográfica de Portugal, Escala 1/25 000*, Instituto Cartográfico do Exército, Lisboa, 1985.

*Carta Cartográfica de Portugal, Escala 1/10 000*, Instituto Português de Cartografia e Cadastro, Lisboa, 1984.

*Carta da Reserva Agrícola Nacional, Escala 1/ 10 000*, Direcção Regional de Entre Douro e Minho, Porto, 1993.

*Carta da Reserva Ecológica Nacional, Escala 1/10 000*, Comissão de Coordenação da Região Norte, Porto, 1993.

CARVALHO, Elza Maria - *A Alfabetização em Basto (Stª Tecla)*, (Séc. XVIII - Séc. XX), *Concelho de Celorico de Basto*, Odivelas, Instituto Superior de Ciências Educativas (trabalho policopiado) 1993.

- *O Fenómeno Emigratório de Celorico de Basto e Mondim de Basto (Terras de Basto)*, Coimbra, Faculdade de Letras (dissertação de licenciatura policopiada), 1973.

FERNANDÉZ, Jesús Garcia - *Organizacion del espacio y economía rural en la España Atlántica*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, S. A., 1975.

FERREIRA, Denise Brum - "Carte Geomorphologique du Portugal", *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, N.º 6, Lisboa, 1981.

*Ficheiros Informáticos de Projectos aos Investimentos nas Explorações Agrícolas*, IFADAP, Zona Agrária de Basto, Direcção Regional de Entre Douro e Minho, Cabeceiras de Basto e Porto, 1997.

FREUND, Bodo - "La Genèse des Formes de l'Habitat dans la Terra de Barroso", *Revista Finisterra*, Volume V, Número 9, 1970, pp. 84 - 102.

*Fotografias Aéreas, Escala aprox. 1/3 200*, Instituto Português de Cartografia e Cadastro, Lisboa, 1983 e 1994.

GARCIA, José Manuel Pérez - "El Regimen Subforal en la Galicia Occidental entre 1740 y 1850. Muestras Comarcales", *obradoiro de hstória moderna, Separata*, Universidade de Santiago de Compostela, 1995, pp. 71-93.

HESPANHA, Pedro - *Com os Pés na Terra, Práticas Fundiárias da População Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

HOSKINS, W. G. - *The Making of the English Landscape*, 3ª Edição, London, Penguin Books, 1985.

*Livro da Matriz Predial de Stª Tecla*, Repartição de Finanças de Celorico de Basto, 1994.

MAGALHÃES, Justino - *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime. Um Contributo para a História da Alfabetização e da Escolarização em Portugal*, Braga, Universidade do Minho, Instituto das Ciências da Educação, 1993.

*Ortofotomapa de Portugal, Escala 1/10 000*, Instituto Português de Cartografia e Cadastro, 1984.

*Plano de Acção Local, Candidatura Probasto*, Associação de Desenvolvimento Rural de Basto, Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II, 1996.

*Recenseamento Geral da População Portuguesa, anos de 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960 1970, 1981, 1991*. Lisboa, I. N. E.

*Relatório Plurianual de Ajudas ao Rendimento*, Braga, Divisão de Garantia Agrícola, Direcção de Serviços de Fiscalização e Controle de Qualidade, 1996.

RIBEIRO, Orlando - *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 6ª edição revista e ampliada, 1991.

- *Opúsculos Geográficos, vol. I V e VI*, Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1991 e 1995.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne - *Geografia de Portugal, vol. I a IV*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1987 a 1991.

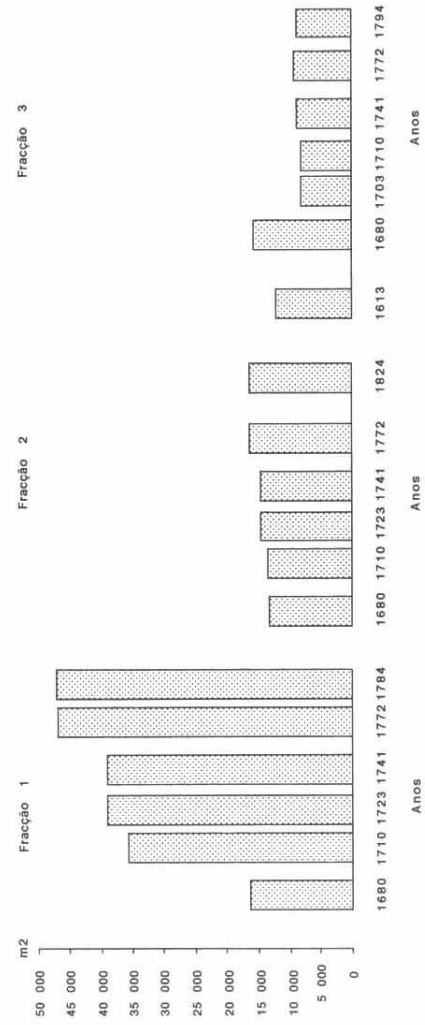
SILVA, Rosa Fernanda Moreira - *Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*, Porto, Faculdade de Letras, Instituto de Geografia, 1981.

**ANEXO I - FIGURAS** (Sécs. XVII e XVIII)

Gráficos com a Evolução das Áreas Agro-Florestais

Diagramas com as Linhas Genealógicas dos Herdeiros da Terra Emprazada  
Comenda de Veade (Casais de S. Martinho e da Quintã), Convento de Arnoia

Fig. nº I - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÁ ( 1613 - 1824 )  
 Evolução da área agro-florestal - Frações 1, 2, 3



Fonte: Fração 1 - Quadro IX, Anexo II;  
 Fração 2 - Quadro X, Anexo II;  
 Fração 3 - Quadro XI, Anexo II.

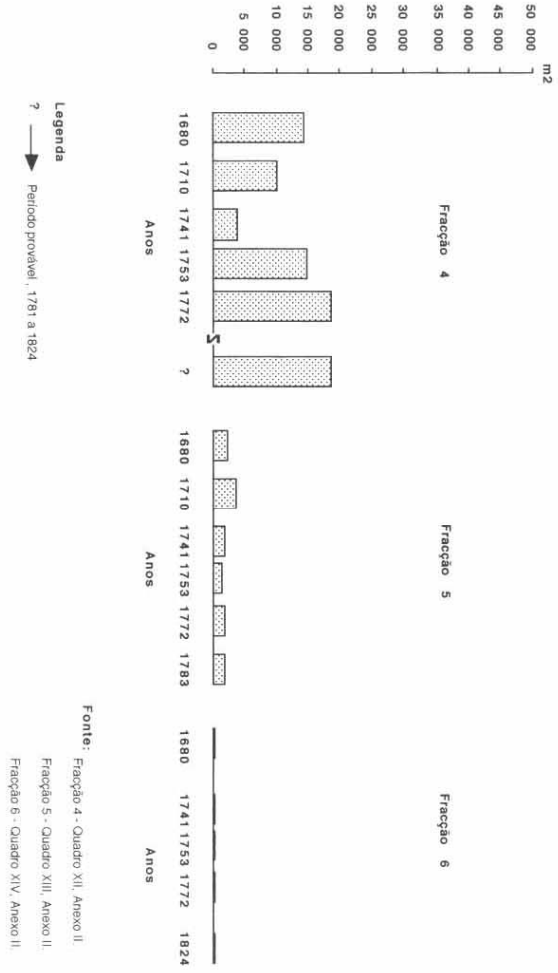
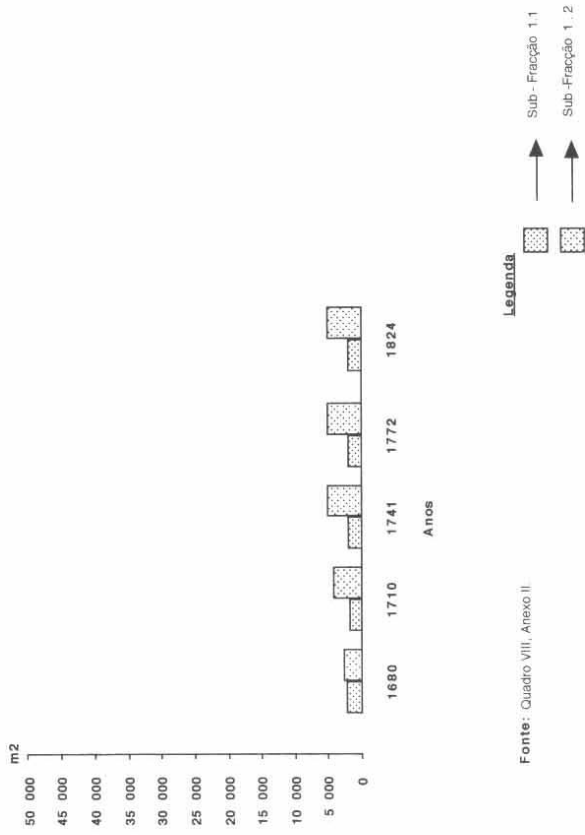


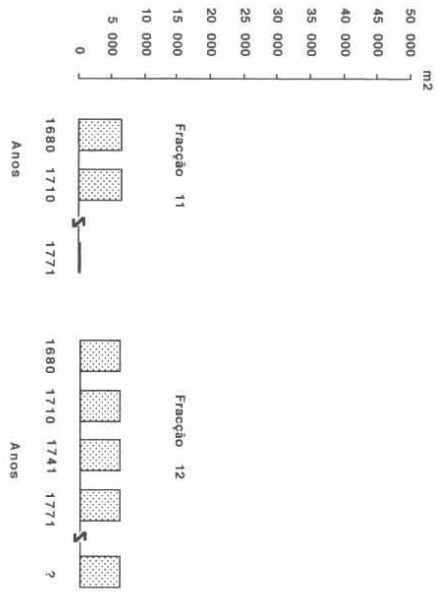
Fig. nº I (cont.) - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA ( 1680 - 1824 )

Evolução da área agro-florestal - Frações 4, 5, 6





Fonte: Quadro VIII, Anexo II



Fonte: Fração 11 - Quadro XIX, Anexo II

Fração 12 - Quadro XX, Anexo II

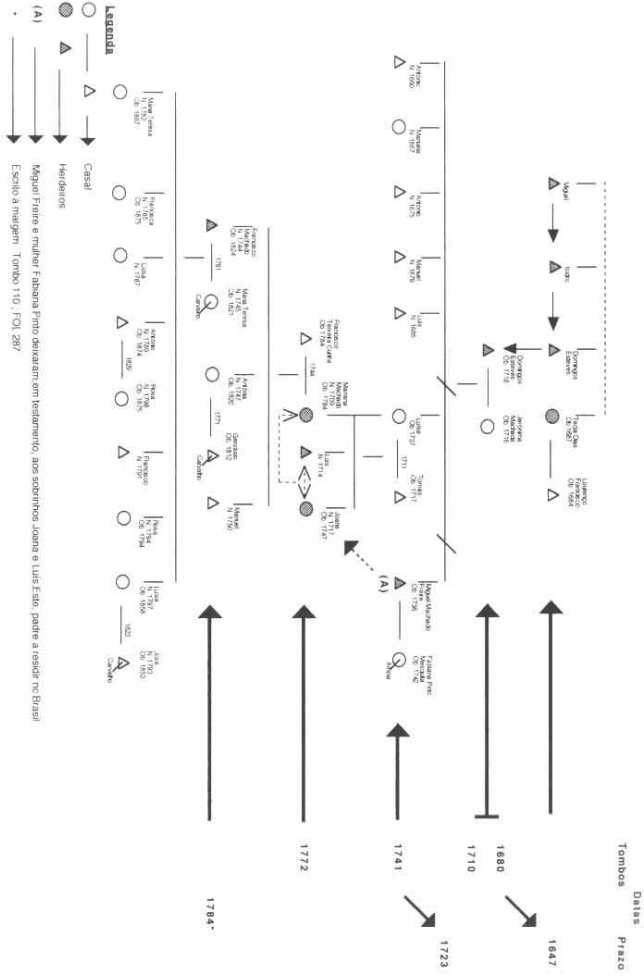


Fig. nº III - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1647 - 1784)  
 Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - FRAÇÃO 1

Tombo      Data      Prazo

**Fig. nº IV - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1680 - 1824)**  
 Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - FRAÇÃO 2

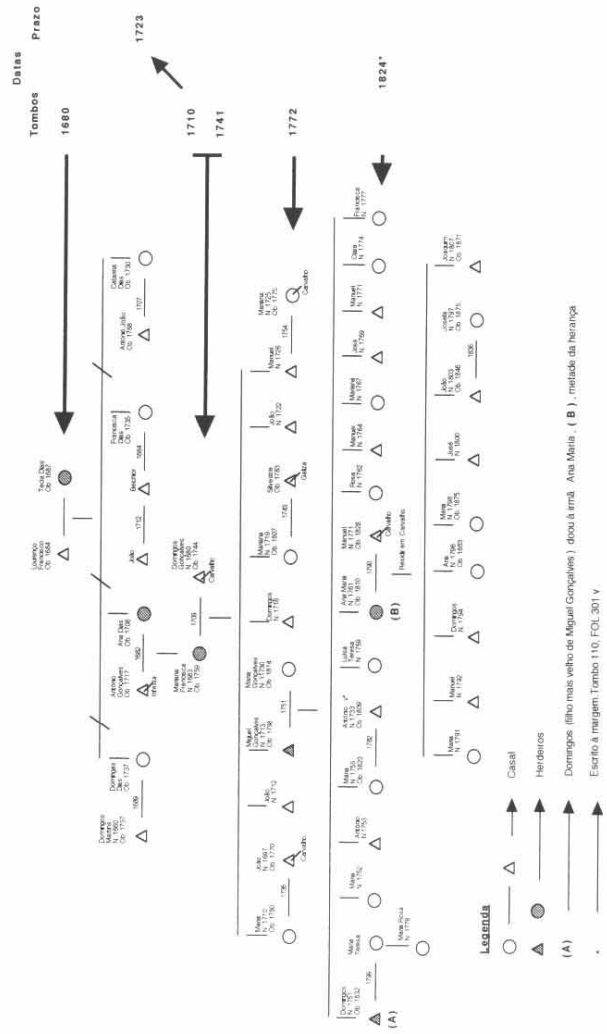
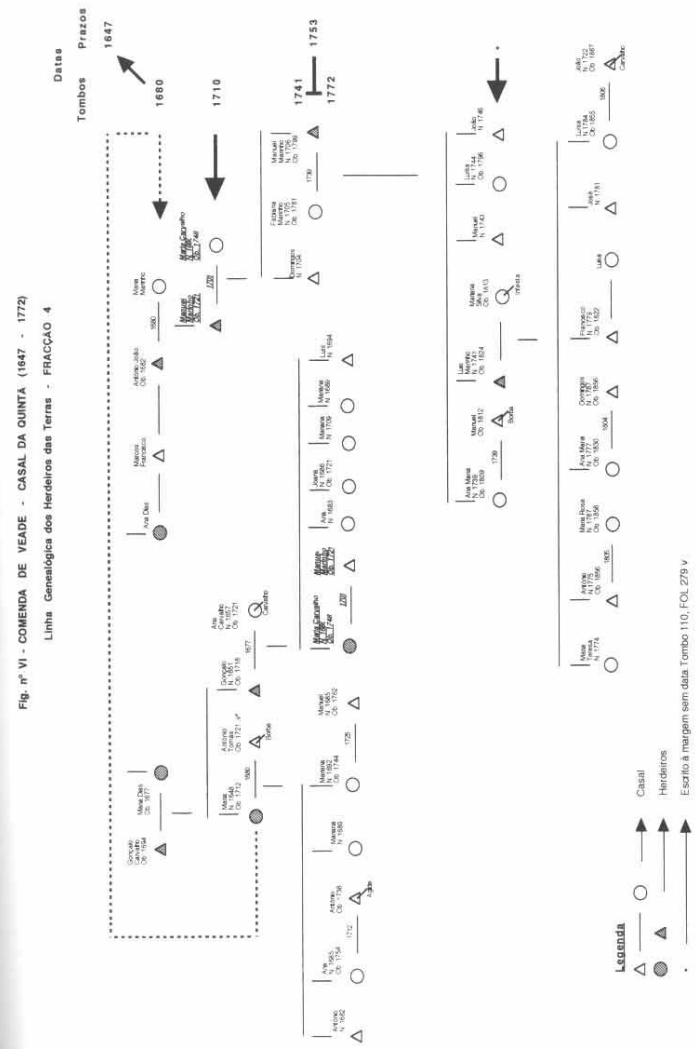
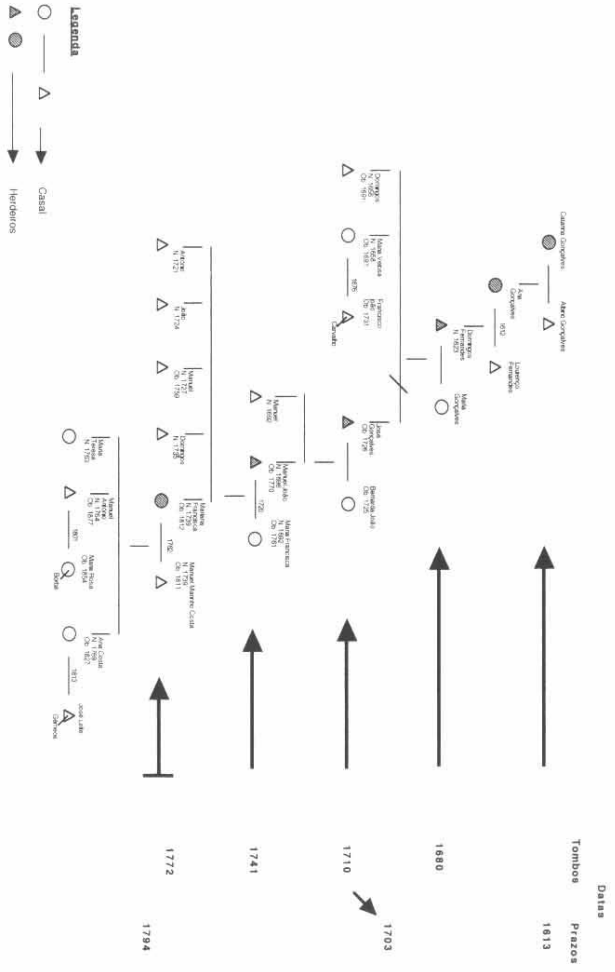
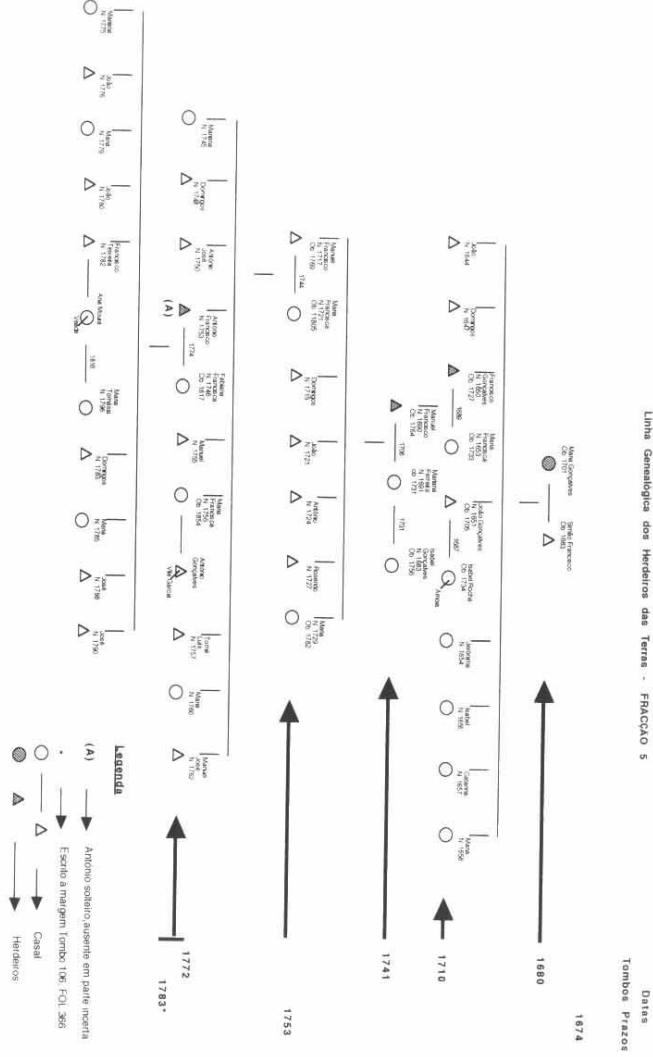


Fig. nº IV - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1680 - 1824)  
 Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - FRAÇÃO 2

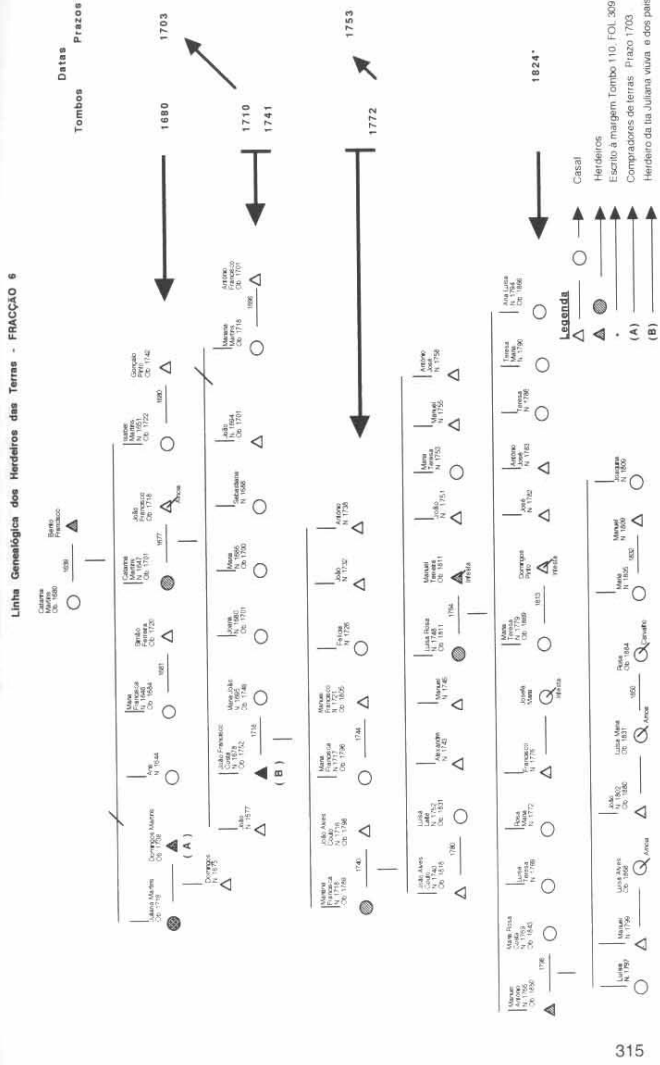
Tombo      Data      Prazo



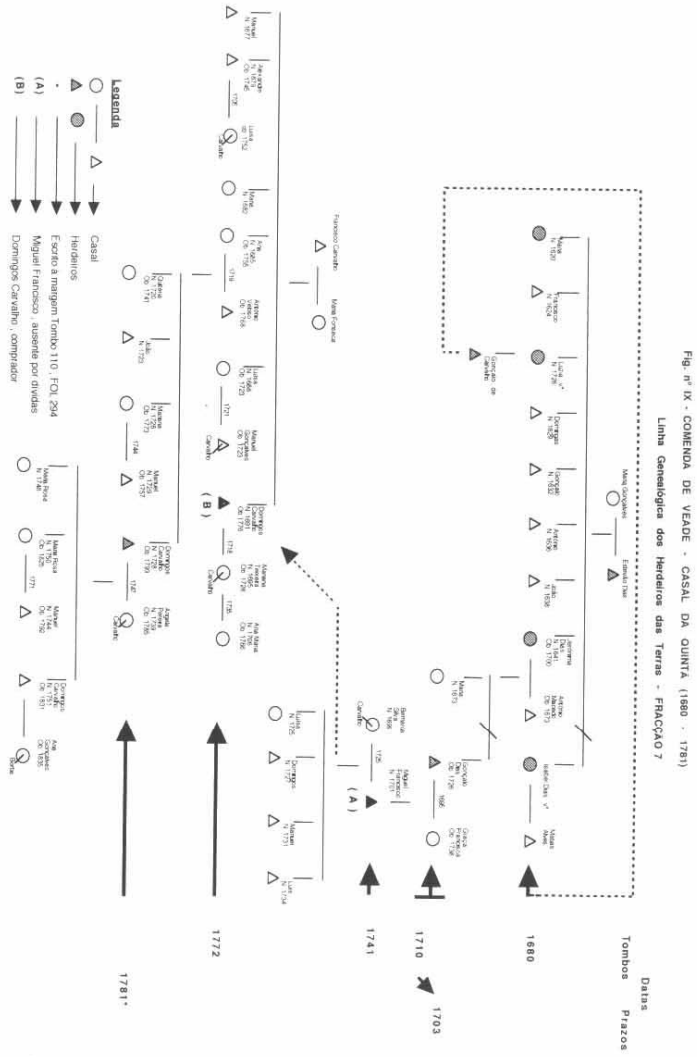




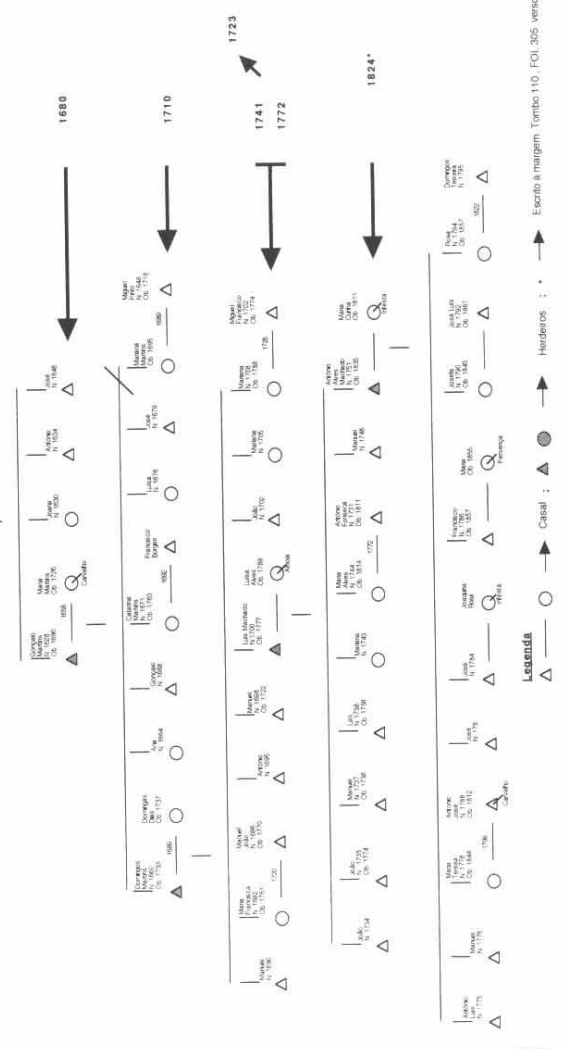
**Fig. nº VIII - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1880 - 1824)**

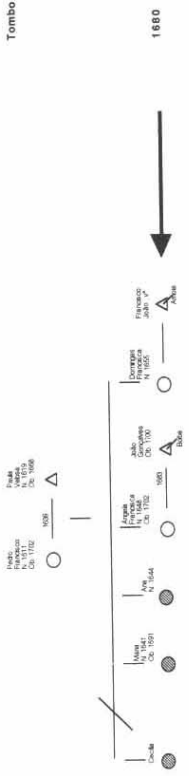


**Fig. nº IX - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1824 - 1880)**



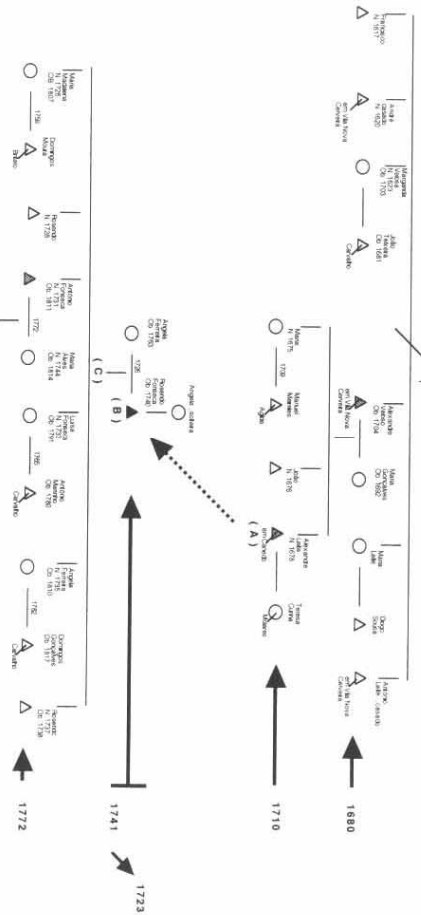
**Fig. nº X - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1680 - 1824)**  
**Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - FRACÇÃO 8**





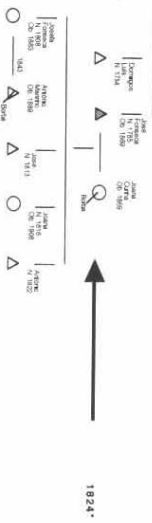
Tombo  
Data

Fig. nº XII - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA - (1680 - 1824)  
Linha Genealógica das Terras - FRACÇÃO 10



**Legenda**

○ — Casal  
○ — Herdeiras  
(A) → Alvarim Lide vendido a Resendo sobeiro Tombo 106, FOL. 369  
(B) → Resendo da Freguesia e mulher, Agueda Ferreira, entretida no Casal de Chousas Velhas 189, FOL. 369  
\* → Escrito à margem Tombo 110, FOL. 363 verso.



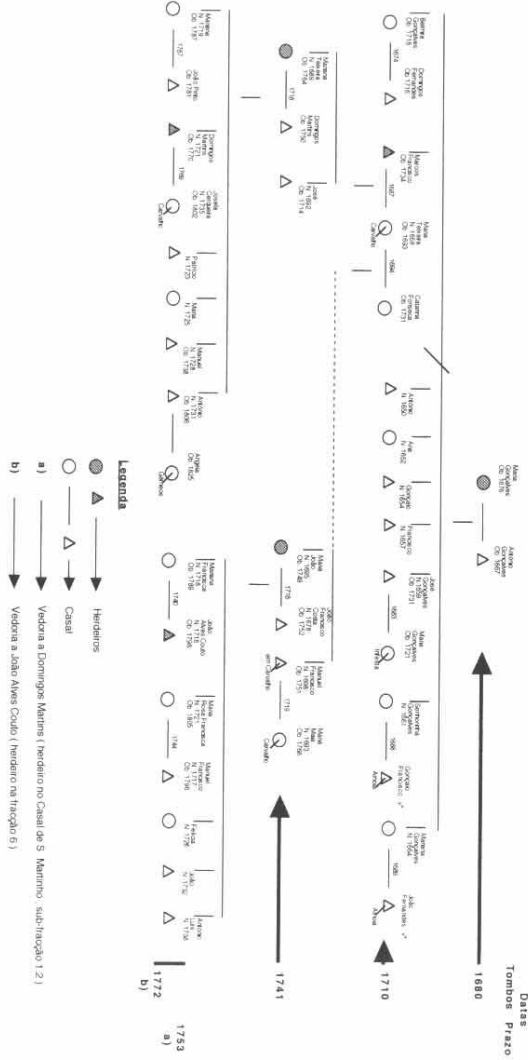
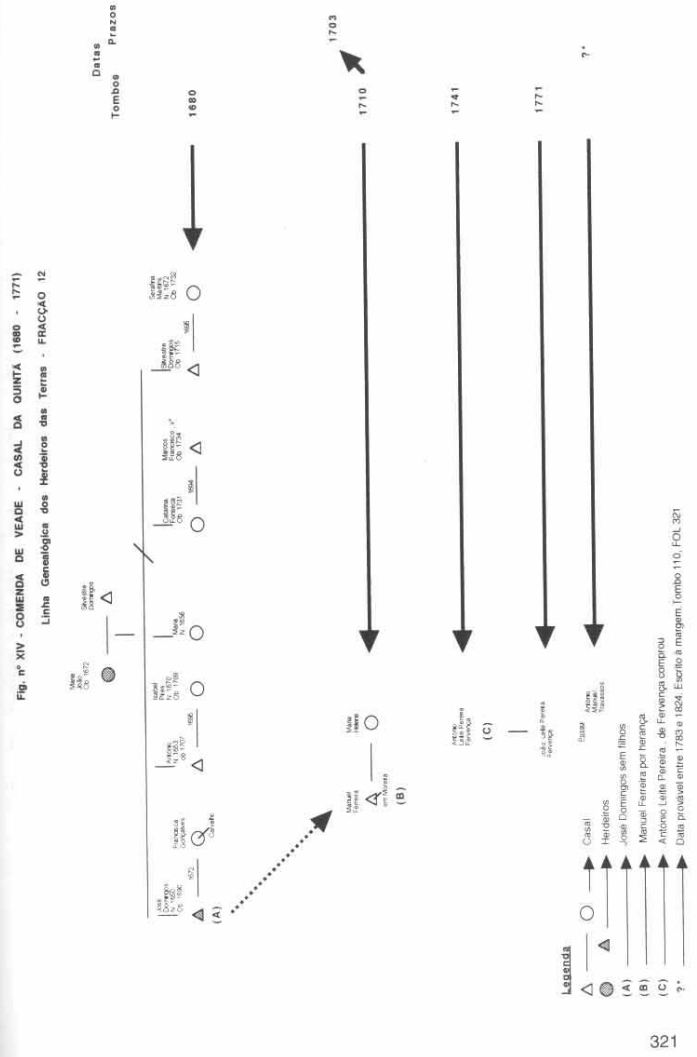
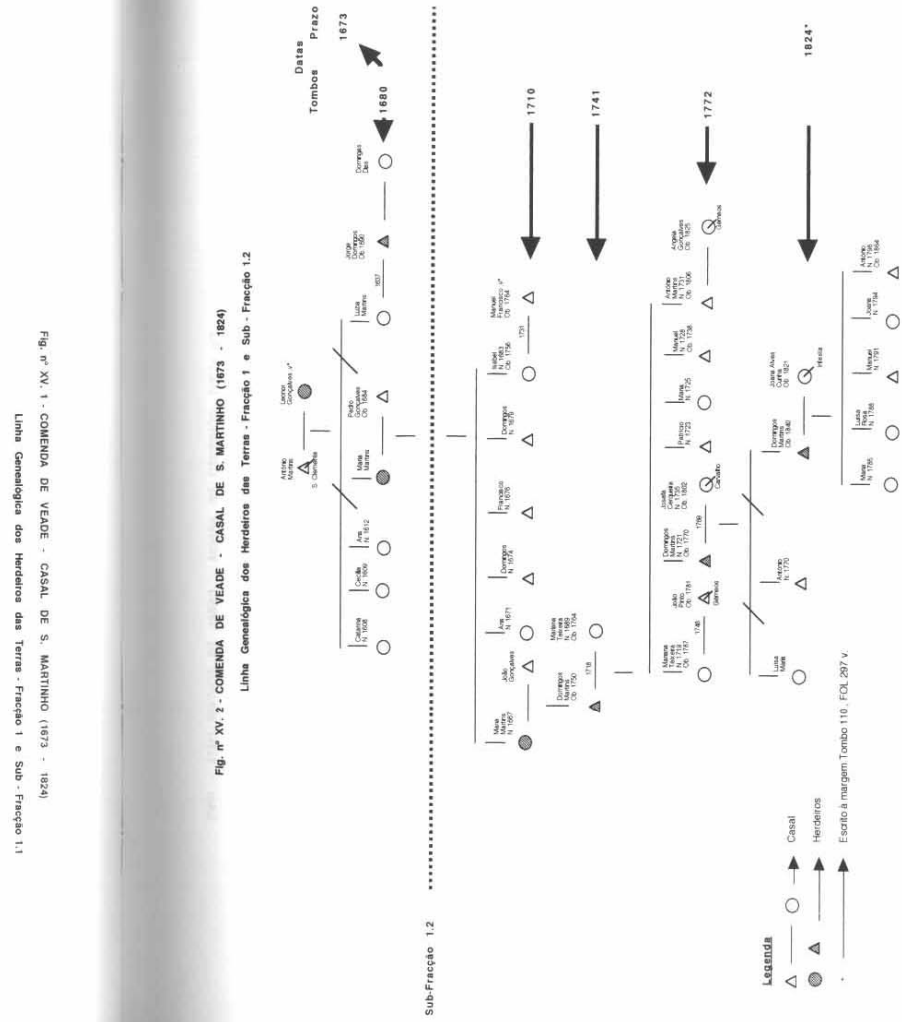
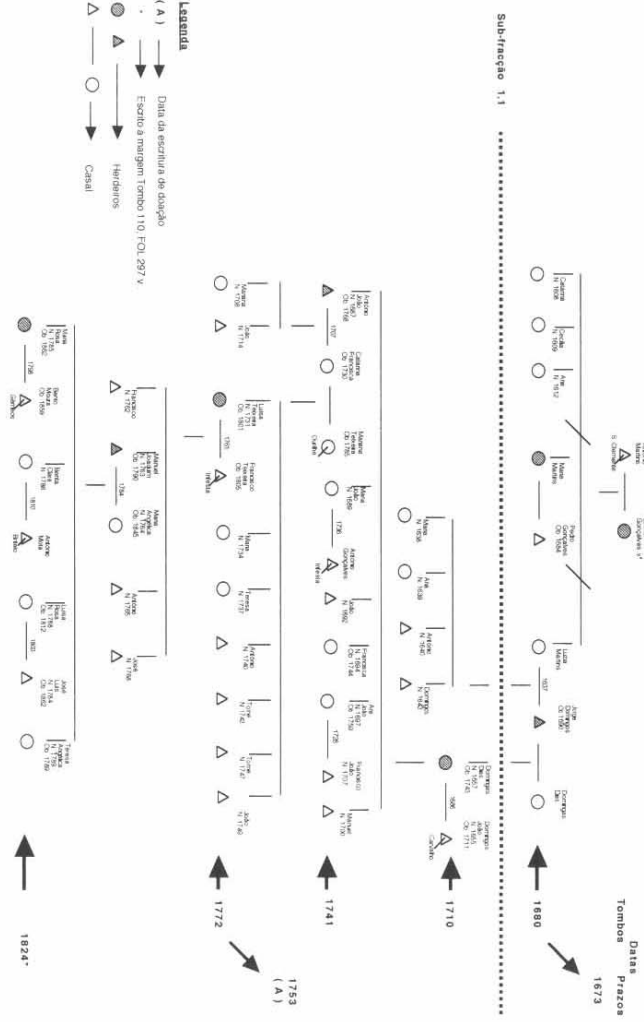
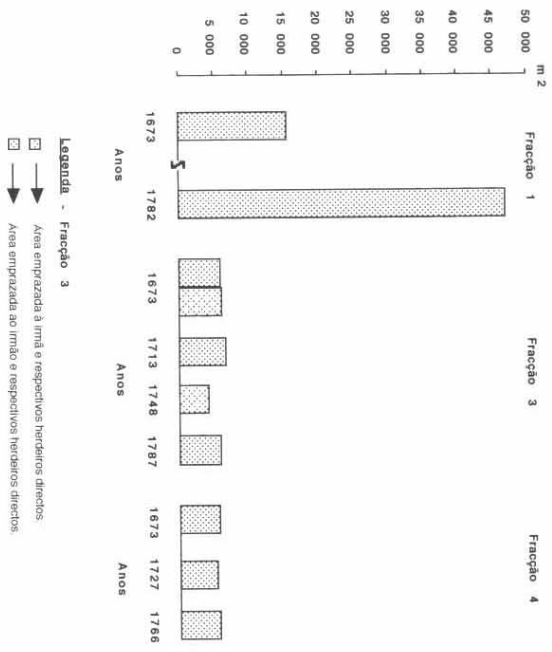


Fig. nº XIII - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1680 - 1772)  
 Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - FRACÇÃO 11

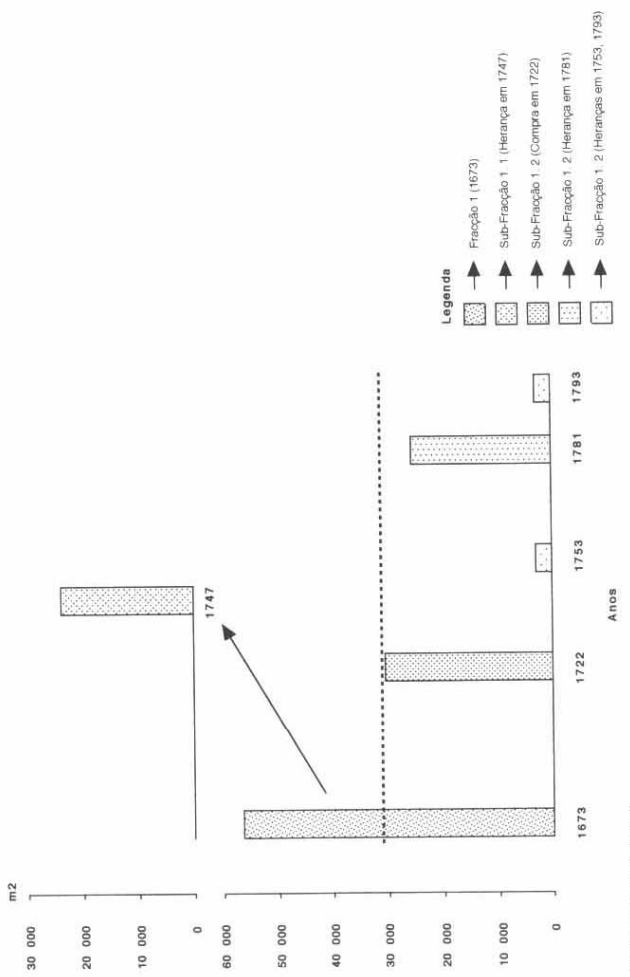






**Legenda - Fração 3**  
 □ Área emprazada à imã e respectivos herdeiros directos  
 → Área emprazada ao imão e respectivos herdeiros directos

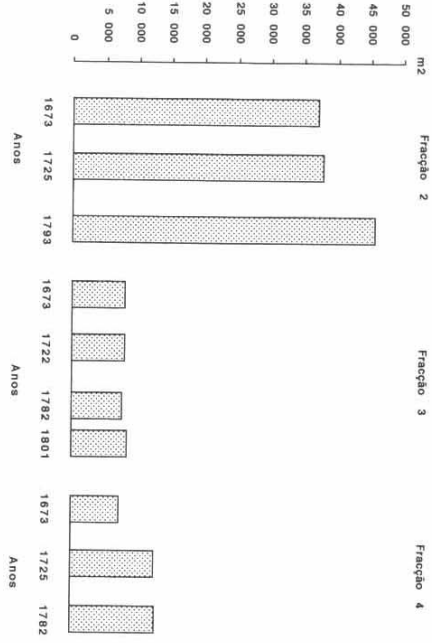
**Fonte:**  
 Fração 1 - Quadro XXII, Anexo II  
 Fração 3 - Quadro XXIV, Anexo II  
 Fração 4 - Quadro XXV, Anexo II



**Fig. nº XIV - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO**  
 1. Fração 1 - Florestal - Evolução da Área Agro - Florestal

**Legenda**  
 □ Fração 1 (1673)  
 ▤ Sub-Fração 1.1 (Herança em 1747)  
 ▥ Sub-Fração 1.2 (Compra em 1722)  
 ▦ Sub-Fração 1.2 (Herança em 1751)  
 ▧ Sub-Fração 1.2 (Heranças em 1751, 1793)

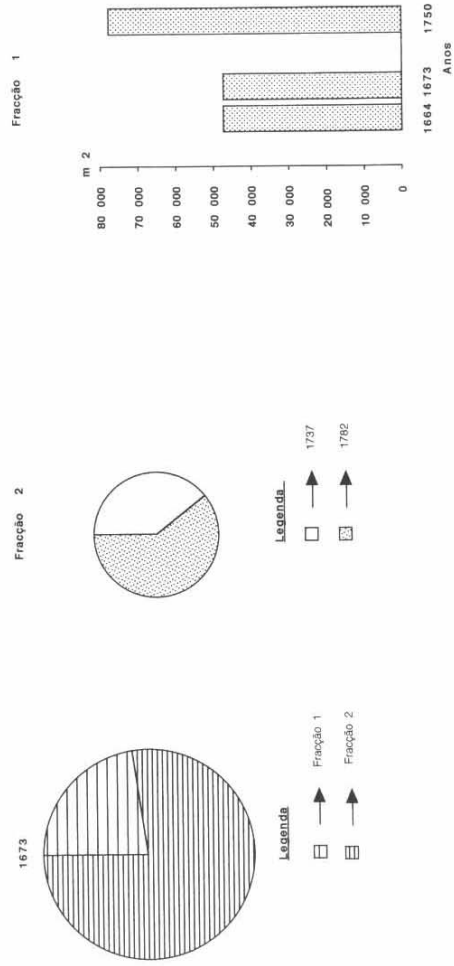
**Fonte:** Quadro XXVI, Anexo II



Fonte: Fracção 2 - Quadro XXVII, Anexo II.  
 Fracção 3 - Quadro XXVIII, Anexo II.  
 Fracção 4 - Quadro XXIX, Anexo II.

Fig. nº XVII (cont.) - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1673 - 1801)  
 Evolução da área agro-florestal - Frações 2 , 3 , 4

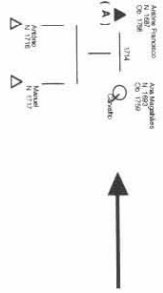
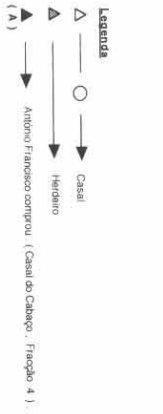
Fig. nº XVIII - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL D'VALEM ( 1673 - 1782)  
 Área Agro - Florestal e respectivas Frações



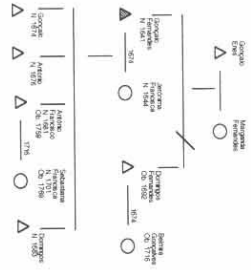
Fonte: Fracção 1 - Quadro XXX, Anexo II.  
 Fracção 2 - Quadro XXXI, Anexo II.







1715



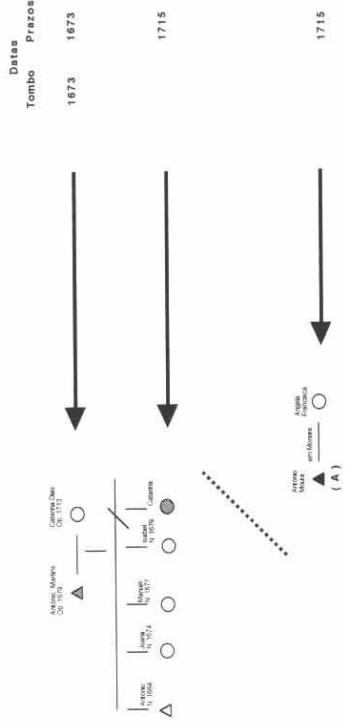
1873



**Tombo**  
**Prazos**

**1873**

Fig. nº XX. 2 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1873 - 1715)  
Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - Fração 2, Sub - Fração 2, 2

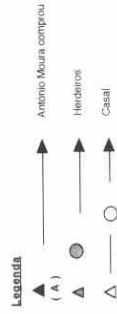


**Tombo**  
**Prazos**

**1873**

**1873**

Fig. nº XX. 3 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1873 - 1715)  
Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - Fração 2, Sub - Fração 2, 3



**1715**



**1715**



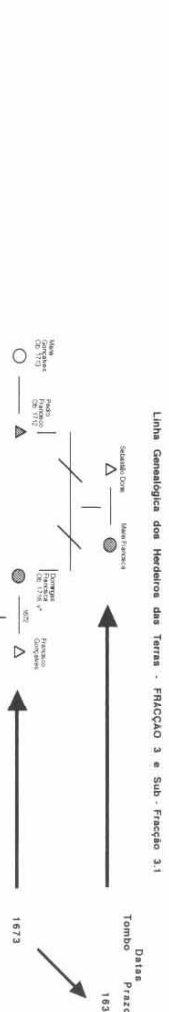
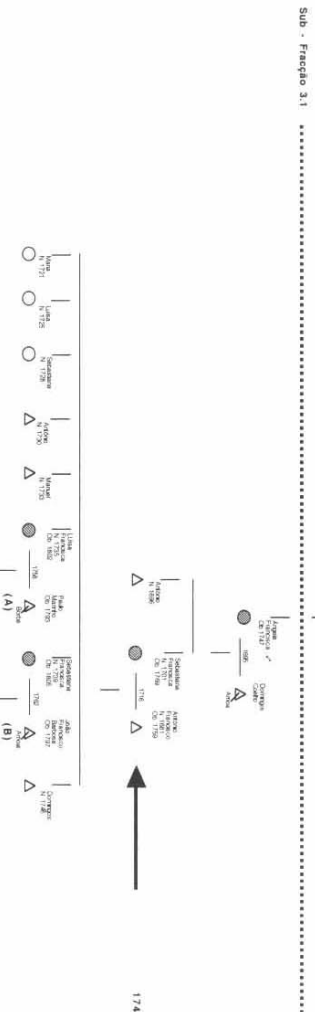
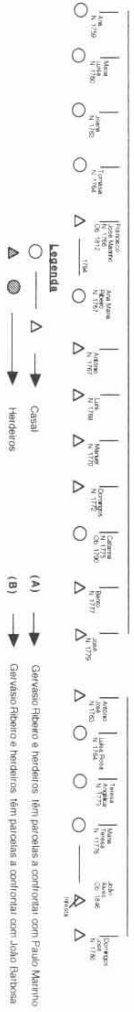
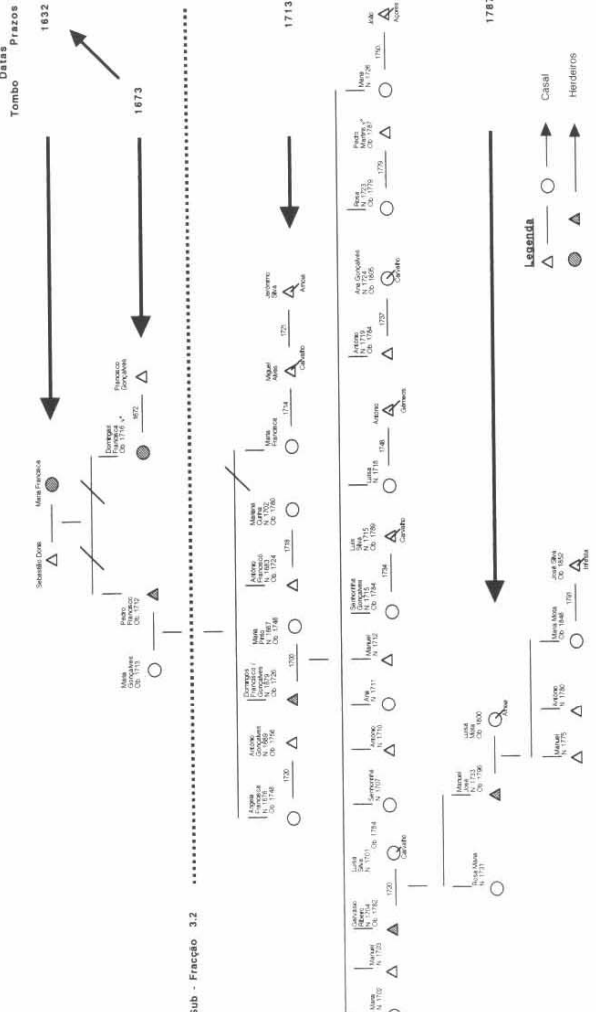


Fig. nº XXI. 1 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1632 - 1748)

Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - FRAÇÃO 3 e Sub - Fração 3.1

Fig. nº XXI. 2 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1632 - 1787)

Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - FRAÇÃO 3 e Sub - Fração 3.2



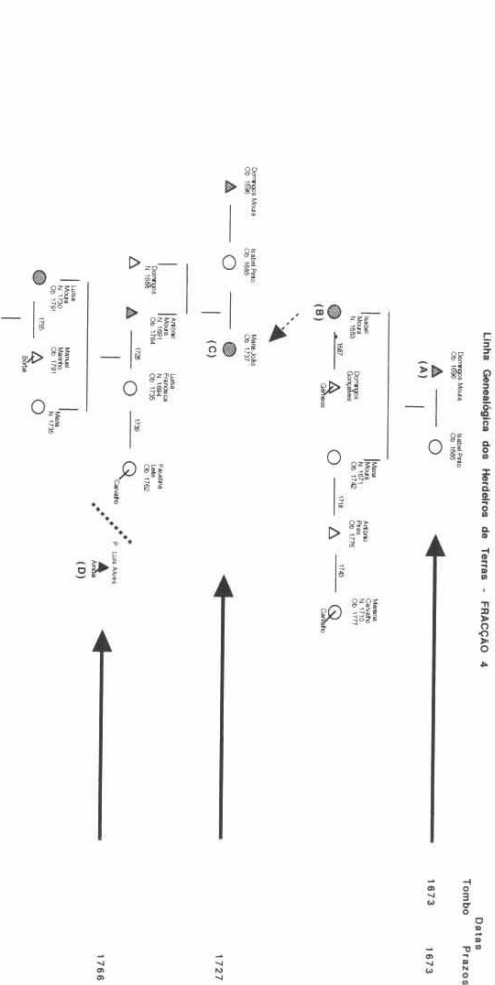
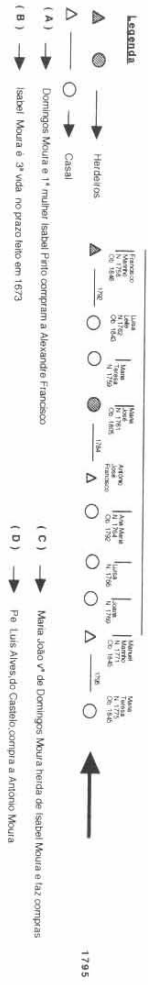
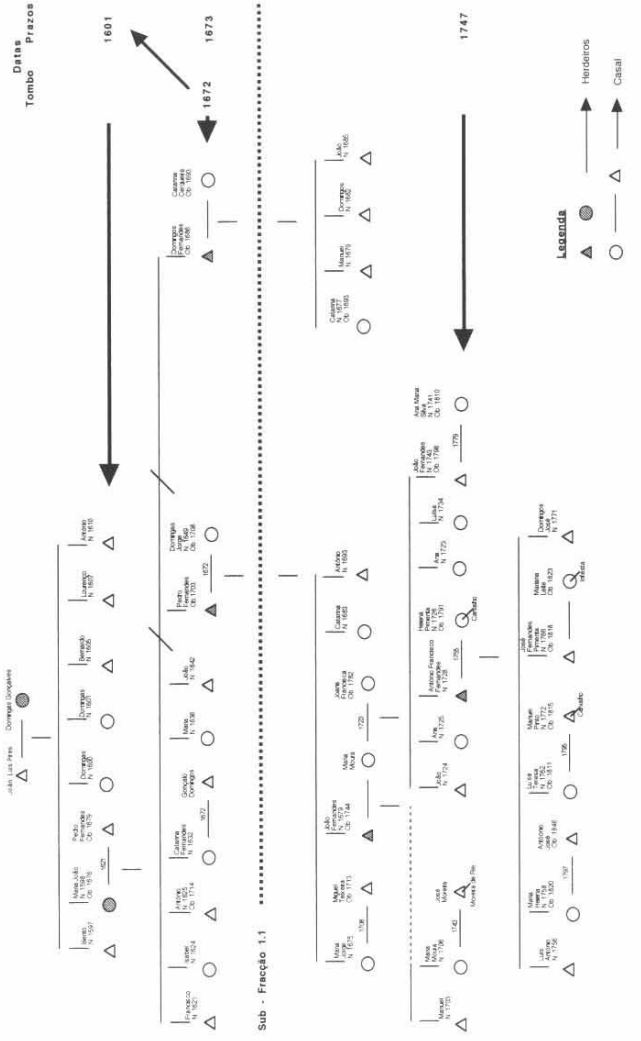


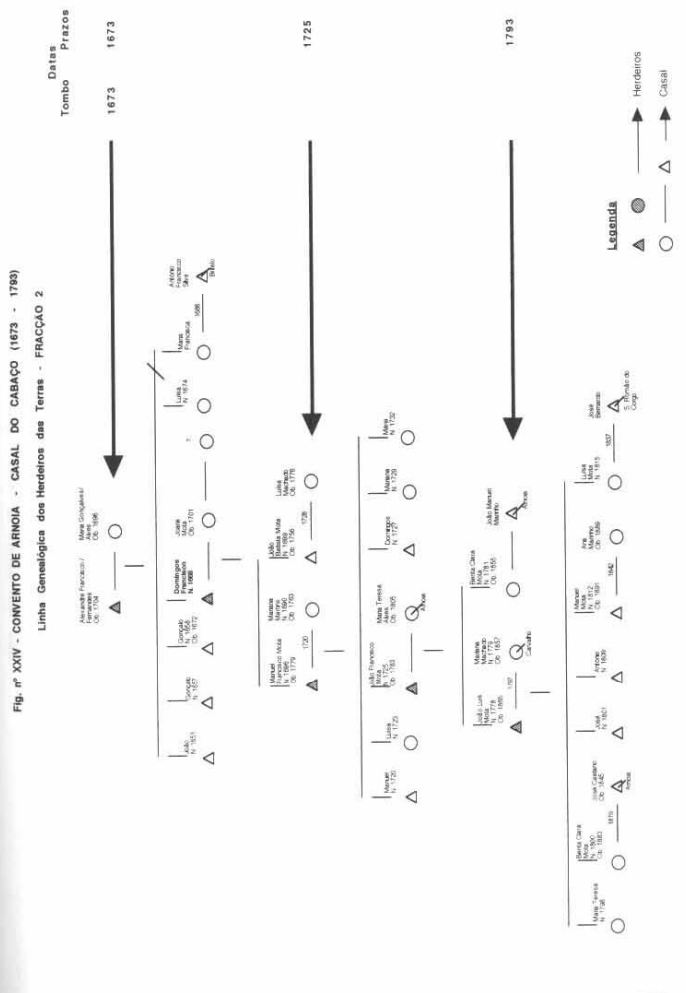
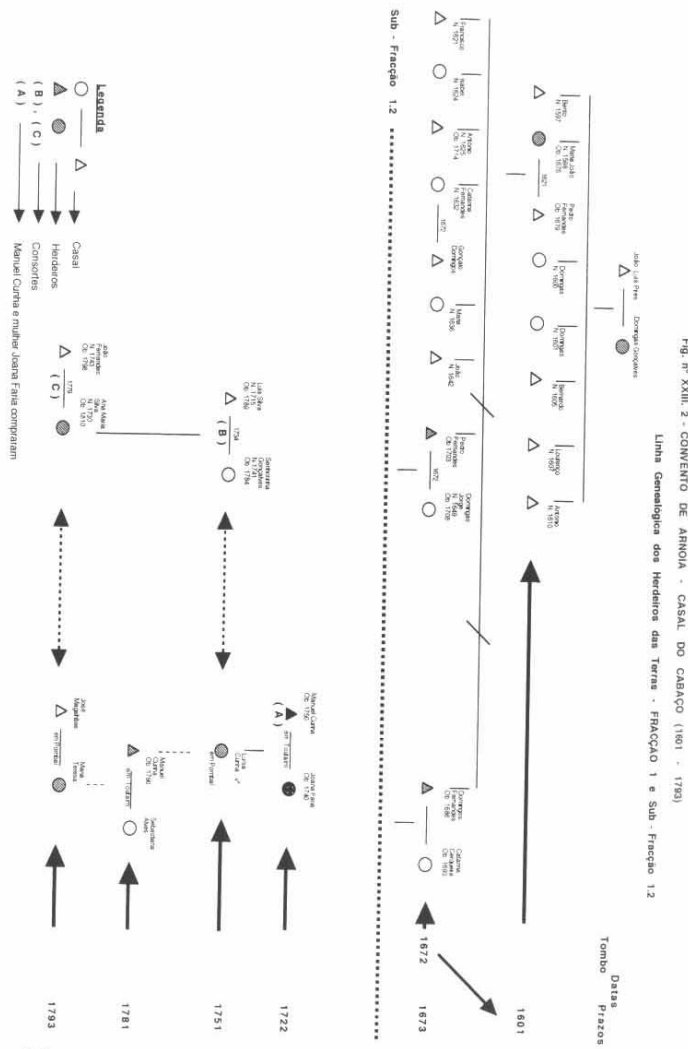
Fig. nº XXII - CONVENTO DE ARNOUA - CASAL DE TOULAIN (1873 - 1795)

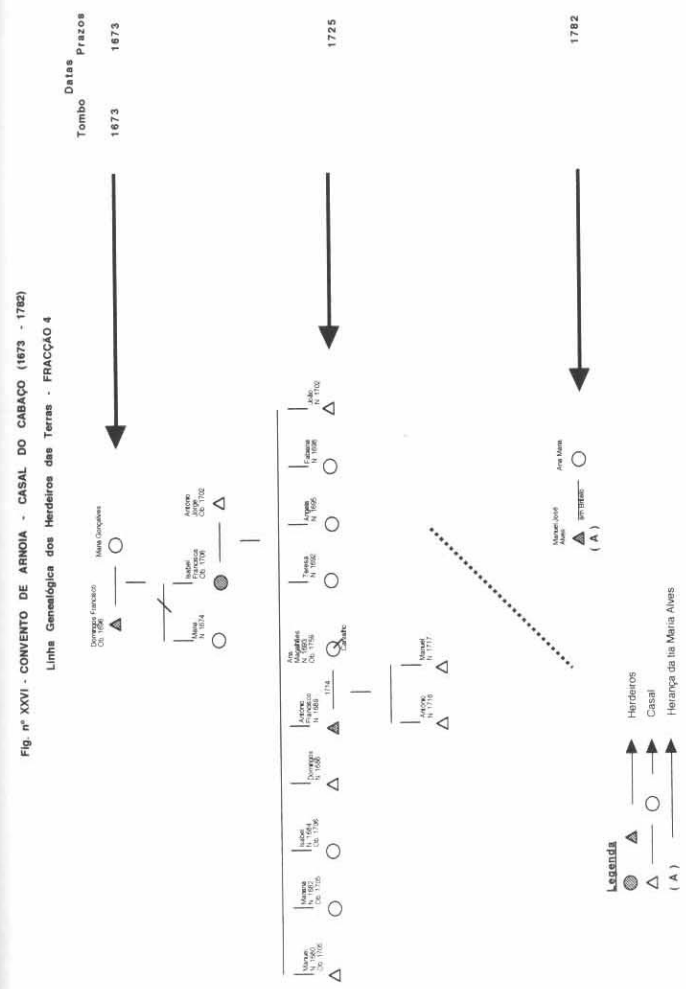
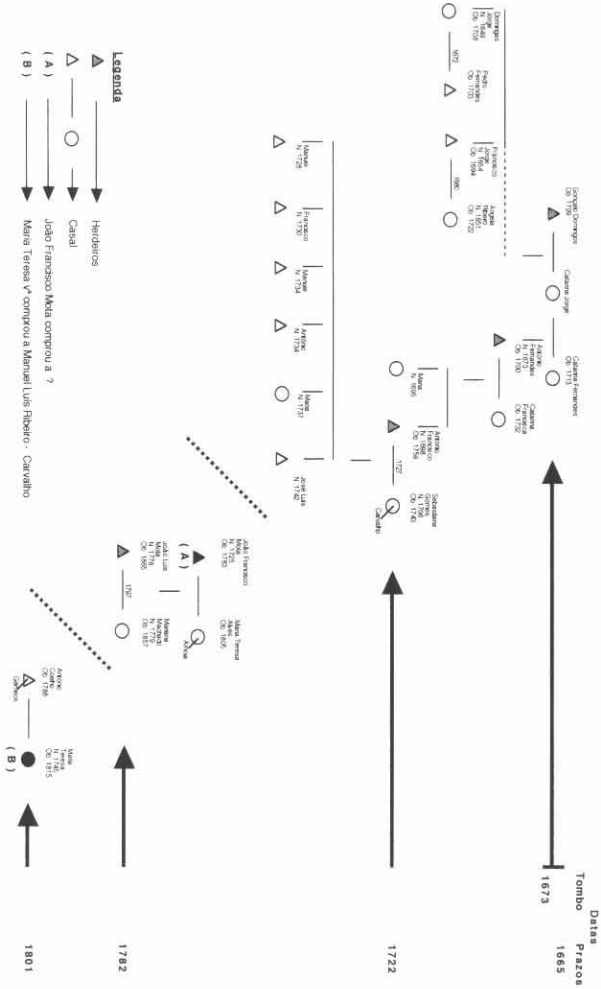
Linha Genealógica dos Herdeiros de Terras - FRAÇÃO 4

Fig. nº XXIII - CONVENTO DE ARNOUA - CASAL DO CABAÇO (1601 - 1760)

Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - FRAÇÃO 1 e Sub - Fração 1.1







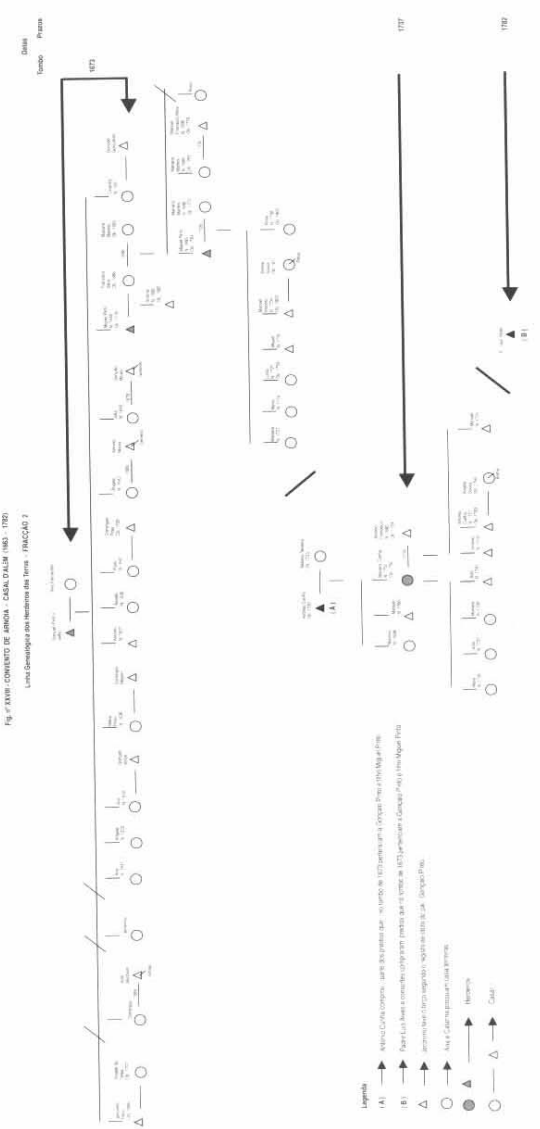
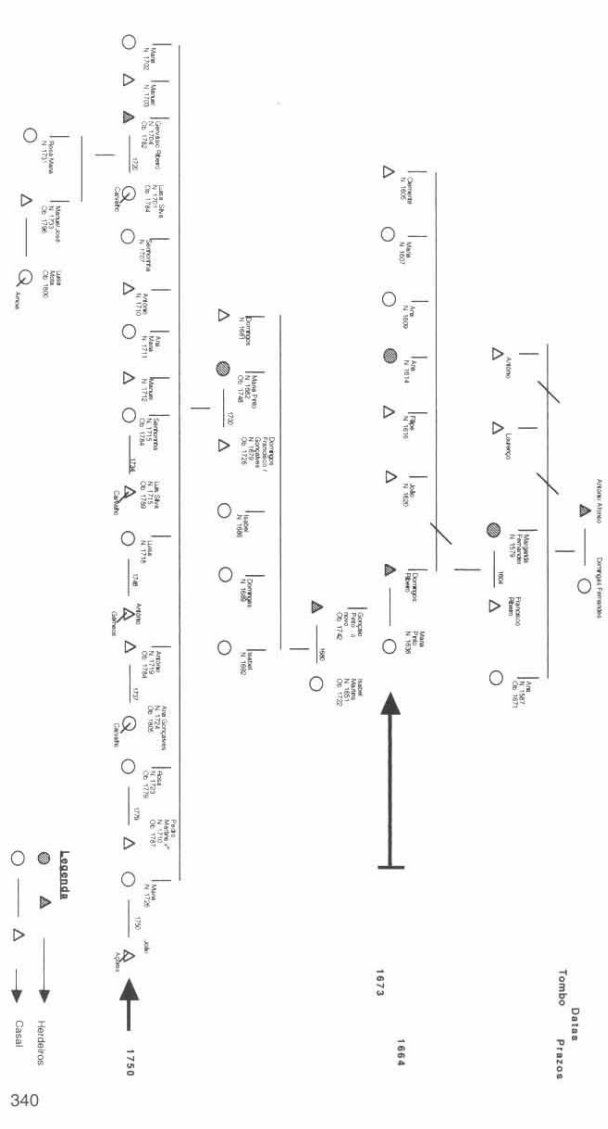


Fig. nº XXVII - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DALEM (1684 - 1750)  
 Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras - FRAÇÃO 1



**ANEXO II - QUADROS** (Sécs. XVII e XVIII)

Alfabetização

Áreas Agro-Florestais e Construídas da Propriedade Enfitêutica



Quadro Nº I - A Proveniência dos Nubentes (1623 - 1991)  
Famílias Estáveis em Stª Tecla

Freguesias do Concelho	Periodos								Total	
	1623 - 1799		1800 - 1919		1920 - 1959		1960 - 1991		H	M
	H	M	H	M	H	M	H	M		
Agilde	2	0	1	0	0	1	0	0	3	1
Arnoia	3	2	8	14	4	4	2	1	17	21
Basto ( Stª Tecla )	120	152	183	189	46	39	40	44	389	424
Basto ( S. Clemente )	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Borba da Montanha	4	2	9	7	1	1	3	2	17	12
Bríteo	3	1	2	2	3	1	4	3	12	7
Caçarihe	0	0	0	2	1	1	0	0	1	3
Carvalho	9	15	25	31	21	24	14	16	69	86
Canedo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Codessoso	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Corgo	0	0	0	0	1	0	2	0	3	0
Fervença	2	1	2	3	1	2	1	1	6	7
Gagos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Gémeos	2	1	2	8	5	3	0	0	9	12
Infesta	4	3	11	19	8	3	5	4	28	29
Mofares	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Moreira do Castelo	0	0	1	3	3	1	1	0	5	4
Ourihe	0	1	0	0	0	1	0	2	0	4
Rego	0	0	1	3	0	0	0	0	1	3
Ribas	0	0	3	1	0	0	0	0	3	1
Vale de Bouro	0	1	1	0	0	0	1	0	2	1
Veade	0	0	0	1	0	0	0	2	0	3
<b>Concelho ( Total )</b>	<b>149</b>	<b>179</b>	<b>249</b>	<b>287</b>	<b>94</b>	<b>81</b>	<b>73</b>	<b>75</b>	<b>565</b>	<b>622</b>
<b>Proveniência Des- conhecida</b>	<b>100</b>	<b>110</b>	<b>43</b>	<b>51</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>157</b>	<b>167</b>
<b>Proveniências Fora do Concelho Conhecidas</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>17</b>
<b>A Amostra ( Total )</b>	<b>257</b>	<b>294</b>	<b>297</b>	<b>346</b>	<b>111</b>	<b>87</b>	<b>76</b>	<b>79</b>	<b>741</b>	<b>806</b>

Fonte : Livros de Registo de Baptismos , Casamentos e Óbitos de Stª Tecla (1573 - 1991).

Quadro Nº II - A Proveniência dos Nubentes  
Enfiteutas de Stª Tecla (Sécs.XVII e XVIII)

Freguesias do Concelho	H	M
Arnoia	2	6
Basto (Stª Tecla)	41	39
Basto (S. Clemente)	1	0
Borba da Montanha	2	0
Carvalho	4	8
Gêmeos	2	0
Infesta	3	4
Rego	1	0
<b>Concelho ( Total )</b>	<b>56</b>	<b>57</b>
Proveniência Desconhecida	2	4
Proveniência Fora do Concelho	0	1
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>62</b>

Fontes :  *Livros de Registo de Casamentos (1573 a 1800).*  
Figs. III a XV e XIX a XXVIII, Anexo I.

Quadro Nº III - Relação entre o número de participantes e o número de nascimentos segundo o sexo (1700 - 1779)

Períodos	Nascimentos		Participantes com data de nascimento conhecida														
	H	M	Primeira assinatura = nível 1				Primeira assinatura > nível 1				Primeira assinatura >= nível 1						
			H	M	%	H	M	%	H	M	%	H	M	%			
			%		%		%		%		%		%				
1700 - 1709	68	65	5	...	7,9	...	...	...	...	...	13,2	...	...	...	...	20,5	...
1710 - 1719	77	59	15	...	19,4	...	...	...	...	...	11,7	...	...	...	...	31,1	...
1720 - 1729	76	63	9	...	11,8	...	...	...	...	...	26,3	1,6	...	...	...	38,1	1,6
1730 - 1739	93	89	11	...	11,8	...	...	...	...	...	18,2	...	...	...	...	30,1	...
1740 - 1749	103	74	10	...	9,7	...	...	...	...	...	10,6	...	...	...	...	20,3	...
1750 - 1759	87	78	5	...	5,6	...	...	...	...	...	18,3	...	...	...	...	24,1	...
1760 - 1769	99	105	5	...	5,1	...	...	...	...	...	17,1	0,9	...	...	...	20,2	0,9
1770 - 1779	89	98	5	...	5,6	...	...	...	...	...	11,2	...	...	...	...	16,8	...

Fonte :  *Livros de Registo de Nascimentos e Casamentos de Stª Tecla (1700 - 1779).*

Quadro Nº IV - Idade Média da Primeira Assinatura (1700-1779)

Períodos	De 10 a 14 Anos		≥ 15 Anos	
	Observações	Idade Média	Observações	Idade Média
1700 - 1709	2	12,5	12	25,5
1710 - 1719	6	12,5	18	20
1720 - 1729	3	12,6	26	26,9
1730 - 1739	4	11,7	24	23,3
1740 - 1749	1	11	20	24,1
1750 - 1759	2	11	19	29,6
1760 - 1769	2	13	20	25,7
1770 - 1779	1	11	14	34,6

Fonte : Livros de Registro de Baptismos e Casamentos de Stª Tecla (1700 - 1779).

Quadro Nº V - Evolução do Nível Médio das Assinaturas (1700 - 1779)  
Participantes com data de nascimento conhecida

Períodos	Nível ≥ 1				Nível > 1			
	1ª Assinatura		Última Assinatura		1ª Assinatura		Última Assinatura	
	Observações (nº)	Nível Médio	Observações (nº)	Nível Médio	Observações (nº)	Nível Médio	Observações (nº)	Nível Médio
1700 - 09	14	2,2	14	2,4	9	2,9	9	3
1710 - 19	24	1,8	24	2,1	9	3,1	9	3,3
1720 - 29	29	2,5	29	2,6	20	2,6	20	2,9
1730 - 39	28	2	28	2,2	17	2,6	17	2,8
1740 - 49	21	2	21	2,1	11	2,9	11	3,3
1750 - 59	21	2,5	21	2,7	16	2,8	16	3,2
1760 - 69	22	2,6	22	2,8	17	3,1	17	3,1
1770 - 79	15	2,2	15	2,5	18	2,8	18	1,5

Participantes com data de nascimento desconhecida

Períodos	Nível ≥ 1				Nível > 1			
	Primeira Assinatura		Última Assinatura		Primeira Assinatura		Última Assinatura	
	Observações (nº)	Nível médio	Observações (nº)	Nível médio	Observações (nº)	Nível médio	Observações (nº)	Nível médio
1700 - 09	19	1,8	19	2,1	8	2,9	11	2,9
1710 - 19	8	1,9	8	1,9	4	2,8	3	3
1720 - 29	10	1,3	10	1,5	2	2,5	3	2,6
1730 - 39	11	1,9	11	2	6	2,7	6	3,1
1740 - 49	12	1,5	12	2,3	3	3	4	3
1750 - 59	15	1,8	15	2,6	2	3	3	3,7
1760 - 69	10	2	10	2,4	6	2,7	7	3
1770 - 79	5	2,2	5	2,4	3	3	3	3,3

Fonte: Livros de Registro de Baptismos e Casamentos de Stª Tecla (1700-1779).

Quadro Nº VII - Os Assinantes com data de nascimento conhecida e os assinantes sem data de nascimento conhecida (1700-1779)

Períodos	Assinantes com data de nascimento conhecida		Assinantes sem data de nascimento conhecida	
	Nº	%	Nº	%
1700 - 09	9	52,9	8	47,1
1710 - 19	9	69,2	4	30,7
1720 - 29	20	90,8	2	9,1
1730 - 39	17	73,9	6	26,1
1740 - 49	11	78,5	3	21,4
1750 - 59	16	88,8	2	11,1
1760 - 69	17	73,9	6	26,1
1770 - 79	10	76,9	3	23,1

Fonte: Livros de Registo de Baptismos e Casamentos de Stª Tecla (1700 - 1779)

Quadro Nº VI - Evolução do Nível Médio das Assinaturas dos Participantes com Idades Compreendidas entre 10 e 20 Anos

Períodos	Nível $\leq 1$				Nível $> 1$			
	Primeira Assinatura Observações (nº)	Nível médio	Última Assinatura Observações (nº)	Nível médio	Primeira Assinatura Observações (nº)	Nível médio	Última Assinatura Observações (nº)	Nível médio
1700 - 09	3	2	3	2,6	1	4	2	3,5
1710 - 19	16	1,4	16	1,8	4	2,5	7	2,9
1720 - 29	10	2,2	10	3,1	7	2,7	9	3,3
1730 - 39	10	1,7	10	1,9	4	2,6	5	2,8
1740 - 49	6	2,3	6	2,6	4	3	4	3,5
1750 - 59	7	2,4	7	2,7	5	3	5	3,4
1760 - 69	10	2,5	10	2,8	8	2,9	9	3
1770 - 79	3	1,6	3	3	1	3	3	3

Fonte: Livros de Registos de Baptismos e Casamentos de Stª Tecla (1700 - 1779)

Ano	Observações	Áreas Construídas		Áreas Agrícolas		Área Total	Áreas na Exploração Agrícola		Áreas Construídas em Áreas Agrícolas	Observações
		Área (m²)	Porcentagem (%)	Área (m²)	Porcentagem (%)		Área (m²)	Porcentagem (%)		
1647	Miguel Machado Freire e mulher Francisca	39	100	36	720	600	582,9	41	35	302,40
1680	Miguel Machado Freire e mulher Francisca	16	772,40	16	772,40	222,9	100	12	16	772,40
1710	Dominicus Estêvão e Antonina Maria	35	832,40	35	394,60	437,8	casas cozimas com telhados	31	31	394,60

1 - Ocupação - estudo e aplicação de construção de suas características e condições  
 (1971 - 1981) QUANTO AO TÁBULO DE ÁREAS - CASAL DE S. MARTINHO - XI. Nº 0890

Quadro Nº VIII - COMENDA DE VEADO - CASAL DE S. MARTINHO (1674 - 1824)  
 Herdeiros e respectivas áreas construídas, de ocupação agrícola e mista

Ano	Herdeiros	Áreas Construídas		Áreas Agrícolas		Área Total	Áreas na Exploração Agrícola		Áreas Construídas em Áreas Agrícolas	Observações
		Área (m²)	Porcentagem (%)	Área (m²)	Porcentagem (%)		Área (m²)	Porcentagem (%)		
1674	Jorge Domingos, vº de Luiza Martins	1	885,40	1	885,40	426,6	3	1	1	885,40
1680	Jorge Domingos, vº Pedro Gonçalves e mulher Maria Martins	2	487,50	2	487,50	875,6	1	2	2	487,50
1710	Jorge Domingos, Domingos João e mulher Domingas Dias	1	479,30	1	479,30	90,8	3	1	1	479,30
1741	Domingos Dias, vº e Antônia casado com Mariana Teófilo	1	735,63	1	735,63	765,4	3	1	1	735,63
1772	Francisco Teixeira e mulher Luísa Teixeira Casal de S. Martinho	1	890,13	1	890,13	187,6	3	1	1	890,13
1824	Maria de Moura e Silva e marido Manoel Rosa	1	890,13	1	890,13	671,53	1	4	4	890,13

Fonte : A.M.B. - Tombo, Comenda de Veado  
 Livro 1021 (1680-1681) FOLDS 528-483 v. 483 v.-484 v.  
 Livro 1022 (1682-1683) FOLDS 528-483 v. 483 v.-484 v.  
 Livro 1061 (1740-1741) FOLDS 379-380 v. 380 v.  
 Livro 1101 (1771-1772) FOLDS 279 v.-301 v. v.

Ano	Eritheuta	Área Agrícola e Construída Total (m²)	Área Construída		Área Agrícola		Área Construída	Área Agrícola	Área Total (m²)	Produtos	Produtos da Exploração Agrícola		Área (m²)	Produtos	Área (m²)	Área Total (m²)	Área Agrícola e Construída Total (m²)	Observações		
			Produtos	Área (m²)	Produtos	Área (m²)					Produtos	Área (m²)							Produtos	Área (m²)
1600		13 583,30	1	252	1	752	1	1	1 202	casas construídas em terreno urbano	casas construídas em terreno urbano	casas construídas em terreno urbano	1	1	1	1 202	13 583,30	Terça-Feira Casal de Casal com Loureiros Francisco		
1710		14 152,90	8	261	8	1 191	2	2	1 292	casas construídas em terreno urbano	casas construídas em terreno urbano	casas construídas em terreno urbano	1	1	1	1 292	14 152,90	Domingos Gonçalves no título de Loureiros Francisco casado com Tereza Dias		
1723		15 026,40	9	280	9	1 191	3	3	1 226	casas construídas em terreno urbano	casas construídas em terreno urbano	casas construídas em terreno urbano	1	1	1	1 226	15 026,40	Domingos Gonçalves e mulher Maria Francisca		
1741		15 026,40	9	280	9	1 191	3	3	1 226	casas construídas em terreno urbano	casas construídas em terreno urbano	casas construídas em terreno urbano	1	1	1	1 226	15 026,40	Miguel Gonçalves e mulher Maria Gonçalves		

Herdeiros e respectivas áreas construídas de ocupação agrícola e mista - Fração 2

(4281 - 0891) QUINTA DA CASAL - CASAL DA QUINTA (1847 - 1784)

Ano	Eritheuta	Área Agrícola e Construída Total (m²)	Produtos da Exploração Agrícola		Área Construída	Área Agrícola	Área Total (m²)	Produtos	Área (m²)	Área Total (m²)	Produtos	Área (m²)	Área Total (m²)	Área Agrícola e Construída Total (m²)	Observações						
			Produtos	Área (m²)												Produtos	Área (m²)	Produtos	Área (m²)	Produtos	Área (m²)
1741		39 303,00	2	174,2	14	2 875,00	1	1	1 202	casas construídas em terreno urbano	casas construídas em terreno urbano	casas construídas em terreno urbano	1	1	1	1 202	39 303,00	Fátima Pinto, vª			
1772		47 158,10	14	234,4	14	2 875,00	1	1	1 202	casas construídas em terreno urbano	casas construídas em terreno urbano	casas construídas em terreno urbano	1	1	1	1 202	47 158,10	Francisco Teixeira e mulher Mariana Matias			
1784		47 158,10	14	234,4	14	2 875,00	1	1	1 202	casas construídas em terreno urbano	casas construídas em terreno urbano	casas construídas em terreno urbano	1	1	1	1 202	47 158,10	Francisco Luis Machado e mulher Mariana Matias			

Fonte : A. M. B. - Tombas, Comenda de Vende

Livro 1041 (1786-1788) FOL.S 459-460-461-462-463-464-465-466-467-468-469-470-471

Livro 1041 (1789-1791) FOL.S 323-324-325-326-327-328-329-330-331-332-333-334-335-336-337-338-339-340-341-342-343-344-345-346-347-348-349-350-351-352-353-354-355-356-357-358-359-360-361-362-363-364-365-366-367-368-369-370-371-372-373-374-375-376-377-378-379-380-381-382-383-384-385-386-387-388-389-390-391-392-393-394-395-396-397-398-399-400-401-402-403-404-405-406-407-408-409-410-411-412-413-414-415-416-417-418-419-420-421-422-423-424-425-426-427-428-429-430-431-432-433-434-435-436-437-438-439-440-441-442-443-444-445-446-447-448-449-450-451-452-453-454-455-456-457-458-459-460-461-462-463-464-465-466-467-468-469-470-471-472-473-474-475-476-477-478-479-480-481-482-483-484-485-486-487-488-489-490-491-492-493-494-495-496-497-498-499-500-501-502-503-504-505-506-507-508-509-510-511-512-513-514-515-516-517-518-519-520-521-522-523-524-525-526-527-528-529-530-531-532-533-534-535-536-537-538-539-540-541-542-543-544-545-546-547-548-549-550-551-552-553-554-555-556-557-558-559-560-561-562-563-564-565-566-567-568-569-570-571-572-573-574-575-576-577-578-579-580-581-582-583-584-585-586-587-588-589-590-591-592-593-594-595-596-597-598-599-600-601-602-603-604-605-606-607-608-609-610-611-612-613-614-615-616-617-618-619-620-621-622-623-624-625-626-627-628-629-630-631-632-633-634-635-636-637-638-639-640-641-642-643-644-645-646-647-648-649-650-651-652-653-654-655-656-657-658-659-660-661-662-663-664-665-666-667-668-669-670-671-672-673-674-675-676-677-678-679-680-681-682-683-684-685-686-687-688-689-690-691-692-693-694-695-696-697-698-699-700-701-702-703-704-705-706-707-708-709-710-711-712-713-714-715-716-717-718-719-720-721-722-723-724-725-726-727-728-729-730-731-732-733-734-735-736-737-738-739-740-741-742-743-744-745-746-747-748-749-750-751-752-753-754-755-756-757-758-759-760-761-762-763-764-765-766-767-768-769-770-771-772-773-774-775-776-777-778-779-780-781-782-783-784-785-786-787-788-789-790-791-792-793-794-795-796-797-798-799-800-801-802-803-804-805-806-807-808-809-810-811-812-813-814-815-816-817-818-819-820-821-822-823-824-825-826-827-828-829-830-831-832-833-834-835-836-837-838-839-840-841-842-843-844-845-846-847-848-849-850-851-852-853-854-855-856-857-858-859-860-861-862-863-864-865-866-867-868-869-870-871-872-873-874-875-876-877-878-879-880-881-882-883-884-885-886-887-888-889-890-891-892-893-894-895-896-897-898-899-900-901-902-903-904-905-906-907-908-909-910-911-912-913-914-915-916-917-918-919-920-921-922-923-924-925-926-927-928-929-930-931-932-933-934-935-936-937-938-939-940-941-942-943-944-945-946-947-948-949-950-951-952-953-954-955-956-957-958-959-960-961-962-963-964-965-966-967-968-969-970-971-972-973-974-975-976-977-978-979-980-981-982-983-984-985-986-987-988-989-990-991-992-993-994-995-996-997-998-999-1000

Fonte: A.M.B. - Tomboz, Comenda de Veados  
Livro 1021 - 1880-1881 FOLS. 459-463 v.473 v.-472)  
Livro104 (1799-1798 FOLS. 729-737 748-749 v.)  
Livro 1061 (1740-1741 FOLS. 397 v.- 398 v.)  
Livro 110 (1771-1772 FOLS. 301 v.- 305 v.)

Ano	Edifícios	Áreas Construídas e Anexos (m <sup>2</sup> )	Predios na Explicação Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Habituação	Áreas Construídas		Observações
			Predios	Áreas (m <sup>2</sup> )			Áreas	Tipos	
1772	Mogal Gonçalves e mulher Maria Gonçalves  <b>Casa da Vinha</b>	16 934,80	1	283,2	177	casal sobradado de 1 <sup>o</sup> e 2 <sup>o</sup> andar com escadaria de pedra  outras casas, um galinheiro com pedras (10x7x2)	9	87,1	
			2	193,9					
			3	1 077,20					
			4	2 617,20					
			5	2 981,50					
			6	1 089,00					
			7	1 089,00					
			8	4 341,50					
			9	1 790,30					
1824	Domingos Gonçalves v <sup>o</sup> e maria Ana e)	16 934,80	9	16 757,80	177			(v) Mogal que há 2 Du- menças Gonçalves a maria Ana.	

Quadro N° X ( cont.) - COMENDA DE VEADO - CASAL DA QUINTA (1880 - 1824)  
Herdeiros e respectivas áreas construídas de ocupação agrícola e mista - Fração 2

Herdeiros e respectivas áreas construídas de ocupação agrícola e mista - Fração 3  
Quadro N° X ( cont.) - COMENDA DE VEADO - CASAL DA QUINTA (1880 - 1794)

Ano	Entidade	Áreas Construídas e Anexos (m <sup>2</sup> )	Predios na Explicação Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Habituação	Áreas Construídas e Anexos Agrícolas		Observações
			Predios	Áreas (m <sup>2</sup> )			Áreas	Tipos	
1813	Luiz Fernando e mulher Maria Gonçalves.	12 603,70	1	58	12 489,70	casal com anexos e casa limpa com cozinha e banheiro	138	108,9	a) Venda metade a Luciano Francisco (fração 2 - prédio 8.)
			2	151,5					
			3	102,999					
			4	8,22					
			5	21,15					
			6	1,55					
1880	Domingos Fernandes e mulher Maria Gonçalves. Veados	16 598,00	1	387	16 274,90	casal com anexos e cozinha e banheiro	284	131,2	Preço 1 - E Domingos Esteves (fração 1 - prédio 4.) (4) renda parcelada
			2	105,28					
			3	1 029,99					
			4	1 275,9					
			5	2 079,99					
			6	1 686,64					
1703	Prédio e José Gonçalves	8 598,20	1	871,2	8 417,10	casal com anexos e cozinha e banheiro	179,1	21,8	Preço 1 - E Domingos Esteves (fração 1 - prédio 4.) (4) renda parcelada
			2	1 079,00					
			3	647,00					
1710	José Gonçalves e mulher Maria Bonama Jobo	8 598,20	1	1 079,00	8 417,10	casal com anexos e cozinha e banheiro	179,1	21,8	Preço 1 - E Domingos Esteves (fração 1 - prédio 4.) (4) renda parcelada
			2	388,1					
			3	2 796,10					
			4	1 730,20					
			5	1 020,80					
1741	Manuel Jobo e mulher Maria Francisca	11 411,90	1	1 079,00	11 213,20	casal com anexos e cozinha e banheiro	198,7	184,2	Preço 1 - E Domingos Esteves (fração 1 - prédio 4.) (4) renda parcelada
			2	306,70					
			3	2 796,10					
			4	1 730,20					
			5	1 020,80					
			6	1 889,50					

Fonte : A M B - Tombois, Comenda de Veades  
 Livro 102 (1860-1881 FOL.S. 459-483 V.467-489)  
 Livro 103 (1881-1898 FOL.S. 490-514 V.490-516)  
 Livro 104 (1898-1938 FOL.S. 529-574Z V.529-V)  
 Livro 105 (1938-1941 FOL.S. 575-603 V.575-603)  
 Livro 110 (1772-1772 FOL.S. 283-294 V)  
 Livro 110 (1773-1772 FOL.S. 283-294 V)  
 Livro 89 (1530-1546 FOL.S. 103-141)  
 Livro 89 (1728-1802 FOL.S. 94-218 I)

Ano	Eritheita	Área Agrícola / Miana e Construída Total (m²)	Fidejussão na Económico Agrícola		Total		Habituação		Área Construída		Observações
			Prédios Fidejussos	Área (m²)	Prédios	Área (m²)	Prédios	Área (m²)	Prédios	Área (m²)	
1772	Manuel Martinho e mulher Maria Fracalza	9.794,70	1	1.079,90	6	9.794,70	293,1	184,2	42,6		
	Casal da Quinta		2	3.865,00			Quintão; Cozinha; Pontes; Vornhas; Frit.		60,3		
			5	1.790,30							
			6	1.078,90							
			8	133,9							
1784	Manuel Martinho e mulher Mariana Fracalza	9.423,00	3	1.079,90	6	9.065,00	358,5	184,2	29,1		
			4	2.808,70					145,2		
			5	3.865,00							
			6	2.525,20							
			8	1.790,30							
			9	1.078,90							
			9	133,7							

Quadro Nº XII (cont.) - COMENDA DE VEADÉS - CASAL DA QUINTA (1813 - 1794)

Herdeiros e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e miana - Fracção 3

Quadro Nº XIX - COMENDA DE VEADÉS - CASAL DA QUINTA (1641 - 1772)

Herdeiros e respectivas áreas, construída de ocupação agrícola e miana - Fracção 4

Ano	Eritheita	Área Agrícola / Miana e Construída Total (m²)	Prédios Rusticos		Área (m²)		Prédios Rusticos	Prédios Agrícolas e/ou Rústicos		Total (m²)	Observações
			Prédios	Área (m²)	Prédios	Área (m²)					
1647	Ana Das Solanas e Maria Das Solanas	14.465,90	1	1.067,50	5	14.121,00	344,9	142,6	344,9		
1680	António de Matos e mulher Maria Antónia		2	796							
	Manoel Gomes Carvalho e Maria Matias		4	8.470,00							
	Manoel Gomes Carvalho e mulher Mariana Dias e filha Gonçalo Carvalho casa do com Ana Carvalho		5	2.668,80							
	# Gonçalo Carvalho doador netuno ao filho Gonçalo e netido a filha Mariana com Andre Tomaz		6	2.129,80							
1710	Manoel Martinho e mulher Maria Carolina	10.286,00	1	1.029,6	6	9.687,6	327,3	127,6	327,3		
			2	796							
			3	2.462,40							
			4	1.655,30							
			5	2.668,80							
			6	2.303,20							
1741	Maria Carvalho e o filho Manoel Mariano	3.593,30	1	601,6	3	436,60	156,8	72,6	156,8		
			2	1.052,70							
			6	2.303,20							
1753	Manoel Martinho e mulher Fabiana Mariano	14.918,20	1	139,2	5	14.615,60	302,6	139,2	302,6		
			2	808,90							
			4	9.904,50							
			5	2.668,10							
			6	726							



Ano	Estrutura	Áreas Construídas e Condições	Áreas Agrícolas		Áreas Condições		Observações
			Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	
1772	Mansão Materno e mulher Francisca Maria  <b>Casa do Loreno</b>	19 322,00	19 322,00	19 322,00	72,6 24,2	1) Estada a margem do rio, em área de várzea. 2) Melhorar: quebra de canteiro.	
7	Lula Materno e mulher Mariana Cav. Quares	18 322,00	18 322,00	96,8		1) Estada a margem do rio, em área de várzea. 2) Melhorar: quebra de canteiro.	

Fonte : A M B - Tombos, Comenda de Veade

(Livro 02 (1680-1681 FOLS. 459-463 V. 468-469)  
(Livro 04 (1704-1705 FOLS. 729-737, 744-745 V.)  
(Livro 05 (1711-1712 FOLS. 317-321 V.)  
(Livro 10 (1771-1772 FOLS. 379 V. 282 V.)  
- Prazos, Comenda de Veade  
(Livro 06 (1747-1748 FOLS. 106-111).

Quadro Nº XII ( cont. ) - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1647 - 1772)

Herdários e respectivas áreas, construídas, de ocupação agrícola e mista - Fracção 4

Ano	Estrutura	Áreas Construídas e Condições	Áreas Agrícolas		Áreas Condições		Observações
			Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	
1674	Sinhão Francisco e mulher	2 151,90	2 089,10	62,8	casas cozinhadas	4,8 28	
1680	Sinhão Francisco e mulher Maria Gonçalves	3 318,90	3 229,50	89	casas cozinhadas e muros de seixos cozinhados	7,91	
1710	Francisco Gonçalves e mulher Maria Francisca	1 752,80	1 633,00	119,8	casas cozinhadas e muros de seixos cozinhados	43,6 43,7	Prédio construído por Manuel Isidoro ( Fracção 3, prédio 6 V ) Prédio 5 construído pelo Terceno das Freguesas
1741	Manuel Francisco Vº casado 2º vez com Isabel Gonçalves	1 218,50	1 018,50	200	casas cozinhadas	83,8	
1753	Manuel Francisco e mulher Maria Francisca	1 666,50	1 572,10	94,4	casas cozinhadas	8,2	
1772	Antônio solteiro casado com Fabiana	1 666,50	1 572,10	94,4	casas cozinhadas	8,2	Uma variação de 1,8 m <sup>2</sup> em relação ao João Alves Couto.
1783	Antônio Francisco casado com Fabiana Francisca	1 666,50	1 572,10	94,4	casas cozinhadas	8,2	

Herdeiros e respectivas áreas, construídas e herdadas sucessivamente - Fracção 5

Quadro Nº XII ( cont. ) - COMENDA DE VEADE - CASA DA QUINTA (1647 - 1772)

Fonte : A M B - Tombos, Comenda de Veade  
(Livro 02 (1680-1681 FOLS. 459-463 V. 468-469 V.)  
(Livro 04 (1704-1705 FOLS. 729-737, 744-745 V.)  
(Livro 05 (1711-1712 FOLS. 317-321 V.)  
(Livro 10 (1771-1772 FOLS. 379 V. 282 V.)  
- Prazos, Comenda de Veade  
(Livro 06 (1747-1748 FOLS. 106-111).

Fonte : A. M. B. - Tombos, Comenda de Vau de São Francisco, Livro 104, 1709-1744 FOLS. 729 - 737 / Livro 106, 1746-1748 FOLS. 377 - 389 / Livro 110, 1771-1772 FOLS. 305 - 312 /

Ano	Estrutura	Área Construída e Total (m <sup>2</sup> )	Predios na Estrutura Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Habitacões		Áreas Construídas e Áreas Agrícolas		Observações
			Predios Habitados (nº)	Área (m <sup>2</sup> )		Tipo	Área (m <sup>2</sup> )	Tipo		
									Total	
1690	No sítio Banco Martins, sargos de João Francisco e mulher Catarina Martins e mulher Juliana Martins	87,1	1	50,8	1	36,3	38,7	38,7	33,2	3) O sítio de 1710 foi lido para pois, devido ao Embarçamento de 1709, 19,4 Juliana Martins v. sem 7,3 por o campo da dita p. por 200 m e a 1 casa na Quinta, por 20 m e a 3 Adroeiros Veloso não sobre o terreno.
1703	Domingos Martins e mulher Juliana Martins e)	219,7	1	31,8	2	86,5	29,1	29,1	33,2	
1741	João Francisco Costa e mulher Maria João por doação da sua esposa Mariana	272,3	2	97,4	2	158,9	76,2	76,2	33,2	
1753	João Alves Couto e mulher Mariana Francisca	272,3	2	97,4	2	158,9	37,2	37,2		
1772	João Alves Couto e mulher Mariana Francisca	272,3	2	97,4	2	158,9				
1824	Manuel Traveira e mulher Rosa Maria	272,3	2	97,4	2	158,9				

Quadro Nº XIV - COMENDA DE VAUDE - CASAL DA QUINTA (1680 - 1824)

Herdeiros e respectivas áreas - construída -, de ocupação agrícola e mista - Fracção 6

Quadro Nº XV - COMENDA DE VAUDE - CASAL DA QUINTA (1680 - 1824)

Herdeiros e respectivas áreas - construída e ocupada - Fracção 7

Ano	Estrutura	Área Construída e Consumida Total (m <sup>2</sup> )	Área Agrícola		Áreas Agrícolas		Observações
			Predios Habitados (nº)	Área (m <sup>2</sup> )	Tipo	Tipo	
1680	No sítio Banco Martins, sargos de João Francisco e mulher Mariana Francisca Isabel Dias v. a) Jeronima Dias v. e sua b) Antonio Leite das Regatas c) João Dias v. e Alfo Gonçalo (Legis de Marcos Francisco e)	3 313,80 (a,b,c)	4	81,7 (a) 47,2 (b) 14,6 (c) 2.653,90	3 144,30 (a,b,c)	169,5 (a) 99 (b)	24,2 e 14,5 (a) e 14,5 (b) com medidas aproximadas para o terreno. e) Marcos Francisco construiu esta
1703	No sítio de Jeronima Dias v. e Marcos Francisco Luzia Dias v. Gonçalo Lourenço e mulher Graça Francisca	4 004,40	4	199,7 (a) 3 713,50 (b)	3 913,20	90,8	habitação esta em medidas para o terreno.
1710	Gonçalo Dias e mulher Graça Francisca	4 004,00	4	199,7 (a) 3 713,50 (b)	3 913,20	90,8	habitação esta em medidas para o terreno.
1741	Miguel Francisco e Bernarda Silva ()	3 406,90	4	199,7 (a) 3 117,20 (b)	3 336,90	69	habitação esta em medidas para o terreno.
1772	Domingos Carvalho e mulher Ana B) Casal do Veloso	3 982,20	4	199,7 (a) 3 713,50 (b)	3 913,20	69	habitação esta em medidas para o terreno.
1781	Domingos Carvalho Pereira, sobrinho de Domingos Carvalho	3 982,20	4	199,7 (a) 3 713,50 (b)	3 913,20	69	habitação esta em medidas para o terreno.

Fonte : A. M. B. - Tombos - Comenda de Vau de São Francisco, Livro 102, 1680-1681 FOLS. 459 - 463 v. 464 - 465 / Livro 104, 1709-1744 FOLS. 729 - 737, 738 - 738 v / Livro 106, 1746-1748 FOLS. 378 - 379 / Livro 110, 1771-1772 FOLS. 304 v - 297 v /

Fonte : A M B - Tombos, Comenda de Veades  
Livro 022 (1680-1681 FOLS 459-463 v. 465-466 I)  
Livro 004 (1700-1708 FOLS 729-737-740 v. 741 v I)  
Livro 006 (1750-1741 FOLS 301-382-389-389 v I)  
Livro 101 (1772 FOLS 279 v. 282 v. 301 v. 303 v I)

Ano	Entidade	Área Construída e Condições Totais (m <sup>2</sup> )	Prédios na Encaptação Agrícola		Total Prédios (m <sup>2</sup> )	Prédios em Função Agrícola (m <sup>2</sup> )	Prédios em Função Urbana (m <sup>2</sup> )	Área Construída e Áreas Agrícolas	Área Agrícola	Observações
			Prédios	Área (m <sup>2</sup> )						
1680	Georgina Martins e mulher Maria Mariana	239,8	1 (a)	43,6	2	108,9	130,9	cozinha, casa sobradada, casa e dependência	33,9	29 (a) herdade Santa Ana, Fracção 9)
1710	Domeniga Martins e mulher Domingas Dias	300,4	1 (a)	62,9	2	130,7	189,7	cocina, casa sobradada, adega e apanzer	19,4	48 (a) b) Cu. prédio 3 e 5, no sítio de Manuel Malheiro e mulher Juliana Mariano (fracção 4, prédio 36 e 37 e respetivamente) Fracção 9)
1741	Luis Machado e mulher Luisa Alves	13 915,00	20	2 882,40	4	13 842,40	72,6	casa sobradada (a)	36,3	36 (a) b) Cu. prédio 3 e 5, no sítio de Manuel Malheiro e mulher Juliana Mariano (fracção 4, prédio 36 e 37 e respetivamente) Fracção 9)
1772	Luis Machado e mulher Luisa Alves	222,3	6 (d)	72,6	1	72,6	149,7	casa sobradada (b) e a dependência	113,4	36 (a) b) Cu. prédio 3 e 5, no sítio de Manuel Malheiro e mulher Juliana Mariano (fracção 4, prédio 36 e 37 e respetivamente) Fracção 9)
1824	António Alves Machado e mulher Maria Alves	222,3	1	72,6	1	72,6	149,7			36 (a) b) Cu. prédio 3 e 5, no sítio de Manuel Malheiro e mulher Juliana Mariano (fracção 4, prédio 36 e 37 e respetivamente) Fracção 9)

Quadro nº XVI - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1680 - 1824)

Herdários e respectivas áreas, construída de ocupação agrícola e mista - Fracção 8

Quadro Nº XVII - COMENDA DE VEADE - CASA DA QUINTA (1681 - 1824)

Herdários e respectivas áreas, construídas de ocupação agrícola e mista - Fracção 8

Ano	Entidade	Área Agrícola e Condições Totais (m <sup>2</sup> )	Prédios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )	Prédios em Função Agrícola	Total Prédios	Área (m <sup>2</sup> )	Prédios em Função Urbana	Área (m <sup>2</sup> )	Área Construída	Áreas Agrícolas		Observações
											Prédios	Área (m <sup>2</sup> )	
1680	Título de Semão Veleiro e mulher Maria Vaz Alvarado Veleiro e mulher Maria Vaz Alvarado Veleiro com Teresa Costa de Camêdy	658,0	4	658,0	1	1	4 658,00	1 (a)	4 658,00	00 658,0	00 658,0		n) Contratos de compra e venda de terras e a favor do D. João de Castro, Duque de Bragança e do D. João de Castro, Duque de Bragança e do D. João de Castro, Duque de Bragança.
1710	Alvarado Leite casado com Teresa Costa de Camêdy	658,0	4	658,0	1	1	4 658,00	1	4 658,00	00 658,0	00 658,0		
1723	Companhia de Rosemão do Casal de Crmo de Vila	658,0	4	658,0	1	1	4 658,00	1	4 658,00	00 658,0	00 658,0		
1741	Angela Ferreira vª de Rosemão de Fonseca do Casal de Crmo de Vila	658,0	4	658,0	1	1	4 658,00	1	4 658,00	00 658,0	00 658,0		
1772	António Fonseca solteiro, Crmo de Vila	658,0	4	658,0	1	1	4 658,00	1	4 658,00	00 658,0	00 658,0		
1824	João da Fonseca e mulher Joana Cunha, Crmo de Vila	658,0	4	658,0	1	1	4 658,00	1	4 658,00	00 658,0	00 658,0		

Fonte : A M B - Tombos, Comenda de Veades  
Livro 022 (1680-1681 FOLS 459-463 v. 472 v. 473 v I)  
Livro 004 (1700-1708 FOLS 729-737-740 v. 741 v I)  
Livro 006 (1750-1741 FOLS 301-382-389-389 v I)  
Livro 110 (1772 FOLS 279 v. 282 v. 301 v. 303 v I)

Fonte : A M B - Tombos, **Comenda de Veade**  
Livro 102 (1680-1681 FOLS 459-463 v.472-472 v.)

Ano	Eritheuta	Área Agriculta e Construida (m <sup>2</sup> )	Predios na Exploçãõ Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Habitacão		Área Construida		Observações
			Predios Rusticos	Área (m <sup>2</sup> )		Predios Rusticos	Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	
1680	Tudo Barroca/ Mourino Cebilha e terra Ara soil. Mama soil. terra de Pedro Francisco	214,1	1	76,6	3	108,9	29	Casa	29	No mesmo recenseamento 2 predios sem data assignada
			2	32,7						
			3	76,2						

Quadro Nº XVIII - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1680)  
Herdeiros e respectivas áreas, construida, de occupação agricola e mista - Fracção 10

Quadro Nº XIX - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1680 - 1772)

Herdeiros e respectivas áreas, construida, de occupação agricola e mista - Fracção 11

Ano	Eritheuta	Área Agriculta e Construida (m <sup>2</sup> )	Predios na Exploçãõ Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Habitacão		Área Construida (m <sup>2</sup> )	Área Agriculta (m <sup>2</sup> )	Observações
			Predios Rusticos	Área (m <sup>2</sup> )		Predios Rusticos	Área (m <sup>2</sup> )			
			Total (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )		Total (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )			
1680	Maria Gonçalves v.º de Andreino Gonçalves	6 283,20	1 3 328,40 2 2 875,00	2 2	6 203,40	2 2	65,3	1 60,5	14,5 a) Titulo de Domingos Mama (Fracção 1), predio 1 v.)	
1710	Miccos Francisco	6 288,10	1 3 328,40 2 2 875,00	2 2	6 203,40	2 2	65,3	60,5	24,2	
1741	Domingos Maria e mulher Mariana Texeira João Francisco Costa e mulher Maria João			1 29 3 b)	29	14,5	14,5	14,5	14,5 b) Titulo Simão Fran- cisco (Fracção 5)	
1753	Domingos Mamm			1 96,8	96,8				?	
1772	João Alves Couto	167	1 59,3	3 b)	59,3	1	10,9	10,9	?	

Fonte : A M B - Tombos , **Comenda de Veade**  
Livro 102 (1680-1681 FOLS 459-463 v.466-466 v.)  
Livro 104 (1708-1708 FOLS 729-737 v.742-742 v.)  
Livro 106 (1720-1721 FOLS 365-365 v.)  
Livro 101 **Comenda de Veade**  
Livro 108 (1727-1728 FOLS 317-321)

Ano	Estrutura	Área Agrícola / Matas e Construções Totais (m²)	Prédios na Extensão Agrícola				Áreas Construídas				Observações	
			Prédios Rústicos	Área (m²)	Prédios Totais	Área (m²)	Habitado		Áreas Agrícolas			
							Prédios Rústicos	Área (m²)	Prédios Totais	Tipo		Área (m²)
1880	Jose Domingos e mulher Francisca Gonçalves - da Lavandeira		1	6.276,60	1	6.276,60						a) Por herança de Jose Domingos
1710	Manuel Ferreira e mulher Maria Helena (mãe de Jose em Moura a)		1	6.276,60	1	6.276,60						b) António Leite Pereira da Ferreira, viúvo.
1741	António Leite Pereira da Ferreira (b)		1	6.276,60	1	6.276,60						
1771	João Leite Pereira da Ferreira	6.276,60	1	6.276,60	1	6.276,60						
?	António Manuel - Casal do Teixeira	6.276,60	1	6.276,60	1	6.276,60						

Fonte : A M B - Tombos, Comenda de Vaeade

Livro 102 (1680-1681 FOLS 469-483 v. 469 )  
 Livro 104 (1709-1738 FOLS 745 v.1 )  
 Livro 106 (1740-1741 FOLS 386 v. 387 )  
 Livro 110 (1771-1772 FOLS 321-323 )

Quadro Nº XX - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1680 - 1771)

Herdeiros e respectivas áreas, construídas, de ocupação agrícola e matas - Fração 12

Quadro Nº XXI - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTA (1680 - 1771)

Herdeiros e respectivas áreas, construídas, de ocupação agrícola e matas - Fração 5

Ano	Entidades	Área Agrícola e Construções Totais (m²)	Prédios Rústicos				Prédios Agrícolas e Construções Totais				Observações
			Prédios Rústicos	Área (m²)	Prédios Totais	Área (m²)	Prédios Rústicos	Área (m²)	Prédios Totais	Área (m²)	
1680	Maria do Rocio, solteira	82		1	67,8	1	67,8	14,5	14,5	14,5	a) Título de Matas Gonçalves, v.º 1 Fração 5, pleão 2)
1710	Maria Rocio, v.º	69		1	54,5	1	54,5	14,5	14,5	14,5	b) Título de Simão Franciscano (Fração 5)
1741	Título de Simão Franciscano b)										
1753	Pedro Oliveira Pedro Oliveira	77,9 49	1 1	67,8 36,3	1 1	67,8 36,3	10,1 10,1	10,1 10,1	10,1 10,1	10,1 10,1	

Fonte : A M B - Tombos, Comenda de Vaeade

Livro 102 (1680-1681 FOLS 469-483 v. 469 )  
 Livro 104 (1709-1738 FOLS 745 v.1 )  
 Livro 106 (1740-1741 FOLS 386-387 v )  
 Livro 108 (1747-1752 FOLS 153-158 v )

Fonte : AM B - Tombo, Convento de Arroia  
 Vol II ( 1771 - 1782 FOLS 433 - 461 v )  
 - Prazos, Convento de Arroia  
 Vol. 23 ( 1670-1674 FOLS 470 v - 482 )  
 Vol. 30 ( 1702-1712 FOLS 408 - 411 v )  
 Vol. 33 = ( 1766 FOLS 104 - 220 v )

Ano	Eritheia	Área Agrícola / Massa Construída Total (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Habitagem	Área (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Habitagem	Área Construída		Observações
			Prédios	Prédios				Prédios	Prédios			Prédios	Prédios			Prédios	Prédios	
1640	Clayente Ribeiro e mulher Domingas Fernandes	16 615,40	1	2	351,4	4	16 489,90	125,9	1	1 829,50	48,4	1	1 877,90	48,4	1	1 829,50	a) 1175 m <sup>2</sup> que não existem o todo do pai. b) Clavente Ribeiro de 1643. c) O Tombo de que cada um fez o seu prazo.	
1673	Clayente Ribeiro e filhas Domingas, Catarina e Argélia a)	15 769,40	1	2	81,7	7	15 549,10	220,3	1	3 000,80	48,4	1	3 049,20	48,4	1	3 097,60	b) A sentença de 1649 prazamento, lantado em 787 datado de 1673, foi a primeira de 1965 m <sup>2</sup> comprimentos	
1673	Clayente Ribeiro e filhas Domingas, Catarina e Argélia b)	15 769,40	1	2	81,7	7	15 549,10	220,3	1	3 000,80	48,4	1	3 049,20	48,4	1	3 097,60	c) Esta medição inclui que temo do prazo velho, horta e pabellão.	
1782	Leão José Ribeiro e mulher Joana Leite	47 061,70	1	2	4 269,70	7	46 815,80	245,9	1	17 915,30	139,1	1	18 104,40	139,1	1	18 303,50		

Quadro Nº XXII - CONVENTO DE ARROIA - CASAL DE TOUTAIM (1640 - 1782)  
 Herdeiros e respectivas áreas, construída de ocupação agrícola e m<sup>2</sup> - Fração 1

Quadro Nº XXIII - CONVENTO DE ARROIA - CASAL DE TOUTAIM (1640 - 1782)  
 Herdeiros e respectivas áreas, construída de ocupação agrícola e m<sup>2</sup> - Fração 2

Ano	Eritheia	Área Agrícola / Massa Construída Total (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Habitagem	Área (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Habitagem	Área (m <sup>2</sup> )	Observações	
			Prédios	Prédios				Prédios	Prédios			Prédios	Prédios					Prédios
1673 a)	Gregório Gonçalves e mulher Catarina Domingas	207	13	57,5	1	57,5	1	57,5	1	57,5	1	1	57,5	1	57,5	1	57,5	Gregório Gonçalves e mulher Catarina Domingas
1673 b)	Gregório Gonçalves e mulher Catarina Domingas b)	207	13	57,5	1	57,5	1	57,5	1	57,5	1	1	57,5	1	57,5	1	57,5	Gregório Gonçalves e mulher Catarina Domingas b)
1705	Domingas Maria e mulher Isabel Fernandes	205,6	13	96,6	1	96,6	1	96,6	1	96,6	1	1	96,6	1	96,6	1	96,6	Domingas Maria e mulher Isabel Fernandes
1766	Mana Gonçalves e marido António Araújo	191,2	13	96,6	1	96,6	1	96,6	1	96,6	1	1	96,6	1	96,6	1	96,6	Mana Gonçalves e marido António Araújo
	Consortes	150,1	0	79,9	1	79,9	1	79,9	1	79,9	1	1	79,9	1	79,9	1	79,9	Consortes
	Ana Francisco e sói c)																	Ana Francisco e sói c)
	Estevão Pereira e mulher Maria Ribeiro																	Estevão Pereira e mulher Maria Ribeiro

Fonte : A M B - Tombo, Convento de Arroia  
 Vol II ( 1771 - 1782 FOLS 472 - 473 v )  
 - Prazos, Convento de Arroia  
 Vol. 23 ( 1670-1674 FOLS 470 v - 482 )  
 Vol. 30 ( 1702-1712 FOLS 408 - 411 v )  
 Vol. 33 = ( 1766 FOLS 104 - 220 v )

Ano	Eritheia	Área Agrícola e Construída (m <sup>2</sup> )	Área Construída		Área Habitada		Área Habitada		Área Habitada		Observações
			Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	
1673 a)	Gonzalo Fernandes solteiro - da Noqueira	10	1694	2	2	2	2	2	2	2	a) 1 Tombo
1673 b)	Gonzalo Fernandes solteiro - da Noqueira	11	2 159,90	2	2	2	2	2	2	2	b) 1 Prazo
1715	Antonio Francisco casado com Ana Magalhães	11 (9)	1594	2	2	2	2	2	2	2	c) Antonio Francisco casado com Ana Magalhães

Fonte : A M B - Tombos, Convento de Anóia

Vol. II (1771 - 1782) FOLS. 472 - 474  
Vol. III (1783 - 1803) FOLS. 475 - 482  
Vol. IV (1804 - 1824) FOLS. 483 - 490  
Vol. V (1825 - 1845) FOLS. 491 - 500

Quadro Nº XXIII. 2 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673 - 1715)  
Herdeiros e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista - Fração 2, Sub - Fração 2.2

Ano	Eritheia	Área Agrícola e Construída (m <sup>2</sup> )	Área Construída		Área Habitada		Área Habitada		Área Habitada		Observações
			Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	
1673	Antonio Martins e mulher Catarina Dias	1 837,00	1	837,00	4	1 144,70	1	866,50	170,5	casas, terra de mato	24,2 a) Tombo, 44,4 b) Prazo, 90,8
1673	Antonio Martins e mulher Catarina Dias	1 781,60	1	781,60	4	1 144,70	1	866,50	125,1	casas, terra de mato	24,2 a) Tombo, 44,4 b) Prazo, 90,8
1715	Catarina solteira	191,9	1	191,9	1	40,9	1	40,9	151	casas, terra de mato	24,2 a) Tombo, 44,4 b) Prazo, 90,8

Fonte : A M B - Tombos, Convento de Anóia

Vol. II (1771 - 1782) FOLS. 471 b - 472 )  
Vol. III (1783 - 1803) FOLS. 473 - 482 )  
Vol. IV (1804 - 1824) FOLS. 483 - 490 )  
Vol. V (1825 - 1845) FOLS. 491 - 500 )

Ano	Estatueta	Área Construída ou Agrícola / Mista (m <sup>2</sup> )	Predios na Exploração Agrícola			Área Construída			Observações
			Predios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )	Total	Predios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )	Total	
<b>1873 a 1)</b>	Gracilda Gonçalves, mulher, Catarina Pinho e criadas Ana Pinho e João Maria (solteira e)	<b>233,6</b>	5 (1)	188,8	<b>1</b>	<b>188,8</b>	<b>44,8</b>	casal terra e colmço	
	Leonor solteira	<b>120,3</b>	12	63,3	<b>1</b>	<b>63,3</b>	<b>55</b>	casal terra e colmço e coelho	
	Ana solteira, irmã de Gregório Gonçalves						<b>46,6</b>	casal terra e colmço	
	Francisco solteiro	<b>227,6</b>	14	24,2	<b>2</b>	<b>192,1</b>	<b>35,7</b>	casal terra e colmço	
	Maria Antónia v <sup>o</sup> de João Francisco		15	167,9			<b>26,3</b>	casal terra e colmço	
	Maria Antónia v <sup>o</sup> de João Francisco	<b>399</b>	16	372,7	<b>1</b>	<b>372,7</b>	<b>48,4</b>	casal terra e colmço	
	Luís, João, caçador 2 <sup>o</sup> vez com João da Moura de Pousada						<b>48,4</b>	partidões velho e novo para cima da casa	
	Manuel João e mulher Maria Gonçalves das Lencas, Covas		17	338,8	<b>1</b>	<b>338,8</b>			24,2 206,9
	Cristóvão Ribeiro, Gregório Ribeiro e mulheres		18	511,8	<b>1</b>	<b>511,8</b>			

Fonte : A M B - Tombo, Convento de Annoia

Vol. II (1771 - 1782 FOLS 468 V - 475 I)

Quadro n<sup>o</sup> XXIII. 4 - CONVENTO DE ANNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673)  
Herdeiros e respectiva área construída, de ocupação mista e agrícola - Fração 2, Sub - Fração 2.4

Quadro n<sup>o</sup> XXIII. 4 - CONVENTO DE ANNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673)  
Herdeiros e respectiva área construída, de ocupação de exploração mista e agrícola - Fração 2, Sub - Fração 2.4

Ano	Estatueta	Área Construída ou Agrícola / Mista (m <sup>2</sup> )	Predios na Exploração Agrícola			Área Construída			Observações
			Predios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )	Total	Predios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )	Total	
<b>1873 a 1)</b>	Ana Pinho, v <sup>o</sup> irmã e criada Catarina Pinho - Casal d'Alm.	<b>265,3</b>	5 (1)	188,8	<b>1</b>	<b>220,5</b>	<b>44,8</b>	casal terra e colmço e coelho	70,8 a 1) Prato.
	Leonor solteira		12	63,3	<b>1</b>	<b>63,3</b>	<b>46,9</b>	casal terra e colmço e coelho	25,4 1) Prato - Casal d'Alm. - Fração 2
	Ana solteira, irmã de Gregório Gonçalves						<b>46,9</b>	casal terra e colmço	25,4 1) Prato - Casal d'Alm. - Fração 2
	Francisco solteiro	<b>227,6</b>	14	24,2	<b>2</b>	<b>192,1</b>	<b>35,7</b>	casal terra e colmço	14,5 1) Prato - Casal d'Alm. - Fração 2
	Maria Antónia v <sup>o</sup> de João Francisco		15	167,9			<b>36,3</b>	casal terra e colmço	14,5 1) Prato - Casal d'Alm. - Fração 2
	Maria Antónia v <sup>o</sup> de João Francisco	<b>399</b>	16	372,7	<b>1</b>	<b>372,7</b>	<b>48,4</b>	casal terra e colmço	14,5 1) Prato - Casal d'Alm. - Fração 2
	Luís, João, caçador 2 <sup>o</sup> vez com João da Moura de Pousada						<b>48,4</b>	partidões velho e novo para cima da casa	24,2 206,9
	Manuel João e mulher Maria Gonçalves das Lencas, Covas		17	338,8	<b>1</b>	<b>338,8</b>			
	Cristóvão Ribeiro, Gregório Ribeiro e mulheres		18	511,8	<b>1</b>	<b>511,8</b>			
	Francisco João e mulher Maria Domingas de Formosa		3	357,6	<b>2</b>	<b>606,2</b>	<b>35,4</b>	casal terra e colmço	13,6

Fonte : A M B - Pratos, Convento de Annoia

Vol. 2 (1820 - 1874 FOLS 470 V - 482 I)



Ano	Eritheia	Área Agrícola / Mista Construída Total (m²)	Prédios na Exploração Agrícola		Total (m²)	Habitación		Área Construída		Observações
			Prédios Rústicos	Área (m²)		Prédios Rústicos	Área (m²)	Área Construída Total (m²)	Tipos Agrícolas	
1632	Sebastião Doms e mulher Maria Francisca a)	6 082,90	1	152,5	118,2	68,7	casas térreas colmeia	19,1	coco	alfarinhos Sinto Francisco da Moqueira
			2	910						
			3	42,6						
			4	1.274,10						
			5	61,71						
			6	106,5						
			7	1.113,20						
			8	69,7						
			9	1.052,70						
			10	68,1						
			11	69,3						
			12	280,8						
13	1.274,10									
14	675,2									
15	96,8									
16	455,9									
17	617,1									
18	588,8									
19	19,0									
20	588,8									
21	20,0									
21	144									
<b>6 324,00</b>			<b>12</b>	<b>6 195,30</b>	<b>68,7</b>	<b>casas térreas colmeia</b>	<b>42,6</b>	<b>coco</b>	<b>10,6</b>	<b>prédios com 1, 2 ou 3 cômodos e muros de vidro nos prédios Francisco Gonçalves</b>
1673 b)	Pedro Francisco e mulher Maria Gonçalves b)	6 082,90	1	152,5	118,2	96,8	corte	19,1	coco	alfarinhos Sinto Francisco da Moqueira
			2	910						
			3	42,6						
			4	1.274,10						
			5	61,71						
			6	106,5						
			7	1.113,20						
			8	69,7						
			9	1.052,70						
			10	68,1						
			11	69,3						
			12	280,8						
13	1.274,10									
14	675,2									
15	96,8									
16	455,9									
17	617,1									
18	588,8									
19	19,0									
20	588,8									
21	20,0									
21	144									
<b>6 082,90</b>			<b>9</b>	<b>5 968,70</b>	<b>118,2</b>	<b>casas sobnada e cozinha/cuzina</b>	<b>96,8</b>	<b>corte</b>	<b>19,4</b>	<b>b) Terço, alfalinhos Sinto Francisco da Moqueira</b>

Quadro Nº XXV - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673 - 1787)

Herdeiros e respectivas áreas construídas de ocupação agrícola e mista - Fração 3

Ano	Eritheia	Área Agrícola / Mista Construída Total (m²)	Prédios na Exploração Agrícola		Total (m²)	Habitación		Área Construída		Observações
			Prédios Rústicos	Área (m²)		Prédios Rústicos	Área (m²)	Área Construída Total (m²)	Tipos Agrícolas	
1673 e)	Francisco Gonçalves e Negro e mulher Domingas Francisco	6 319,20	10	68,1	11	68,1	casas térreas e cozinha/cuzina	19,1	coco	alfarinhos Sinto Francisco da Moqueira
			11	14,8						
			12	544,5						
			13	1.274,20						
			14	203,3						
			15	87,7						
			16	87,7						
			17	326,2						
			18	66						
			19	505,8						
			20	1.415,70						
			20	20						
<b>6 319,20</b>			<b>10</b>	<b>6 249,20</b>	<b>11</b>	<b>68,1</b>	<b>casas térreas e cozinha/cuzina</b>	<b>19,1</b>	<b>coco</b>	<b>alfarinhos Sinto Francisco da Moqueira</b>
1748	Antonio Francisco e mulher Sebastião Francisca	4 329,00	E	45,9	10	118,2	casas térreas e cozinha/cuzina e celeiro	45,6	cortinas	alfarinhos Sinto Francisco da Moqueira
			F	48						
			G	50,3						
			H	50,3						
			I	1.274,1						
			J	590,8						
			K	1.274,1						
			L	87,7						
			M	87,7						
			N	326,2						
			O	66						
			P	505,8						
Q	1.415,70									
20	20									
<b>4 329,00</b>			<b>10</b>	<b>6 212,80</b>	<b>10</b>	<b>118,2</b>	<b>casas térreas e cozinha/cuzina e celeiro</b>	<b>45,6</b>	<b>cortinas</b>	<b>alfarinhos Sinto Francisco da Moqueira</b>

Quadro Nº XXIV, 1 - 1 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673 - 1787)

Herdeiros e respectivas áreas construídas de ocupação agrícola e mista - Fração 3, Sub - Fração 3, 1

Fonte : A M B - Tomba, Convento de Arroia  
 Vol II (1771 - 1782 FOLS. 462-468)  
 - Prazeres, Convento de Arroia  
 Vol II (1771 - 1782 FOLS. 462-468)  
 Vol III (1783 - 1793 FOLS. 146-183V)  
 Vol III (1797 - 1798 FOLS. 1 - 15V.)

Ano	Eritéuata	Áreas Construída Total (m <sup>2</sup> )	Predios ou Edifícios Agrícolas		Total (m <sup>2</sup> )	Habitación Tipo	Áreas Construídas		Observações	
			Predios Rústicos	Áreas (m <sup>2</sup> )			Total Áreas (m <sup>2</sup> )	Áreas (m <sup>2</sup> )		Anexos Agrícolas Tipo
1713	Domingos Francisco Gonçalves e mulher Maria Prata	6 824,80	1	362,3	6 708,40	11	116,2	96,8	19,4 (1) Uma escritura de doação devido a uma propriedade para propriedade que está no meio meio.	
			2	64,9						
			3	910,1						
			4	43,6						
			5	1 274,10						
			6	617,1						
			7	106,5						
			8	1 119,70						
			9	697						
1787	Manuel Silva e mulher Luisa Maria (1)	6 128,80	1	328	5 989,50	9	140,3	135,3	4,0	
			2	87,1						
			3	948,7						
			4	1 274,10						
			5	617,1						
			6	106,5						
			7	1 119,70						
			8	697						
			9	1 052,70						

Quadro Nº XXIV. 2 - CONVENTO DE ARROIA - CASAL DE TOUTAM (1671 - 1787)  
 Herdeiros e respectivas áreas, construídas, de ocupação agrícola e mata - Fração 3, Sub - Fração 3,2

Quadro Nº XXV. CONVENTO DE ARROIA - CASAL DE TOUTAM (1671 - 1787)  
 Herdeiros e respectivas áreas, construídas, de ocupação agrícola e mata - Fração 4

Ano	Eritéuata	Áreas Construída Total (m <sup>2</sup> )	Predios ou Edifícios Agrícolas		Total (m <sup>2</sup> )	Habitación Tipo	Observações	
			Predios Rústicos	Áreas (m <sup>2</sup> )				Total Áreas (m <sup>2</sup> )
1673 a (1)	Domínigos Moura e mulher Isabel Pinto (1)	5 659,7	0	118,2	5 412,60	5	247,1	38,7 a) Tomba, 24,2 b) Compra a Alvarado Francisco c) Prazo d) Partilha por meio de Isabel Moura e com gras e) Não se mediu por estes habéis 29 f) Compra a António Moura.
			1	1 633,30				
			2	2 289,30				
			3	595,8				
1673	Consores Ana Benita solteira Mina Nepolina solteira Domingos Moura e mulher Isabel Pinto	5 452,9	0	59	5 280,40	5	161,5	27,3
			1	1 503,30				
			2	2 289,30				
			3	595,8				
1727	Consores Ana Benita solteira Mina Nepolina solteira Mina João - viúva de Domingos Moura (1)	5 443,80	0	154,8	5 209,10	6	234,7	50,8 36,3
			1	1 300,40				
			2	2 289,30				
			3	1 525				
			4	696,8				
1766	Pudim, Luisa Alves Macedo - Castelo (1)	5 848,8	0	70,8	5 575,80	4	271	38,7
			1	1 810,20				
			2	1 198,60				
			3	677,6				



Ano	Estrutura	Área Construída Total (m <sup>2</sup> )	Produtos na Exploração Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Habitação		Áreas Construídas		Observações		
			Produtos	Áreas (m <sup>2</sup> )		Tipos	Áreas (m <sup>2</sup> )	Áreas (m <sup>2</sup> )	Áreas (m <sup>2</sup> )			
1747 (I. João Manuel Moura)		23 824,40	1	508,2	18	23 597,00	227,4	casal com chaminé e celeiro	43,7	quinteiro em Alpedrinha e noças adesp. ligal e calhano	16,7	
			2	493,7								707,9
			3									2 551,90
			4									2 466,40
			5									2 466,40
			6									672,3
			7									718,7
			8									2 495,60
			9									2 178,00
			10									3 270,80
			11									712,7
			12									1 184,30
			13									923,7
			14									2 797,50
			15									7
			16									655,3
			17									
18												

Quadro Nº XXV.1 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1691 - 1793)

Herdeiros e respectivas áreas, construídas, de ocupação agrícola e mista - Fração 1, Sul - Fração 1'

Quadro Nº XXV.2 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1691 - 1793)

Herdeiros e respectivas áreas, construídas, de ocupação agrícola e mista - Fração 1, Sub-Fração 1.2

Ano	Estrutura	Área Construída Total (m <sup>2</sup> )	Produtos na Exploração Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Habitação		Áreas Construídas		Observações	
			Produtos	Áreas (m <sup>2</sup> )		Tipos	Áreas (m <sup>2</sup> )	Áreas (m <sup>2</sup> )	Tipos		
1722 Manuel Cunha e mulher, João (Filia B)		32 264,00	1	406,9	19	31 550,30	814,3	casal com sala de visitas despendida para casa térrea com chaminé e corte	36,3	quinteiro e servente com corte	228,7
			2	2 437,60							
			3	2 502,00							
			4	2 418,00							
			5	1 050,4							
			6	2 418,00							
			7	99 174,2							
			8	4 400,52							
			9	2 131,00							
			10	96 671,1							
			11	38 214,1							
			12	5 98							
			1751 Luís Cunha,ª e Filha (Filia C)  Consorte Luís Silva e mulher Sordomha Geopais								
2	30,3										
3	762,3										
4	1 725,30										
5	1 747,97										
6	2 525,20										
7	2 525,20										
8	2 525,20										
9	2 525,20										
10	2 525,20										
11	2 525,20										
12	2 525,20										
13	2 525,20										

Ano	Entidade	Área Agrícola / Matas e Condições (m²)	Prédios		Área (m²)	Prédios		Área (m²)	Total (m²)	Observações	
			Prédios Urbanos	Prédios Rurais		Prédios Urbanos	Prédios Rurais				
1673 e 1725	Alexandre Francisco e mulher Maria Alves Gonçalves	37 903,00	1	51	956,3	1	51	124,1	10 124,1	casas sob coberto e colinas com muros e cercas e habitações rústicas em habitações com muros e cercas	
			2	2	313,3						casas sob coberto com muros e cercas
			3	3	27,3						casas sob coberto com muros e cercas
			4	4	27,3						casas sob coberto com muros e cercas
			5	5	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			6	6	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			7	7	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			8	8	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			9	9	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			10	10	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			11	11	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			12	12	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			13	13	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
1725	Manuel Afonso e mulher Mariana Mendes	38 330,00	1	51	956,3	1	51	37 777,99	1 085,31	casas sob coberto com muros e cercas e habitações rústicas em habitações com muros e cercas	
			2	2	115,7						casas sob coberto com muros e cercas
1673 e 1725	Alexandre Francisco e mulher Maria Alves Gonçalves	37 903,00	1	51	956,3	1	51	124,1	10 124,1	casas sob coberto e colinas com muros e cercas e habitações rústicas em habitações com muros e cercas	
			2	2	313,3						casas sob coberto com muros e cercas
			3	3	27,3						casas sob coberto com muros e cercas
			4	4	27,3						casas sob coberto com muros e cercas
			5	5	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			6	6	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			7	7	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			8	8	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			9	9	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			10	10	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
1725	Manuel Afonso e mulher Mariana Mendes	38 330,00	1	51	956,3	1	51	37 777,99	1 085,31	casas sob coberto com muros e cercas e habitações rústicas em habitações com muros e cercas	
			2	2	115,7						casas sob coberto com muros e cercas
			3	3	27,3						casas sob coberto com muros e cercas
			4	4	27,3						casas sob coberto com muros e cercas
			5	5	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			6	6	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			7	7	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			8	8	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			9	9	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			10	10	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			11	11	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			12	12	28,2						casas sob coberto com muros e cercas
			13	13	28,2						casas sob coberto com muros e cercas

Quadro Nº XXVII - CONVENTO DE ARIJOIA - CASA DO CABACO (1673 - 1725)

Herdeiros e respectivas áreas construídas e ocupadas em 1725

Quadro Nº XXVI, 2 - CONVENTO DE ARIJOIA - CASAL DO CABACO (1601 - 1725)

Herdeiros e respectivas áreas construídas, de ocupação agrícola e mista - Fração 1 - Sub - Fração 1.2

Ano	Entidade	Área Agrícola / Matas e Condições (m²)	Prédios		Área (m²)	Prédios		Área (m²)	Total (m²)	Observações	
			Prédios Urbanos	Prédios Rurais		Prédios Urbanos	Prédios Rurais				
1725	Manuel Afonso e mulher Mariana Mendes	28 465,60	1	445,3	2 437,60	1	4	25 227,80	1 237,80	casas sob coberto e colinas com muros e cercas	
			2	4	261,20						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			3	4	248,00						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			4	5	248,00						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			5	7	1 171,90						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			6	7	1 171,90						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			7	10	2 371,60						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			8	11	2 352,20						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			9	13	2 894,50						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			10	14	2 526,50						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			11	15	2 942,70						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			12	16	2 029,80						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			13	18	1 064,80						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
1725	Manuel Afonso e mulher Mariana Mendes	27 920,00	1	248,6	30,3	1	4	2 783,50	34,1	casas sob coberto e colinas com muros e cercas	
			2	12	762,3						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			3	13	1 725,20						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			4	8	1 064,80						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			5	12	248,6						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			6	12	30,3						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			7	13	1 725,20						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			8	8	1 064,80						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			9	12	248,6						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			10	12	30,3						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			11	13	1 725,20						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			12	8	1 064,80						casas sob coberto e colinas com muros e cercas
			13	12	248,6						casas sob coberto e colinas com muros e cercas

Fonte : A M B - Tombos, Convento de Arioia  
 Vol. II (1771 - 1782 FOLS 431 - 436v)  
 - Prázis, Convento de Arioia  
 Vol. 23 (1870 - 1782 FOLS 431 - 436v)  
 Vol. 8 (1742 - 1752 FOLS 64 - 72.1)  
 Vol. 8 (1752 - 1762 FOLS 72.1 - 80.1)  
 Vol. 6.5 (1730 - 1750 FOLS 62 - 64.4)  
 Vol. 16 (1728 - 1732 FOLS 08 - 20v)  
 Vol. 96 (1733 - 1736 FOLS 173 - 186v)

Fonte : A M B - Tombo, Convento de Arnoia  
 Vol II (1771-1782 FOLS 437-442 )  
 - Prazos, Convento de Arnoia  
 Vol 23 (1670-1674 FOLS 651V-488V )  
 Vol 10c (1735-1737 FOLS 373-392V )  
 Vol 36 (1793-1795 FOLS 124-142 )

Ano	Estrutura	Área Construída (m <sup>2</sup> )	Área Agrícolas		Área Construída (m <sup>2</sup> )	Habitagem (m <sup>2</sup> )	Total (m <sup>2</sup> )	Área Agrícola Aplicada		Total (m <sup>2</sup> )	Observações						
			Tipo	Área (m <sup>2</sup> )				Total	Área (m <sup>2</sup> )			Total					
													Área (m <sup>2</sup> )	Preços na Estrutura Agrícola			
1793	Júlio Luis Moia	46 592,00				b)	1 224,10	18,5	1	18,5	Luis Azevedo - Casado (Anoia d)						
												1	668,3	15	45 467,90	1	124,10
												2	585,1				
												3	1 270,60				
												4	2 297,50				
												5	958,3				
												6	2 108,70				
												8	4 989,00				
												9	3 024,70				
												10	4 278,80				
												11	2 856,90				
												12	2 856,90				
												13	2 815,60				
												14 c)	11 025,10				
												15	1 341,10				

Quadro N° XXVIII ( cont. ) - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO ( 1673 - 1793 )

Herdários e respectivas áreas, construída de ocupação agrícola e mista - Fração 2

Quadro N° XXVIII - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO ( 1665 - 1801 - 1801 )  
 Herdários e respectivas áreas, construída de ocupação agrícola e mista - Fração 3

Ano	Estrutura	Área Construída (m <sup>2</sup> )	Área Agrícolas		Área Construída (m <sup>2</sup> )	Habitagem (m <sup>2</sup> )	Total (m <sup>2</sup> )	Área Agrícola Aplicada		Total (m <sup>2</sup> )	Observações					
			Tipo	Área (m <sup>2</sup> )				Total	Área (m <sup>2</sup> )			Total				
													Área (m <sup>2</sup> )	Preços na Estrutura Agrícola		
1665	Gonçalo Domingos e mulher Catarina Fernandes	7 824,60					16,3	5	7 759,90	5	14,5 b) A mesma estrutura construída em 1615 - Gonçalo Ribeiro Leal e a 1ª esposa. Se casar a 1ª vida. Se não casar a 2ª vida.					
												1	185,1			
												2	1 421,80			
												3	4 683,90			
1673	Marta Negreiros, mulher (b)	230,5					96,8	1	96,8	1	c) Herdeiros do pai João Francisco Moia, que comprou					
												1	185,1			
												2	1 421,80			
												3	4 683,90			
1722	Antonio Francisco soeiro	7 917,00					16,3	5	7 849,90	5	d) Herdeiros do pai João Francisco Moia, que comprou					
												1	185,1			
												2	1 421,80			
												3	4 683,90			
1782	Júlio Luis Moia c)	9 153,10					13,9	5	6 080,90	5	e) Inclui o prédio 4 - O mesmo prédio demitido em 1665					
												1	217,8			
												3	4 397,10			
												4	1 452,00			
1801	Marta Alves - Lacerda Marta Teresa vª (d) Consartes Luis Marmelo e mulher f) Francisco Oliveira e mulher g) Júlio Pereira e mulher h) Manuel Marmelo e mulher i) Antonio José Pereira e mulher j) Antonio José Pereira e mulher k)						1 421,80	1	1 421,80	1	l) Compra de Pr. Luis					
												2	1 421,80			
												3	1 421,80			
												4	1 421,80			

Fonte : A M B - Tombo, Convento de Arnoia  
 Vol II (1771-1782 FOLS 437V-448)  
 - Prazos, Convento de Arnoia  
 Vol 3c (1700-1740 FOLS 661-668V )  
 Vol 21 (1682-1689 FOLS 354V-367V )  
 Vol 15 (1781-1782 FOLS 222-232V )







Ano	Entidade	Área Agrícola / Mesa e Construções Totais (m²)	Predios na Expansão Agrícola Total		Área Construída (m²)	Áreas Agrícolas	Observações		
			Predios Rústicos	Área (m²)				Predios Áreas (m²)	Área (m²)
1782	Padre Luis Alves Macedo - Castelo (Anos 8)	116 741	1	7 898,56	14	113 361	3 379,50	ig)Compra *Contem uma nota	
			2	1 237,06					Assento de casa, lico,romeis,abo, vira,quinto com portas frontais
			3	6 250,86			####		
			4	8 182,06					
			5	5 590,20					
			6	3 775,20					
			8	3 885,70					
			9	1 385,20					
			10	38 091,16					
			11	8 712,06					
			11,1	5 009,40	7				
			12	12 523,50					
			14	4 638,50					
			16						

Quadro Nº XXXI.2 - CONVENTO DE ANNOIA - CASAL DALEM (1673 - 1782)  
Herdeiros e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista - Fração 2, Sub - Fração 2.2

Quadro Nº XXXI.2 ( cont. ) - CONVENTO DE ANNOIA - CASAL DALEM (1673 - 1782)

Ano	Entidade	Área Agrícola / Mesa e Construções Totais (m²)	Predios na Expansão Agrícola Total		Área Construída (m²)	Áreas Agrícolas	Observações		
			Predios Rústicos	Área (m²)				Área Construída	
								Predios	Área (m²)
1782	Consores do Padre Luis (i) João Alves - Castelo		8	3 775,20	4	15	387,00	(i) Compra, (j) Passar no Casal de Toulam - Fração 2 - Sub - Fração 2.1	
			0,13	1 118,00					
			22	7 623,00					
			26	2 850,80					
			24	3 201,00	1	3	281,00		
			17	5 269,60					
			28	3 590,00					
			29	1 169,00					
			23	2 286,96	2	2	286,96		
			7	5 430,50	3	15	185,50		
			27	6 860,70					
			30	2 894,30					
			13	363	1	1	363		
			30	5 227,2	1	1	5 227,2		48,4
20	2 374,9	1	1	2 374,9					

Fonte : A M B - Tombo, Convento de Annoia  
Vol. III ( 1771 - 1782 FOLS. 481 v - 486 v )  
- Prazeres, Convento de Annoia  
Vol. 5.c ( 1700 - 1750 FOLS 367 - 373 v )  
Vol. 16 ( 1781 - 1782 FOLS. 233 - 249 )

Ano	Entidade	Área Construída e Mista		Área Agrícola / Mista		Área Construída		Área Agrícola		Área Construída		Observações	
		Total (m²)	Prédios Rústicos	Área (m²)	Prédios (m²)	Total (m²)	Prédios (m²)	Área (m²)	Total (m²)	Habitado			
										Área (m²)	Prédios (m²)		Prédios Rústicos
1791 a)	Júlio Meira e mulher Maria Teresa	18 402,90	1	4 114,00	4	15 311,30	3 091,60	3 091,60	1	1	1	1	Uma parte do Casal Acóris não foi incluída na Quinta do Vernal.
			2	125,6									
			3	7 290,00									
			4	3 811,50									

Fonte : A M C B - Tombos  
Tomo das Frequências de Imóveis e Sítios, Tomo V (1797 - 1798 FOLS 396 v. 271).

Quadro N° XXII - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DA REGADA ( 1791 )  
Eficientes e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista

Ano	Entidade	Área Construída e Mista		Área Agrícola / Mista		Área Construída		Área Agrícola		Área Construída		Área Agrícola		Observações
		Total (m²)	Prédios Rústicos	Área (m²)	Prédios (m²)	Total (m²)	Prédios (m²)	Área (m²)	Total (m²)	Prédios (m²)	Área (m²)	Total (m²)	Prédios (m²)	
1795	Antônio Alves Machado		1	2 456,30	3	6 172,20								
			2	3 639,70										
			3	79,2										
	Maniana Francisca, vª		4	3 151,8	2	6 305,3								
	Manuel Teixeira		5	5 969,50										
	Manuel Teixeira		6	709,70	2	1 242,10								
	Miguel Gonçalves		7	532,4										
	Antônio Francisco		8	1 573,60	1	1 573,60								
	Manuel Francisco		9	610,1	2	2 003,20								
	Francisco Luis Machado		10	1 193,10										
	Júlio Dias de Paesada, Carvalho		11	1 977,30	1	1 977,30								
	Manuel Alves		12	6 532,30	2	6 969,60								
	Ademir Coelho		13	532,4										
	Manuel Marinho Costa		14	1 415,70	1	1 415,70								
	Júlio Costa		15	588,1	1	588,1								
			16	389,6	1	389,6								
			17	833,7	1	833,7								
			18	97,7	1	97,7								

Fonte : A M C B - Tombos  
Tomo das Frequências de Imóveis e Sítios, Tomo V (1797 - 1798 FOLS 381 - 385 v. 1).

Ano	Entidade	Áreas Constituídas e Construídas (m²)	Prédios na Exploração Agrícola		Total (m²)	Áreas Constituídas		Observações
			Prédios Rústicos	Prédios (m²)		Áreas Agrícolas	Áreas (m²)	
1793 - Consortes	Domenget Luis Leite e mulher Rosa Gonçalves	21 714,40	19	271,9	21 206,70	447,7	casa independente e cozinha, banhos, com quinteiro fecho e chado por portas (ruínas)	193 d. 7. A mansão de Casal se encontra incorporado e unido ao Quinto da Lanterna
			20	1 471,40				
			22	4 301,60				
			23	14 907,20				
			26	314,6				
Consortes	Antonio Pires Leite	169,8	24	69,9	1 149,50	167	casa ecobana e cozinha anexada quincero	1797
			25	534,8				
			26	1 149,50				
Consortes	Manoel Francisco da Cunha e filho	169,8	24	69,9	1 149,50	167	casa independente e cozinha anexada ao dachito da ruína	1797
			25	534,8				
			26	1 149,50				
Consortes	Antonio Pires Velho	169,8	24	69,9	1 149,50	167	casa independente e cozinha anexada ao dachito da ruína	1797
			25	534,8				
			26	1 149,50				
Consortes	Marta Francisca nº	169,8	24	69,9	1 149,50	167	casa independente e cozinha anexada ao dachito da ruína	1797
			25	534,8				
			26	1 149,50				
Consortes	Antonio Manuel Leite	169,8	24	69,9	1 149,50	167	casa independente e cozinha anexada ao dachito da ruína	1797
			25	534,8				
			26	1 149,50				
Consortes	Antonio Teixeira	169,8	24	69,9	1 149,50	167	casa independente e cozinha anexada ao dachito da ruína	1797
			25	534,8				
			26	1 149,50				

Quadro Nº XXXIII (cont.) - REAL COROÁ, CELDORICO DE BASTO - CASAL REQUEIRO DE CIMO DE VILA (1793)  
Entidades e respectivas áreas, construídas, de ocupação agrícola e mata - Fração 2

Quadro Nº XXXIII (cont.) - REAL COROÁ, CELDORICO DE BASTO - CASAL REQUEIRO DE CIMO DE VILA (1795)  
Entidades e respectivas áreas, construídas, de ocupação agrícola e mata - Fração 2

Ano	Entidade	Áreas Constituídas e Construídas (m²)	Prédios na Exploração Agrícola		Total (m²)	Áreas Constituídas e Construídas		Observações
			Prédios Rústicos	Prédios (m²)		Áreas Agrícolas	Áreas (m²)	
1761	Consortes (cont.)	4 063,20	32	4 063,20	4 063,20	105,3	mata e roças	105,3
			1	7 550,00				
			1	484				
			1	2 949,2				
			1	653,4				
Consortes	Antonio José e mulher Francisco Luis Machado	4 063,20	27	7 550,00	4 063,20	105,3	mata e roças	105,3
			28	484				
			29	949,2				
			30	653,4				
			31	324,80				
Consortes	Antonio Alves Machado Manuel Mambo Costa	4 063,20	32	4 063,20	4 063,20	105,3	mata e roças	105,3
			1	7 550,00				
			1	484				
			1	2 949,2				
			1	653,4				

Fonte : A M C B - Tombos  
Tombos das Freguesias de Inês e Sª Tecla - Tombo V (1767 - 1796 FOLIOS 272 - 278 )

Ano	Estrutura	Área Agrícola / Mistra Construída Total (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola		Área Construída e Anexos Agrícolas		Observações			
			Prédios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )	Prédios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )				
1795	Francisco Luis Mascato - do Paço	51 978,70	33 a)	34 938,80	10	51 913,40	65,3	casas e roco		
			34	43,2						
			35	701,8						
			36	3 860,00						
			37	4 480,1						
			38	1 042,70						
			39	3 848,20						
			40	1 522,20						
			41	1 016,40						
			42							
			<b>Consortes</b>							
				Francisco Teixeira		2728,80	5	32 901,20		
						2 613,60	44			
						6 448,30	46			
						2 067,30	47			
				Domingos da Fonseca		5 670,00	3	5 881,80		
						14,3				
			30,3							
	José Maninho		1 933,60	1	1 933,60	75,6	casas terra com repartimento			
	Manuel dos Santos					75,6				

a) - "Medida de Indemnização por perda de bens e direitos, em virtude do quinhão no caso da venda do roco e Várzea"

--- "Determinou-se a seguinte terra para a Quinta da Lameria"

Quadro Nº XXXIII (cont.) - REAL COROIA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DE CIMO DE VILA (1795)  
Estruturas e respectivas áreas, construídas de ocupação agrícola e mista - Fração 3

Quadro Nº XXXIII ( cont. ) - REAL COROIA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DE CIMO DE VILA (1795)  
Estruturas e respectivas áreas, construídas de ocupação agrícola e mista - Fração 3

Ano	Estrutura	Área Agrícola / Mistra Construída Total (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola		Área Construída e Anexos Agrícolas		Observações			
			Prédios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )	Prédios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )				
1795	Consortes ( cont. ) Manuel José Teixeira e mulher Dr. Manuel Antonio João Gonçalves e mulher Antonio José Carqueira e mulher José Maninho Fonseca e mulher Luís Reis Ana Maria Manuel Francisco e mulher Russa Teixeira Manuel Francisco José Maninho e mulher Manuel José Teixeira	855,8	52	81,7	2	127,1	92,5	3 casas terras com alpendre e óvil		
			53	45,4						
			54	703,1	1	703,1				
			55	93,2	1	93,2				
			56	212,4	1	212,4				
			57	194,8	1	194,8				
			58	111,3	2	200,30				
			59	1 089,00						
			60	1 083,30	1	1 083,30				
			<b>Consortes</b>							
						92,5				
						171,5				
						151,3				
						31,5				
						57,4				
						96,3				
						67,5				

Ano	Eritheuta	Área Agrícola e Mista Construída		Área Agrícola e Mista		Área Construída		Observações
		Total (m <sup>2</sup> )	Tipos	Total (m <sup>2</sup> )	Tipos	Total (m <sup>2</sup> )	Tipos	
1798	Júlia Gonçalves Antônio Pinheiro Leite Manuel Faureta Minguito	61 62 63	76,2 384,4 7	1 1 7	76,2 384,4 7	1 1 7	384,4	
<b>Consórcios (cont.)</b>								

Fonte : A M C B - Tombos  
Tombo das freqüências de imóveis e Sit' Terra - Tombo V (1797 - 1798 - FOL.S 279 - 287 v.)

Quadro N.º XXXIII (conclusão) - REAL COROÁ, CELORICO DE BASTO - CASAL, REQUENGO DE CAMO DE VILA (1798)  
Eritheutas e respectivas áreas, construídas, de ocupação agrícola e mista - Fração 3

Quadro N.º XXXIV - REAL COROÁ, CELORICO DE BASTO - CASAL, REQUENGO DO FEIJE (1797)  
Eritheutas e respectivas áreas, construídas, de ocupação agrícola e mista

Ano	Eritheuta	Área Agrícola e Mista Construída Total (m <sup>2</sup> )	Previsões na Exploração Agrícola			Área Construída			Observações	
			Previsões Rústicas	Área (m <sup>2</sup> )	Total (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Áreas Agrícolas			
							Área (m <sup>2</sup> )	Tipos		Área (m <sup>2</sup> )
1797*	Antônio Coelho e mulher Maria Teresa Antônio Coelho e cabido Antônio Coelho e cabido Antônio Coelho e cabido	86 598,60	1	1 132,00	84 761,72	1	856,66	#####	* Molhada do Casal. A outra molhada foi ane- xada à quinta da La- mela. <b>(b)</b> Antônio Coelho e cabido Antônio Coelho e cabido Antônio Coelho e cabido	
			2	18 150,00				241		
			3	1 569,90				186,8		
			4	7 030,10				#####		
			5	2 594,70				#####		
			6	1 041,00				#####		
			7	97 670,11				#####		
			8	20 996,63				#####		
			9	1 034,80				#####		
			10	1 034,80				#####		
			11	1 585,10				#####		
			12	1 383,90				#####		
			13	5 888,00	5	15 256,00	2	482,66		
			14	843,6						
			15	6 795,40						
			16	5 379,60						
			17	1 832						
		21 718,60								
		35 568,60	8	35 189,20	3	319,4				
	Antônio Coelho e mulher Maria Teresa									
	Antônio Coelho e cabido									
	Antônio Coelho e cabido									
	Antônio Coelho e cabido									

Ano	Eritéu	Área Agrícola / Mista Constituída Total (m <sup>2</sup> )	Área Construída		Observações
			Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	
1787	João Ribeiro e mulher	25 971,40	26 27	7 458,40 (15 972,00)	
	Manoel Carneiro	8 395,20	28 29 30	968 181,5 7 047,00	
	Manoel Alves	5 421,42	31 32 33	1 026,50 232,32 3 882,30	
	Pedro Luis Alves	867,54	34	862,7	
	Domingos Oliveira	860,3	35	511,8	
	Luis Marinho	712,69	36 37	338,8 199,85	
	João de Moura	77,44	38	53,24	
	Clara Leites soneira				
	Manoel Teixeira	5 118,30	39	4 815,80	
	Maria Cavalho			188,8	

Quadro Nº XXIV ( cont. ) - REAL CORON, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DO FEIJE Eritéu e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista

Quadro Nº XXIV ( cont. ) - REAL CORON, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DO FEIJE Eritéu e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista

Quadro Nº XXIV ( cont. ) - REAL CORON, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DO FEIJE Eritéu e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista

Ano	Eritéu	Área Agrícola / Mista Constituída Total (m <sup>2</sup> )	Área Construída		Observações
			Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	
1787	Antônio Barbosa e mulher	66 813,8	59 44	8 513,2 587,24	
	Maria Gonçalves		40	356,56	
	Bernardo de Moura e mulher		42 43	1 331 2 809,60	
	José Marinho		44	1 716,99	
			45	1 331	
			46	2 809,60	
			47	1 331	
			48	2 809,60	
			49	1 331	
			50	2 809,60	
			51	1 331	
			52	2 809,60	
			53	1 331	
			54	2 809,60	
			55	1 331	
			56	2 809,60	
			57	1 331	
			58	2 809,60	
			59	1 331	
			60	2 809,60	
			61	1 331	
			62	2 809,60	
			63	1 331	
			64	2 809,60	
			65	1 331	
			66	2 809,60	
			67	1 331	
			68	2 809,60	
			69	1 331	
			70	2 809,60	
			71	1 331	
			72	2 809,60	
			73	1 331	
			74	2 809,60	
			75	1 331	
			76	2 809,60	
			77	1 331	
			78	2 809,60	
			79	1 331	
			80	2 809,60	
			81	1 331	
			82	2 809,60	
			83	1 331	
			84	2 809,60	
			85	1 331	
			86	2 809,60	
			87	1 331	
			88	2 809,60	
			89	1 331	
			90	2 809,60	
			91	1 331	
			92	2 809,60	
			93	1 331	
			94	2 809,60	
			95	1 331	
			96	2 809,60	
			97	1 331	
			98	2 809,60	
			99	1 331	
			100	2 809,60	

Fonte : A M C B - Tombo  
Tombo das Freguesas de Inhiá e SP Teia - Tombo V ( 1787 - 1796 FOLS 241 - 253 V )

Fonte : A M C B - Tombos

Tomo das Progressas de Irua e Stª Teia - Tomo V (1787 - 1796 FOL.S 347 - 351 V.)

Ano	Eritheia	Área Agrícola e Construída Total (m <sup>2</sup> )	Predios na Exploitação Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Área Construída		Observações
			Predios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )		Predios Totais	Área (m <sup>2</sup> )	
1795	Antonio Alves Machado e mulher Maria Alves <b>Consortes</b> Manuel Matome Costa  Manuel Faxeira Francisco Luis Machado Antonio Francisco Francisco Xavier Francisco Marinho de Calveira, Cavaleiro Antonio da Fonseca	6 521,10 3 728,10	1	6 521,10	2	10	348,20	
			2	3 728,10	4	6	728,70	
			3	105,9				
			4	1 742,40				
			5	2 331,70				
			6	2 550,70				
			7	2 288,80	2	4	758,30	
			8	2 488,80				
			9	1 016,40	2	5	882,00	
			10	4 065,60				
			11	1 275,30	1	1	275,30	
			12	1 698,80	1	1	698,80	
			13	44 041,00	1	44	041,00	
			14	5 614,40	1	5	614,40	

Quadro Nº XXXV - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENHO DE S. MARTINHO DE TRAVASSOS (1795)  
Eritheias e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista - Fração 1

Quadro Nº XXXV (cont.) - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENHO DE S. MARTINHO DE TRAVASSOS (1795)  
Eritheias e respectivas áreas, construída de ocupação agrícola e mista - Fração 2

Ano	Eritheia	Área Agrícola e Construída Total (m <sup>2</sup> )	Predios na Exploitação Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Área Construída		Observações
			Predios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )		Predios Totais	Área (m <sup>2</sup> )	
1795	Antonio Martins e mulher Angela Gonçalves  <b>Consortes</b> Antonio Alves Machado  Antonio Gonçalves  Antonio Gonçalves Domingos Casualho Pereira Luís Marinho Manuel Roxera	6 858,30 1 322,60 1 724,40 1 427,80 1 151,60 495,5 5 082,00  5 695,10 750,90 1 694,10 1 635,90 1 088,00 3 848,80 1 904 2 274,80 2 768,30 2 040,70 482,8  1 028,50 1 965,10  261,4 522,7	15	6 858,30	7	18	902,10	
			16	1 322,60				
			17	2 744				
			18	1 427,80				
			19	1 151,60				
			20	495,5				
			21	5 082,00				
			22	5 695,10	9	19	646,40	
			23	750,90				
			24	1 694,10				
			25	1 635,90				
			26	1 088,00				
			27	2 274,80				
			28	1 904				
			29	2 274,80				
			30	2 768,30				
			31	2 040,70	2	2	532,50	
			32	482,8				
			33	1 028,50	2	2	983,60	
			34	1 965,10				
			35	261,4	1	1	261,4	
			36	522,7	1	1	522,7	

Fonte : A M C B - Tombos  
Tomo das Progressas de Irua e de Stª Teia - Tomo VI (1787 - 1796 FOL.S 342 - 346 V.)

Ano	Estrutura	Área Agrícola / Meta Construída Total (m²)	Predios na Expediente Agrícola		Total (m²)	Área Construída		Observações																							
			Predios	Área (m²)		Área (m²)	Área (m²)																								
1795	João Gonçalves e mulher Rosa Gonçalves de Cavalho	37 973,90	37	8.029,60	8 327,40	casas, varais, cozinhas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira	###	casas, adega com laje e terraço	98,1																						
			38	7.438,20						casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira	casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira	96,6																			
			39	8.957,20						casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira			casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira	96,6																	
			40	4.259,20						casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira					casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira	96,6															
			41	569,1						casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira							casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira	96,6													
			42	433,8						casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira									casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira	96,6											
			43	5.023,80						casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira											casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira	96,6									
			44	1.292,80						casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira													casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira	96,6							
			<b>Consortes</b>																												
			Domingos Martins							45															3.057,10	6	29 795,80	93,2	casas (parte)	93,2	
										46															5.286,30						
										47															4.700,90						
			48	1.529,10																											
			49	6.278,10																											
			50	8.003,80																											
Orli Maria Rosa			51	5.401,40	6	23 938,70	424,9	casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira	27,3																						
			52	2.420,00																											
			53	2.468,40																											
			54	6.294,40																											
			55	6.294,40																											
			56	6.294,40																											
			59	593,1																											

Quadro Nº XXXV (cont.) - REAL CORPOA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DE S. MARTINHO DE TRAVASSOS (1795)  
Estruturas e respectivas áreas construídas de ocupação agrícola e mista - Fração 3

Quadro Nº XXXV ( conclusão ) - REAL CORPOA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DE S. MARTINHO DE TRAVASSOS (1795)  
Estruturas e respectivas áreas construídas de ocupação agrícola e mista - Fração 3

Ano	Estrutura	Área Agrícola / Meta Construída Total (m²)	Predios na Expediente Agrícola		Total (m²)	Área Construída		Observações															
			Predios	Área (m²)		Área (m²)	Área (m²)																
1795	<b>Consortes ( cont. )</b>		57	4.791,60	1	4791,6	casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira																
			58	90,8					casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira	casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira													
			59	2.414,00					casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira		casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira												
			60	2.686,20					casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira			casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira											
			61	1.243,10					casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira				casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira										
			62	5.188,50					casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira					casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira									
			63	1.548,80					casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira						casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira								
			64	2.725,50					casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira							casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira							
			65	1.960,90					casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira								casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira						
			<b>Consortes</b>																				
			João Magalhães e mulher						66									4.791,60	1	4791,6	casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira		
			Antônio Machado e mulher						67									90,8	1	90,8	casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira		
Luísa do Couto			68	2.414,00	1	2.414,00	casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira																
Francisco Luís, Machado e mulher			69	2.686,20	2	5.372,40	casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira																
Manuel Teixeira e mulher			70	1.243,10	1	1.243,10	casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira																
João Costa			71	5.188,50	1	5.188,50	casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira																
Antônio Martins e mulher			72	1.548,80	2	3.097,60	casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira																
			73	2.725,50	2	5.451,00	casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira																
			74	1.960,90	2	3.921,80	casas, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira, churrasqueira																

Fonte - A. M. C. B. - Tombos  
Tombo das Freguesias de Iniesta e S.ª Feclia., Tombo V | 1787 - 1796 FOLS. 362 - 364 v. |.





Fonte : A M C B - Tombos  
Tombo das propriedades de Fátima e Srª Teófilo, Tombo V / 1787 - 1788 FOLS 297 - 302 - 304 - 307-V

Ano	Estrutura	Área Agrícola / Mesa e Construída Total (m²)	Predios na Exposição Agrícola		Total (m²)	Área Construída		Observações				
			Predios Rústicos	Área (m²)		Área (m²)	Tipo					
1785	Fracção 3 José Gonçalves e mulher Rosa Maria		10	4.961,00	8	18	528,70					
			11	1.966,80								
			12	2.754,50								
			13	2.194,00								
			14	2.994,00								
			15	377,5								
			16	1.149,50								
			17	3.997,40								
			18	5.829,80								
			19	798,6						8	28	548,90
			20	2.268,10								
			21	3.186,20								
			22	7.968,00								
			23	7.968,00								
			24	11.701,10								
			25	698,2								
			26	10.333,40								
	Fracção 4 Manuel Gonçalves e mulher Maria Gonçalves	18	5.829,80									
	Fracção 5 Fátima Maria e marido Maria Teófilo de Brito e Bonda	19	798,6									

Quadro N° XXXVI (cont.) - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DA AVEIA (1795)

Entidades e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista - Fracções 3, 4 e 5

Quadro N° XXXVI (cont.) - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DA AVEIA (1795)  
Entidades e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista - Fracções 6 e 7

Ano	Estrutura	Área Agrícola / Mesa e Construída Total (m²)	Predios na Exposição Agrícola		Total (m²)	Área Construída		Observações										
			Predios Rústicos	Área (m²)		Predios	Área (m²)											
1785	Fracção 6 Domingos Cuvialho e mulher Ana Gonçalves	22	27	653,4	8	19	519,60	3	291,80	#####	Habitado assento de casas substituídas, terreira de cultivo, casa de ferragem, casa de móveis, oficina, alque- dre, entre outros, jun- to ao caminho, jun- to ao canal casa							
			28	8.929,4														
			29	3.702,60														
			30	2.221,60														
			31	2.962,10														
			32	1.028,30														
			33	946,2														
			34															
			35	8.712,00								2	2	2	2	#####	Habitado casa, casa sob ocupa- ção, casa alugada e 1 boutique de óvel	
			36	1.270,50														
				Fracção 7 Bicharel Manuel José Teixeira de Gómeas								12	615,30					

Fonte : A M C B - Tombos  
Tombo das propriedades de Fátima e Srª Teófilo, Tombo V / 1787 - 1788 FOLS 308 - 309 - 314

Ano	Estrutura	Área Agrícola e Mista Construída Total (m <sup>2</sup> )	Prédios na Expansão Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Área Construída			Observações	
			Prédios	Área (m <sup>2</sup> )		Área (m <sup>2</sup> )	Áreas Agrícolas	Área (m <sup>2</sup> )		
1795	Antonio Gonçalves e mulher Maria Marinho Gonçalves  <b>Consortes</b> Manuel Cavaleiro e mulher Maria Françoisa Manuel Barbosa e mulher Maria Curvelho Joaquim Alves	13 913,40	37	756,3	9	13 388,90	544,5	108,9	435,6	
			38	675,2				casas, cozinha, sala		
			39	3 533,90				torreão, cozinha em anexo e quintal		
			40	4 396,00				casas e predição de jardim		
			41	1 942,10						
			42	711,5						
			43	211,8						
			44	1 134,40						
			45							
			46							
			47							

Fonte : A M C B - Tombos  
Tombo das Freguesas de Iniesta e S<sup>h</sup> Teófilo, Tombo V (1787-1796, FOLS 314V - 318V )

Quadro Nº XXXVI (cont.) - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REGUENGO DA AVEIA (1795)  
Enilheutas e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista - Fracção 8

Quadro Nº XXXVII (cont.) - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REGUENGO DA AVEIA (1795)  
Enilheutas e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista - Fracções 9 e 6 e 6 e 6

Ano	Estrutura	Área Agrícola e Mista Construída Total (m <sup>2</sup> )	Prédios	Prédios em Expansão Agrícola	Área Agrícola e Mista Construída Total (m <sup>2</sup> )		Área (m <sup>2</sup> )	Prédios	Prédios	Área (m <sup>2</sup> )	Total (m <sup>2</sup> )	Área Construída		Observações																		
					Prédios	Área (m <sup>2</sup> )						Prédios	Área (m <sup>2</sup> )																			
					Prédios Rusticos	Área (m <sup>2</sup> )						Prédios	Área (m <sup>2</sup> )																			
1795	<b>Fracção 9</b>  Antonio Leite e mulher Maria Gonçalves  <b>Consortes</b> Rosa Marinho, v <sup>a</sup> Rosa Velosa	9 874,10	46	1 669,80	5	9 874,10	1 669,80	15	52	805,9	290,4	1	290,4	58,1																		
			47	1 274,20												casas de alvarado e cozinha																
			48	1 850,10												casas, torres e quintal																
			49	1 850,10												casas e cozinha																
			50	919,9																												
			<b>Fracção 10</b>  Joaquim Costa e mulher Ana Maria Sobrinha  Joaquim Mota e mulher Luísa Teixeira António José e Luísa Gonçalves	1 790,80												1	1	1 742,40	1	1 742,40	53	54	805,9	1	1	1	48,4	43,6				
																														54	889,4	casas, torres com quintal e quintal
																														55	6 233,80	casas e cozinha com traseiro
																														56	4 472,20	

Fonte : A M C B - Tombos  
Tombo das Freguesas de Iniesta e S<sup>h</sup> Teófilo, Tombo VI (1782-1796, FOLS 319 - 324 )

Fonte : A M C B - Tombas  
Tombo das Freguesas de Meia e Sª Feia. Tombo V | 1787 - 1796 FOLS. 329 - 336 |

Ano	Estrutura	Área Agrícola / Matas e Construções (m²)	Predios na Expansão Agrícola		Total (m²)	Total (m²)	Habitación		Área Construída		Observações
			Predios Fisicos	Área (m²)			Tipo	Área (m²)	Tipo		
1795	Fracção 11	Manual Leita e mulher Maria Inacia	57	8.203,60	3	14.338,00	363	casas, cozinha ad- iga, sobradadas, quintão, curral, alpin- de e campo	363		
			58	4.095,60							
			59	2.939,10							
	Fracção 12	Mariana Francisca Vª	60	5.735,40	4	11.684,00					
			61	782,3							
			62	3.388,00							
	Fracção 13	Francisco Luis Machado e mulher	63	1.798,60							
			64	3.678,40	6	10.484,00					
			65	3.920,40							

Quadro Nº XXVII (cont.) - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DA AVEIA (1795)  
Estruturas e respectivas áreas construídas, de ocupação agrícola e mista - Frações 11, 12 e 13



Quadro Nº XXXVI (cont.) - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DA AVEIA (1795)  
Estruturas e respectivas áreas construídas, de ocupação agrícola e mista - Frações 14, 15 e 16

Ano	Estrutura	Área Agrícola / Matas e Construções (m²)	Predios na Expansão Agrícola		Total (m²)	Total (m²)	Habitación		Área Construída		Observações	
			Predios Fisicos	Área (m²)			Tipo	Área (m²)	Tipo			
1795	Luiz Manoel e mulher Mariana Silva	60 507,40	70	5.724,50	02	675.40	casas				3.630,00	
			71	490,10								esta área de terreno pertence ao irmão de Luiz Manoel Silva
			72	0,00								Mais sobre outras casas
			73	0,00								terreno de terreno pertence ao irmão de Luiz Manoel Silva
			74	0,00								terreno de terreno pertence ao irmão de Luiz Manoel Silva
			75	0,00								terreno de terreno pertence ao irmão de Luiz Manoel Silva
			76	0,00								terreno de terreno pertence ao irmão de Luiz Manoel Silva
			77	0,00								terreno de terreno pertence ao irmão de Luiz Manoel Silva
			78	0,00								terreno de terreno pertence ao irmão de Luiz Manoel Silva
			79	0,00								terreno de terreno pertence ao irmão de Luiz Manoel Silva
			80	0,00								terreno de terreno pertence ao irmão de Luiz Manoel Silva
			81	0,00								terreno de terreno pertence ao irmão de Luiz Manoel Silva
			82	0,00								terreno de terreno pertence ao irmão de Luiz Manoel Silva

Fonte : A M C B - Tombos  
Tombo das Freguesas de Meia e Sª Feia. Tombo V | 1787 - 1796 FOLS. 337 - 341 |

Ano	Estrutura	Área Agrícola e Mista Construída (m²)	Área Agrícola e Mista Construída			Área Agrícola e Mista Construída		Área Construída (m²)	Áreas Agrícolas Tipo (m²)	Áreas (m²)	Observações
			Área (m²)	Prédios (m²)	Prédios (m²)	Total (m²)	Habitación				
1795	Antonio Alves Machado e mulher. Maria Alves. <b>Consortes</b>  Manuel Pinto Luís Domingues Vestime Lãtil ou lãtil-Luís Lãtil Francisco Luís Machado	7 075,40	90	4 882,70	4	7 048,80	26,6	casas	28,6		
			91	895,4							
			92	964,8							
			93	505,8							
			94	5 009,40	1	5 009,40	326,7	torreão de casas com noço	326,7		
			95	1 452,00	2	1 730,30					
			96	532,40							
			97	1 197,90							
			98	719,9	1	719,9					
			99	550,9							
			99	550,9				350,9			

Fonte : A M C B - Tombo

Tombo das Ingressas de Inédia e SP\* Teda. Tombo V | 1797 - 1798 FOLS. 324 V - 328 V |

Quadro Nº XXXVI (conclusão) - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DA ANEA (1795)  
Estruturas e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista - Fração 15

1 - Fração  
Quadro Nº XXXVII - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DA LAVANDEIRA (1796)  
Estruturas e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista - Fração 1

Ano	Estrutura	Área Agrícola e Mista Construída Total (m²)	Área Agrícola e Mista Construída		Área Agrícola e Mista Construída		Área Construída (m²)	Áreas Agrícolas Tipo (m²)	Áreas (m²)	Observações		
			Área (m²)	Prédios (m²)	Área (m²)	Prédios (m²)						
1796	Joana Maria Pereira, viúva e filhos Antônio Francisco Pereira, Peixoto Ferreira, viúva de Amarelle	87 763,60	82	68 299,5	29	87 306,20	457,4	casas sobradadas, com terra sobradada, com terra sobradada, com terra sobradada	457,4	Área (m²)	195,5	
			83	300,1							59,3	
			84	1 000,0								
			85	871,2								
			86	1 256,6								
			87	1 000,0								
			88	1 000,0								
			89	1 000,0								
			90	1 000,0								
			91	1 000,0								
			92	1 000,0								
			93	1 000,0								
			94	1 000,0								
			95	1 000,0								
			96	1 000,0								
			97	1 000,0								
			98	1 000,0								
			99	1 000,0								

Fonte : A M C B - Tombo  
Tombo das Ingressas de Inédia e SP\* Teda. Tombo V | 1797 - 1798 FOLS. 366 - 371 V |

Ano	Entidade	Área Construída Total (m²)	Prédios na Expansão Agrícola		Área Construída Total (m²)	Área Construída		Observações
			Prédios Rústicos	Área (m²)		Prédios Áreas (m²)	Áreas (m²)	
1796	Antonio José Gonçalves Ribeiro Fracção 2	58 625,90	29	402,6	23	58 002,50	653,4	Prédios 2 casas de madeira e 1 casa de alvenaria com telhado de telhas cerâmicas. 1 casa no meio das outras. Construídas por pais do proprietário.
			31	389,3	24	58 002,50	653,4	
			32	2795,10	25	58 002,50	653,4	
			33	1 282,60	26	58 002,50	653,4	
			34	1 538,50	27	58 002,50	653,4	
			35	123,4	28	58 002,50	653,4	
			36	1 754,50	29	58 002,50	653,4	
			37	7 269,00	30	58 002,50	653,4	
			38	7 269,00	31	58 002,50	653,4	
			39	7 269,00	32	58 002,50	653,4	
			40	5 859,40	33	58 002,50	653,4	
			41	4 112,80	34	58 002,50	653,4	
			42	2 456,30	35	58 002,50	653,4	
			43	671,2	36	58 002,50	653,4	
			44	2 760,00	37	58 002,50	653,4	
			45	1 753,30	38	58 002,50	653,4	
			46	1 753,30	39	58 002,50	653,4	
47	2 760,00	40	58 002,50	653,4				
48	1 753,30	41	58 002,50	653,4				
49	3 630,00	42	58 002,50	653,4				
50	2 449,00	43	58 002,50	653,4				
51	2 840,30	44	58 002,50	653,4				
1796	Josea Marinho da Fonseca - Nogueira Fracção 3	58 625,90	52	4 673,90	2	6 398,50		
			53	1 524,00				

Fonte : A. M. C. B. - Tombos

Tombo das Freguesias de Inédita e São Teófilo - Tombo V (1797 - 1796 - FOL. S. 372 - 380 v.)

Quadro Nº XXXVII (cont.) - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DA LAVANDERIA (1796)  
Entidades e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista - Frações 2 e 3Quadro Nº XXXVIII (cont.) - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DA LAVANDERIA (1796)  
Entidades e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista - Fração 4

Ano	Entidade	Área Construída Total (m²)	Prédios na Expansão Agrícola		Área Construída Total (m²)	Áreas Agrícolas		Observações
			Prédios Rústicos	Área (m²)		Área (m²)	Tipos	
1796	Capela Manuel Domingos Ribeiro e mulher Pias Maria	99 828,14	54	101,6	29	98 852,84	975,3	assento de casas - cozinha, telhas, sobrado, tudo construído de casas e sobradadas, lojas, docas
			55	493,7	30	98 852,84	975,3	
			56	2 340,00	31	98 852,84	975,3	
			57	1 089,00	32	98 852,84	975,3	
			58	1 033,2	33	98 852,84	975,3	
			59	887,69	34	98 852,84	975,3	
			60	3 020,20	35	98 852,84	975,3	
			61	375,1	36	98 852,84	975,3	
			62	3 719,70	37	98 852,84	975,3	
			63	2 804,00	38	98 852,84	975,3	
			64	10 210,21	39	98 852,84	975,3	
			65	1 000,00	40	98 852,84	975,3	
			66	855,9	41	98 852,84	975,3	
			67	1 115,5	42	98 852,84	975,3	
			68	69	42	98 852,84	975,3	
			69	1 115,5	43	98 852,84	975,3	
			70	13 673,00	44	98 852,84	975,3	
71	634,2	45	98 852,84	975,3				
72	10 507,2	46	98 852,84	975,3				
73	40 258,21	47	98 852,84	975,3				
74	634,2	48	98 852,84	975,3				
75	804,00	49	98 852,84	975,3				
76	1 115,5	50	98 852,84	975,3				
77	634,2	51	98 852,84	975,3				
78	887,69	52	98 852,84	975,3				
79	3 020,20	53	98 852,84	975,3				
80	375,1	54	98 852,84	975,3				

Fonte : A. M. C. B. - Tombos  
Tombo das Freguesias de Inédita e São Teófilo - Tombo V (1797 - 1796 - FOL. S. 381 - 389 v.)

Fonte : A M C B - Tombos  
Tombo das Freguesias de Inês e S<sup>ta</sup> Tecla - Tombo V ( 1787 - 1796 FOLIOS 300 - 396 V )

Ano	Ehiteuda	Área Agricult. e Mista Total (m <sup>2</sup> )	Predios na Exposição Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Hedegação		Áreas Construídas		Observações	
			Predios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )		Predios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Tipos		Área (m <sup>2</sup> )
1796	Antonio Cunha Leite e mulher Maria Teresa	87 648,70	83	54,48	28	87 471,20	175,5	assento de casa; 2 tabanadas com lugar e cozinha; quartiro fechado por porta (corra	175,5	lugar em ( parte ) quartiro	67,8 96,8 24,2
			84	151,3							
			85	188,8							
			86	3 327,50							
			87	1 241,50							
			88	7 419,72							
			89	1 241,50							
			90	7 187,48							
			91	847							
			92	2 831,40							
			93	9 962,50							
			94	7 250,00							
			95	13 576,20							
			96	1 241,50							
			97	3 024,00							
			98	2 752,81							
			99	532,4							
100	2 904,00										
101	4 767,40										
102	3 080,70										
103	829,2										
104	2 326,80										
105	3 726,80										
106	4 537,20										
107	1 611,70										
108	157,3										
109	108,9										
110	697										

Quadro Nº XXXVIII (cont.) - REAL COROÁ, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DA LAVANDEIRA (1796)  
Ehiteudas e respectivas áreas, construídas, de ocupação agrícola e mista - Fração 5

Quadro Nº XXXVI (conclusão) - REAL COROÁ, CELORICO DE BASTO - CASAL REQUENGO DA LAVANDEIRA (1796)  
Ehiteudas e respectivas áreas, construídas, de ocupação agrícola e mista - Fração 6

Ano	Ehiteuda	Área Agricult. e Mista Total (m <sup>2</sup> )	Predios na Exposição Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Predios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )	Área Construída Total (m <sup>2</sup> )	Ehiteuda	Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	Área (m <sup>2</sup> )	Tipos	Área (m <sup>2</sup> )	Observações	
			Predios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )													Predios Área (m <sup>2</sup> )
1796	Marta Gonçalves e mulher Maria Gonçalves - (as Quatá)	80 708,40	111	1 056,00	14	80 374,20	335,2	casas sobradadas e rudo	78,7	casas sobradadas e rudo	185,1	casas sobradadas e rudo	42,4	casas sobradadas e rudo	29		
			112	2 178,00													
			113	11 979,00													
			114	484													
			115	3 702,00													
			116	7 816,00													
			117	4 358,00													
			118	5 512,50													
			119	2 222,50													
			120	8 862,30													
			121	751													
			122	18 948,80													
			123	2 722,50													
			124	11 858,00													
			125	2 290,00													

Fonte : A M C B - Tombos  
Tombo das Freguesias de Inês e S<sup>ta</sup> Tecla - Tombo V ( 1787 - 1796 FOLIOS 398 - 403 )

Ano	Entidade	Área Construída (m²)	Área / Mista (m²)	Priedios Rurais	Priedios Urbanos	Priedios na Esplanada		Área Construída		Total (m²)	Área (m²)	Área Agrícola		Observações																										
						Área (m²)	Habitado (m²)	Área (m²)	Habitado (m²)			Área (m²)	Habitado (m²)		Área (m²)	Habitado (m²)																								
1786	A) Antonio Manoel Leite de Magalhães e Mello - de Ferraz de Calazar (I) Faillimento do pai João Leite de Mello em 06 Fevereiro   1	161	010,00	2	1	260,2	6.534,00	15.427,50	209,2	147,597	13.412	150,500	casa sobrelavada, com arte adobe e roçao	13.698	casa térrea e colheito e palheiro	121	Observações: não tem a área em urbanização e não tem o plano de loteamento em vigor - 80 metros quadrados																							
																		2	2	1	1																			
1787	Di. Manuel Antonio e mulher Beata Clara	381	785,95	1	1	1	796,1	8258,10	164,6	23	388.993	1	2	1	1	2	Observações: não tem a área em urbanização e não tem o plano de loteamento em vigor - 80 metros quadrados																							
																		2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13											
																		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1					
																		3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25

Quadro N° XXXVIII - REAL COROÁ, CELORÍCO DE BASTO - QUINTA REGUENGA DA LAJENHA (1787) - Entidade e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista

Ano	Entidade	Área Agrícola / Mista Construída (m²)	Área Construída		Total (m²)	Área (m²)	Habitado (m²)	Área (m²)	Habitado (m²)	Total (m²)	Área (m²)	Habitado (m²)	Área (m²)	Observações																															
			Área (m²)	Habitado (m²)																																									
1787	Di. Manuel Antonio e mulher Beata Clara	381	785,95	1	1	23	388.993	1	2	2	1	2	1	Observações: não tem a área em urbanização e não tem o plano de loteamento em vigor - 80 metros quadrados																															
															2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25							
															1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
															3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25								

Fonte : A.M.C.B. - Tombos - Tombo das Reguengas da Lajenha e SR Toda - Tombo V (1787 - 1796 - FOLS. 254 - 265 )





Ano	Eritheia	Área Agrícola Mista Construída Total (m <sup>2</sup> )	Predios na Esplanada Agrícola				Total (m <sup>2</sup> )	Áreas Construídas		Observações
			Predios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )	Predios Áreas (m <sup>2</sup> )			Área (m <sup>2</sup> )	Tipo	
					1	2				
1795	Eritheia  Manuel Francisco da Cunha e mulher Sebastiana Alves <b>CONSORTE</b> Júlio Fernandes Júlio Francisco Feliz Alves Macedo - Amola	Área Agrícola Mista Construída Total (m <sup>2</sup> )	1	3 310,60	2	5 004,86	Total (m <sup>2</sup> )	Áreas Construídas	Áreas Agrícolas	
			2	1 694,00						
			3	3 241,60	1	3 241,60				
			4	580,80	1	580,80				
			5	1 219,70	1	1 219,70				

Fonte : A M C B - Tombos  
Tombos das Propriedades de Inês e Célio de Basto - Tombo V ( 1795 - FOLS 265 - 269 V )

Quadro Nº XLV - REAL COROA, CELHICO DE BASTO - CAMPO REQUENO DA RICA , TOUTAM (1795)

Eritheia e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista

Quadro Nº XLII - REAL COROA, GUIMARAES - CASAL REQUENO DA AVEIA (1882)

Eritheia e respectivas áreas, construída, de ocupação agrícola e mista - Frações 1, 2 e 3

Ano	Eritheia	Área Agrícola e Mista Construída Total (m <sup>2</sup> )	Predios na Esplanada Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Área Construída		Observações					
			Predios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )		Área (m <sup>2</sup> )	Tipo						
									Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )			
1882	Fração 1 Francisco Antunes e família gen- teio Macedo de Casado António Gonçalves e mulher Maria Gonçalves, da Cunha Jorge Domingos e filhos, sob a Penitência e Sebastião Alves - solteiros  Helena Pires e do Francisco João  Fração 2 Jorge Gonçalves Srnida Veloso laran e genros  Fração 3 Francisco Alves de Alajõe - Sargento Neto na Vila de Basto	1	1 597,20	2	3 657,40	Total (m <sup>2</sup> )	Habitado	Área (m <sup>2</sup> )	Tipo	Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Área (m <sup>2</sup> )	Observações
		2	1 960,20										
		3	6 864,70	1	6 864,70								
		4	4 573,80	1	4 573,80								
		5	2 382,20	1	2 382,20								
		6	873,6	1	873,6								
		7	4 051,10	1	4 051,10								

Fonte : A M A P - Tombos Requenas de Guimarães  
Tombo 18 ( 1882 FOLS 385 - 406 )

Fonte : A M B - Tombos - Comenda de Veados

Lote 110 (1771-1772 FOLS 393 v. 264 v.)

Ano	Estrutura	Área Agrícola / Mista e Construída Total (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola				Habitada Tipo	Área Construída Anexos Agrícolas (m <sup>2</sup> )	Área Construída Anexos Agrícolas Tipo	Área (m <sup>2</sup> )	Observações
			Prédios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )	Prédios	Área (m <sup>2</sup> )					
1772	Casal do Marinho	8 802,20	1	35,4	18	8 812,30	18	18	18		
			2	22,8							
			3	868,4							
			4	698,1							
			5	211,8							
			6	871,2							
			7	38,7							
			8	658,7							
			9	639,8							
			10	371,2							
			11	1 858,1							
			12	863,8							
			13	153,4							
			14	634,9							
			15	468,8							
			16	24,2							
			17	188,1							
			18	338,8							

## Quadro Nº XLIII - COMENDA DE VEADO - CASAL DE CIMO DE VILA (1772)

Estruturas e respectivas áreas, construídas de ocupação agrícola e mista - Fração 1

## Quadro Nº XLIV - COMENDA DE VEADO - CASAL DE CIMO DE VILA (1772) - Fração 2

Estruturas e respectivas áreas, construídas de ocupação agrícola e mista - Fração 2

Ano	Estrutura	Área Agrícola e Construída Total (m <sup>2</sup> )	Prédios na Exploração Agrícola				Habitada Tipo	Área Construída Anexos Agrícolas (m <sup>2</sup> )	Área Construída Anexos Agrícolas Tipo	Área (m <sup>2</sup> )	Observações
			Prédios Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )	Prédios	Área (m <sup>2</sup> )					
1772	Casal do Monte	10 200,30	19	301,8	18	10 011,50	18	18	18		
			20	187,8							
			21	1 007,2							
			22	1 168,50							
			23	459,4							
			24	5,00							
			25	36,3							
			26	1 127,1							
			27	5 262,4							
			28	5 181,1							
			29	5 342,5							
			30	10 398,1							
			31	10 131,4							
			32	97,116							
			33	1 262,1							
			34	6 748,8							
			35	8 505,8							
			36	1 078,20							
37	50 762,1										
38	188,9										
39	188,9										
40	32,7										
41	609,8										
42	25,2										
43	593,2										
44	95,9										
45	32,7										
46	1 368,00										
47	66,9										
48	42,4										
49	24,2										
50	15,5										
51	27,2										
52	14,5										

Fonte : A M B - Tombos - Comenda de Veados

Lote 110 (1771-1772 FOLS 393 v. 264 v.)

Ano	Entidade	Área Agrícola e Mata Consolidada Total (m²)	Prédios na Expedição Agrícola		Total (m²)	Habitação		Áreas Construídas		Observações		
			Prédios Rústicos (m²)	Área (m²)		Prédios (m²)	Área (m²)	Tpo	Área (m²)		Tpo	Área (m²)
1772	Luís Alves e mulher Ana Francisca	2 391,40	43	16,4	4	2 244,30	147,1	108,9	130,7			
			44	1 059,90								16,4
1772	Antonio Francisco e mulher Maria Tereza	15 988,90	46	980,1	14	15 798,80	232,1	108,9	135,5			
			47	1 027,60								
			48	1 828,50								
			49	717,7								
			50	126,6								
			51	2 798,20								
			52	188,8								
			53	725,1								
			54	214,6								
			55	3 049,20								
			56	735,7								
			57	825,2								
			58	609,8								
			59									
60												
	<b>Consórcios</b>											
	Antonio Jose e mulher Sponorina Teixeira	53	61	43,6	1	43,6	19,4	13,4				

Fonte : A M B - Tombos - Comenda de Veade  
Livro 110 (1771-1772 FOLS 276v-279 284-289v1)

Quadro nº XLIII (cont.) - COMENDA DE VEADE - CASAL DE CIMO DE VILA (1772)

Entidades e respectivas áreas construídas de ocupação agrícola e mata - Frazções 3 e 4

9 e 5 sepções - vista e posição de ocupação de edifícios e áreas construídas respectivas e suas áreas contribuintes

(272, 765, 1 ) VILA DE CIMO DE VEADE - COMENDA DE VEADE - (conclusão) LITX IN ORDINE

Ano	Entidade	Área Agrícola e Mata Consolidada Total (m²)	Prédios na Expedição Agrícola		Total (m²)	Habitação		Áreas Construídas		Observações		
			Prédios Rústicos (m²)	Área (m²)		Prédios (m²)	Área (m²)	Tpo	Área (m²)			
1799	Manuel Teixeira e mulher Luísa Maria	3422,64	29	925,10	6	1501,01	10,0	13,4	13,4			
			30	3 492,10								
1772	D. Manuel António	66 996,6	62	2 624,20	9	66 996,6	117,9	13,4	13,4			
			63	1 501,50								
			64	2 232,2								
			65	40 505,40								
			66	4 833,9								
			67	1 831,1								
			68	6 002,91								
			69	1 127,1								
			70	2 118,2								
			71	429,5								
			72	3 962,80								
	<b>Casal de Lameira</b>											
	1 787,1											
	Quinta de Lameira											

Fonte : A M B - Prizes - Comenda de Veade  
Livro 105 (1501-1505 FOLS 110-110-134)  
- Tombos - Comenda de Veade  
Livro 110 (1771-1772 FOLS 276v-279 284-289v1)

Ano	Estrutura	Área Agrícola e Construída Total (m <sup>2</sup> )	Produtos na Exploração Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Habitagem		Áreas Construídas		Observações	
			Produtos Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )		Produtos Anos (m <sup>2</sup> )	Tipo	Área (m <sup>2</sup> )	Tipo		Área (m <sup>2</sup> )
1778	Fracção 1 João Francisco Mata e mulher Maria Teresa Novais da Toulam	22.503,70	1	125,8	5	10	998,00				
			2	617,1	7	623,00					
			3	7.623,00							
			4	261,4							
			5	2.368,70							
			6	2.129,60	7	22	342,70	161	casas sobranceiras com adega e ligar	67,8	quinteiro
1778	Fracção 2 André Augusto e mulher Maria Francisca	22.503,70	7	917,60							
			8	4.537,50							
			9	4.35,6							
			10	4.069,80							
			11	1.322,4							
			12	653,4							
			13	46	2	1014					
			14	999							
			15	490,1	3	822,9				42,4	
			16	42,4							
			17	290,4							
			18	77,44	1	77,44					
			19	145,2	2	416,24					
20	271,04										
21	1.384,24	1	1.384,24								
22											
23	1.963,40	1	1.963,40								

Fonte : A D P - Fazendas, Convento Sr. Ciria de Amaranate  
Livro 704 4566 (1778 FOLS 146 a 328 v. 323 a 339 v. 1)

Quadro N° XLIV - CONVENTO SR CLARA DE AMARIANTE - CASAL DOS PORQUEIROS / CAMPOS (1778)  
Estrutura e respectiva área, construída de ocupação agrícola e mista - Fracções 1 e 2

Ano	Estrutura	Área Agrícola e Construída Total (m <sup>2</sup> )	Produtos na Exploração Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Habitagem		Total (m <sup>2</sup> )	Produtos na Exploração Agrícola		Total (m <sup>2</sup> )	Observações	
			Produtos Rústicos	Área (m <sup>2</sup> )		Produtos Anos (m <sup>2</sup> )	Tipo		Área (m <sup>2</sup> )	Produtos Rústicos			Área (m <sup>2</sup> )
1691	Assento	057,20	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
1901	Casal do Feixe Maria Afonso Vº	057,20	1	7.849,88	9	9	63	09	19	63	9	09	(a)
			2	4.553,4									
			3	1.980,20									
			4	396,6									
			5	453,4									
			6	174,2									
			7	1.010,0									
			8	4.936,0									
			9	1.524,2									
			10	1.426,8									
			11	1.426,8									
			12	1.426,8									
1901	Casal do Feixe Maria Afonso Vº	057,20	12	1.426,8									
			13	1.426,8									
			14	1.426,8									
			15	1.426,8									
			16	1.426,8									
			17	1.426,8									
			18	1.426,8									
			19	1.426,8									
			20	1.426,8									
			21	1.426,8									
			22	1.426,8									
			23	1.426,8									

Fonte : A M B - Registo Geral  
Livro 11 (1698 FOLS 103 v. 11 v. 12 - 13)

Ano	Estrutura	Área Agrícola Total (m²)	Produtor na Esperança Agrícola		Área Construída		Observações
			Produtor	Área (m²)	Total (m²)	Tipo	
1779	Mauqui José Alves e Inês das Neves Moura - do regimento de Brásio Fm Luis Alves do Mercado - Arcoab CI	28 774,20	10	28 774,20	1	28 774,20	
1806	Georgina Fernandes	23 691,80	19	23 449,80	2	23 691,80	a) É uma fazenda rural e está localizada no bairro de São João do Sul, município de São João del-Rei, Minas Gerais. b) 1) terreno que se compõe de terra livre, d) mto - direção de E. S. C. O. em terreno de propriedade alheia por parte de sua c) 1) Desejo de Luis das Neves Moura, visto que se lhe pedisse prazo ao cônjuge e que era em nome de Luis Alves do Mercado, do Sr. Moura.

Fone : A M B - Região Geral  
Lavo 11 (1668-1668 FOLS 11V-12)  
Lavo 211 (1786-1786 FOLS 63V-66)

Quadro Nº XLVI - ARCEBISPOADO DE BAÇA - CASAL DE S. MARTINHO (1606 e 1779)  
Estruturas e respectivas áreas, construídas, de ocupação agrícola e mista

Ano	Estrutura	Área Agrícola Total (m²)	Produtor na Esperança Agrícola		Área Construída		Observações
			Produtor	Área (m²)	Total (m²)	Tipo	
1779	Mauqui José Alves e Inês das Neves Moura - do regimento de Brásio Fm Luis Alves do Mercado - Arcoab CI	28 774,20	10	28 774,20	1	28 774,20	
1806	Georgina Fernandes	23 691,80	19	23 449,80	2	23 691,80	a) É uma fazenda rural e está localizada no bairro de São João do Sul, município de São João del-Rei, Minas Gerais. b) 1) terreno que se compõe de terra livre, d) mto - direção de E. S. C. O. em terreno de propriedade alheia por parte de sua c) 1) Desejo de Luis das Neves Moura, visto que se lhe pedisse prazo ao cônjuge e que era em nome de Luis Alves do Mercado, do Sr. Moura.

Quadro Nº XLVIII - Indicadores Económico/Culturais da População Enftêutica  
(Os Casos Amostra)

Casais	Décima Rústica (réis)			Assinaturas					Frequência
	1765	1790	1812	1	2	3	4	5	
<b>S. Martinho</b>									
Sub-Fracção 1. 1	\$800	\$300	\$500		x	x			22
									12
					x	x			4
Sub-Fracção 1. 2	\$800	\$380	\$400		x				3
				x					10
				x					23
<b>Quintã</b>									
Fracção 1	\$740	\$950	1\$000					x	58
							x		25
							x		6
Fracção 2	\$900	\$700	\$720	x					2
							x		23
						x			5
Fracção 3	\$600	\$450	\$500	x					11
							x		13
						x			4
Fracção 4	\$600	\$450	\$600				x		6
							x		2
Fracção 5	\$300	\$280	\$120	x					3
					x				9
				x					7
Fracção 6	\$200	\$200	\$200			x			8
							x		56
								x	16
Fracção 7	\$200	\$300	\$200			x			15
						x			40
						x			6
Fracção 8	\$740	\$500	\$500			x			28
				x					13
Fracção 9	\$500	\$450	\$500			x			20
							x		5
						x			6
<b>Toutaim</b>									
Fracção 1	\$480	\$550	\$400	x					8
					x				10
Sub-Fracção 3.1	\$150	\$190	\$520	x			x		2
Sub-Fracção 3.2	\$320	\$420	\$420	x			x		6
Fracção 4	\$120	\$180	\$250				x		12
<b>Cabaço</b>									
Sub-Fracção 1.2	\$460	\$560	\$400			x			27
Fracção 2	\$400	\$550	1\$110				x		29
						x			2
						x			2
Fracção3			\$720			x			16
Fracção 4			\$320	x	x				7

Fonte : Fig.s III a XV e XIX a XXVIII Anexo I. Quadros VIII a XXXI, Anexo II.  
Livros da Décima Rústica (1765, 1790, 1812);  
Livros de Registo de Baptismos e Casamentos (1700 - 1779).

### ANEXO III - ÍNDICES

Figuras e Quadros - Texto e Anexos  
Índice Geral

ÍNDICE DE FIGURAS - TEXTO

	PÁG.
1. PIRÂMIDE ETÁRIA DE STª TECLA (1991) .....	42
2. PROVENIÊNCIA DOS NUBENTES DE STª TECLA (1623 -1991) Famílias Estáveis .....	53
2.1 DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO CONCELHO DE CELORICO DE BASTO .....	55
3. PROVENIÊNCIA DOS NUBENTES ENFITEUTAS (Séc.s. XVII e XVIII) .....	57
4. A ESPERANÇA DE VIDA DOS INDIVÍDUOS CASADOS DE AMBOS OS SEXOS Gerações Nascidas nos Períodos de 1680 a 1799 e 1780 a 1891 .....	78
5. RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE PARTICIPANTES E O NÚMERO DE NASCIMENTOS (1700 -1779) ..	84
6. A IDADE MÉDIA DA PRIMEIRA ASSINATURA (1700 - 1779) .....	86
7. A EVOLUÇÃO DO NÍVEL MÉDIO DAS ASSINATURAS (1700 -1779) .....	88
8. EVOLUÇÃO DO NÍVEL MÉDIO DA ASSINATURA Participantes com Idades Compreendidas entre os 10 e 20 Anos .....	90
9. SIGNIFICADO DOS ASSINANTES COM DATA DE NASCIMENTO CONHECIDA (1700 -1779) ....	91
10. BASTO (STª TECLA) - ALGUNS INDICADORES GEOGRÁFICOS.....	105
11. STª TECLA - FINAIS DO SÉCULO XVIII Estrutura Fundiária, Rede de Caminhos, Rede Hidrográfica e Esboço de Sistema de Rega ..	113
12. STª TECLA - FINAIS DO SÉCULO XVIII A Ocupação do Solo Agrícola .....	119
13. TERRAS FOREIRAS À COMENDA DE VEADE (Casais da Quintã e S. Martinho) Evolução do Espaço Agro-Florestal (1680 -1772) .....	125
14. COMENDA DE VEADE - CASAL DE S. MARTINHO Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras (1673 -1824) Fracção 1, Sub-Fracção 1.1.....	128
Fracção 1, Sub-Fracção 1.2.....	129
	439



15. COMENDA DE VEADE - CASAL DE S. MARTINHO Evolução da Área Agro-Florestal (1680 -1824).....	130
16. COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680- 1824) Evolução Da Área Agro-Florestal Fracções 1, 4 e 8 .....	132
17. COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1647-1784) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 1 .....	133
18. COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1647-1772) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 4 .....	135
19. COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680 - 1824) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 8 .....	137
20. TERRAS FOREIRAS AO CONVENTO DE ARNOIA (1673) Casais de Toutaim, Cabaço e Além.....	139
21. CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1640-1782) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 1 .....	142
22. CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1673-1793) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 2 .....	143
23. CONVENTO DE ARNOIA - CASAL D'ALÉM (1664-1750) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 1 .....	144
24. CONVENTO DE ARNOIA (Séc.s XVII-XVIII) - Evolução da área agro-florestal Casais de Toutaim (Fracção 1), Cabaço (Fracção 2) e Além (Fracção 1).....	146
25. TERRAS FOREIRAS AO CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM Evolução da Área Agro-Florestal (1673-1782) Fracção 1 .....	147
26. TERRAS FOREIRAS AO CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO Evolução da Área Agro-Florestal (1673-1793) Fracção 2 .....	149
27. TERRAS FOREIRAS AO CONVENTO DE ARNOIA - CASAL D'ALÉM Evolução da Área Agro-Florestal (1673-1750) Fracção 1 .....	151
28. CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO Evolução da Área Agro-Florestal (1672-1793) Fracção 1 .....	153

29. CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1601-1793) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 1, Sub-Fracção 1.1.....	155
Fracção 1, Sub-Fracção 1.2.....	156
30. CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673-1766) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 2, Sub-Fracção 2.1.....	165
31. CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673-1715) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 2, Sub-Fracção 2. 2.....	166
32. CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673-1715) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 2, Sub-Fracção 2. 3.....	167
33. STª TECLA - FINAIS DO SÉCULO XVIII Terras Foreiras.....	171
34. STª TECLA Terras Foreiras à Igreja em Momentos Distintos (1606 e 1779).....	179
35. STª TECLA - FINAIS DO SÉCULO XVIII Dimensão e Fragmentação de Explorações Agrícolas (alguns casos amostra).....	187
36. STª TECLA, 1995 Estrutura Fundiária, Rede de Caminhos, Rede Hidrográfica e Esboço de Sistema de Rega ..	199
37. CALENDÁRIO AGRÍCOLA .....	213
38. STª TECLA, 1995 Formas de Ocupação Agrícola e Outras Ocupações do Solo .....	227
39. STª TECLA, 1995 A Dimensão da Propriedade segundo a Área Cultivada .....	241

ÍNDICE DE QUADROS - TEXTO

	PÁG.
1. RITMO MÉDIO DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO (1864 -1991).....	38
2. FOGOS E FAMÍLIAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS (1940 -1991).....	39
3. A DINÂMICA DA POPULAÇÃO DE STª TECLA (1950-1970).....	40
4. ÍNDICE DE MASCULINIDADE AO NASCIMENTO (1623 -1991).....	43
5. IDADE MÉDIA AO PRIMEIRO CASAMENTO (1623 -1991).....	45
6. CELIBATO DEFINITIVO (1680 -1991).....	48
7. SIGNIFICADO DAS FAMÍLIAS ESTÁVEIS (1623 -1991).....	51
8. OS NUBENTES NATURAIS DE STª TECLA NAS FAMÍLIAS ESTÁVEIS (1623 -1991).....	51
9. TAXA DE FECUNDIDADE NO CASAMENTO Por grupos de idade (15-44 anos da mulher) Descendência Teórica (20-49 anos da mulher) Em Permilagem (1623 -1991).....	61
10. IDADE MÉDIA DA MÃE AO NASCIMENTO DO ÚLTIMO FILHO (1623 -1991).....	64
11. AS FAMÍLIAS SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS (1623 -1991).....	66
12. AS FAMÍLIAS ENFITÉUTICAS E O NÚMERO DE FILHOS (Sécs. XVII e XVIII).....	68
13. DURAÇÃO DOS CASAMENTOS (1623 -1959).....	69
14. DURAÇÃO DOS CASAMENTOS DAS FAMÍLIAS ENFITÉUTICAS (Séc. XVII e Séc. XVIII).....	70
15. AS CONCEPÇÕES PRÉ-NUPCIAIS (1623 -1991).....	71
16. OS NASCIMENTOS FORA DO CASAMENTO (1623 -1991).....	72
17. ESTADO CIVIL DAS MÃES DOS FILHOS NASCIDOS FORA DO CASAMENTO (1623-1991).....	73
18. IDADE MÉDIA DA MÃE SOLTEIRA AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO CONHECIDO (1623 - 1991).....	74

19. MORTALIDADE INFANTIL (1840-1991).....	77
20. A ESPERANÇA DE VIDA DOS INDIVÍDUOS CASADOS DE AMBOS OS SEXOS Gerações Nascidas nos Períodos de 1680 a 1779 e 1780 a 1891.....	79
21. COMPARAÇÃO DA POPULAÇÃO ALFABETIZADA SEGUNDO OS: Recenseamentos da População Portuguesa (1880 a 1920) Livro de Registos de Baptismos e Casamentos (1879-1916).....	95
22. O GRAU DE INSTRUÇÃO EM STª TECLA (1981 e 1991).....	97
23. CONVENTO DE ARNOIA, CASAL DE TOUTAIM (1673-1766) Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2, Sub-Fracção 2. 1.....	159
24. CONVENTO DE ARNOIA, CASAL DE TOUTAIM (1673-1715) Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2, Sub-Fracção 2. 2.....	160
25. CONVENTO DE ARNOIA, CASAL DE TOUTAIM (1673-1715) Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2, Sub-Fracção 2. 3.....	161
26. CONVENTO DE ARNOIA, CASAL DE TOUTAIM (1673) Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2, Sub-Fracção 2. 4.....	162
26. 1. CONVENTO DE ARNOIA, CASAL DE TOUTAIM (1673) Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2, Sub-Fracção 2. 4.....	163
27. DISTRIBUIÇÃO DOS ENFITEUTAS POR CLASSES DE ÁREAS AGRO-FLORESTAIS.....	183
28. DISTRIBUIÇÃO DOS ENFITEUTAS POR CLASSES DE ÁREAS AGRO-FLORESTAIS Enfiteutas com Domínio Útil Superior a 1 Ha.....	184
29. GRUPOS SOCIAIS EM STª TECLA SEGUNDO O LANÇAMENTO DA DÉCIMA RÚSTICA, RESIDENTES (1765, 1790, 1812).....	192
30. SECTORES DE ACTIVIDADE DA POPULAÇÃO ACTIVA (1981 e 1991).....	196
31. ROTAÇÃO BIENAL DE CULTURAS.....	209
32. DIMENSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA PROPRIEDADE E ÁREA CULTIVADA (1994).....	237
33. PROJECTOS APROVADOS, ZONA AGRÁRIA DE BASTO (1986 -1993).....	266
34. ÁREAS ESTIMADAS COM PLANTAÇÕES ZONA AGRÁRIA DE BASTO (Set./1987 a 1993).....	267
35. NATUREZA DOS INVESTIMENTOS APROVADOS ZONA AGRÁRIA DE BASTO (Set./1987 a 1993).....	268
36. BENEFÍCIO FISCAL AO GASÓLEO AGRÍCOLA (1989 -1992).....	270
37. INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (1990 -1995).....	271

38. PRÉMIO À MANUTENÇÃO DE EFECTIVO DE VACAS ALEITANTES (1991 a 1995).....	272
39. PRÉMIO AOS PRODUTORES DE CARNE DE OVINO E CAPRINO (1988 a 1992).....	273
40. CANDIDATURAS DE PROJECTOS PARA INVESTIMENTO NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS Zona Agrária de Basto (1986 a 1994).....	274
41. EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COM PROJECTOS DE INVESTIMENTO Concelho de Celorico de Basto (1986 a 1991).....	276
42. FORMAS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E OS PROJECTOS DE INVESTIMENTO Concelho de Celorico de Basto (1992 -1994).....	277
43. AS EXPLORAÇÕES SEGUNDO AS PRODUÇÃO/ CRIAÇÃO Concelho de Celorico de Basto (1986-1991).....	278
44. AS EXPLORAÇÕES CANDIDATAS SEGUNDO A PRODUÇÃO/ CRIAÇÃO Concelho de Celorico de Basto (1992 - 1994).....	278
45. A DIMENSÃO DA EXPLORAÇÃO E A PRODUÇÃO PRINCIPAL Concelho de Celorico de Basto (1987 a 1994).....	279

#### ÍNDICE DE FOTOS - TEXTO

	PÁG.
AS RIBEIRAS	
Fotos 1 - 2.....	201
O VALE	
Fotos 3 - 4.....	202
O MOÍNHU - Um elemento ainda presente na economia local	
Fotos 5 - 6.....	203
IMAGENS PARCELARES DA REDE VIÁRIA CUJO TRAÇADO REMONTA AO SÉC. XVII	
Fotos 7 - 8.....	204
Fotos 9 - 10.....	205
Fotos 11 - 12.....	206
MORFOLOGIA AGRÁRIA E TIPO DE OCUPAÇÃO DO SOLO	
Fotos 13 - 14.....	210
Fotos 15 - 16 - 17.....	211
Fotos 18 - 19.....	212
SISTEMA DE REGA:	
Fotos 20 - 21.....	215
Fotos 22 - 23.....	216
Fotos 24 - 25.....	217
O MOÍNHU - Um elemento vivo na economia local até à década sessenta	
Fotos 26 - 27.....	220
A AZENHA - Um dos vestígios da antiga economia local	
Fotos 28 - 29.....	222
ÁREAS TIPO ONDE A MUTAÇÃO DE OCUPAÇÃO DO SOLO FOI UMA REALIDADE	
Fotos 30 - 31.....	226
ÁREAS DE LAVRADIO EM ABANDONO (Plano Aluvial)	
Foto 32 - 33.....	229
CONTRASTES NO TIPO DE OCUPAÇÃO DO SOLO	
Fotos 34 - 35.....	231

ASPECTOS DO POVOAMENTO NA ÁREA EM ESTUDO DESDE O SÉC: XVII À ACTUALIDADE	
Fotos 36 - 37 .....	249
Fotos 38 - 39 .....	250
"GERAÇÕES" DE HABITAÇÃO	
Fotos 40 - 41 .....	252
Fotos 42 - 43 .....	253
Fotos 44 - 45 .....	254

#### ÍNDICE DE FIGURAS - ANEXO

	PÁG.
I - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1613 -1824)	
Evolução da Área Agro-Florestal	
Fracções 1, 2, 3 .....	305
Fracções 4, 5, 6 .....	306
Fracções 7, 8, 9 .....	307
Fracções 11, 12 .....	308
II - COMENDA DE VEADE - CASAL DE S. MARTINHO (1680 -1824)	
Evolução da Área Agro-Florestal .....	309
III - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1647 -1784)	
Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras	
Fracção1 .....	310
IV - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680 -1824)	
Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras	
Fracção 2 .....	311
V - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1613 -1794)	
Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras	
Fracção 3 .....	312
VI - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1647 - 1772)	
Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras	
Fracção 4 .....	313
VII - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1674 -1783)	
Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras	
Fracção 5 .....	314
VIII - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680 -1824)	
Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras	
Fracção 6 .....	315
IX - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680 -1781)	
Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras	
Fracção 7 .....	316
X - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680 -1824)	
Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras	
Fracção 8 .....	317

XI - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680 -1824) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 9 .....	318
XII - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 10 .....	319
XIII - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680 -1772) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 11 .....	320
XIV - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680 -1771) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 12 .....	321
XV. 1 - COMENDA DE VEADE - CASAL DE S. MARTINHO (1673 -1824) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 1, Sub-Fracção 1.1 .....	322
XV. 2 - COMENDA DE VEADE - CASAL DE S. MARTINHO (1673 -1824) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 1, Sub-Fracção 1.2 .....	323
XVI - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673 -1787) Evolução da Área Agro-Florestal Fracções 1, 3, 4 .....	324
XVII - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1673 -1801) Evolução da Área Agro-Florestal Fracção 1 .....	325
Fracções 2, 3, 4 .....	326
XVIII - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL D'ALÉM (1673 -1782) Evolução da Área Agro-Florestal Fracções 1 e 2 .....	327
XIX - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1640 -1782) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 1 .....	328
XX. 1 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673-1766) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 2, Sub-Fracção 2.1.....	329
XX. 2 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673 - 1715) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 2, Sub-Fracção 2.2.....	330
XX. 3 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673 - 1715) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 2, Sub-Fracção 2.3.....	331

XXI. 1 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1632-1748) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 3 e Sub-Fracção 3. 1.....	332
XXI. 2 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1632-1787) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 3 e Sub-Fracção 3. 2.....	333
XXII - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673-1795) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 4 .....	334
XXIII. 1 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1601-1793) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 1 e Sub-Fracção 1.1.....	335
XXIII. 2 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1601-1793) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 1 e Sub-Fracção 1. 2.....	336
XXIV - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1673-1793) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 2 .....	337
XXV - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1663-1784) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 3 .....	338
XXVI - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1673-1782) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 4 .....	339
XXVII - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL D'ALÉM (1664- 1750) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 1 .....	340
XXVIII - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL D'ALÉM (1663- 1782) Linha Genealógica dos Herdeiros das Terras Fracção 2 .....	341

ÍNDICE DE QUADROS - ANEXO

	PÁG.
I - A PROVENIÊNCIA DOS NUBENTES (1623-1991) Famílias Estáveis em St.ª Tecla.....	345
II - A PROVENIÊNCIA DOS NUBENTES ENFITEUTAS (Sécs. XVII e XVIII).....	346
III - RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE PARTICIPANTES E O NÚMERO DE NASCIMENTOS.....	347
IV - A IDADE MÉDIA DA PRIMEIRA ASSINATURA (1700 - 1779).....	348
V - EVOLUÇÃO DO NÍVEL MÉDIO DAS ASSINATURAS (1700 - 1779).....	349
VI - EVOLUÇÃO DO NÍVEL MÉDIO DAS ASSINATURAS DOS PARTICIPANTES COM IDADES COMPREENDIDAS ENTRE 10 E 20 ANOS (1700 -1779).....	350
VII - SIGNIFICADO DOS ASSINANTES COM DATA DE NASCIMENTO CONHECIDA.....	351
VIII - COMENDA DE VEADE - CASAL DE S. MARTINHO (1674 -1824) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Sub-Fracções 1.1 e 1.2.....	352
IX - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1647 -1784) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 1.....	353
X - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680 -1824) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2.....	355
XI - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1613-1794) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 3.....	357
XII - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1647 -1772) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 4.....	359
XIII - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1674 -1783) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 5.....	361

450

XIV - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680-1824) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 6.....	362
XV - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680-1781) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 7.....	363
XVI - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680 -1824) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 8.....	364
XVII - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680 -1824) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 9.....	365
XVIII - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 10.....	366
XIX - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680 -1772) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 11.....	367
XX - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680 -1771) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 12.....	368
XXI - COMENDA DE VEADE - CASAL DA QUINTÃ (1680 -1753) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 13.....	369
XXII - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1640 -1782) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 1.....	370
XXIII. 1 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673-1766) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2, Sub-Fracção 2.1.....	371
XXIII. 2 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673-1715) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2, Sub-Fracção 2. 2.....	372
XXIII.3 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673-1715) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2, Sub-Fracção 2. 3.....	373
XXIII.4 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2, Sub-Fracção 2.4.....	374

451

XXIII. 4.1 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2, Sub-Fracção 2.4.....	375
XXIV - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673 -1787) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 3.....	376
XXIV.1 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673 -1787) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 3, Sub- Fracção 3.1.....	377
XXIV.2 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673 -1787) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 3, Sub- Fracção 3.2.....	378
XXV - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DE TOUTAIM (1673 -1795) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 4.....	379
XXVI - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1601-1793) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 1.....	381
XXVI.1 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1601-1793) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 1, Sub-Fracção 1.1.....	382
XXVI.2 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1601-1793) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 1, Sub-Fracção 1. 2.....	383
XXVI.2.1 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1601-1793) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 1, Sub-Fracção 1. 2.....	384
XXVII - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1673 -1793) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2.....	385
XXVIII - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1665 -1801) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 3.....	387
XXIX - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL DO CABAÇO (1673 -1782) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 4.....	388
XXX - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL D'ALÉM (1664 -1750) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 1.....	389
XXXI - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL D'ALÉM (1673 -1782) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2.....	390

XXXI. 1 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL D'ALÉM (1673 -1782) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2, Sub-Fracção 2. 1.....	391
XXXI. 2 - CONVENTO DE ARNOIA - CASAL D'ALÉM (1673 -1782) Herdeiros e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista Fracção 2, Sub-Fracção 2. 2.....	392
XXXII - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REGUENGO DA REIGADA (1791) Enfiteuta e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista.....	394
XXXIII - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REGUENGO DE CIMO DE VILA (1795) Enfiteutas e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista.....	395
XXXIV - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REGUENGO DO FEIXE (1787) Enfiteutas e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista.....	401
XXXV - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REGUENGO DE TRAVASSOS (1795) Enfiteutas e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista.....	404
XXXVI - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REGUENGO DA AVEIA (1795) Enfiteutas e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista.....	408
XXXVII - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CASAL REGUENGO DA LAVANDEIRA (1796) Enfiteutas e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista.....	417
XXXVIII - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - QUINTA REGUENGA DA LAMEIRA (1787) Enfiteuta e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista.....	422
XXXIX - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - QUINTA REGUENGA DO VINHAL (1796) Enfiteutas e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista.....	423
XL - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - QUINTA REGUENGA DO RIO (1796) Enfiteuta e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista.....	425
XLI - REAL COROA, CELORICO DE BASTO - CAMPO REGUENGO DA RIÇA (1795) Enfiteutas e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista.....	426
XLII - REAL COROA, GUIMARÃES - CASAL REGUENGO DA AVEIA (1662) Enfiteutas e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista.....	427
XLIII - COMENDA DE VEADE - CASAL DE CIMO DE VILA (1772) Enfiteutas e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista.....	428
XLIV - CONVENTO DE STª CLARA - AMARANTE - CASAL DOS PORQUEIROS (1778) Enfiteutas e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista.....	432
XLV - ARCIBESPADO DE BRAGA - ASSENTO E CASAL DO FEIXE (1606) Enfiteutas e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista.....	433

XLVI - ARCIBESPADO DE BRAGA - CASAL DE S. MARTINHO (1606 e 1779) Enfiteutas e Respectivas Áreas, Construída, de Ocupação Agrícola e Mista .....	434
XLVII - AS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COM ÁREAS SUPERIORES A 1 HA Finais do séc. XVIII .....	435
XLVIII - INDICADORES ECONÓMICO/CULTURAIS DA POPULAÇÃO ENFITEÚTICA Os Casos Amostra .....	436

## ÍNDICE GERAL

	PÁG.
APRESENTAÇÃO .....	iii
NOTA PRÉVIA .....	v
INTRODUÇÃO .....	9
<b>A — FONTES</b> .....	10
1 — Documentos Manuscritos (Séc. XVI ao Séc. XX) .....	10
1. 1 — Livros Paroquiais de Registo dos Actos Vitais de Stª Tecla .....	10
1. 2 — Livros de Sentença de Emprazamento de Stª Tecla .....	12
1. 3 — Livros da Décima Rústica de Stª Tecla .....	24
1. 4 — Livro Paroquial de Testamentos Transcritos de Stª Tecla .....	25
2 — Recenseamentos Gerais da População (1864 a 1991) .....	25
3 — Plano Director Municipal (1993) .....	26
4 — Livros de Matrizes Prediais (1994) .....	26
5 — Cobertura Aérea (1983 e 1994) .....	26
<b>B — FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	27
<b>1ª PARTE — A POPULAÇÃO DE STª TECLA (Séc. XVII-Séc. XX)</b> .....	33
INTRODUÇÃO .....	35
<b>CAPÍTULO I — O COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO</b> .....	36
INTRODUÇÃO .....	36
1 — A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (1864-1991) .....	38
2 — A SITUAÇÃO À NASCENÇA .....	43
3 — A NUPCIALIDADE .....	44
3. 1 — A Idade Média do Primeiro Casamento .....	45
3. 2 — O Celibato Definitivo .....	48
3. 3 — A Proveniência dos Nubentes .....	50
4 — A FECUNDIDADE .....	59
4.1 — A Fecundidade no Casamento .....	59
4. 1. 1 — Taxas de Fecundidade no Casamento e Descendência Teórica .....	61
4. 1. 2 — Idade Média da Mãe ao Nascimento do Último Filho .....	64
4. 1. 3 — As Famílias Segundo o Número de Filhos .....	65



4. 1. 4 — A Duração do Casamento.....	69
4. 1. 5 — As Concepções Pré-Nupciais.....	71
4. 2 — A Fecundidade Fora do Casamento.....	72
5 - A MORTALIDADE.....	75
5. 1 — A Mortalidade Infantil.....	76
5. 2 — Níveis de Mortalidade Adulta.....	77
<b>CAPÍTULO II — A ALFABETIZAÇÃO.....</b>	<b>81</b>
INTRODUÇÃO.....	81
1 - A ALFABETIZAÇÃO NO SÉCULO XVIII (1700-1779).....	82
Nota Prévia.....	82
1. 1 — A Evolução dos Índices de Alfabetização.....	84
1. 2 — A Idade Média da Primeira Assinatura.....	85
1. 3 — A Evolução do Nível Médio da Primeira Assinatura.....	87
1. 4 — O Volume dos Assinantes com Data de Nascimento Conhecida.....	89
Conclusão.....	92
2 — A ESCOLARIZAÇÃO, FINAIS DO SÉC: XIX-INÍCIOS DO SÉC: XX.....	93
Introdução.....	93
A População Alfabetizada Segundo o Sexo (1879-1916).....	93
3 — O GRAU DE INSTRUÇÃO NA ACTUALIDADE.....	96
<b>2ª PARTE — O TERRITÓRIO DE Sª TECLA, LEITURA GEOGRÁFICA.....</b>	<b>101</b>
INTRODUÇÃO.....	103
<b>CAPÍTULO I — A ESTRUTURA FUNDIÁRIA (Séc.XVII-Séc.XVIII).....</b>	<b>109</b>
1 — FONTES.....	109
2 — METODOLOGIA.....	110
2. 1 — A Cartografia dos Prédios Rústicos.....	112
2. 2 — As Redes: hidrográfica e viária.....	112
3 — O ESPAÇO AGRÁRIO.....	116
3. 1 — A Ocupação do Solo Agrícola.....	117
3. 2 — A Propriedade e a Exploração.....	123
3. 2. 1 — Os Casos Amostra.....	123
3. 2. 2 — As Terras Foreiras nos Finais do Século XVIII.....	169
3. 2. 3 — O Domínio da Igreja.....	178
3. 2. 4 — A Dimensão e Fragmentação da Exploração Agrícola.....	182
3. 3 — A Propriedade e a Sociedade.....	190
Os Casos Amostra.....	193
<b>CAPÍTULO II — AS MUTAÇÕES NA PAISAGEM NO SÉC. XX.....</b>	<b>196</b>
INTRODUÇÃO.....	196
1 — A OCUPAÇÃO DO SOLO AGRÍCOLA.....	209
2 — A PROPRIEDADE E A EXPLORAÇÃO.....	235
Introdução.....	235
2. 1 — A Dimensão e a Fragmentação da Propriedade.....	236
2. 2 — A Propriedade Agrícola e a Paisagem.....	239
2. 3 — A Exploração Agrícola e o Povoamento.....	247
2. 4 — A Exploração Agrícola e a Viabilidade Económica.....	255

<b>CAPÍTULO III — Sª TECLA E O SEU ENQUADRAMENTO REGIONAL.....</b>	<b>261</b>
1 — O PRESENTE E O FUTURO DE Sª TECLA.....	261
2 — AS TERRAS DE BASTO.....	263
3 — REFLEXOS DA PAC NO TERRITÓRIO EM ESTUDO.....	283
CONCLUSÃO GERAL.....	288
BIBLIOGRAFIA.....	295
ANEXO I — FIGURAS.....	303
ANEXO II — QUADROS.....	343
ANEXOS III — ÍNDICES.....	437
FIGURAS — TEXTO.....	439
QUADROS — TEXTO.....	442
FOTOS — TEXTO.....	445
FIGURAS — ANEXO.....	447
QUADROS — ANEXO.....	450
GERAL.....	455